Diário Oficial

Nº. 211

Ano XLIX • Rio de Janeiro
12ª Legislatura • 2ª Sessão Legislativa
Quarta-feira • 11 de novembro de 2026

Câmara Municipal do Rio de Janeiro • Poder Legislativo

Mesa Diretora

PRESIDENTE
CARLO CAIADO • PSD

1º VICE-PRESIDENTE
WILLIAN COELHO • AVANTE

2º VICE-PRESIDENTE
TÂNIA BASTOS • REPUBLICANOS

1º SECRETÁRIO
RAFAEL ALOISIO FREITAS • PSD

2º SECRETÁRIO
PAULO MESSINA • PL

1º SUPLENTE
ÁTILA NUNES • PSD

2º SUPLENTE
TAINÁ DE PAULA • PT

Lideranças

LÍDER DO GOVERNO
Líder: Marcio Ribeiro
Vice-Líder: Marcos Dias

BLOCOS E PARTIDOS

BLOCO O RIO QUE QUEREMOS
Líder: Inaldo Silva

PARTIDO LIBERAL • PL
Líder: Dr. Rogerio Amorim

PROGRESSISTAS • PP
Líder: Vera Lins

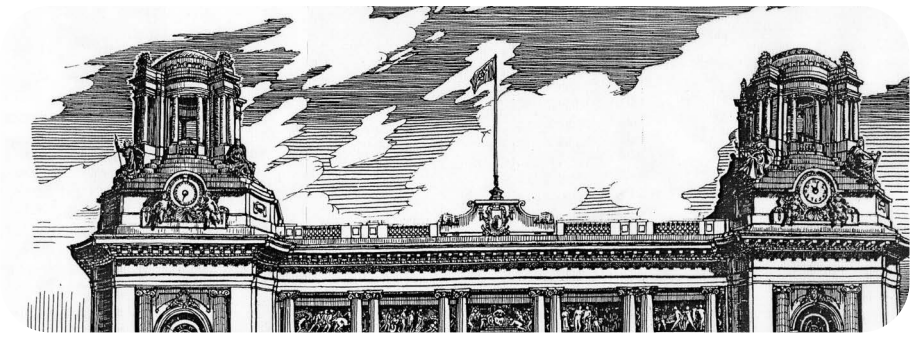
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA • PDT
Líder: Welington Dias

PARTIDO DOS TRABALHADORES • PT
Líder: Felipe Pires

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE • PSOL
Líder: William Siri

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO • PSD
Líder: Rosa Fernandes

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO • MDB
Líder: Vitor Hugo



CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
CESAR ABRAHÃO

SECRETÁRIA-GERAL DA MESA DIRETORA
TANIA MARA MARTINEZ DE ALMEIDA

SUMÁRIO

ATOS DA CÂMARA MUNICIPAL 2
MESA DIRETORA 3
PRECEDENTE REGIMENTAL .....
EXPEDIENTE DESPACHADO PELO PRESIDENTE .....
PLENÁRIO 7
Grande Expediente .....
Prolongamento do Expediente 8
Ordem do Dia 10
Expediente Final .....
EXPEDIENTE
Ofícios .....
Projetos de Emenda à Lei Orgânica .....
Projetos de Lei Complementar .....
Projetos de Lei 24
Projetos de Decreto Legislativo 31
Projetos de Resolução .....
Requerimentos 33
Indicações 47
CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO 61
COMISSÕES 65
ATOS E DESPACHOS
Mesa Diretora 120
Presidente .....
Secretário 121
Procurador-Geral .....
Corregedoria .....
Diretoria-Geral de Administração 122
Diretor de Pessoal 122
EDITAIS, CONTRATOS E BALANCETES 123
ERRATAS .....

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

ATOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO nos termos do art. 56, IV combinado com o art. 79, § 5º, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 5 de abril de 1990, não exercida a disposição do § 7º do art. 79, promulga os vetos parciais aos incisos I e II do art. 7º da Lei nº 9.656, de 7 de outubro de 2026, oriunda do Projeto de Lei nº 1864-A, de 2026, de autoria do Senhor Vereador Marcio Santos, rejeitados na Sessão de 3 de novembro de 2026.

LEI Nº 9.656*, DE 7 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui o Programa Desafio Jovem Inovador no Município do Rio de Janeiro com o objetivo de fomentar o protagonismo juvenil, a educação prática e a inovação cidadã por meio de um concurso anual de soluções criativas para desafios reais do município.

Autor: Vereador Marcio Santos.

(...)

Art. 7º (...)

I - bolsas de estudo ou cursos de formação;

II - equipamentos tecnológicos;

(...)

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026.

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

• • • • •

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO nos termos do art. 56, IV combinado com o art. 79, § 5º, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 5 de abril de 1990, não exercida a disposição do § 7º do art. 79, promulga a Lei nº 9.701, de 10 de novembro de 2026, oriunda do Projeto de Lei nº 1680-A, de 2025, de autoria do Senhor Vereador Rick Azevedo.

LEI Nº 9.701, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Município do Rio de Janeiro o Espaço Cultural Capiberibe 27.

Autor: Vereador Rick Azevedo.

Art. 1º Fica declarado como patrimônio cultural de natureza imaterial do Município do Rio de Janeiro o Espaço Cultural Capiberibe 27.

Art. 2º O reconhecimento previsto nesta Lei inclui as práticas e tradições do Espaço Cultural Capiberibe 27, realizadas no local.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, o Poder Executivo procederá aos registros necessários, conforme determina o Decreto nº 23.162, de 21 de julho de 2003.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026.

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

• • • • •

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO nos termos do art. 56, IV combinado com o art. 79, § 5º, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 5 de abril de 1990, não exercida a disposição do § 7º do art. 79, promulga a Lei nº 9.702, de 10 de novembro de 2026, oriunda do Projeto de Lei nº 2057, de 2026, de autoria do Senhor Vereador Rodrigo Vizeu.

LEI Nº 9.702, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

Inclui no Guia Oficial e no Roteiro Turístico e Cultural do Município o Bar e Lanchonete Point dos Amigos, localizado no bairro da Praça Seca.

Autor: Vereador Rodrigo Vizeu.

Art. 1º Fica incluído no Guia Oficial e no Roteiro Turístico e Cultural do Município do Rio de Janeiro o Bar e Lanchonete Point dos Amigos, localizado na Rua Cândido Benício, nº 2.746, no bairro da Praça Seca, na Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026.

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

• • • • •

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO nos termos do art. 56, IV combinado com o art. 79, § 5º, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 5 de abril de 1990, não exercida a disposição do § 7º do art. 79, promulga a Lei nº 9.703, de 10 de novembro de 2026, oriunda do Projeto de Lei nº 2270-A, de 2026, de autoria do Senhor Vereador Felipe Pires.

LEI Nº 9.703, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

Dá o nome de Vila Thiago Salino (1986-2018) ao logradouro público localizado entre as Ruas Jacinto Alcides e Júlio César, no bairro de Bangu.

Autor: Vereador Felipe Pires.

Art. 1º O Poder Executivo dará o nome de Vila Thiago Salino (Assistente Administrativo/1986-2018) ao logradouro público localizado entre as Ruas Jacinto Alcides e Júlio César, no bairro de Bangu.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Art. 2º No cumprimento desta Lei, o Poder Executivo observará o disposto na Lei nº 20, de 3 de outubro de 1977.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026.

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

MESA DIRETORA

(*)RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13726 DE 2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 1267 de 2026, de autoria dos Senhores Vereadores **POUBEL, MARCOS DIAS, WILLIAN COELHO**, **FERNANDO ARMELAU, DR. ROGERIO AMORIM** e **DIEGO FARO, PAULO MESSINA e ALANA PASSOS,** aprovado em Sessão Plenária de 27 de outubro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir a Medalha de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor Vereador **RAFAEL SATIÊ.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 3 de novembro de 2026

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

(*)(Republicado para inclusão de coautoria, DCM de 04/11/2026, Pág. 2)

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13742 DE 2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 1293 de 2026, de autoria dos senhores Vereadores, **CARLO CAIADO**, **WILLIAN COELHO**, **TÂNIA BASTOS**, **RAFAEL ALOISIO FREITAS**, **PAULO MESSINA (MESA DIRETORA)**, **MARCOS DIAS**, **RODRIGO VIZEU**, **MAÍRA DO MST**, **CESAR MAIA**, **FLÁVIO VALLE**, **RENATO MOURA**, **ROSA FERNANDES**, **LENIEL BOREL**, **VERA LINS, DEANGELES PERCY** e **TAINÁ DE PAULA** aprovado em Sessão Plenária de 5 de novembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir a Medalha de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor **MARCIO GOMES RIBEIRO JUNIOR** - MARCIO RIBEIRO, Vereador da Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13743 DE 2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 1294 de 2026, de autoria dos senhores Vereadores, **CARLO CAIADO**, **WILLIAN COELHO**, **TÂNIA BASTOS**, **RAFAEL ALOISIO FREITAS**, **PAULO MESSINA (MESA DIRETORA)**, **MARCOS DIAS, TATIANA ROQUE, RODRIGO VIZEU, MAÍRA DO MST, CESAR MAIA, FLÁVIO VALLE, MARCIO RIBEIRO, RENATO MOURA, ROSA FERNANDES, LENIEL BOREL, VERA LINS, DEANGELES PERCY** e **TAINÁ DE PAULA,** aprovado em Sessão Plenária de 5 de novembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir a Medalha de Mérito Pedro Ernesto à Senhora à **JOYCE TRINDADE DE FARIA GAMA** - JOYCE TRINDADE, Vereadora da Cidade do Rio de Janeiro**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13744 DE 2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 1295 de 2026, de autoria dos senhores Vereadores, **LENIEL BOREL, ALANA PASSOS, POUBEL, WELINGTON DIAS, RAFAEL SATIÊ, FERNANDO ARMELAU, DIEGO FARO, PAULO MESSINA, DR. ROGÉRIO AMORIM, TANIA BASTOS** aprovado em Sessão Plenária de 5 de novembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir a Medalha de Mérito Pedro Ernesto à Senhora **FERNANDA ANCHIETA LOUBACK MICHELINI** - Vice-Governadora eleita do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13745 DE 2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 1296 de 2026, de autoria da Senhora Vereadora **MAÍRA MST,** aprovado em Sessão Plenária de 5 de novembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir a Medalha de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor **LEONEL QUERINO DA SILVA NETO -** LEONEL DE ESQUERDA - Vereador da Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13746 DE 2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 1297 de 2026, de autoria do Senhor Vereador **LENIEL BOREL**, aprovado em Sessão Plenária de 5 de novembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir a Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à Senhora **PAOLLA SERRA –** Jornalista.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13747 DE 2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 1298 de 2026, de autoria dos Senhores Vereadores **ALANA PASSOS, LENIEL BOREL, DIEGO FARO** e **PAULO MESSINA**, aprovado em Sessão Plenária de 5 de novembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir a Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à Senhora **FERNANDA ANCHIETA LOUBACK –** Vereadora do Município de Niterói e Vice-Governadora eleita do Estado do Rio de Janeiro**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro,10 de novembro de 2026

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13748 DE 2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 1299 de 2026, de autoria dos Senhores Vereadores **CARLO CAIADO, WILLIAN COELHO, TÂNIA BASTOS, RAFAEL ALOISIO FREITAS, PAULO MESSINA (MESA DIRETORA), MARCOS DIAS, DR. ROGÉRIO AMORIM, RODRIGO VIZEU, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, MARCIO RIBEIRO, GIGI CASTILHO, RENATO MOURA , ROSA FERNANDES, VERA LINS, DEANGELES PERCY** e **TAINÁ DE PAULA,** aprovado em Sessão Plenária de 5 de novembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir a Medalha de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor **LENIEL BOREL DE ALMEIDA JUNIOR** - LENIEL BOREL - Vereador da Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13749 DE 2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 1300 de 2026, de autoria dos Senhores Vereadores **CARLO CAIADO, WILLIAN COELHO, TÂNIA BASTOS, RAFAEL ALOISIO FREITAS, PAULO MESSINA (MESA DIRETORA), MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, THAIS FERREIRA, WILLIAM SIRI, TATIANA ROQUE, RODRIGO VIZEU, MAÍRA DO MST, MARCIO RIBEIRO, RENATO MOURA, ROSA FERNANDES ,LENIEL BOREL VERA LINS, DEANGELES PERCY** e **TAINÁ DE PAULA**, aprovado em Sessão Plenária de 5 de novembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir a Medalha de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor **RICARDO CARDOSO AZEVEDO** - RICK AZEVEDO - Vereador da Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13750 DE 2026

CONSIDERANDO a aprovação do Requerimento nº 1302/2026, de autoria dos Senhores Vereadores **FELIPE PIRES** e **MAÍRA DO MST**, na Sessão Ordinária de 10 de novembro de 2026, que cancelou o Requerimento nº 703/2026, também de suas autorias e da Vereadora **LUCIANA NOVAES**.

CONSIDERANDO que o Requerimento nº 703/2026 originou a Resolução da Mesa Diretora nº 13.333, de 2026;

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Resolução da Mesa Diretora nº 13.333, de 27 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13751 DE 2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 1304 de 2026, de autoria dos Senhores Vereadores **FERNANDO ARMELAU, MARCOS DIAS, DIEGO FARO, ALANA PASSOS** e **LENIEL BOREL,** aprovado em Sessão Plenária de 10 de novembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir a Medalha de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor **LUCAS PAVANATO DE OLIVEIRA.**

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

• • • • •

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13752 DE 2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 1305 de 2026, de autoria dos Senhores **FERNANDO ARMELAU, DR. ROGÉRIO AMORIM, MARCOS DIAS** e **LENIEL BOREL,** aprovado em Sessão Plenária de 10 de novembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir a Medalha de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor **RENATO ARAÚJO CORRÊA.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

• • • • •

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13753 DE 2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 1306 de 2026, de autoria dos Senhores Vereadores **FERNANDO ARMELAU** , **LENIEL BOREL** e **DR**. **ROGERIO AMORIM**, aprovado em Sessão Plenária de 10 de novembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir a Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à Senhora **JÉSSICA OHANA TAVARES**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

• • • • •

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13754 DE 2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 1307 de 2026, de autoria dos Senhores Vereadores **FERNANDO ARMELAU, MARCOS DIAS, ALANA PASSOS e LENIEL BOREL**, aprovado em Sessão Plenária de 10 de novembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir a Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à **MARIA EDUARDA CAMPOPIANO MONTEIRO**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

• • • • •

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13755 DE 2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 1308 de 2026, de autoria do Senhor Vereador **LENIEL BOREL,** aprovado em Sessão Plenária de 10 de novembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir a Medalha de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor **PIERO DE MATOS CABRAL**– Presidente da Câmara Municipal de São Gonçalo.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026
Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13756 DE 2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 1310 de 2026, de autoria dos Senhores Vereadores **TALITA GALHARDO** e **DR. ROGERIO AMORIM** aprovado em Sessão Plenária de 10 de novembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir a Medalha de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor **ALEXANDRE GOMES KNOPLOCH DOS SANTOS.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13757 DE 2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 1311 de 2026, de autoria dos Senhores Vereadores **RICK AZEVEDO** e **THAIS FERREIRA**, aprovado em Sessão Plenária de 10 de novembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir a Medalha de São Francisco de Assis - 3º Milênio ao Senhor **ADALBERTO NETO**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13758 DE 2026

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o Requerimento nº 1312 de 2026, de autoria dos Senhores Vereadores **RICK AZEVEDO** e **MAÍRA DO MST,** aprovado em Sessão Plenária de 10 de novembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir a Placa Prefeito Marcello Alencar de Homenagem e Reconhecimento ao Servidor Público Municipal do Rio de Janeiro ao Senhor **GABRIEL SIQUEIRA.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

PLENÁRIO

12ª LEGISLATURA **2ª SESSÃO LEGISLATIVA**

2º Período Ordinário de Sessões

ATA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA, E M 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

Presidência do Sr. Vereador Rafael Aloisio Freitas, 1º Secretário e Rafael Satiê, a convite.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Às 14 horas, em ambiente híbrido, com a presença dos Srs. Vereadores Alana Passos, Átila Nunes, Carlo Caiado, Deangeles Percy, Diego Faro, Felipe Michel, Gigi Castilho, Jair da Mendes Gomes, Paulo Messina, Rafael Satiê, Rick Azevedo e Welington Dias 12 (doze), assume a Presidência o Sr. Vereador Rafael Satiê, a convite.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL SATIÊ) – Havendo número legal, "Invocando a Deus pela grandeza da Pátria e a paz entre os Homens", dou por aberta a Sessão.

Passemos ao Expediente Inicial.

Passa-se ao

Expediente Inicial

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL SATIÊ) – O primeiro orador inscrito é o nobre Vereador Deangeles Percy, que dispõe de 10 minutos.

O SR. DEANGELES PERCY – Muito boa tarde, Senhor Presidente. Boa tarde a todos os vereadores e as vereadoras, a todos que nos assistem agora de casa.

Eu queria trazer uma questão muito séria, do que foi abordado na prova do Enem. Pasmem! Olhem só que situação: o cristianismo no banco dos réus no Enem? Fica aqui uma pergunta, prestem muita atenção nisso. Na questão 62 do Enem, os estudantes se depararam com o texto que relacionava determinados sermões religiosos à misoginia, ou seja, ao preconceito contra as mulheres. Mas o que mais chamou atenção foi a alternativa apontada como correta. Olhem o que que está escrito na alternativa correta: concepções religiosas que remetiam à desordem moral.

Agora, eu pergunto: qual é a mensagem que um estudante pode levar dessa resposta? A religião está associada à desordem moral? Por exemplo, eu posso dar o exemplo por mim. Como é que o cristianismo está associado à desordem moral, se eu, antes de conhecê-lo, o Senhor Jesus, através da fé, eu vivi uma completa desordem? Vivia pelas ruas, não tinha regra, vivi uma vida toda errada. E foi através do cristianismo que eu aprendi a ter ordem, a ter decência, a ter respeito, a ter disciplina.

Então, quando você vê uma questão como essa no Enem, será que houve o cuidado necessário para não transformar práticas de determinados pregadores do passado numa imagem negativa do cristianismo como um todo? Uma coisa é ensinar história, outra coisa é permitir que uma questão seja interpretada como uma generalização sobre a fé de milhões de brasileiros.

A Constituição Federal, no art. 5º, inciso VI, garante a liberdade de consciência e de crença. Eu não estou aqui para defender os erros, estou aqui para defender o direito de questionar. Por isso, como pastor e vereador do Rio de Janeiro, quero explicações do Ministério da Educação, do Inep, sobre a formulação dessa questão e a escolha dessa resposta. Não podemos tratar a liberdade religiosa como algo secundário.

Eu termino com uma pergunta: se essa mesma interpretação fosse feita sobre outra religião, qual seria a reação? O respeito precisa valer para todos. Não estou lutando contra educação, estou lutando pelo direito de questionar dentro da Constituição Federal, porque é inadmissível que, numa prova do Enem, coloquem em questão da maneira como foi colocado o cristianismo. Se as pessoas erraram, não foi o cristianismo que errou. Fica aqui esse pensamento para todos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL SATIÊ) – Não havendo mais oradores inscritos, a Presidência franqueia a palavra.

Não havendo manifestação por parte dos senhores vereadores, a Sessão fica suspensa até as 15 horas.

Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se a Sessão às 14h04 e reabre-se às 15 horas, sob a Presidência do Sr. Vereador Rafael Aloisio Freitas,1º Secretário)

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Está reaberta a Sessão.

Esgotado o tempo destinado ao Expediente Inicial, passemos ao Prolongamento do Expediente.

Passa-se ao

Prolongamento do Expediente

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – A Mesa dará ciência das proposições recebidas:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 1302/2026

Requeremos à Mesa Diretora, na forma regimental, o cancelamento do Requerimento nº 703/2026, que deu origem à Resolução nº 13.333/2026, outorgando a Medalha Chiquinha Gonzaga à Senhora Ministra de Estado das Mulheres Márcia Helena Carvalho Lopes.

Plenário Teotônio Villela, 3 de novembro de 2026.

Vereador FELIPE PIRES

Vereadora MAÍRA DO MST

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos **à** proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 1304/2026

REQUEREMOS à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto a Lucas Pavanato de Oliveira.

Plenário Teotônio Villela, 27 de outubro de 2026.

Vereador Fernando Armelau

Vereador Marcos Dias

Vereador Diego Faro

Vereadora Alana Passos

Vereador Leniel Borel

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Registrando a abstenção do Vereador Pedro Duarte e os votos contrários dos Vereadores Rick Azevedo e Joyce Trindade.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

REQUERIMENTO Nº 1305/2026

REQUEREMOS à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto a Renato Araújo Corrêa.

Plenário Teotônio Villela, 27 de outubro de 2026.

Vereador Fernando Armelau

Vereador Marcos Dias

Vereador Dr. Rogerio Amorim

Vereador Leniel Borel

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
Registrando a abstenção do Vereador Pedro Duarte.
Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 1306/2026

REQUEREMOS à Mesa Diretora, com fulcro no Regimento Interno desta Casa de Leis, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga a Jéssica Ohana Tavares.

Plenário Teotônio Villela, 27 de outubro de 2026.

Vereador Fernando Armelau

Vereador Leniel Borel

Vereador Dr. Rogerio Amorim

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
Registrando a abstenção do Vereador Pedro Duarte.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 1307/2026

REQUEREMOS à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga a Maria Eduarda Campopiano Monteiro.

Plenário Teotônio Villela, 27 de outubro de 2026.

Vereador Fernando Armelau

Vereador Marcos Dias

Vereador Alana Passos

Vereador Leniel Borel

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
Registrando a abstenção do Vereador Pedro Duarte e os votos contrários dos Vereadores Joyce Trindade, Rick Azevedo e William Siri.
Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 1308/2026

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto à PIERO DE MATOS CABRAL – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICPAL DE SÃO GONÇALO.

Plenário Teotônio Villela, 5 de novembro de 2026.

Vereador Leniel Borel

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
Registrando a abstenção do Vereador Pedro Duarte.
Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 1310/2026

Requeremos à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor ALEXANDRE GOMES KNOPLOCH DOS SANTOS, como reconhecimento por sua trajetória e pelos relevantes serviços prestados à sociedade, cuja atuação e contribuições merecem o reconhecimento desta Casa Legislativa.

Plenário Teotônio Villela, 5 de novembro de 2026.

Vereadora Talita Galhardo

Vereador Dr. Rogerio Amorim

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
Registrando a abstenção do Vereador Pedro Duarte.
Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 1311/2026

REQUEREMOS à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de Reconhecimento São Francisco de Assis - 3º Milênio a ADALBERTO NETO pelos relevantes serviços prestados em prol das causas e lutas sociais.

Plenário Teotônio Villela, 4 de novembro de 2026.

Vereador Rick Azevedo
Partido PSOL

Vereadora Thais Ferreira

(INTERROMPENDO A LEITURA)

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

REQUERIMENTO Nº 1312/2026

Requeremos à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Placa de Homenagem, Agradecimento e Reconhecimento ao servidor público municipal da Cidade do Rio de Janeiro GABRIEL SIQUEIRA.

Vereador Rick Azevedo

Vereadora Maíra do MST

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
Passemos à proposição seguinte:

(Comparecem ainda os Senhores Vereadores Cesar Maia, Dr. Gilberto, Dr. Rogério Amorim, Felipe Boró, Felipe Pires, Fernando Armelau, Helena Vieira, Inaldo Silva, Jorge Canella, Joyce Trindade, Junior da Lucinha, Leonel de Esquerda, Luiz Ramos Filho, Maíra do Mst, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcos Dias, Niquinho, Pedro Duarte, Poubel, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rodrigo Vizeu, Rosa Fernandes, Salvino Oliveira, Tainá de Paula, Talita Galhardo, Tânia Bastos, Tatiana Roque, Vera Lins, Vitor Hugo, William Siri, Willian Coelho e Zico).

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Esgotada a matéria do Prolongamento do Expediente, passemos à Ordem do Dia.
Passa-se à

Ordem do Dia

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Passemos à primeira matéria da pauta:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 375/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR POUBEL, QUE "INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DO MUNICÍPIO DE EFETUAR A REMOÇÃO, EM LOCAIS PÚBLICOS OU PRIVADOS, DE COLMEIAS DE ABELHAS, VESPAS E MARIMBONDOS QUE EXPONHAM A RISCOS À SAÚDE HUMANA E DE ANIMAIS".

PARECER DA: Comissão de Constituição Justiça e Redação PELA REJEIÇÃO AO VETO, Relator VEREADOR ÁTILA NUNES,

*Prazo em 13/11/2026.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alana Passos, Carlo Caiado, Cesar Maia, Deangeles Percy, Diego Faro, Dr. Gilberto, Dr. Rogério Amorim, Felipe Boró, Gigi Castilho, Helena Vieira, Jair da Mendes Gomes, Joyce Trindade, Junior da Lucinha, Luiz Ramos Filho, Maíra do Mst, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcos Dias, Niquinho, Paulo Messina, Poubel, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rick Azevedo, Rodrigo Vizeu, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Talita Galhardo, Tânia Bastos, Tatiana Roque, Welington Dias, William Siri, Willian Coelho e Zico 34 (trinta e quatro), não havendo voto favorável. Absteve-se o Senhor Vereador Pedro Duarte 1 (um). Presentes 35 (trinta e cinco), votando 34 (trinta e quatro), absteve-se 1 (um) senhor vereador.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Presentes 35 (trinta e cinco) senhores vereadores. Votaram NÃO 34 (trinta e quatro) senhores vereadores. Absteve-se 1 (um) senhor vereador.
O veto está rejeitado e o Projeto de Lei nº 375/2025 segue à promulgação.

O SR. RICK AZEVEDO – Para comunicação de liderança, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Para comunicação de liderança, o nobre Vereador Rick Azevedo, por delegação da liderança do PSOL, que dispõe de cinco minutos.

O SR. RICK AZEVEDO – Presidente, poderia pedir à Casa um pouquinho de silêncio, porque eu não estou conseguindo falar. Presidente, pode pedir um pouquinho de silêncio da Casa, por gentileza?
Eu gostaria da atenção de todos porque eu tenho muito orgulho de ter passado por essa Casa. Aqui eu aprendi muito, aqui foi uma trajetória linda. Agora me tornei deputado federal e daqui a pouco eu não estarei por aqui, mas eu aprendi muito.
E eu não poderia deixar de fazer essa fala, embora eu saiba que o enredo que está por trás é um enredo de internet, é um enredo de "caça *like*", é um enredo de quem não tem pauta. Mas eu preciso falar, Presidente, de coisas absurdas que foram colocadas contra a minha pessoa naquela Tribuna, na Sessão passada. Calúnias! É muito triste ver a vereadora substituta da bancada do PL chegar naquela Tribuna sem prova alguma, apenas agindo como se fosse uma integrante do Fofocalizei. Porque se tratou de algumas fofocas que a vereadora ouviu nos corredores.
Presidente, eu preciso que a Casa faça silêncio, porque eu não estou conseguindo falar, e eu estou com um problema, eu estou com um problema de saúde na garganta, eu não estou em condições de gritar. Eu gostaria que a Casa respeitasse, porque é por isso que inúmeras vezes saem daqui falando coisas que não são, porque não escutam o que o colega parlamentar está falando. Como, por exemplo, alguns parlamentares do PL que disseram que eu falei que nenhum vereador trabalha. Eu nunca disse isso! Eu perguntei quantos parlamentares, dentro desta Casa, têm carteira de trabalho assinada, quantos parlamentares já tiveram carteira de trabalho assinada.
Mas, continuando, eu não vou permitir que uma vereadora suba nesta tribuna e apenas espalhe *fake news* contra a minha pessoa e fique por isso mesmo. E eu poderia processá-la, porque ela não tem prova. Aqui ela veio falar, aqui ela veio falar de assessores que mandaram mensagem para ela dizendo isso e aquilo.
Eu não tenho nenhuma representação no Ministério Público. Vereadora Rosa Fernandes, eu não fui notificado pelo Ministério Público, eu não tenho nenhuma ação correndo contra mim no Ministério Público. Eu desafio algum vereador a me apresentar algum processo que Rick Azevedo tem no Ministério Público. São falácias combinadas para poder atingir a

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

minha campanha e tirar os meus votos, mas não conseguiram. Fui eleito e muito bem eleito. Nenhum deputado do PL ficou na minha frente.

Trata-se de calúnias, difamações que a vereadora substituta da bancada do PL proferiu contra a minha pessoa naquela Tribuna. Isso é inadmissível, é inadmissível!

E, agora, quer emplacar uma narrativa de misoginia quando, na verdade, Vereadora Rosa Fernandes, foi uma discussão política. Eu fui acusado de assediar assessores, quando, na verdade, a vereadora substituta da bancada do PL não tem provas contra mim. Ela tem narrativas, fofocas, porque, veja bem, Vereadora Rosa Fernandes, imagine se todas as falácias que passam pelos corredores a gente colocasse nesta Tribuna e as quisesse transformar em verdade.

Inúmeros assessores, inclusive assessores de parlamentares do PL, já me procuraram para falar coisas absurdas relacionadas a alguns vereadores do PL. Sabe por que eu nunca falei aqui na Tribuna? Porque eu não tenho prova. Eu não sou leviano e eu não sou irresponsável. Eu jamais vou chegar acusando qualquer vereador que seja, se eu não tiver prova. Como, por exemplo, teve um vereador da bancada do PL que o seu ex-assessor ganhava quase R$ 20 mil e estava lá em Niterói, assaltando joias, roubando joias. Eu nunca disse que era verdade ou que era mentira, porque eu não tenho provas. Eu deixei para a Justiça acompanhar.

Agora, é muito conveniente vir aqui espalhar mentiras, *fake news*, quando o histórico da Justiça do Estado do Rio de Janeiro mostra que a vereadora substituta da bancada do PL teve uma empregada doméstica como assessora parlamentar para fazer faxina em sua casa.

Está aqui, eu não estou inventando. O histórico da Justiça mostra que a vereadora teve uma parlamentar, uma doméstica como assessora do seu mandato.

Presidente, eu peço mais um minuto para concluir, por gentileza.

Aí, essa mesma vereadora...

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Peço só que possa concluir.

O SR. RICK AZEVEDO – Eu vou concluir, só um minutinho.

Aí, agora, essa mesma vereadora está querendo me imputar crimes que eu não cometi, quando, na verdade, nas eleições deste ano, essa vereadora foi simplesmente impedida de falar o nome da deputada mais votada da história deste país. Sim, a deputada mais votada da história desse país é uma mulher trans.

O TRE concedeu uma liminar retirando vídeos transfóbicos. Não sou eu que estou dizendo, é a liminar do TRE, impedindo, porque essa vereadora vive usando a Tribuna desta Casa para proferir discursos transfóbicos. E a Justiça reconheceu, dando a liminar para Erika Hilton, para que ela retirasse os vídeos do ar. Inclusive, também perdeu para mim duas vezes durante as eleições, porque essa vereadora colocou vídeos mentirosos contra a minha pessoa, e a Justiça Eleitoral pediu para que essa vereadora os retirasse.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Para concluir, por favor.

O SR. RICK AZEVEDO – Eu vou concluir, Presidente.

Por último e não menos importante, essa mesma vereadora, que está querendo agora me colocar crimes que eu não cometi, tem uma denúncia de lesão corporal por uma ex-assessora do Deputado Delegado Ramagem. E, bom, se fosse para eu falar todos os crimes que estão em segredo de Justiça, eu iria passar a Sessão inteira falando.

Então, aqui se trata é de uma vereadora que já foi transfóbica, homofóbica, que coloca discurso de ódio nesta Tribuna, e aí agora quer me caluniar. Não vai passar, não vai para a frente, porque simplesmente a Justiça sabe quem deve, e quem deve não sou eu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Obrigado, Vereador.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1266/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR ZICO, QUE "DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A TURMA SEMPRE JOVEM DE BATE-BOLAS".

PARECERES DA:
Comissão de Constituição Justiça e Redação: PELA REJEIÇÃO AO VETO; Relator VEREADOR ÁTILA NUNES NETO
Comissão de Mérito: PELA REJEIÇÃO AO VETO; Relator Relator VEREADOR DEANGELES PERCY.

*Prazo em 13/11/2026.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alana Passos, Carlo Caiado, Cesar Maia, Diego Faro, Dr. Gilberto, Dr. Rogério Amorim, Felipe Boró, Gigi Castilho, Helena Vieira, Inaldo Silva, Jorge Canella, Joyce Trindade, Junior da Lucinha, Marcelo Diniz, Marcos Dias, Niquinho, Pedro Duarte, Poubel, Rafael Aloisio Freitas, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Talita Galhardo, Tânia Bastos, Tatiana Roque, Vitor Hugo, Welington Dias, William Siri e Zico 28 (vinte e oito), não havendo voto favorável. Presentes e votando 28 (vinte e oito) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Presentes e votando NÃO 28 (vinte e oito) senhores vereadores.

O veto está rejeitado e o Projeto de Lei nº 1266/2025 segue à promulgação.

Para comunicação de liderança, a nobre Vereadora Alana Passos, por delegação de liderança do PL, que dispõe de cinco minutos.

A SRA. ALANA PASSOS – Presidente, boa tarde. Eu gostaria que o senhor chamasse, por gentileza, a atenção de todos, se possível.

Boa tarde, vereadores e todos que estão nos assistindo. Eu gostaria de começar minha fala dizendo que o vereador que falou, que me antecedeu, é misógino. Gosta muito sim de atacar e humilhar as mulheres. Eu fui chamada por ele – pasmem vocês – de porca, escravocrata. Eu sendo filha de uma negra com muito orgulho, ele me chamou de minúscula, de fracassada. Eu servi em unidade das Forças Armadas com mais de mil homens e eu nunca me senti tão humilhada como eu fui nesta Casa por um par, por um vereador, como eu fui pelo Vereador Rick Azevedo.

Eu fiz uso da palavra questionando e falando situações que foram trazidas por assessores dele e que cabiam a ele explicar, quando eu fiz representação ao Conselho de Ética. Mas, em momento nenhum das minhas palavras, eu o ofendi, eu proferi qualquer tipo de ataque pessoal. E ele disse, sim, que eu, que nós, vereadores do PL, não trabalhávamos.

Eu quero dizer para vocês que, eu voltando para minha casa, minha mãe me ligou chorando, porque eu jamais deveria aceitar ser chamada de fracassada por um homem, já que eu defendo tanto as mulheres.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

E eu quero dizer para vocês que eu trabalho, e eu trabalho muito. Está aqui a minha Carteira de Trabalho, assinada desde os 18 anos de idade, pela loja Riachuelo, onde eu trabalhava atrás de um balcão – assim como ele gosta de falar tanto. E, mesmo assim, eu estudei muito para passar num concurso tão difícil; estudando em casa sozinha, eu me tornei sargento do Exército; me formei paraquedista, com mais de 200 homens, e eu sendo a única mulher.

Em 2018, eu fui eleita a mulher mais votada do Estado do Rio de Janeiro. Eu sou a primeira mulher parlamentar das Forças Armadas do Brasil todo. Eu sou a primeira vereadora das Forças Armadas no Município do Rio de Janeiro.

Senhor vereador, não é um pleito eleitoral que define a minha caminhada e que me torna uma fracassada, como Vossa Excelência quis dizer que eu sou, porque eu não sou.

Agora, eu quero dizer para todas as mulheres que estão aqui e que perderam esse pleito eleitoral de 2026: ele não se referiu somente a mim, não, Rogerio. Ele se referiu ao fracasso, a todos que não foram eleitos em 2026. Pois não é um pleito eleitoral que define a nossa caminhada.

Agora, vocês dizem tanto defender uma mulher, mas não serão as palavras de vocês que vão apagar a minha trajetória. E eu, sim, representei ao Conselho de Ética; eu fiz um RO, sim. Porque eu não vou permitir que homem nenhum venha querer me humilhar; apagar minha história e me chamar de fracassada – coisa que eu não sou, Rogerio.

E eu quero pedir a todos vocês, meus amigos, que entendam que eu sou mãe, esposa, filha; eu tenho uma história; eu tenho um legado de uma família por que eu luto todos os dias para deixar escrito e ser referência para as minhas filhas. E eu não vou permitir e aceitar, nunca, que um homem fale comigo como esse vereador se pronunciou. Eu não aceitarei, Rogerio. Porque o respeito é uma via de mão dupla. E eu tenho muito orgulho da história que eu tracei até aqui. Eu tenho orgulho de ter sido deputada; eu tenho orgulho de ser vereadora, independentemente de como eu cheguei aqui, sendo suplente, honrando a cadeira que eu ocupei, sendo a cadeira do Carlos Bolsonaro, de que eu tenho tanto orgulho.

Agora, se ele gosta tanto de diminuir uma mulher; menosprezar uma mulher, a história de uma mulher, uma mulher que é muito trabalhadora, porque você diz tanto que defende os trabalhadores, mas, na hora da sua petulância, você esquece disso?

Agora, o que Vossa Excelência disse em relação ao processo, em relação à empregada doméstica. Esse processo já foi extinto há muito tempo, e o senhor também responderá por ele. Sabe por quê? Porque está numa difamação, uma calúnia, e tenha certeza disso: você vai responder também.

Agora, a todos os meus pares, eu digo para vocês: respeitem as mulheres. Vocês têm esposas; vocês são filhos de mulheres; muitos são pais de meninas. Não permitam que isso aconteça, porque eu não aceitarei ser difamada e humilhada por ninguém. Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2287-A/2026 DE AUTORIA DA VEREADORA JOYCE TRINDADE, QUE "DÁ O NOME DE CICLOVIA SARA RAIMUNDO (1991-2023) A UMA CICLOVIA INOMINADA NO BAIRRO DE PACIÊNCIA".

PARECERES DA :
Comissão de Constituição Justiça e Redação: Pela REJEIÇÃO AO VETO, Relator VEREADOR ÁTILA NUNES;
Comissão de Mérito: PELA REJEIÇÃO AO VETO; Relator(a) VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES

*Prazo em 13/11/2026.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão a matéria.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.

(Os senhores vereadores registram os seus votos)

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram NÃO os Senhores Vereadores Cesar Maia, Deangeles Percy, Diego Faro, Dr. Rogério Amorim, Felipe Boró, Felipe Pires, Fernando Armelau, Gigi Castilho, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Joyce Trindade, Junior da Lucinha, Leonel de Esquerda, Maíra do Mst, Marcelo Diniz, Marcos Dias, Niquinho, Rafael Aloisio Freitas, Rafael Satiê, Rick Azevedo, Rosa Fernandes, Salvino Oliveira, Tainá de Paula, Talita Galhardo, Tatiana Roque, Welington Dias, William Siri, Willian Coelho e Zico 29 (vinte e nove), não havendo voto favorável. Presentes e votando 29 (vinte e nove) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Presentes e votando NÃO 29 (vinte e nove) senhores vereadores.

O veto foi rejeitado e o Projeto de Lei nº 2287-A/ 2026 segue a promulgação.

Para comunicação de liderança, por delegação da liderança do PT, a nobre Vereadora Tainá de Paula, que dispõe de cinco minutos.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Obrigada, Vereador Felipe Pires.

Eu peço a palavra porque a Bancada do Partido dos Trabalhadores, acaba de aprovar nessa casa junto com a Vereadora Thaís Ferreira, Vereadora Tatiana Roque, a medalha em homenagem à Ana Elisa, uma jovem de 21 anos que se torna a parlamentar federal mais votada da história do Partido dos Trabalhadores, que assim como alega a Vereadora Alana Passos, tem sofrido com misoginia, com ataques, com violência política. E eu quero registrar aqui sobre as dificuldades que as mulheres e principalmente as mulheres negras passam no ambiente parlamentar, no ambiente do exercício de sua atividade.

Eu quero falar da dificuldade de mulheres como Ana Elisa, como Benedita, como Marielle Franco têm de exercer esse mandato. Eu mesma só me tornei parlamentar aos 37 anos. Benedita da Silva, aos 40 anos. Marielle Franco, aos 36 anos. E reivindico aqui, convoco aqui que se protejam as mulheres, as mães, as meninas que têm a ousadia de se levantar contra o racismo político, contra o ódio institucional a nós, contra a nossa liberdade e exercício parlamentar, contra a nossa coragem em exercer os nossos mandatos.

Ana Elisa está representada nesta Casa pela nossa ousadia de fazer valer não apenas uma medalha, não apenas uma homenagem, mas a todas as mulheres que estão nos rincões desse país, que estão vendo, estão percebendo o ódio político do Partido do PL, dos partidos conservadores desse país, que fomentam o ódio contra nós, que nos xingam nos parlamentos, que não querem nos ver eleitas.

Mas nós não daremos nenhum passo atrás. Nós não caminhamos sós. Nós estamos aqui exercendo as nossas liberdades. Nós somos os sonhos das nossas ancestrais. E nós não só apenas reverenciaremos a nossa atividade público-política, mas nós construiremos a transformação negra feminista plural da juventude que esse país precisa. Viva Ana Elisa. Viva essa Câmara de Vereadores que homenageará essa mulher viva forte e viva o Partido dos Trabalhadores, que o partido do alto dos seus mais de 40 e poucos anos não é mais um jovenzinho, é um partido capaz de

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

eleger, fortalecer e potencializar mulheres como Ana Elisa. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Gostaria de registrar as presenças de alguns presidentes aqui da Liga RJ: representantes da Estácio de Sá, São Clemente, Acadêmicos de Niterói, Unidos de Bangu, Acadêmicos de Vigário Geral, Acadêmicos de Santa Cruz, Unidos do Porto da Pedra, Em Cima da Hora, Império Serrano. Presidente Déo Pessoa da Liga RJ, obrigado pela presença.

Também gostaria de dar ciência aos vereadores que hoje foi conversado e deliberado no Colégio de Líderes, com a presença dos representantes e líderes de várias bancadas e blocos, sobre as questões regimentais aqui da Câmara. Em que situações que cabem as falas "pela ordem", "questões de ordem' ou "comunicação de liderança". E a deliberação foi que nesta sessão de hoje, talvez nas próximas, essas falas vão seguir o que está no regimento, especialmente nos artigos 287 e 288 do Regimento Interno.

Então, as falas e os pedidos de pela ordem vão ter que seguir o rito regimental para que a gente consiga ter uma sessão produtiva. Lembrando que a gente tem quase 50 projetos de lei aqui dos vereadores para que a gente possa fazer as deliberações.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 149/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR DIEGO VAZ, QUE "DECLARA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A FEIRA BRECHOLEIRAS".

PARECERES DA :
Comissão de Justiça e Redação Pela REJEIÇÃO AO VETO, Relator VEREADOR ÁTILA NUNES;
Comissão de Mérito PELA REJEIÇÃO AO VETO; Relator(a) VEREADOR CESAR MAIA;

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alana Passos, Átila Nunes, Carlo Caiado, Cesar Maia, Deangeles Percy, Diego Faro, Dr. Gilberto, Felipe Boró, Felipe Pires, Fernando Armelau, Helena Vieira, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Joyce Trindade, Junior da Lucinha, Leonel de Esquerda, Maíra do Mst, Marcelo Diniz, Marcos Dias, Niquinho, Paulo Messina, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Rafael Satiê, Rick Azevedo, Rosa Fernandes, Salvino Oliveira, Talita Galhardo, Tânia Bastos, Tatiana Roque, Vera Lins, Vitor Hugo, Willian Coelho e Zico 34 (trinta e quatro), não havendo voto favorável. Presentes e votando 34 (trinta e quatro) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Presentes e votando NÃO 34 (trinta e quatro) senhores vereadores.

O veto está rejeitado e o Projeto de Lei nº 149/2025 segue à promulgação:

Pela ordem, o nobre Vereador Rafael Satiê, que dispõe de três minutos. Relembrando, desde que seja de acordo com o artigo 287 do Regimento.

O SR. RAFAEL SATIÊ – Não é de acordo com o artigo 287 do Regimento Interno da Câmara Municipal, então, Senhor Presidente, vou deixar passar para respeitar o regimento, para não ferir o Regimento da Câmara. E, em seguida, vou pedir a comunicação de liderança junto ao meu líder Dr. Rogerio Amorim.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Obrigado, Vereador.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 370-A/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR MARCELO DINIZ, QUE "DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIDADE URBANÍSTICA DAS EMPRESAS DE APLICATIVOS DE ENTREGA E DOS SHOPPING CENTERS E GRANDES ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CLASSIFICADOS COMO COMERCIAL III NO PLANO DIRETOR E SUAS REGULAMENTAÇÕES EM MINIMIZAR O IMPACTO NA VIZINHANÇA DECORRENTE DOS SERVIÇOS DE ENTREGA POR APLICATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER DA: Comissão de Constituição Justiça e Redação Pela REJEIÇÃO AO VETO, Relator VEREADOR ÁTILA NUNES.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Pela ordem, o nobre Vereador Marcelo Diniz, que dispõe de três minutos.

O SR. MARCELO DINIZ – Boa tarde, Senhor Presidente.

Solicito o adiamento da discussão da matéria por uma sessão, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Solicitado o adiamento da discussão da matéria por uma sessão.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado o adiamento por uma sessão.

A discussão do veto ao Projeto de Lei nº 370-A/2025 fica adiada por uma sessão.

Pela ordem, o nobre Vereador Inaldo Silva, que dispõe de três minutos.

O SR. INALDO SILVA – Boa tarde, Presidente, vereadores e vereadoras.

Presidente, nós tivemos hoje o colégio de líderes, e lá foi acordado entre nós que a manifestação pela ordem só se daria para se tratar de assunto ligado aos projetos. Nós temos das 14 horas às 15 horas uma hora para quem quiser usar o Plenário e falar à vontade. Depois temos também das 16 horas às 17 horas para quem quiser usar o Plenário e falar à vontade.

Neste momento, a gente está em votação, deve estar atento às votações, e a gente entra naquele discurso, se a eleição foi legal, se a eleição não foi legal, se vai ter segundo turno, se não vai ter segundo turno, entra numa guerra que não é nossa.

Portanto, como foi acordado com os líderes, hoje, a gente deve atinar para isso e fazer a pauta andar. A gente está aí no penúltimo mês do ano e precisa que os projetos de vereadores sejam aprovados.

Então, vamos dar continuidade à sessão para que a gente possa ter um ano feliz para a Cidade do Rio de Janeiro.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) - Obrigado, Vereador. Só para registrar que o seu pela ordem foi sobre questão relativa ao regimento, ao andamento dos trabalhos. Correto. Passemos à primeira matéria da pauta:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1270/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR ZICO, QUE "DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A TURMA PRESTÍGIO DE BATE-BOLAS".

PARECERES DA :
Comissão de Constituição Justiça e Redação Pela REJEIÇÃO AO VETO, Relator VEREADOR ÁTILA NUNES;
Comissão de Mérito: PELA REJEIÇÃO AO VETO Relator(a)VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES;

*Prazo em 19/11/2026.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos.)

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) - Encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alana Passos, Átila Nunes, Carlo Caiado, Cesar Maia, Deangeles Percy, Dr. Rogério Amorim, Felipe Boró, Felipe Michel, Felipe Pires, Fernando Armelau, Gigi Castilho, Inaldo Silva, Joyce Trindade, Junior da Lucinha, Maíra do Mst, Marcelo Diniz, Marcos Dias, Niquinho, Pedro Duarte, Poubel, Rafael Aloisio Freitas, Rafael Satiê, Rick Azevedo, Salvino Oliveira, Tânia Bastos, Vitor Hugo, Welington Dias, Willian Coelho e Zico 29 (vinte e nove), não havendo voto favorável. Presentes e votando 29 (vinte e nove) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Presentes e votando NÃO 29 (vinte e nove) senhores vereadores.
O veto está rejeitado e o Projeto de Lei nº 1270/2025 segue à promulgação.
Com a palavra, pela ordem, a Vereadora Joyce Trindade, que dispõe de três minutos, de acordo com o art. 287 do Regimento Interno.

A SRA. JOYCE TRINDADE - Na próxima sessão, com certeza, irei respeitar o artigo do Regimento Interno, Presidente. Mas hoje gostaria de trazer uma fala que eu acho que também é pertinente, que é sobre a violência que aconteceu na última semana na Tijuca, aqui na Cidade do Rio de Janeiro. Um homem de 32 anos de idade chamado Lucas Portela violentou 3 mulheres no seu prédio.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) - Vereadora, sei que é muito importante, um caso de quase feminicídio, mas mais uma vez, na sessão de hoje, eu vou aqui pedir para que a gente tenha o bom senso.

A SRA. JOYCE TRINDADE – É que o senhor falou que seria na próxima semana, na quinta.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) - A gente tem o período das 17 às 18 horas, que é o Expediente Final, para a gente conseguir fazer as falas inerentes aos mandatos, às questões relativas ao que não está na pauta.

A SRA. JOYCE TRINDADE – Tudo bem, que o senhor tinha falado que seria a partir da quinta, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) - Obrigado.
Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL
EM REGIME DE URGÊNCIA
EM DISCUSSÃO ÚNICA
QUÓRUM: MA

VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1501/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM, QUE "DECLARA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A DENOMINAÇÃO SIMBÓLICA 'O MARACA É NOSSO' REFERENTE AO ESTÁDIO JORNALISTA MÁRIO FILHO – 'MARACANÃ' "

PARECERES DA :
Comissão de Constituição Justiça e Redação Pela REJEIÇÃO AO VETO, Relator VEREADOR ÁTILA NUNES;
Comissão de Mérito PENDENTE.

*Prazo em 19/11/2026.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O projeto está pendente de parecer da Comissão de Mérito. Convido o Vereador Jair da Mendes Gomes para emitir o parecer.

O SR. JAIR DA MENDES GOMES – Pela rejeição ao veto.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) - O parecer da Comissão de Mérito é pela rejeição ao veto.

Com a palavra, pela ordem, o Vereador Dr. Rogerio Amorim, que dispõe de três minutos.

A SRA. VERA LINS – Presidente, pela ordem.

O SR. DR. ROGERIO AMORIM - Vou pedir o adiamento desse projeto a pedido da diretoria do próprio Flamengo por uma sessão, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) - Solicitado adiamento da discussão do veto por uma sessão.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
Aprovado.
A discussão do veto ao Projeto de Lei nº 1501/2025 está adiada por uma sessão.
Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
REDAÇÃO DO VENCIDO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 118-A/2026 DE AUTORIA DO VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, QUE "DISPÕE SOBRE A

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

REQUALIFICAÇÃO DE GALPÕES INDUSTRIAIS PARA FINS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E LOGÍSTICA NOS BAIRROS DE JACAREPAGUÁ, BANGU E SANTA CRUZ".

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Pela ordem, a nobre Vereadora Joyce Trindade, que dispõe de três minutos.

A SRA. JOYCE TRINDADE – Gostaria de pedir o adiamento por uma sessão, por favor.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – A Presidência submete ao Plenário o adiamento da discussão da matéria por uma sessão.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

A discussão do Projeto de Lei Complementar nº 118-A/2026 está adiada por uma sessão.

Com a palavra, pela ordem, de acordo com o regimento interno do art. 287, Vereadora Vera Lins, que dispõe de três minutos.

A SRA. VERA LINS – Presidente, boa tarde. Boa tarde, demais colegas.

Eu venho aqui a esse microfone, não sei se desabafo, mas lamentar o que aconteceu essa semana. O vereador, como eu gosto de citar nomes, o Vereador Jair foi lá para o Parque de Madureira, sendo da base do governo, que todo mundo sabe, é cabeamento, tudo, eles tão roubando tudo. E ele foi para lá dizer: "O parque está aqui todo apagado!" É lamentável que um vereador, que faça parte do governo, ir para lá, com isso ele desgastou também o governo. Ir para lá e dizer que o parque estava todo apagado. Do parque, a direção é nossa, sim.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Vereadora, mais uma vez, não é...

A SRA. VERA LINS – Mas ele fazer isso é de se lamentar. Política é para profissional, não é para amador. Vamos combinar.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Não é matéria que cabe pela ordem. Obrigado.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 804/2025 DE AUTORIA DA VEREADORA ROSA FERNANDES, QUE "ASSEGURA A PRESENÇA DE PSICÓLOGOS OBSTETRAS DURANTE O TRABALHO DE PARTO, PARTO E PÓS-PARTO IMEDIATO, NAS MATERNIDADES, CASAS DE PARTO E ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES CONGÊNERES, DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO".

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Pela ordem, a nobre Vereadora Joyce Trindade, que dispõe de três minutos.

A SRA. JOYCE TRINDADE – Presidente, adiamento por uma sessão, por favor.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – A Presidência submete ao Plenário o adiamento da discussão da matéria por uma sessão.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

A discussão do Projeto de Lei nº 804/2025 está adiada por uma sessão.

Para comunicação de liderança, por delegação do PSD, a Vereadora Joyce Trindade, que dispõe de cinco minutos.

A SRA. JOYCE TRINDADE – Obrigada, Presidente.

Voltando. A gente pode observar nessa última semana uma situação trágica na Cidade do Rio de Janeiro. Uma mulher foi brutalmente violentada por um outro homem de 32 anos de idade. Uma tentativa de feminicídio. Mas eu queria trazer aqui uma fala pertinente ao meter a colher. Uma vizinha, ouvindo os gritos, ouvindo o socorro, foi até a casa da outra mulher e conseguiu ali tentar socorrê-la. Mas no caminho desse socorro, essa mulher levou 30 socos a partir desse agressor. E é importante a gente dar nome. Primeiro, Lucas Portela Fontana Gomes, o agressor, um homem que tentou cometer feminicídio contra uma mulher de 81 anos de idade. E, além disso, cometeu uma brutal violência contra duas outras mulheres.

Mas eu queria muito trazer para nossa mesa diretora, inclusive, uma reflexão, porque hoje foi colocada em pauta a aprovação da Medalha Chiquinha Gonzaga para a Deputada eleita Eduarda Campopiano. Uma mulher que nitidamente, de forma muito clara nas redes sociais, se coloca diariamente contra a temática do fim do feminicídio, onde ela mesmo diz que não existe feminicídio no Brasil. E cinco dias depois de uma tentativa de feminicídio, sobre a qual o Fantástico relatou, da qual o Brasil inteiro falou, na mesma Cidade do Rio de Janeiro, essa Casa coloca como celebração a carreira de uma mulher que se declara contra ao feminicídio. Essa Casa não pode ser parceira da hipocrisia clara, declarada. Nós precisamos nos colocar para defendermos pautas que realmente estão, de fato, de encontro com a vida. Como que uma Casa que se diz contra a violência da mulher, contra o feminicídio, cinco dias depois aprova uma Medalha Chiquinha Gonzaga a uma deputada que nitidamente, diariamente é contra a violência contra a mulher.

Então, Presidente, queria falar um pouco desse caso porque é chocante. A gente vê diariamente tantos casos de violência, mas este traz à tona a seguinte reflexão: agressores não são monstros. Muitas pessoas na internet estão chamando esse Lucas de monstro, de impensado, que ele agiu por impulso, que ele agiu por um domínio diabólico. Mas não, ele fez uma escolha, ele escolheu agredir três vizinhas e tentar o feminicídio contra uma mulher de 81 anos de idade.

Se ele estava com tanta raiva, se ele estava com a posse de outras forças e domínios, por que ele não escolheu agredir um homem do mesmo porte que ele? Não, ele escolheu três mulheres vulneráveis para ele tentar matar. Então, quero dizer que esta Casa não pode compactuar, cinco dias depois, com uma tentativa de feminicídio nessa cidade e depois homenagear uma deputada que claramente se expõe contra o feminicídio, que diz que não existe esse crime no nosso Brasil. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Aproveitando a fala da Vereadora Joyce Trindade, queria registrar que o significado de comunicação de liderança também está no Regimento Interno, no artigo 132, e no inciso primeiro fala que tem que ser uma comunicação, uma fala cuja matéria seja inadiável em relação ao nosso debate, como é o caso do quase feminicídio acontecido ali na Tijuca. Portanto, em relação aos pedidos de comunicação de liderança que temos aqui, se for só para substituir a palavra pela ordem, a gente também vai seguir o Regimento de acordo com o que está no texto.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
REDAÇÃO DO VENCIDO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 565-A/2025, DE AUTORIA DO VEREADOR FABIO SILVA, QUE "INSTITUI O PROGRAMA DE CENTROS DE

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

ATENÇÃO PSICOSSOCIAL MÓVEIS - CAPS MÓVEIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

(INTERROMPENDO A LEITURA)

A matéria recebeu a Emenda nº 2, sai da Ordem do Dia e segue às Comissões pertinentes.

Respeitando o Regimento, para comunicação de liderança, o Senhor Vereador Rick Azevedo, por delegação da liderança do PSOL, que dispõe de cinco minutos.

O SR. RICK AZEVEDO – Presidente, vou ser bem rápido e objetivo para a gente dar continuidade aos trabalhos.

Eu só quero deixar claro que não houve qualquer misoginia da minha parte. Houve uma discussão política entre dois parlamentares. A parlamentar está alegando que a mãe ficou triste, que a mãe não gostou. E, de fato, não houve nenhum crime. Eu só realmente debati um assunto, como dois políticos podem discordar dentro desta Casa.

Agora, por falar em mães, eu deixo um questionamento: será que, por algum minuto, passa pela cabeça dessas pessoas que a Erika Hilton tem mãe? Imagina a Erika Hilton ouvindo as inúmeras atrocidades, as inúmeras violências que são proferidas contra ela todos os dias. Imaginem um parlamentar LGBTQIAPN+ ouvindo tudo quanto é tipo de discurso de ódio dentro desta Casa.

Então, eu acho que é válido deixar registrado que eu jamais iria compactuar ou realizar qualquer discurso misógino. Mas não esqueçam, sou um parlamentar LGBTQIAPN+ e por muitas vezes tive que engolir outras parlamentares fazendo discurso transfóbico aqui dentro, e não dá para aceitar. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Obrigado.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
REDAÇÃO DO VENCIDO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 882-A/2025, DE AUTORIA DO VEREADOR DEANGELES PERCY, QUE "DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA VISITAS ORIENTADAS PARA PESSOAS IDOSAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

O Projeto nº 882-A/2025 está aprovado.

Dispensada a redação final, segue a autógrafo.

Para comunicação de liderança, o Senhor Vereador Poubel, por delegação da liderança do PL, que dispõe de cinco minutos.

O SR. POUBEL – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, nobres vereadores.

Presidente, gostaria de saber por onde anda o prefeito dessa cidade, o prefeito da Shopee. Porque ele teve a coragem de falar que, nessas últimas enchentes, tudo foi maravilhoso na cidade. Onde ele mora? Onde foi maravilhoso e correu tudo bem? Pessoas perdendo tudo e ele teve a coragem, a audácia, de falar que correu tudo bem. Está de brincadeira? Ele é prefeito de onde?

Além disso, Presidente, recebi uma denúncia lá do Lourenço Jorge. Fui até lá, no sábado à noite. Cheguei lá e tinha um paciente que chegou lá quarta-feira com um problema cirúrgico na perna, já era sábado e ele não tinha sido assistido por um profissional da área, por um ortopedista.

Onde anda o Prefeito desta cidade, com uma saúde que recebe mais de R$ 10 bilhões anuais? É brincadeira com a população!

E cheguei lá e estavam todos, tinha mais ou menos umas 20 pessoas, internados no corredor – no corredor do hospital!

Aí, eu quero saber o seguinte: não tenho nada contra o profissional da saúde, não, Presidente. Pelo contrário, estou lutando por quem está na ponta, que é o profissional da saúde e a população. Mas o profissional não está ali. Sabe por quê? Será que não tem verba para contratação? É brincadeira!

Na hora da eleição, está todo mundo na rua, pedindo voto. E na hora de lutar pela população, quem vai lutar? Somos nós! Temos que lutar por eles. E o que eu vi lá foi um descaso. Aquilo lá é crime, é omissão de socorro. É brincadeira! É desumano! É desumano ver um negócio daqueles. Foge de politicagem. Ali poderia ser um de nós, poderia ser um familiar. Porque se você sofre um acidente na rua, é para lá que "te jogam", Vereadora Alana. Aí, como é que fica? Você pode ter o melhor plano de saúde do mundo, mas você vai parar lá. E o que eu vi lá parecia filme de terror.

Aí, Presidente, devido às minhas fiscalizações, no sábado, voltei lá ontem. E o paciente que estava no corredor já estava na enfermaria e vai realizar a cirurgia, Vereador Satiê, na próxima quinta-feira. É brincadeira! Uma saúde combalida, uma saúde com mais de R$ 10 bilhões está abandonada. E aí, o "Prefeito da Shopee" vai para a televisão falar bonito. Já tínhamos um secretário de saúde que nada fez e, quando chegou na época de eleição, foi lá e abasteceu as Clínicas da Família com remédios. Mas vai lá agora correndo para ver: não tem mais remédios. Acabaram já com os remédios. É brincadeira! Estão usando a máquina pública para fazer política, para ganhar a eleição.

É brincadeira, Presidente! Enquanto eu for parlamentar, desta Casa aqui, enquanto o povo me escolher e Deus me deixar ficar aqui, eu vou estar sempre lutando pela população.

Sem mais, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOÍSIO FREITAS) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 812/2025 DE AUTORIA DOS VEREADORES SALVINO OLIVEIRA, MONICA BENICIO, MAIRA DO MST, LENIEL BOREL, HELENA VIEIRA, RICK AZEVEDO, RODRIGO VIZEU, THAÍS FERREIRA E TAINÁ DE PAULA, QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAR CADEIRA DE RODAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS".

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O SR. RAFAEL SATIÊ – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Pela ordem, o nobre Vereador Rafael Satiê, que dispõe de três minutos.

O SR. RAFAEL SATIÊ – Muito obrigado, Senhor Presidente.

Esta manifestação pela ordem, de fato, é pelo projeto, que é o número 14 da pauta. Acho que é um projeto extremamente importante, quando a gente fala sobre acessibilidade – meu líder, é pela ordem, mesmo.

A gente sabe o quanto o empresário, aquele que está trabalhando no setor da educação, o quanto ele sofre. Existem pautas extremamente sensíveis dentro de escolas privadas em que, inclusive, o empresário da área tem atuado com muito mais veemência do que o setor público, sobretudo no que diz respeito a alunos que têm o Transtorno do Espectro Autista, de fato, com uma estrutura dentro das escolas privadas bem maiores do que as estruturas que existem nas unidades públicas.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

É importante, Senhor Presidente, e eu pedi para falar pela ordem neste projeto, porque a gente não pode tratar a iniciativa privada de qualquer jeito. O empresário carioca, hoje, já sofre com insegurança, com falta de infraestrutura, já sente falta de subsídios. A gente tem, hoje, um grande grupo educacional nacionalizado, gigantesco, que ficou ainda mais forte depois da pandemia, que comprou inúmeras unidades de colégios privados na Cidade do Rio de Janeiro.

A gente sabe o quanto é difícil empreender. Esta Câmara Municipal não pode se debruçar para colocar ainda mais dificuldades sobre aqueles que estão empreendendo, gerando riquezas, gerando recursos para esta cidade.

Margaret Thatcher disse isto: o governo não é dono de nada. Essa coisa de almoço grátis, essa coisa de promoção de... Não existe isso. O governo não é dono de nada porque o governo não gera riqueza. Quem gera riqueza para esta cidade é o empreendedor, é o trabalhador, é o dono da escola familiar lá no Engenho Novo, é o dono da escola familiar lá na Tijuca, lá em Irajá, esse que tem uma dificuldade absurda para pagar a sua folha, para honrar os seus compromissos, para pagar 13º salário dos colaboradores que fazem parte daquele empreendimento.

E aí vem a Câmara Municipal com as maiores das boas intenções. Eu entendo que a pauta é a acessibilidade, mas a gente não pode obrigar aqui, até porque, inclusive, as escolas privadas já fazem isso. Se você for numa escola privada, você vai ter mediador que não tem em escola pública, você vai ter rampa de acesso nas escolas privadas que não tem em escola pública. Aí, pelo amor de Deus, gente. A gente está achando que o empresário é o quê? O empresário é pagador de imposto, gerador de riqueza. A gente tem que respeitar o empresário nesta Casa.

A gente não tem uma bancada aqui pelo livre mercado, mas eu sou um entusiasta disso, um defensor do livre mercado. E quando eu falo que estou defendendo aqui o livre mercado empresário, não é o Velho da Havan, não é o bilionário. Porque, inclusive, o bilionário da área de educação gosta desse tipo de projeto de lei. Que daqui a pouco vai ter uma comissão fiscalizadora burocrata indo numa escola privada lá em Vaz Lobo falar com o diretor, dono da escola, que se vira para pagar folha, para falar assim: "Olha, não tem isso aqui". Pelo amor de Deus.

Então, Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Para concluir.

O SR. RAFAEL SATIÊ – Para finalizar, eu peço aos colegas vereadores que reavaliem esse projeto, reavaliem o texto desse projeto, a fim de que os empresários não sejam vilipendiados por burocratas que não entendem a realidade de um dono de um colégio privado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Átila Nunes, Carlo Caiado, Cesar Maia, Deangeles Percy, Felipe Boró, Felipe Pires, Helena Vieira, Jair da Mendes Gomes, Joyce Trindade, Leonel de Esquerda, Luiz Ramos Filho, Maíra do Mst, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcos Dias, Niquinho, Paulo Messina, Rafael Aloisio Freitas, Rick Azevedo, Rodrigo Vizeu, Salvino Oliveira, Vera Lins, Vitor Hugo, Welington Dias, William Siri e Zico 26 (vinte e seis). E que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alana Passos, Diego Faro, Dr. Rogério Amorim, Pedro Duarte, Poubel, Rafael Satiê, Talita Galhardo e Willian Coelho 8 (oito). Presentes e votando 34 (trinta e quatro) senhores vereadores).

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Presentes 34 (trinta e quatro) senhores vereadores. Votaram SIM 26 (vinte e seis) senhores vereadores; votaram NÃO 8 (oito) senhores vereadores.

O Projeto de Lei nº 812/2025 está aprovado. Dispensada a redação final, segue a autógrafo.

Para comunicação de liderança, o nobre Vereador Marcio Ribeiro, por delegação da liderança do PSD, que dispõe de cinco minutos.

O SR. MARCIO RIBEIRO – Presidente, gostaria de fazer uma colocação respondendo ao nobre colega vereador que me antecedeu, na questão de ordem, aqui no Plenário, em relação ao comentário... Mais uma vez, quando você dirige a palavra a um representante do Executivo, com adjetivos ou de incompetência ou comparando com alguma coisa que não é boa, falando que está ausente... a gente está falando de um Prefeito que assumiu, no ano passado, o mandato do prefeito mais longevo da história da Cidade do Rio de Janeiro.

E os cariocas não perceberam a mudança justamente pela competência do atual prefeito, que conseguiu continuar tocando todos os projetos da cidade, principalmente na saúde. Porque, na Cidade do Rio de Janeiro, ao contrário... Infelizmente, a maioria das cidades do Estado do Rio de Janeiro vêm conseguindo sobreviver com o que o Estado do Rio de Janeiro fez com o repasse da saúde para todos os municípios.

Hoje a gente tem grande parte dos municípios do Estado do Rio de Janeiro passando por muita dificuldade na saúde, porque, há meses, o Governo do Estado não faz o repasse, fazendo com que todos os equipamentos de saúde pública hoje passem por dificuldade. E a gente vê, muitas das vezes, a fila do sistema de regulação crescer pela falta do dinheiro da verba, que é originária do Governo do Estado e não é repassada para os municípios.

Mesmo assim, a gente, na Cidade do Rio de Janeiro, mantém todas as clínicas da família e todos os hospitais funcionando na sua plenitude, fazendo com que, cada vez mais, o governo municipal acabe injetando mais recursos que poderiam ser destinados para outras pastas, para outros órgãos por causa da inércia e da incompetência do Governo do Estado anterior, que não fez o seu papel de repassar o orçamento da saúde para os municípios.

Então, queria só fazer essa colocação, e aproveitar também para colocar aqui à vontade para todos os colegas vereadores que, quando estiverem fazendo alguma fiscalização nos órgãos públicos e detectarem alguma coisa que não está de acordo com aquilo que eles acham que deveria estar, que podem usar a liderança do governo para fazer essa aproximação. A gente vai ter o maior prazer de marcar reunião com secretário, enfim, com os dirigentes municipais para que a gente possa usar o Parlamento Carioca para ajudar o Executivo a, cada vez mais, prestar um serviço de qualidade para todo cidadão carioca.

Para finalizar, quero aqui cumprimentar a todos os gestores de escola de samba que estão hoje aqui no Plenário, em especial o meu amigo Marinho, Presidente da Estácio, que estão aqui hoje para atentos ao projeto encabeçado aqui pelo colega Vereador Felipe Pires, que tenta fazer com que, através da previsibilidade, as escolas de samba possam ter uma organização melhor para fazer com que o Carnaval do Rio de Janeiro possa ser cada vez mais essa referência tão bonita de maior festa popular do mundo.

Parabéns a todos presentes e ao nobre colega Vereador Felipe Pires.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Para declaração de voto, o nobre Vereador Rafael Satiê, que dispõe de três minutos.

O SR. RAFAEL SATIÊ – Sim, Presidente.

É o 14º projeto da pauta, o Projeto de Lei nº 812/2025, projeto que foi aprovado agora, com a maioria... Assim, com todo respeito à Vossa Excelência, com todo respeito à Mesa Diretora, não dá para a gente ver um projeto sendo aprovado esperando, esperando, esperando, contando... Poxa, isso aí é complicado.

Eu não tenho nada contra o projeto desde que esse projeto seja extremamente relacionado às unidades públicas educacionais, unidades pú-

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

blicas! Eu sou um vereador da Cidade do Rio de Janeiro, posso legislar na qualidade de vereador para os colégios públicos, colégios municipais nesta cidade. O que eu não posso é colocar, nesse mesmo bojo, as instituições privadas. A gente vive numa cidade complicada, uma cidade que chove e afeta os empresários, uma cidade que não tem segurança, uma cidade que, agora, o Poder Executivo mandou comunicação para esta Casa para pedir mais um empréstimo na ordem de R$ 3 bilhões, entendeu?

Então, a gente tem que prestar atenção nisso. Quem gera riqueza para esta cidade, quem gera empregos para esta cidade é o setor público, ou melhor, é o setor privado, perdão. Então, eu peço aos vereadores que votaram nesse projeto que reavaliem isso, reavaliem isso. Eu não estou falando aqui do Eleva, eu não estou falando aqui de Jorge Paulo Leman, eu não estou falando aqui de São José, eu não estou falando de grandes unidades escolares privadas, que têm muitos recursos. Eu estou falando de colégios familiares. Eu estou falando do colégio que está lá em Madureira, que está lá em Vaz Lobo, Vereadora Vera Lins. Eu estou falando de unidades privadas que sofrem para arcar com a sua folha. E, diga-se de passagem, já fazem tudo o que o colégio público não faz: ar-condicionado em suas aulas, professores qualificados, rampa de acesso, estrutura e infraestrutura para alunos que encontram-se ou que têm o Transtorno do Espectro Autista.

Eu já fui gerente de marketing, diretor de marketing de unidade escolar privada. E eu sei a dificuldade que é um dono de um colégio arcar com a sua folha. E aí você não pode ter um burocrata, porque o burocrata serve para isso: ele quer acabar com o empresário, não é possível. O burocrata quer acabar com o gerador de emprego, quer fazer a mesma coisa que fizeram com o Barão de Mauá, que foi um dos que, de fato, industrializou e foi o grande responsável pela industrialização deste país. A gente mata os nossos empresários! O empresário virou vilão. Daqui a pouco a gente vai cantar: recua, fascista, recua para o empresário. Meu Deus do céu, gente, aonde nós vamos parar? Quem leva a cidade nas costas é o empresário, é o pequeno e médio empresário, gente.

Aí você quer gerar, por intermédio da burocracia estatal, uma série de obrigatoriedades que já são cumpridas por essas instituições privadas e que cumprem com muito mais qualidade do que as públicas. Vai em um colégio público agora para ver se tem exatamente o que eles estão pedindo para que tenha no colégio privado aqui. Vai ver se tem mediador nos colégios públicos municipais; vai ver se tem rampa de acesso; vai ver se tem ar-condicionado; vai ver se está funcionando.

Pelo amor de Deus! Está na hora de a gente prestar atenção nas unidades públicas, porque gente do Comando Vermelho, tem traficante do Comando Vermelho dizendo que não tem que ter ideologia de gênero na escola pública. É isso que esta Câmara tem que legislar. Não é colocar o setor privado, as unidades privadas no mesmo bojo para enforcar ainda mais o empresariado.

Então, peço aos vereadores desta Casa, à Presidência desta Casa, que avalie e reavalie esse voto. Vai fazer legislação para colégio público, vai para cima, a gente ganha e perde no voto. Agora deixa o empresário do setor privado em paz. Porque só de a gente não atrapalhar, como legislador municipal, a gente já tá ajudando muito.

Eu finalizo aqui, Senhor Presidente, tem gente falando assim: "Qual foi a lei que você aprovou?" Eu prefiro não aprovar nenhuma lei. Eu prefiro não aprovar nenhuma lei, durante o mandato, a atrapalhar a vida do gerador de emprego. Se a gente não está atrapalhando, já ajuda bastante.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL AOISIO FREITAS) – Para declaração de voto, o Vereador Salvino Oliveira, que dispõe de três minutos.

O SR. SALVINO OLIVEIRA – Boa tarde, Presidente! Boa tarde a todos e todas!

Eu quero começar, nesta linda tarde no Rio de Janeiro, agradecendo aos meus amigos, nobres colegas vereadores, que aprovaram um projeto de lei muito importante para a Cidade do Rio de Janeiro. Cabe ao Poder Legislativo, cabe ao Estado, no seu sentido mais amplo, legislar, sim, sobre o público e o privado, garantir a qualidade de vida, garantir o desenvolvimento sustentável, garantir que a nossa cidade tenha capacidade de crescer e se desenvolver, mas, acima de tudo, com segurança. E uma boa legislação, em qualquer que seja o âmbito, faz isso: dá segurança, dá previsibilidade, ajuda as pessoas a se desenvolverem com segurança. Você imagina ter um filho, Presidente, em uma escola, que sofre um acidente e não tem uma cadeira de rodas para locomoção? Você imagina, Presidente, ter uma criança que precisa urgentemente de uma cadeira e não ser possível fazer isso? Aliás, falta aqui ao nobre colega que me antecedeu conhecimento de máquina. As escolas públicas do Rio de Janeiro são exemplo.

Se você perguntar para qualquer mãe que tem um filho neurodivergente, ela prefere colocar o seu filho em uma unidade pública, porque a particular sequer aceita a matrícula. Os Cieps idealizados por Leonel Brizola são exemplos de acessibilidade, todos padronizados e com rampas. Eu entendo essa classe política que odeia o Estado brasileiro, que gosta de vender tudo que o nosso Estado tem a preço de banana para o estrangeiro, mas aqui não vai se criar. Aqui nós defendemos um Estado forte que garanta o desenvolvimento, a segurança e a melhoria de vida para a população, especialmente a mais pobre.

Agora, Presidente, eu quero aproveitar para falar aqui de um outro episódio. É lamentável que a gente tenha político de rede social que não aperta um parafuso e que não faz nada para mudar a vida da população do Rio de Janeiro. Eu falo isso, Presidente, e aí me refiro aqui a nobre colega Talita Galhardo, que foi na Cidade de Deus gravar um vídeo falando de um local de enchente.

Eu queria dizer para Talita Galhardo, vereadora, que enquanto você estava gravando vídeo atrás de like, eu estava dentro do escombro tirando uma família que tinha sido soterrada. Porque foi gravar vídeo na Cidade de Deus jogando piada indireta, dizendo que os representantes do poder público não fazem nada pela população. Nós estávamos debaixo de chuva, com água até a cintura, desentupindo bueiro no braço, enquanto a senhora estava compartilhando vídeo de criança na água suja e foi depois que acabou a chuva para gravar um vídeo, ganhar like, mas para ajudar quando a gente precisa, não está lá.

Aliás, eu queria até dizer mais, esse discurso de segurança pública, vamos colocar uns pingos nos "is": a senhora esqueceu de colocar no seu vídeo a barricada que estava bem do lado de onde a senhora estava gravando. Uma belíssima barricada. Quando é um morador preto, pobre, favelado, é conivente com o crime organizado. Quando é um político, aí pode, aí está tudo bem, aí a gente dá um jeitinho. Chega de político de rede social, tem que estar na rua ajudando a população, tem que estar com o pé no chão ajudando o povo. Não adianta só ficar falando e fazendo vídeo para internet.

Aí foi em Curicica, ofendeu o Vereador Pato, disse que uma obra que ele pede há anos foi ela quem pediu. Aliás, deixa eu te dizer para encerrar: onde você foi gravar um vídeo, tem uma obra de R$ 15 milhões em processo de licitação que, entre outras coisas, vai resolver aquele ponto de alagamento que está ali.

Vamos lá, minha gente, a população tem que acordar. Não dá mais para a gente ficar votando em político que faz tudo pelo like, mas que não gosta de trabalhar, que não gosta de fazer pelas pessoas. É cansativo ter que ficar batalhando contra esse tipo de coisa. Enquanto a vereadora estava lá pedindo like, gravando vídeo, expondo as crianças, nós estávamos com água na cintura, na lama, no esgoto. Faça-me o favor, não é?

E quero pedir aqui, até esqueci o que que eu ia pedir, verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Solicitada a verificação de quórum pelo Vereador Salvino Oliveira. É direito legítimo do vereador solicitar a verificação de quórum. A gente vai agora proceder à verificação.

(Os senhores vereadores registram suas presenças)

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Está encerrada a verificação de quórum.

(Concluída a verificação de quórum, constata-se a presença dos Senhores Vereadores: Alana Passos, Átila Nunes, Cesar Maia, Deangeles

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Percy, Diego Faro, Dr. Rogério Amorim, Felipe Michel, Felipe Pires, Gigi Castilho, Helena Vieira, Jair da Mendes Gomes, Joyce Trindade, Leonel de Esquerda, Maíra do Mst, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Pedro Duarte, Poubel, Rafael Aloisio Freitas, Rafael Satiê, Rick Azevedo, Salvino Oliveira, Talita Galhardo, Welington Dias e William Siri 25 (vinte e cinco).

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Presentes 25 (vinte e cinco) senhores vereadores. Há quórum para dar continuidade aos trabalhos.

Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 1277/2025 DE AUTORIA DOS VEREADORES CARLO CAIADO E DR. ROGERIO AMORIM, QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EMPRESAS QUE REALIZAM A VENDA DE INGRESSOS POR MEIO ELETRÔNICO DISPONIBILIZAREM EQUIPE DE ATENDIMENTO PRESENCIAL, COM ACESSO À INTERNET MÓVEL, NOS ESTÁDIOS E ARENAS ESPORTIVAS SITUADOS NO MUNICÍPIO, EM DIAS DE REALIZAÇÃO DE JOGOS E EVENTOS ESPORTIVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

*Incluído pelo Vereador Carlo Caiado

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alana Passos, Átila Nunes, Carlo Caiado, Cesar Maia, Deangeles Percy, Diego Faro, Dr. Rogério Amorim, Felipe Boró, Felipe Michel, Felipe Pires, Gigi Castilho, Helena Vieira, Jair da Mendes Gomes, Joyce Trindade, Junior da Lucinha, Leonel de Esquerda, Luiz Ramos Filho, Maíra do Mst, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Poubel, Rafael Satiê, Rick Azevedo, Rodrigo Vizeu, Rosa Fernandes, Salvino Oliveira, Talita Galhardo, Vera Lins e William Siri 29 (vinte e nove). E que votou NÃO o Senhor Vereador Pedro Duarte 1 (um). Absteve-se o Senhor Vereador Rafael Aloisio Freitas 1 (um). Presentes 31 (trinta e um) senhores vereadores. Votando 30 (trinta) senhores vereadores. Absteve-se 1 (um) senhor vereador).

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Presentes 31 (trinta e um) senhores vereadores. Votaram SIM 29 (vinte e nove) senhores vereadores; NÃO 1 (um) senhor vereador. Absteve-se 1 (um) senhor vereador.

O Projeto de Lei nº 1277/2025 está aprovado.

Dispensada a redação final, segue a autógrafo.

O SR. DR. ROGERIO AMORIM – Para declaração de voto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Para declaração de voto, o nobre Vereador Dr. Rogerio Amorim, que dispõe de três minutos.

O SR. DR. ROGERIO AMORIM – Declaração de voto, de fato. Só para explicar, porque pode parecer, aos olhos de quem enxerga nossa atuação na Câmara de Vereadores, sempre em prol daquele que empreende, daquele que trabalha, do agente privado, o porquê de concordarmos com esse projeto e sermos um dos coautores.

Esse projeto apenas pede um assessoramento, ou seja, um suporte nos casos daquelas pessoas que compram ingresso remoto. Só com esse recorte nós já vemos que nós não estamos falando de eventos de bairro, de eventos pequenos, o argumento de uma pequena festa junina, de um produtor, de uma pequena escola em Vaz Lobo. Não é isso, porque os ingressos desses pequenos eventos não são apenas remotos, são também ingressos físicos.

É porque acontece rotineiramente isso. Já aconteceu comigo, que comprei um ingresso no Maracanã para ir de Norte, ver a final do Flamengo, um dos jogos do Flamengo, com meu filho. Chegando lá, deu problema no reconhecimento facial do garoto, que é um jovem, de cinco anos de idade à época, e estava de óculos quando fez o reconhecimento facial lá no celular para comprar o ingresso. E, ao chegar na hora, não reconheceu, porque ele não estava de óculos ou vice-versa, não me lembro bem como era a ordem dos fatores. E eu tive um trabalho imenso para provar que eu tinha comprado o ingresso etc.

Então, só para garantir um acesso, nós não estamos falando, pelo recorte, de um evento de bairro, de um empreendedor pequeno, que está fazendo uma festa pequena para arrecadar. Não se trata da quermesse da igreja.

É o ingresso que venda apenas pela internet, o ingresso que deu suporte também, caso haja problema para aquele usuário que comprou o ingresso e por algum motivo não conseguiu acessar o evento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Obrigado.

A SRA. TALITA GALHARDO – Para comunicação de liderança, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Para comunicação de liderança, a nobre Vereadora Talita Galhardo, por delegação de liderança do Bloco O Rio Que Queremos, que dispõe de cinco minutos.

A SRA. TALITA GALHARDO – Boa tarde. Boa tarde, Presidente; boa tarde, vereadores. Eu não ia nem falar aqui não, até porque estou cumprindo meu papel como vereadora. Mas estou passando por um momento com meu pai, que está me deixando até muito cansada. Operou o cérebro duas vezes em oito dias, 10 dias.

Então, estou aqui cumprindo meu papel, mas não estou para brigar. Mas, como sempre tem uma covardia de um ou de outro, não vou ficar calada, até porque eu não tenho medo de vagabundo marginal que faz maldade nas ruas, eu não vou ter medo de colega vereador.

Eu queria deixar uma coisa clara: Vereador Salvino, vem para cá porque você foi corajoso à beça de falar o meu nome sem eu ter citado o seu. E, logo depois que falou de mim aqui, falando, gritando, o senhor pediu verificação de quórum, achando que os vereadores não iam estar presentes o suficiente para eu dar resposta para o senhor. Mas que bom que temos a maioria dos vereadores na Casa e vou falar diretamente para o senhor: pode falar o que quiser de mim, menos que eu não trabalho.

Isso aí, pode falar que não gosta do meu jeito, pode falar que não concorda comigo, mas falar que sábado eu não estava trabalhando e que o senhor estava na chuva é uma mentira, é uma cara de pau, que é praticamente chamar as pessoas de idiotas.

Eu acho o seguinte, se o senhor viu o meu trabalho na internet, muito obrigada pela audiência, continue assistindo, porque eu tento comunicar bastante do que eu faço. E realmente sábado eu estava na rua. Eu fui à Cidade de Deus, que, apesar de o senhor ser cria de lá e achar que é dono do pedaço e que ninguém pode entrar, eu fui lá porque as crianças estavam nadando mesmo na lama, na chuva. Estive lá, fiquei horas lá. Inclusive não postei as Havaianas que eu comprei para as crianças, fiz uma bagunça lá com elas na internet.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Mas eu sequer dei indireta para o senhor. Se o senhor levou alguma coisa para o coração, quero que o senhor poste e fale. Sabe por quê? Eu não brigo para baixo. Eu não vou ficar falando de quem não faz, apesar de os moradores terem falado lá que o senhor é cria da Cidade de Deus e quase não aparece mais lá, que só está preocupado em fazer parceria com os hotéis do Rio de Janeiro, que o senhor diz que nunca frequentou, mas está mais preocupado com o setor hoteleiro agora do que com a Cidade de Deus.

O senhor lave sua boca para falar de mim, porque eu trabalho, e muito. Se eu comunico na internet e o senhor ouve, o senhor assiste, é maravilhoso. Agora, não vem falar que eu postei vídeo para *like*, porque no sábado eu não fui só à Cidade de Deus, eu fui à Cidade de Deus, eu fui à Gardênia, eu fui a Rio das Pedras e eu fui também à Vila Aurora, que é um lugar que, no domingo, o senhor acompanhou também, porque o senhor é meu telespectador.

O senhor viu que no domingo o Prefeito Cavaliere foi lá e anunciou uma obra de R$ 6 milhões, porque na Vila Aurora, desde 2021, tinha um projeto que eu, no sábado à noite, assim como eu fui à Cidade de Deus, eu também fui lá, eu mostrei que as pessoas estavam com água a dois metros de altura, perdendo novamente tudo nas chuvas.

E eu não quero o poder pelo poder, que nem alguns se emocionam. Eu quero poder para poder fazer mais por quem mais precisa, seja pela Cidade de Deus, pela Vila Aurora, por Rio das Pedras. Não é *like*, não, sabe por quê? Eu tinha muita coisa para fazer e poderia ter ficado em casa. Eu posto vídeo na internet mostrando a triste realidade das crianças nadando na favela, mas eu vou para lá também.

Fale o que quiser comigo, fale o que quiser de mim. Inclusive, eu abordei o senhor aqui fora do microfone, eu falei: "Eu falei do seu nome em algum momento na internet?". Só que o senhor deve estar muito incomodado comigo mesmo, mas eu vou falar um negócio: fale o que quiser de mim, menos que eu não trabalho. Inclusive, os seus chefes sabem muito bem disso.

E, assim como o senhor já foi secretário, eu já fui subprefeita. Ao contrário do senhor, eu fui eleita e eu estou aqui para continuar trabalhando por quem mais precisa. Então, para falar do meu nome, lave sua boca e tente trabalhar metade do que eu trabalho, que o senhor vai fazer muito melhor do que falando aqui besteira.

Desculpa o tempo aqui que eu ultrapassei, Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Passemos à matéria seguinte.

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1336/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR FELIPE BORÓ, QUE "DÁ O NOME DE PRAÇA MARIA APPARECIDA BARBOSA TEIXEIRA (1916-2016) À PRAÇA INOMINADA, SITUADA NA RUA DONA OLÍMPIA, NAS IMEDIAÇÕES DO Nº 95, NO BAIRRO DE REALENGO, RIO DE JANEIRO – RJ".

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

O Projeto de Lei nº 1336/2025 está aprovado. Dispensada a redação final, segue a autógrafo.

O SR. RAFAEL SATIÊ – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Pela ordem, o nobre Vereador Rafael Satiê, que dispõe de três minutos.

O SR. RAFAEL SATIÊ – Ainda é sobre a pauta, Senhor Presidente.

Volto a dizer, respeito o Regimento Interno desta Casa. Uma das coisas que a gente fez bastante quando fomos eleitos vereadores nesta Casa, no ano de 2024, antes de assumir efetivamente nosso mandato, foi se debruçar no Regimento Interno, que é um calhamaço. Falta muito para eu chegar ao nível do Dr. Gilberto, falta muito para eu chegar ao nível de Vossa Excelência. Inclusive, Vossa Excelência, o nosso hoje Presidente Rafael Aloisio Freitas domina mesmo o Regimento Interno.

Mas apenas para não me fazer desrespeitoso: o vereador que me antecedeu falou que compete ao Estado, sim, legislar sobre o empresário. Não, não compete, não. Vossa Excelência está errado, não compete. A vida do empresário quem cuida é o empresário, e a vida do Estado quem cuida é o Estado.

O Estado erra e falha miseravelmente em tudo que promete. Tudo que nós temos de bom hoje é graças à iniciativa privada, e tudo que a gente tem de ruim na nossa vida é graças ao Estado, certo? Eu faço questão de defender a iniciativa privada, sou entusiasta da escola austríaca, da escola de Chicago de economia. Entendo e reconheço, inclusive, o pobre e o morador da favela. Eu sou um ex-morador de favela. Tudo que o pobre e o favelado têm é fruto do seu próprio trabalho, é do capitalismo. A televisão, a smart tv, internet, o celular, a casa, o carro, a moto, tudo é fruto do trabalho dele.

Agora, tudo que o pobre favelado não tem é justamente o que o Estado promete e nunca entregou. O favelado não tem saneamento básico – foi um problema resolvido na Europa, há dois séculos. Favelado não tem segurança pública, por óbvio. E o favelado não tem educação. Então, as escolas públicas são, sim – óbvio, não vou fazer generalização –, na sua grande maioria, piores do que as escolas privadas.

Olha só, só para você ter uma ideia, talvez o vereador desconheça a dificuldade que o empresário tem de abrir uma escola. Eu sou um empresário, quero abrir uma escola, quero gerar emprego, quero trazer educação de qualidade para minha região, para o meu bairro. Vamos ver o que eu tenho que fazer para abrir uma escola? Vamos lá! Para abrir uma escola privada no Brasil, com foco nas exigências gerais e normativas do Estado e do Município do Rio de Janeiro, a documentação é dividida em quatro grandes frentes: empresarial, jurídica, de infraestrutura e segurança, pedagógica e solicitação de funcionamento. Documentação um: CNPJ, CNAE. Aí, depois, contrato social, estatuto, inscrição municipal. Depois, documentos dos sócios e representante legal.

Segundo: infraestrutura, imóvel e licença de segurança, comprovação da ocupação do imóvel, consulta prévia do local, uso do solo, planta arquitetônica, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). Depois, licença de vigilância sanitária.

Terceiro, documentação pedagógica e de pessoal, projeto político-pedagógico, que é o PPP, regimento escolar, matrizes curriculares, qualificação da equipe.

Quarto, solicitação de autorização de funcionamento, requerimento padrão, termo de responsabilidade, cronograma. Tudo isso para você abrir uma empresa. Aí vem um vereador burocrata que não entende nada disso e fala assim: "Agora, você é obrigado a fazer isso, isso, isso". Está errado, vereador! O Estado não tem que se meter na vida do empresário. Quem gera dinheiro é empresário. O Estado, a gente só suga do empresário.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Para comunicação de liderança, o nobre Vereador Felipe Michel, por delegação de liderança do Progressistas, que dispõe de cinco minutos.

O SR. FELIPE MICHEL – Muito obrigado, Presidente. Boa tarde, Presidente, Vereador Rafael Aloisio Freitas; boa tarde a todos os vereadores.

Primeiro, eu quero agradecer à minha líder, Vereadora Vera Lins, por me permitir comunicar pela liderança. Apenas para trazer aqui, rapidamente, Presidente, uma questão que é superimportante, que a gente tem que trazer à luz para todos da nossa cidade, em relação ao nosso Projeto que está na pauta, nº 33.

Nós, à frente da Supersecretaria de Envelhecimento Saudável, criamos a Operação Direito da Pessoa Idosa. Essa operação nada mais é e

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

nada mais se tornou que o maior programa de combate à violência à pessoa idosa do Brasil. Isso é coisa nossa, que nós criamos aqui, no Rio de Janeiro, e que agora nós queremos tornar lei.

A Operação de Direito da Pessoa Idosa está na pauta, é o número 33. Os vereadores que quiserem a coautoria, isso é política pública, isso independe de lado; isso depende de direita, de esquerda, de centro; isso não tem credo; isso não tem raça. A violência contra a pessoa idosa está em todas as classes.

A gente viu uma reportagem, no domingo agora, em que uma senhora de 85 anos foi violentamente... isso não foi uma violência, isso foi uma tentativa de homicídio. E nós estamos combatendo diariamente, agora aqui à frente da Comissão do Idoso, junto com os nobres vereadores que estão comigo, e quero agradecer a todos eles também, pois nós estamos combatendo essa violência. Então, a operação é de suma importância.

Eu quero trazer aqui um exemplo claro. Ali na Tijuca, havia um jovem faixa preta de jiu-jitsu que tratava seu pai com violência e o colocou para fora de casa. E nós chegamos lá com a Polícia Civil e conseguimos colocar esse cidadão na cadeia. Ele está preso até hoje e o pai voltou a morar na sua casa. E o pai falou o seguinte: "O meu melhor amigo virou meu pior inimigo".

Então, nós temos que combater, cada vez mais, aqui na capital. Lembrando que, do ano de 2024 para o ano de 2025, aumentou em 24% o número de violências contra a pessoa idosa. E a violência está dentro da própria casa; praticada pelos filhos, familiares, vizinhos. Então, nós temos que seguir literalmente com o pé na porta, combatendo qualquer violência contra a pessoa idosa.

É o número 33 da pauta da Ordem do Dia. Espero que todos os vereadores possam ser coautores desse projeto. Isso é um marco para o Rio de Janeiro. Lembrando que o maior programa de combate à violência à pessoa idosa do Brasil é a Operação Direito da Pessoa Idosa. Muito obrigado, Presidente. E muito obrigado a todos os vereadores.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 2ª DISCUSSÃO
REDAÇÃO DO VENCIDO
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 763-A/2021 DE AUTORIA DOS VEREADORES DR. ROGERIO AMORIM, VERA LINS E MARCOS BRAZ, QUE "TORNA OBRIGATÓRIA A AFIXAÇÃO PERMANENTE DO NÚMERO DE VAGAS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E CRECHES, AMBAS PARTICULARES, DO MUNICÍPIO".

*Incluído pelo Vereador Rogerio Amorim.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão a matéria.
Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.
Em votação.
Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.
O Projeto de Lei nº 763-A/2021 está aprovado.
Dispensada a redação final, segue a autógrafo.
Registrando o voto contrário do senhor Vereador Pedro Duarte.
Para declaração de voto, o Senhor Vereador Dr. Rogerio Amorim, que dispõe de três minutos.

O SR. DR. ROGERIO AMORIM – Presidente, só, mais uma vez, esclarecendo, em relação ao voto realmente.

Esse é um projeto muito simples. Todo mundo que tem alguém com algum tipo de necessidade, cuidado especial em casa, transtorno do espectro autista, sabe o que representa esse projeto.

Tem o seu filho, o pai, a mãe vai até a escola visitar a creche, a escola, para ver as instalações. É recebido. A diretora, a funcionária da escola mostra todas as dependências. O pai e a mãe ficam satisfeitos ali com as instalações do colégio, com a estrutura. Na hora de fazer a matrícula, que a mãe e o pai anunciam que a criança é do transtorno do espectro autista ou qualquer coisa do gênero, a escola subitamente fala: "Ih... Acabei de lembrar que não tinha vaga. Vou botar aqui o seu nome na lista de reserva. Quando voltar a vaga, eu comunico ao senhor".

Isso, na verdade, nós sabemos que é um golpe, é uma enganação; que, na verdade, como eles são obrigados a receber todas as crianças, eles mentem, dizendo que não há vaga.

Então, nós acabamos, de uma vez por todas, com esse problema. E, dessa forma, verdadeiramente sem custos ao empresário, nós vamos trazer inclusão real para a Cidade do Rio de Janeiro. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Para comunicação de liderança, o Senhor Vereador Salvino Oliveira, por delegação da liderança do PSD, que dispõe de cinco minutos.

O SR. SALVINO OLIVEIRA – Obrigado, Presidente. Quero começar falando aqui do nobre Vereador Rafael Satiê.

Meu amigo, eu te aconselho a ler "*Estado Empreendedor*", da Mariana Mazzucato. Vai mostrar que isso você está falando é falta de bagagem acadêmica. Não existe uma tecnologia no mundo que não tenha o Estado no seu embrião, porque só o Estado pode arcar com o custo inicial, que é o custo do novo, da novidade. O GPS do seu celular é assim, o *touch* do seu celular é assim, a internet do seu celular é assim. É o Estado o ente capaz de desenvolver tecnologia de ponta. O que a iniciativa privada faz é empacotar e vender muito bem, e depois que está criado, continuar desenvolvendo.

Eu não estou aqui fazendo um discurso contra o empresário. Eu entendo a importância do empresário, não só no nosso país, mas para a sociedade como um todo. Agora, diminuir o papel do Estado, aí é falta de bagagem acadêmica. Não existe no mundo algum acadêmico sério que não entenda que o Estado é um ente muito importante para o desenvolvimento de qualquer nação, e foi assim na história de todos os países desenvolvidos.

Agora, queria falar da nobre colega Vereadora Talita Galhardo novamente, porque parece que essa extrema-direita, mais uma vez eu vou repetir, vive de vídeo na internet, de hipocrisia e de mentira. Ela começou falando aqui da rede hoteleira. Ela participou de duas reuniões da comissão para tratar da regulamentação da hospedagem de curta duração. Quando a pauta parou de aparecer na TV, a vereadora desapareceu, não participou das reuniões, não ajudou a desenvolver, sumiu, porque ela só quer estar onde tem *like*, onde tem mídia. Ela não quer trabalhar. Ela é, sim, e eu reconheço, uma excelente marqueteira, porque uma excelente trabalhadora ela não é, não tem legado.

Aí, foi na área do Vereador Flavio Pato, numa obra que o vereador já havia solicitado, e disse que foi ela que solicitou ao prefeito. Aí, foi na Cidade de Deus, que é onde eu fui o mais votado, não é onde eu sou dono, é onde eu tenho a legitimidade do voto popular, para dizer que a gente não estava trabalhando, no lugar que inclusive tem uma obra prevista de R$ 15 milhões para refazer aquela região, para criar o primeiro Parque da Cidade de Deus. Porque na favela a gente também merece cultura, entretenimento, acesso ao esporte. Favelado não é bicho, não tem que ficar sendo destratado, não. Favelado faz parte da sociedade, paga imposto e quer melhoria da sua vida.

Seguem as hipocrisias, fala que é contra bandido, é contra vagabundo, mas só eu conheço pelo menos três assessores da vereadora que têm parente envolvido com facção criminosa. O ex-assessor dela fugiu do lugar em que uma pessoa foi atropelada e negou socorro. É hipocrisia em cima de hipocrisia. Pelo amor de Deus, a gente tinha que criar uma regra neste país para limitar essa coisa de político de internet que vive de *like*, que vive de gravar vídeo para internet, mas que não devolve para a população imposto, não devolve melhoria. Não constrói.

As construções de política pública séria. As construções de política pública que transforma a vida das pessoas levam tempo. Para construir

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

demora. Para destruir é muito rápido. A gente viu isso com o Crivella, a gente vê isso com o PL no governo do estado. Não dá para a gente continuar caindo em historinha de internet.

Pelo amor de Deus, a vereadora foi subprefeita e foi incapaz de levar uma obra para dentro da Cidade de Deus, aliás, uma obra para dentro de qualquer favela do Rio de Janeiro. Toda vez que tem um parlamentar que tem trabalho sério, de base, para mudar a vida das pessoas, ela se enfia atrás de *like*. Ela já arrumou briga comigo, já arrumou briga com o Vereador Marcelo Diniz, com o Vereador Marcio Ribeiro, com o Vereador Flavio Pato.

Ela vive de arrumar conflito. Foi assim que foi eleita. Se for para ser eleito assim, eu faço questão de não ser, porque quero construir política para mudar a vida das pessoas, não ficar arrumando briga atrás de briga para aparecer na mídia, para ver o nome falado, para ver o nome saindo nas coisas.

Pelo amor de Deus, a gente tem que levar a política a sério... Eu tenho cinco anos de vida pública. A vereadora foi eleita depois de 25 anos puxando o saco de um monte de político. No final, ainda virou as costas porque é ingrata. Arrumou briga com a mão que a alimentou durante anos. É uma ingratidão que não se escreve, não tem grupo, não consegue construir, porque vive do conflito.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Para comunicação de liderança, o nobre Vereador Rafael Satiê, por delegação da liderança do PL, que dispõe de cinco minutos.

O SR. RAFAEL SATIÊ – Vereador, se dependesse do Estado, Vossa Excelência ainda estaria usando orelhão para falar com alguém, discando 9090. Se dependesse da tecnologia do Estado, jamais Vossa Excelência usaria um GPS. O Waze, por exemplo, é uma invenção israelense, sim, judeus, que é uma empresa unicórnio inclusive.

Não sei se você conhece esse termo de empresa unicórnio, que é empresa que vale mais de US$ 1 bilhão e, por óbvio, já está avaliada na bolsa de valores.

Vossa Excelência desconhece sobre mercado. Você falou sobre questões acadêmicas. Por óbvio, não me sinto provocado, mas eu poderia citar vários como: as seis lições de Ludwig von Mises; eu poderia citar Adam Smith, que é o grande pai da teoria econômica da mão invisível; eu poderia citar Murray Rothbard e tantos outros autores. A própria Curva de Laffer, que com certeza você também deve desconhecer sobre a importância da Curva de Laffer na economia.

Eu poderia citar vários, mas não vem ao caso. Eu só estou defendendo o direito do empreendedor, daquele que tem a livre iniciativa privada de tocar o negócio dele. Eu só estou defendendo isso, sem teoria política, sem teoria econômica, sem escola austríaca de economia ou escola de Chicago de economia, pois todas elas validaram essas teorias que eu estou falando. É só você olhar os países desenvolvidos e os países não desenvolvidos.

Por que que o Brasil é essa marra toda? Por causa do tamanho do Estado. Por que que a Coreia do Sul é gigantesca economicamente? Porque o estado não manda em quase nada. É isso, é simples. É só você olhar os países que são comandados por um estado gigante que quer meter o bedelho em tudo, inclusive onde não é chamado, são países subdesenvolvidos. Sim, o Brasil, senhor vereador, é um país subdesenvolvido. Por quê? Porque o Estado, quer se meter do algodão ao foguete. Não deixa iniciativa privada fazer nada. Aí quando o cara vai abrir uma escola, um vereador fala assim: É obrigatório você fazer isso aí. É, por quê? Porque o estado quer meter o bedelho onde não é chamado, em tudo. Ele quer se meter em tudo. É um grande regulador, é um grande regulador.

Por favor, eu não quero nenhuma briga pessoal, nada disso. Eu fiz uso da palavra pela ordem e continuarei fazendo e defendendo a livre iniciativa privada, o direito de um empreendedor abrir o seu negócio a duras penas, pagar funcionário a duras penas, honrar folha de pagamento a duras penas. O empreendedor, talvez você não saiba, eu já fiz isso, eu já fui negociar com meu gerente empréstimo para pagar folha e 13º no final do ano. Você não sabe o que é isso, o desafio de arcar com seus compromissos e ficar de cabeça erguida. Muitas vezes o empreendedor paga todo mundo e ele mesmo fica sem dinheiro no bolso para honrar com a sua palavra. Aí vem o estado, um burocrata que não sabe de nada disso, para exigir o que ele deve e o que não deve fazer.

A minha defesa aqui é que haja, sim, cadeira de rodas em instituições de ensinos públicos, tem que ter. E eu estou dizendo que nas privadas já tem, sem precisar de um estado mandante mandar fazer, eles já fazem. As escolas privadas são infinitamente melhores. Não vem com esse negócio de CIEP, de "Brizolão", pelo amor de Deus, gente! Vai lá ver como é que está o CIEP, pelo amor de Deus!

Pergunta para uma mãe assim: Você quer que o teu filho estude na escola pública ou estude na escola privada? Meu Deus do céu, gente! Meu Deus do céu! Para defender uma matéria, a pessoa é capaz de dizer que a escola privada é pior do que a escola pública. Deveria ser o oposto. Mas é porque esse governo só investe em instituições privadas federais, no ensino médio e no ensino superior, porque lá dá voto. Vai ver se tem investimento na educação básica. Vai ver como é que estão os professores da educação aqui no município do Rio de Janeiro. Olha lá, vai lá no professor lá, pergunta se eles estão satisfeitos.

Eu não quero trazer questões políticas, desavenças políticas, tampouco pessoal. Defendo a pauta da liberdade econômica e que o Estado não meta o bedelho na vida do empresário que já sofre duros danos e uma carga tributária extremamente abusiva. Eu citei aqui a quantidade de coisas que ele precisa fazer e de normas que ele precisa cumprir para abrir uma escola, para gerar emprego. Aí um burocrata com um papel, com uma caneta, com um projeto: "Você vai ser obrigado a fazer isso aqui". Pelo amor de Deus! O Estado tem que cuidar da vida dele e deixar o empresário cuidar da vida da empresa dele. O empresário, com todos os pesares, ainda está dando muito mais recursos para o Estado do que um burocrata que não sabe nada. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Passemos à matéria seguinte:

(LENDO)

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA
EM 1ª DISCUSSÃO
EM VOTAÇÃO
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI Nº 951/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR FELIPE PIRES, QUE "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO PÚBLICA ÀS ESCOLAS DE SAMBA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECERES DA:
Comissão de Justiça e Redação Pela CONSTITUCIONALIDADE COM APRESENTAÇÃO DE SUBSTITUTIVO DE Nº 1, Relator Ver. Átila Nunes;
Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público CONTRÁRIO, Relator VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA
Comissão de Cultura FAVORÁVEL, Relator VEREADORA MONICA BENICIO;
Comissão de Turismo FAVORÁVEL, Relator VEREADOR FLÁVIO VALLE;;
Comissão de Trabalho e Emprego FAVORÁVEL, Relator Ver. William Siri;
Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira CONTRÁRIO, Relator VEREADORA ROSA FERNANDES.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em votação o substitutivo nº 1.

Para encaminhar, o Vereador Felipe Pires, líder do PT, que dispõe de três minutos.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

O SR. FELIPE PIRES – Obrigado, Senhor Presidente. Primeiro, gostaria de saudar aqui nas galerias, estão presentes alguns amigos aí do mundo do carnaval. Quero ainda saudar o meu ex-presidente Hugo, que se faz presente, meu grande presidente Deo Pessoa, aqui; e quero cumprimentar os presidentes e os representantes da Acadêmicos de Niterói, da São Clemente, da Santa Cruz, da União da Ilha, o Presidente Leandro, da Unidos de Bangu também estava aí, não sei se está mais, da Em Cima da Hora, União do Parque Acari, Unidos da Ponte, Porto da Pedra, Estácio de Sá, Acadêmicos de Niterói e Vigário Geral. Se eu me esqueci de alguém, depois eu menciono.

Mas, Senhor Presidente, primeiro gostaria de dizer da importância deste projeto de lei para a Cidade do Rio de Janeiro. Eu quero, mais uma vez, aqui reforçar que as agremiações de menor ou de maior investimento nesta cidade precisam de uma coisa chamada previsibilidade, senhores vereadores.

Não dá para nós estarmos no dia 10 de novembro, às portas de um Carnaval, e todos os presidentes e os representantes aí com na mão para poder buscar recursos sem saber quando vai entrar a ajuda da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Isso não é um privilégio deste ano, é algo que acontece repetidas vezes ao longo dos anos.

O que nós estamos pedindo, Senhor Presidente, é dignidade. São homens e mulheres que trabalham muito, acordam cedo, dormem tarde. Artesãos, ferreiros, escultores, costureiras, gente do bem que trabalha para retornar o dinheiro para a Cidade do Rio de Janeiro. Nós não estamos pedindo esmola. A cada R$ 1,00 que é investido no Carnaval da Cidade do Rio de Janeiro, retorna 10, retorna 50, retorna 100 vezes para o município do Rio de Janeiro. Então, é uma obrigação que nós temos e uma reparação histórica com as agremiações dar previsibilidade no pagamento.

Hoje o que acontece, Senhor Presidente, é que uma agremiação, quando vai, por exemplo, numa loja qualquer e vai buscar um produto, sem ter como pagar, é cobrado 10, 3, 4, 5, 6 vezes mais pelo mesmo produto, porque aquela loja também não tem a certeza de que vai receber. Quantas pessoas, infelizmente, Senhor Presidente, fazem do ágio, emprestam dinheiro para as escolas e depois retornam com juros para poder fazer o seu Carnaval acontecer? Quantos presidentes estão aqui hoje sem saber como vão pagar aqueles que já trabalharam o mês de novembro sem dar dignidade ao trabalhador? Nós precisamos encerrar isso.

Isso vai ser encerrado com este projeto de lei que vai entrar para a história do Carnaval. Nós defendemos que até 120 dias antes do primeiro dia de desfile nós possamos receber o dinheiro da subvenção. Como eu já disse, Senhor Presidente, não é esmola, é reparação por tudo o que as agremiações fazem pela Cidade do Rio de Janeiro. A grande mola propulsora desta Cidade se chama Carnaval, mas ela precisa ser tratada com respeito, com dignidade. São pais de famílias que não sabem muitas das vezes como vão pagar suas contas, porque as agremiações também não têm como fazer o repasse.

O projeto tem três pilares de sustentação. Primeiro, previsibilidade da data. Segundo, até 40% de tudo o que é recebido pode ser pago diretamente para o funcionário, para que a gente possa ter minimamente um vínculo empregatício através de um MEI, ou qualquer coisa do tipo. O artesão, ferreiro, ou qualquer coisa que o valha, possa emitir uma nota.

Terceiro, se o Tribunal de Contas não julgou as contas ainda daquela agremiação, não é um impeditivo para receber no ano subsequente. Então, isso acaba com a muleta do Governo Municipal que não quer fazer o pagamento dentro de uma data razoável.

Quero dizer às agremiações: hoje eu estou pedindo o adiamento por uma sessão, porque nós não temos o número necessário ainda de vereadores. Nós não temos 26 vereadores aqui dentro desta Casa. Vai retornar na quinta-feira, talvez, como primeiro projeto. E eu quero dizer a vocês: esta Casa está unida para dar dignidade aos trabalhadores e trabalhadoras do Carnaval, porque é assim que vocês merecem ser tratados, porque vocês ajudam a Cidade do Rio de Janeiro ser a grande capital do Brasil.

Viva o Carnaval da Cidade do Rio de Janeiro! Vivam as agremiações desta cidade! Viva a Superliga, Liga RJ, viva a Liesa e viva os trabalhadores e trabalhadoras do Carnaval!

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Solicitado o adiamento da votação da matéria por uma sessão.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

A votação do Projeto de Lei nº 951/2025 fica adiada por uma sessão.

Para comunicação de liderança, por delegação da liderança do Bloco Rio Que Queremos, a nobre Vereadora Talita Galhardo, que dispõe de cinco minutos.

A SRA. TALITA GALHARDO – Novamente, Senhor Presidente, boa tarde.

Eu não iria nem falar, mas como eu ouvi calúnia, difamação aqui sobre a minha pessoa e o Vereador Salvino Oliveira falou em mim, falou no Ex-Prefeito Eduardo Paes e algumas outras mentiras, eu tenho obrigação de esclarecer.

Primeiro, eu sou uma pessoa correta. O vereador falou que eu teria assessores ligados ao crime organizado. Se o vereador falou que eu tenho assessor ligado ao crime organizado, e ele não denunciou isso e não registrou, como eu faria, ele está cometendo crime. Ele está prevaricando. Então, dê nomes aos bois, seja homem, seja correto, coloca a cara, porque assim não é legal.

Ele falou inclusive que eu tive um assessor que atropelou e matou um cidadão. Eu queria dizer, Vereador Salvino Oliveira, que no mínimo o senhor é burro, porque o senhor está falando do seu chefe Eduardo Paes, porque foi ele que me indicou e me apresentou esse assessor que atropelou e matou o cidadão. Acho que o senhor não deve estar sabendo.

Eu fui apresentada por ele, eu não o conhecia. Imediatamente, quando eu soube do ocorrido, eu liguei para o então Prefeito Eduardo Paes e para o Secretário Matieli, da Polícia Militar, e eu, Talita, mandei exonerar o sujeito que está respondendo juridicamente. Tem que responder mesmo. Então, falou besteira, por isso eu estou vindo aqui no microfone para esclarecer.

Outra coisa, eu não virei as costas nem virei inimiga do Eduardo Paes. Eu, simplesmente, Salvino, pedi demissão quando eu fui destratada publicamente. Foi um assédio moral ali, apesar de eu não tê-lo processado. Eu simplesmente me posicionei, porque assim como ele já reconheceu, ele foi totalmente indelicado e cometeu ali um desrespeito público que nem eu, nenhuma mulher, nenhum homem, nenhum funcionário, ninguém merece passar por isso.

Eu fiquei profundamente triste, chateada, deprimida. Porque eu não trabalhava com Eduardo Paes, porque eu precisava, não era para puxar saco, era porque eu queria fazer diferença. Eu o acompanhava politicamente, tanto que nunca fui à mídia para falar mal dele, não falaria nele aqui agora, não falaria nesse ocorrido, porque, ao contrário do que o senhor falou, que a mão que me alimentou, eu virei as costas, a asneira que o senhor falou, pelo contrário, eu registro aqui que sou muito grata pelo período em que fui subprefeita, indicada pelo prefeito Eduardo Paes.

Sou muito grata e já registrei isso várias vezes. Eu não apago nada da minha história. Eu nunca faria isso. O senhor falou uma grande besteira e me fez falar aqui o que eu nem gostaria de falar. Eu não queria nem falar. É um episódio que eu deixei para trás, me deixou muito triste. O prefeito, então, Eduardo Paes, me pediu desculpas publicamente, me pediu na minha casa, foi até minha casa. Eu nunca falei sobre isso. Aí você, que é funcionário dele, vem falar sobre isso, vem falar uma besteira dessa. Então, eu acho que no mínimo foi ignorância sua.

Outra coisa para deixar registrado: ele falou que eu não tinha legado. Bom, se eu não tenho legado, não sei o que o senhor tem, porque tenho história. Ao contrário do senhor, para esclarecer para o eleitor, o senhor era Secretário de Juventude. A Secretaria de Juventude que tem que fazer obra, que o senhor falou que eu não fiz nenhuma como subprefeita. Subprefeito, ao contrário do senhor secretário, eu não tinha orçamento, eu tinha 10 funcionários, e a sua secretaria tinha R$ 30 milhões, salvo engano, por ano. O senhor que tinha obrigação e condição de fazer obra. Então, mais uma ignorância dita aqui.

Dito isso, não falaria sobre ninguém aqui – nem do Eduardo Paes, nem de Salvino, de quem nem lembrei no final de semana, muito menos quando fui à Cidade de Deus –, mas tive que esclarecer, porque eu não suporto mentira. E se tem alguém ligado a mim fazendo qualquer coisa errada e o senhor está sabendo, por favor, se dirija à delegacia e procure

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

as autoridades, porque errado, para mim, tem que ser registrado. Não seja criminoso, como o senhor falou que tem alguém que é.

Obrigada, desculpem eu ter me alongado. Era só para registrar e esclarecer.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Registro a presença do Vereador Chagas Bola.

O SR. LEONEL DE ESQUERDA – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Pela ordem, o nobre Vereador Leonel de Esquerda, que dispõe de três minutos.

O SR. LEONEL DE ESQUERDA – Solicito verificação de quórum, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Solicitada a verificação de quórum pelo Vereador Leonel de Esquerda.

(Os senhores vereadores registram suas presenças)

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Encerrada a verificação de quórum.

(Concluída a verificação de quórum, constata-se a presença dos Senhores Vereadores Cesar Maia, Leonel de Esquerda e Rafael Aloisio Freitas 3 (três)).

O SR. PRESIDENTE (RAFAEL ALOISIO FREITAS) – Presentes 3 (três) senhores vereadores.

Tendo sido constatada a falta de quórum para dar prosseguimento aos trabalhos, a Presidência encerrará a Sessão e, em consequência, fica prejudicado o Expediente Final.

A Presidência, antes de encerrar a presente Sessão, convoca Sessão Ordinária para amanhã, quarta-feira, dia 11 de novembro, às 14 horas. A Ordem do Dia é a continuação da designada anteriormente.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h56).

EXPEDIENTE

Projetos de Lei

(*)PROJETO DE LEI Nº 812/2025

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE DISPONIBILIZAR CADEIRA DE RODAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS.

AUTORES: VEREADOR SALVINO OLIVEIRA; VEREADORA MONICA BENICIO; VEREADORA MAIRA DO MST; VEREADOR LENIEL BOREL; VEREADORA HELENA VIEIRA; VEREADOR RICK AZEVEDO; VEREADOR RODRIGO VIZEU; VEREADORA THAÍS FERREIRA; VEREADORA TAINÁ DE PAULA; VEREADOR RODRIGO VIZEU

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DECRETA:

(...)

(*)(Republicado para inclusão de coautoria (s). Publicado no DCM de 26/06/2025, pág. 40/41)

PROJETO DE LEI Nº 565-A/2025

INSTITUI O PROGRAMA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL MÓVEIS - CAPS MÓVEIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: VEREADOR FABIO SILVA

EMENDA MODIFICATIVA Nº 2

AUTOR: VEREADOR ÁTILA NUNES
DESPACHO:
A imprimir a Emenda n° 2 ao PL n° 565-A/2025 e à(s) Comissão(ões) de: Comissão de Constituição Justiça e Redação, Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, Comissão de Assistência Social, Comissão de Prevenção às Drogas, Comissão dos Direitos da Criança Adolescente e Juventude, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

Art. 1º O *caput* do art. 3º do Projeto de Lei nº 565-A/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Os CAPS Móveis deverão, mediante avaliação de oportunidade e conveniência, interagir com os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, Psicossocial Álcool e Drogas – CAPSAd, Atenção Psicossocial Infanto Juvenil – CAPSi, atuando sempre que necessário em conjunto promovendo atendimento continuado, com abordagem multidisciplinar e intersetorial." (NR)

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

VEREADOR ÁTILA NUNES

Com apoio dos Senhores: VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR LUIZ RAMOS FILHO, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR MARCIO RIBEIRO, VEREADOR MARCOS DIAS, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR RENATO MOURA, VEREADOR RODRIGO VIZEU, VEREADOR SALVINO OLIVEIRA, VEREADOR WILLIAN COELHO, VEREADOR ZICO, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADORA TATIANA ROQUE

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo aperfeiçoar a redação do texto originalmente proposto, de modo a garantir o efetivo cumprimento dos dispositivos ora modificados.

PROJETO DE LEI Nº 2761/2026

INSTITUI DIRETRIZES PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DE DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS DE LOCALIZAÇÃO E RASTREAMENTO DESTINADOS À PROTEÇÃO DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: VEREADOR MARCOS DIAS
DESPACHO:

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

A imprimir e à(s) Comissão(ões) de: Comissão de Constituição Justiça e Redação, Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Comissão de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática, Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, Comissão de Assistência Social, Comissão dos Direitos da Criança Adolescente e Juventude , Comissão de Segurança e Ordem Pública, Comissão de Proteção e Defesa Civil, Comissão de Educação, Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídas diretrizes para a disponibilização de dispositivos eletrônicos de localização e rastreamento destinados à proteção e à segurança de pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA que apresentem risco de desorientação, fuga ou desaparecimento.

Art. 2º A política de que trata esta Lei tem por objetivos:

I – contribuir para a localização célere de pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA em situações de desaparecimento, desorientação ou afastamento involuntário de seus responsáveis;
II – ampliar a proteção e a segurança das pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA em ambientes públicos e privados;
III – auxiliar na prevenção de situações que possam colocar em risco a vida e a integridade física da pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA;
IV – oferecer instrumento adicional de apoio às famílias e aos responsáveis legais; e
V – estimular o uso de soluções tecnológicas acessíveis destinadas à proteção da pessoa com deficiência.

Art. 3º Terão prioridade, observados os critérios técnicos e a disponibilidade dos recursos destinados à política:

I – pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA classificadas nos níveis 2 ou 3 de suporte;
II – crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista - TEA;
III – pessoas com histórico de fuga, desaparecimento, desorientação ou afastamento involuntário de seus responsáveis; e
IV – pessoas cuja condição individual indique maior risco de desorientação ou afastamento.

Art. 4º Para os fins desta Lei, consideram-se dispositivos eletrônicos de localização e rastreamento aqueles capazes de permitir, mediante tecnologias disponíveis, a identificação aproximada ou precisa da localização da pessoa beneficiária, inclusive por meio de Sistema de Posicionamento Global - GPS, redes de localização ou tecnologias similares.

§ 1º Poderão ser utilizados dispositivos comercialmente conhecidos como etiqueta de rastreamento - "AirTags" ou equivalentes, desde que atendidos os requisitos técnicos e de segurança definidos pelo Poder Público.

§ 2º A política não ficará vinculada a marca, fabricante, modelo ou tecnologia específica, devendo ser priorizada a solução que apresente melhor adequação à finalidade de proteção da pessoa beneficiária.

Art. 5º A disponibilização dos dispositivos poderá ocorrer mediante programas, projetos, parcerias, convênios, acordos, doações ou outras formas juridicamente admitidas, observada a legislação aplicável.

Art. 6º A utilização dos dispositivos observará, sempre que cabível:

I – adesão voluntária da pessoa beneficiária ou de seu responsável legal;
II – orientação sobre utilização, funcionamento, limitações e cuidados necessários;
III – adoção de medidas de segurança destinadas a impedir acesso indevido às informações de localização;
IV – utilização dos dados exclusivamente para as finalidades de proteção e segurança previstas nesta Lei; e
V – observância da legislação de proteção de dados pessoais.

Art. 7º O tratamento de dados pessoais decorrente da utilização dos dispositivos deverá observar a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

§ 1º O acesso às informações de localização deverá ser limitado às pessoas autorizadas e aos agentes públicos que, no exercício de suas atribuições legais, necessitem dessas informações para atendimento de situação de risco.

§ 2º Sempre que tecnicamente possível, deverão ser adotadas medidas de minimização, segurança, controle de acesso, retenção limitada e eliminação dos dados quando cessada a finalidade que justificou seu tratamento.

Art. 8º A implementação das diretrizes previstas nesta Lei poderá ser articulada com as políticas públicas municipais relacionadas à saúde, assistência social, educação, direitos da pessoa com deficiência, segurança, proteção e defesa civil e demais áreas relacionadas à proteção da pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA.

Art. 9º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, estabelecendo critérios técnicos para seleção dos beneficiários, disponibilização, substituição, manutenção, utilização e devolução dos dispositivos, bem como os procedimentos de orientação às famílias e responsáveis.

Art. 10. A implementação das medidas previstas nesta Lei observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, as normas de planejamento e responsabilidade fiscal e a legislação aplicável.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 4 de novembro de 2026.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo estabelecer diretrizes para a disponibilização de dispositivos eletrônicos de localização e rastreamento destinados à proteção de pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA que apresentem risco de desorientação, fuga ou desaparecimento.

Situações de afastamento involuntário representam uma preocupação concreta para muitas famílias de pessoas com TEA, especialmente nos casos em que há dificuldades de comunicação, percepção de risco ou orientação espacial. Nesses episódios, a rapidez na localização pode ser determinante para a preservação da integridade física da pessoa.

A proposta busca utilizar recursos tecnológicos amplamente disponíveis para auxiliar as famílias e responsáveis na localização de pessoas em situação de risco, sem vincular a política pública a determinado fabricante ou modelo de equipamento.

Por essa razão, o texto adota a expressão "dispositivos eletrônicos de localização e rastreamento", permitindo a utilização de diferentes tecnologias, tais como GPS, Bluetooth, redes de localização ou soluções tecnológicas equivalentes, conforme critérios técnicos e regulamentação do Poder Executivo.

A iniciativa também estabelece prioridade para pessoas com TEA nos níveis 2 ou 3 de suporte, crianças e adolescentes e pessoas com histórico de fuga, desaparecimento ou desorientação, permitindo que os recursos sejam direcionados prioritariamente aos casos de maior necessidade.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Outro aspecto fundamental é a proteção dos dados pessoais. Informações relacionadas à saúde são consideradas dados pessoais sensíveis pela Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. A legislação admite, entre outras hipóteses, o tratamento de dados necessário à execução de políticas públicas e à proteção da vida e da integridade física, sempre observados os princípios e garantias legais.

Assim, o projeto determina que os dados de localização sejam utilizados exclusivamente para as finalidades de proteção e segurança da pessoa beneficiária, com restrição de acesso e adoção de medidas de segurança e proteção da privacidade.

A proposta também se harmoniza com a necessidade de fortalecimento das políticas municipais voltadas às pessoas com TEA e suas famílias. A própria Câmara Municipal vem analisando proposições relacionadas à assistência à pessoa com Transtorno do Espectro Autista e ao apoio às famílias e responsáveis.

Do ponto de vista jurídico, a redação procura estabelecer diretrizes de política pública, evitando determinar estrutura administrativa específica, criar cargos, impor atribuições a órgãos determinados ou vincular a Administração a uma tecnologia ou fornecedor específico.

Também se prevê que a implementação observe a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação de planejamento e responsabilidade fiscal, permitindo que o Poder Executivo estabeleça os critérios operacionais necessários à execução da política.

Dessa forma, o projeto pretende oferecer às famílias uma ferramenta adicional de proteção, utilizando a tecnologia como instrumento de prevenção e resposta rápida em situações que possam colocar em risco a vida e a integridade das pessoas com TEA.

Pelo relevante interesse social da matéria, conto com o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação desta proposição.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

(...)

• • • • •

PROJETO DE LEI Nº 2762/2026

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE CONVERSÃO E RENOVAÇÃO SUSTENTÁVEL DE FROTAS DE VEÍCULOS, COM ESTÍMULO À PROPULSÃO ELÉTRICA E À UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE BAIXA EMISSÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: VEREADOR MARCOS DIAS
DESPACHO:
A imprimir e à(s) Comissão(ões) de: Comissão de Constituição Justiça e Redação, Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Transportes e Trânsito, Comissão de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática, Comissão de Assuntos Urbanos, Comissão de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura, Comissão de Trabalho e Emprego, Comissão de Educação, Comissão de Obras Públicas e Infraestrutura, Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município do Rio de Janeiro, o Programa Municipal de Conversão e Renovação Sustentável de Frotas de Veículos, destinado a estimular a redução progressiva das emissões atmosféricas provenientes da circulação de veículos automotores, mediante a adoção de veículos de propulsão elétrica ou de tecnologias de baixa emissão.

Parágrafo único. O Programa será implementado em consonância com as políticas municipais de mobilidade urbana, sustentabilidade, qualidade do ar, redução das emissões de gases de efeito estufa e transição energética.

Art. 2º São objetivos do Programa:

I – estimular a substituição gradual de veículos convencionais por veículos de propulsão elétrica ou de baixa emissão;

II – estimular, quando técnica e legalmente admissível, a conversão ou modernização tecnológica de veículos existentes;

III – promover a redução das emissões de gases de efeito estufa e de poluentes atmosféricos provenientes da frota circulante;

IV – estimular a renovação sustentável das frotas utilizadas na prestação de serviços de interesse público;

V – incentivar a adoção de tecnologias de menor impacto ambiental no transporte de passageiros e de cargas;

VI – estimular a transição energética das frotas de transporte remunerado autorizadas pelo Município;

VII – fomentar a inovação tecnológica e o desenvolvimento de soluções relacionadas à mobilidade de baixa emissão;

VIII – incentivar a expansão da infraestrutura necessária à utilização de veículos elétricos;

IX – promover a integração entre políticas municipais de mobilidade, meio ambiente, desenvolvimento econômico e transição energética; e

X – contribuir para a melhoria da qualidade do ar e para a redução da poluição sonora no Município.

Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – veículo de propulsão elétrica: aquele cuja propulsão seja realizada, total ou predominantemente, por motor elétrico, conforme classificação estabelecida pela legislação federal;

II – veículo de baixa emissão: aquele que utilize tecnologia ou fonte energética capaz de proporcionar redução significativa das emissões de poluentes atmosféricos e gases de efeito estufa em comparação com veículos convencionais equivalentes;

III – conversão sustentável: a alteração ou modernização tecnológica de veículo existente com o objetivo de reduzir suas emissões, inclusive mediante adoção de sistema de propulsão elétrica ou de outra tecnologia de baixa emissão, observadas as normas federais e técnicas aplicáveis;

IV – renovação sustentável de frota: a substituição gradual de veículos convencionais por veículos de propulsão elétrica ou de baixa emissão; e

V – frota sustentável: conjunto de veículos que atenda aos critérios ambientais e tecnológicos estabelecidos no âmbito do Programa.

Art. 4º O Programa poderá contemplar, entre outras, as seguintes modalidades de atuação:

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

I – incentivo à conversão sustentável de veículos existentes, quando tecnicamente admissível;

II – estímulo à aquisição ou substituição por veículos de propulsão elétrica ou de baixa emissão;

III – estímulo à renovação de frotas de veículos utilizados em serviços de interesse público;

IV – apoio à realização de estudos, pesquisas e projetos-piloto relacionados à conversão e à renovação sustentável de frotas;

V – incentivo à implantação de infraestrutura de recarga compatível com a expansão da frota elétrica;

VI – estímulo à formação e capacitação de profissionais para atuação em tecnologias relacionadas à mobilidade de baixa emissão;

VII – promoção de parcerias com instituições públicas, empresas, universidades, centros de pesquisa e entidades da sociedade civil; e

VIII – divulgação de informações e boas práticas relacionadas à transição energética das frotas.

Art. 5º Poderão ser contemplados prioritariamente pelas ações do Programa, observados critérios técnicos e de interesse público:

I – frotas de veículos pertencentes ou utilizadas pelo Poder Público Municipal;

II – veículos destinados ao transporte público ou ao transporte remunerado de passageiros autorizado pelo Município;

III – táxis;

IV – vans e veículos destinados ao transporte escolar, turístico ou complementar, quando sujeitos à regulamentação municipal;

V – motocicletas utilizadas em atividades profissionais autorizadas ou regulamentadas pelo Município;

VI – veículos utilizados na prestação de serviços públicos ou de interesse público;

VII – frotas de empresas que prestem serviços ao Município, na forma da legislação aplicável; e

VIII – demais categorias de veículos cuja utilização seja considerada estratégica para a redução das emissões no território municipal.

Art. 6º O Poder Público Municipal poderá estabelecer mecanismos de incentivo à participação no Programa, observada a legislação orçamentária, financeira e fiscal, mediante:

I – programas de cooperação técnica;

II – celebração de convênios, acordos e instrumentos de parceria;

III – apoio institucional e técnico;

IV – divulgação e reconhecimento de boas práticas;

V – participação em programas de inovação e sustentabilidade;

VI – facilitação do acesso a informações sobre infraestrutura de recarga, linhas de financiamento e programas públicos existentes; e

VII – criação de mecanismos de certificação ou reconhecimento ambiental das frotas participantes.

Art. 7º O Poder Executivo poderá promover estudos técnicos destinados a identificar:

I – as categorias de veículos com maior potencial de redução de emissões;

II – os segmentos de frota prioritários para conversão ou renovação;

III – os impactos ambientais e econômicos da transição energética;

IV – a necessidade de expansão da infraestrutura de recarga; e

V – oportunidades de integração da política municipal com programas estaduais e federais de mobilidade sustentável.

Art. 8º A implementação do Programa poderá considerar critérios de prioridade relacionados:

I – à idade da frota;

II – ao nível de emissão de poluentes;

III – à intensidade de utilização dos veículos;

IV – à quilometragem média percorrida;

V – ao impacto ambiental da atividade;

VI – à relevância do serviço prestado à população; e

VII – à viabilidade técnica e econômica da conversão ou substituição.

Art. 9º As ações previstas nesta Lei deverão observar as normas federais de trânsito, segurança veicular, registro, licenciamento, homologação, certificação e controle de emissões, bem como as normas técnicas aplicáveis.

Parágrafo único. A conversão ou modificação de veículos somente poderá ser realizada quando admitida pela legislação aplicável e mediante atendimento aos procedimentos de autorização, inspeção, certificação, registro e regularização exigidos pelos órgãos competentes.

Art. 10. O Poder Executivo poderá promover campanhas de informação e educação voltadas à divulgação:

I – dos benefícios ambientais e econômicos da mobilidade de baixa emissão;

II – das tecnologias disponíveis para redução de emissões;

III – das possibilidades de renovação e conversão sustentável de frotas;

IV – da localização e disponibilidade de infraestrutura de recarga; e

V – de programas públicos de incentivo e financiamento existentes.

Art. 11. O Município poderá estimular a integração do Programa com iniciativas estaduais e federais de descarbonização dos transportes, bem como com programas de financiamento, inovação tecnológica, eficiência energética e redução de emissões.

Art. 12. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 4 de novembro de 2026.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir o Programa Municipal de Conversão e Renovação Sustentável de Frotas de Veículos, criando diretrizes para que o Município do Rio de Janeiro avance de forma planejada na transição para uma mobilidade de menor emissão.

O setor de transportes possui papel relevante na qualidade ambiental das cidades, especialmente em grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro. A redução das emissões provenientes da frota circulante constitui medida de interesse público, relacionada à proteção ambiental, à qualidade do ar, à saúde urbana, à mobilidade sustentável e à mitigação das mudanças climáticas.

A proposta busca estabelecer uma política municipal capaz de estimular não apenas a aquisição de veículos novos, mas também a renovação gradual das frotas existentes e, quando tecnicamente possível e juridicamente admitido, a conversão tecnológica de veículos já em circulação.

Essa abordagem é particularmente relevante porque permite que a transição energética alcance segmentos que dependem economicamente de seus veículos, como táxis, vans, motocicletas profissionais, veículos utilizados em serviços públicos e demais atividades de transporte autorizadas ou regulamentadas pelo Município.

O Programa proposto não pretende regulamentar matéria de competência privativa da União. Ao contrário, o texto expressamente determina que qualquer conversão ou modificação veicular deverá observar a legislação federal, as normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN,

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

os procedimentos de homologação, inspeção, registro e licenciamento e os demais requisitos técnicos aplicáveis.

O cuidado é necessário porque o Código de Trânsito Brasileiro estabelece que as características, especificações básicas e condições essenciais dos veículos são disciplinadas pelo CONTRAN e determina que modificações nas características de fábrica dependem de autorização da autoridade competente. O próprio Código estabelece requisitos específicos para veículos que sofram alterações ou conversões.

Dessa forma, a atuação municipal proposta está concentrada naquilo que constitui legítimo interesse local: planejamento urbano, mobilidade, sustentabilidade, proteção ambiental, incentivo à inovação, redução das emissões e promoção de políticas públicas municipais de transição energética.

Outro aspecto relevante é que o projeto não cria obrigação imediata de conversão ou renovação de frotas privadas, tampouco impõe despesa obrigatória aos particulares. O Programa é estruturado por meio de diretrizes, estímulos, cooperação, reconhecimento de boas práticas, estudos técnicos e instrumentos de planejamento.

A medida poderá beneficiar especialmente os setores que possuem elevada utilização diária dos veículos, nos quais a substituição gradual por tecnologias de menor emissão pode produzir impactos ambientais relevantes.

Além da dimensão ambiental, o Programa poderá contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico da cidade, estimulando novos serviços, capacitação profissional, inovação, infraestrutura de recarga e formação de uma cadeia econômica relacionada à mobilidade elétrica e de baixa emissão.

A iniciativa também dialoga com a necessidade de ampliar a infraestrutura de recarga e com outras políticas municipais de incentivo à eletrificação da mobilidade, permitindo que diferentes ações sejam integradas dentro de uma estratégia única de transição energética.

Importante destacar que o projeto não pretende criar, por si só, benefício tributário ou financeiro automático. Eventuais incentivos econômicos dependerão de legislação específica e da observância das normas orçamentárias, financeiras e fiscais aplicáveis.

Trata-se, portanto, de uma proposta que combina proteção ambiental, modernização da mobilidade, inovação tecnológica, desenvolvimento econômico e planejamento urbano, estabelecendo uma base legal para que o Município possa estimular, de maneira progressiva e responsável, a transformação da matriz energética das frotas que circulam na cidade.

Diante da relevância da matéria para a sustentabilidade, a qualidade do ar, a mobilidade urbana e a modernização da frota carioca, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

● ● ● ● ●

PROJETO DE LEI Nº 2763/2026

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL "MULHER CARIOCA 50+", DESTINADO À PROMOÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, DA AUTONOMIA ECONÔMICA, DA INCLUSÃO PRODUTIVA E DA REINSERÇÃO DE MULHERES COM 50 ANOS OU MAIS NO MERCADO DE TRABALHO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: VEREADOR MARCOS DIAS
DESPACHO:
A imprimir e à(s) Comissão(ões) de: Comissão de Constituição Justiça e Redação, Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Defesa da Mulher, Comissão de Trabalho e Emprego, Comissão de Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão de Ciência Tecnologia Comunicação e Informática, Comissão de Assistência Social, Comissão de Assuntos Urbanos, Comissão de Educação, Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira.

Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município do Rio de Janeiro, o Programa Municipal "Mulher Carioca 50+", destinado à promoção da qualificação profissional, da autonomia econômica, da inclusão produtiva e da reinserção de mulheres com idade igual ou superior a cinquenta anos no mercado de trabalho.

Parágrafo único. O Programa terá caráter inclusivo e buscará ampliar as oportunidades de trabalho, geração de renda e empreendedorismo, respeitadas as competências dos órgãos municipais e a legislação vigente.

Art. 2º São objetivos do Programa Municipal "Mulher Carioca 50+":

I – promover a valorização da experiência profissional e das competências adquiridas pelas mulheres ao longo da vida;
II – incentivar a qualificação, a requalificação e a atualização profissional de mulheres com cinquenta anos ou mais;
III – estimular a reinserção e a permanência dessas mulheres no mercado de trabalho;
IV – fomentar o empreendedorismo feminino, o trabalho autônomo e outras formas lícitas de geração de renda;
V – contribuir para a redução da discriminação etária no acesso às oportunidades profissionais;
VI – incentivar a inclusão digital e o acesso às novas tecnologias;
VII – promover a autonomia econômica das mulheres, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade social; e
VIII – estimular a articulação entre o poder público, a iniciativa privada e organizações da sociedade civil para ampliação das oportunidades de inclusão produtiva.

Art. 3º Constituem diretrizes do Programa:

I – igualdade de oportunidades e respeito à dignidade da pessoa humana;
II – valorização da diversidade etária e da trajetória profissional das mulheres;
III – incentivo à aprendizagem ao longo da vida;
IV – promoção da independência financeira e da autonomia econômica;
V – acessibilidade e inclusão digital;
VI – atenção às desigualdades territoriais e socioeconômicas; e
VII – integração, sempre que possível, com políticas públicas municipais existentes de emprego, renda, empreendedorismo e assistência social.

Art. 4º O Programa poderá contemplar, observadas as disponibilidades e os instrumentos legalmente cabíveis:

I – ações de orientação e capacitação profissional;
II – oficinas de empreendedorismo, educação financeira e gestão de pequenos negócios;
III – atividades de alfabetização e aperfeiçoamento digital;
IV – iniciativas de orientação para elaboração de currículos e preparação para entrevistas de emprego;
V – divulgação de oportunidades de trabalho, estágio profissional quando legalmente cabível, capacitação e geração de renda;
VI – ações de incentivo ao cooperativismo, ao associativismo e à economia solidária;
VII – campanhas de conscientização sobre a discriminação etária no mercado de trabalho; e
VIII – iniciativas de valorização das habilidades e experiências profissionais de mulheres com cinquenta anos ou mais.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Art. 5º As ações previstas nesta Lei poderão observar critérios de atenção prioritária às mulheres:

I – em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
II – desempregadas ou afastadas do mercado de trabalho por período prolongado;
III – responsáveis pelo sustento familiar;
IV – vítimas de violência doméstica e familiar, observadas as medidas de proteção e sigilo aplicáveis;
V – com deficiência; e
VI – residentes em territórios com maiores índices de vulnerabilidade social.

Parágrafo único. Os critérios de atenção prioritária não impedirão a participação das demais mulheres que preencham os requisitos gerais do Programa.

Art. 6º O Programa poderá incentivar a articulação com empresas, entidades representativas dos setores produtivos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e entidades de formação profissional, visando à ampliação das oportunidades de capacitação e inclusão produtiva.

Parágrafo único. As iniciativas previstas no *caput* observarão a legislação aplicável às parcerias, aos ajustes administrativos e à proteção de dados pessoais.

Art. 7º Poderão ser estimuladas iniciativas de empreendedorismo e geração de renda, incluindo orientação para formalização de atividades econômicas, acesso a informações sobre microcrédito e participação em redes de comercialização, observada a legislação pertinente.

Art. 8º As ações do Programa poderão contemplar modalidades presenciais, remotas ou híbridas, buscando facilitar a participação de mulheres com dificuldades de deslocamento, responsabilidades familiares ou limitações de acesso aos serviços.

Art. 9º O Município poderá promover campanhas educativas e informativas destinadas à valorização da mulher com cinquenta anos ou mais, ao enfrentamento do preconceito etário e à divulgação de oportunidades de qualificação profissional e inclusão produtiva.

Art. 10. A implementação das ações previstas nesta Lei poderá ocorrer de forma integrada às políticas, aos programas, aos serviços e às estruturas administrativas já existentes no Município, observadas as competências legais dos órgãos envolvidos.

Art. 11. A participação no Programa não assegura contratação profissional, concessão de crédito, benefício financeiro ou acesso automático a vagas de emprego, devendo ser respeitados os critérios estabelecidos na legislação aplicável.

Art. 12. A implementação das ações decorrentes desta Lei observará a disponibilidade orçamentária e financeira, os instrumentos de planejamento municipal e as normas de responsabilidade fiscal, sem prejuízo da utilização de programas e recursos já existentes.

Art. 13. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, respeitadas suas competências constitucionais e legais.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 4 de novembro de 2026.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir o Programa Municipal “Mulher Carioca 50+”, voltado à promoção da qualificação profissional, da autonomia econômica, da inclusão produtiva e da reinserção de mulheres com cinquenta anos ou mais no mercado de trabalho do Município do Rio de Janeiro.

A proposta parte do reconhecimento de que inúmeras mulheres, apesar de possuírem experiência profissional, conhecimentos técnicos e habilidades desenvolvidas ao longo de suas trajetórias, enfrentam dificuldades para conquistar novas oportunidades de emprego e geração de renda após os cinquenta anos de idade.

Entre os obstáculos enfrentados por esse segmento da população estão o preconceito etário a necessidade de atualização tecnológica, a interrupção da trajetória profissional em razão de responsabilidades familiares e a dificuldade de acesso a oportunidades de qualificação.

A situação pode ser especialmente desafiadora para mulheres que dedicaram parte significativa de suas vidas aos cuidados com filhos, familiares e pessoas dependentes e que, ao buscarem retornar ao mercado de trabalho, encontram barreiras à sua reinserção profissional.

Nesse contexto, o Programa “Mulher Carioca 50+” propõe diretrizes para estimular a capacitação, a inclusão digital, o empreendedorismo e a valorização da experiência profissional, contribuindo para ampliar as possibilidades de independência financeira e participação econômica dessas mulheres.

A iniciativa também contempla atenção às mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, às responsáveis pelo sustento familiar e àquelas que enfrentam situações de violência doméstica e familiar, reconhecendo a importância da autonomia econômica para a superação de condições de dependência e exclusão social.

Sob o aspecto constitucional, a proposição encontra fundamento nos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da valorização social do trabalho e da promoção do bem de todos, sem preconceitos de idade ou outras formas de discriminação, previstos na Constituição Federal.

A matéria também se insere no âmbito do interesse local, conforme o art. 30, inciso I, da Constituição Federal, ao estabelecer diretrizes municipais de incentivo à qualificação e à inclusão produtiva.

Importante destacar que a proposta busca respeitar a autonomia administrativa do Poder Executivo, sem criar cargos ou órgãos públicos, nem determinar a estrutura interna de funcionamento da Administração Municipal.

Dessa forma, o Projeto de Lei pretende contribuir para a construção de uma cidade mais inclusiva, que reconheça o potencial produtivo das mulheres em todas as fases da vida e ofereça condições para que continuem participando ativamente do desenvolvimento econômico e social do Rio de Janeiro.

Diante da relevância social da matéria, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

● ● ● ● ●

PROJETO DE LEI Nº 2764/2026

INCLUI A SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS SURDAS NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146/2010.

AUTOR: VEREADOR DEANGELES PERCY
DESPACHO:
A imprimir e à(s) Comissão(ões) de: Comissão de Constituição Justiça e Redação, Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Educação, Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído no § 9º do art. 6º da Lei nº 5.146, de 7 de janeiro de 2010, o seguinte evento:

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Semana Municipal de Conscientização sobre os Direitos das Pessoas Surdas, a ser comemorada na terceira semana de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 3 de novembro de 2026.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta tem como objetivo promover a conscientização da população sobre os direitos das pessoas surdas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, acessível e respeitosa à diversidade humana.

As pessoas surdas enfrentam desafios cotidianos relacionados à comunicação, ao acesso à informação, à educação, à saúde, ao mercado de trabalho e à participação plena na vida social. Nesse contexto, torna-se fundamental ampliar o conhecimento da sociedade sobre seus direitos, combater o preconceito e a discriminação e incentivar práticas que favoreçam a acessibilidade e a inclusão.

A instituição da Semana Municipal de Conscientização sobre os Direitos das Pessoas Surdas busca estimular a realização de ações educativas, campanhas informativas, palestras e outras atividades voltadas à valorização da comunidade surda, à divulgação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e à promoção do respeito às diferentes formas de comunicação.

A iniciativa também pretende fortalecer a conscientização sobre a importância da acessibilidade comunicacional nos espaços públicos e privados, contribuindo para que as pessoas surdas tenham seus direitos respeitados e possam participar de forma efetiva das atividades educacionais, culturais, profissionais e comunitárias.

Dessa forma, a inclusão da Semana Municipal de Conscientização sobre os Direitos das Pessoas Surdas no Calendário Oficial da Cidade representa uma oportunidade de ampliar o debate público sobre o tema, incentivar a participação da sociedade e reafirmar o compromisso do Município do Rio de Janeiro com a igualdade de direitos, a dignidade humana e a inclusão social.

Pela relevância social da matéria, conto com o apoio dos meus pares para a aprovação desta proposta.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.146, DE 7 DE JANEIRO DE 2010.

Dispõe sobre a consolidação municipal referente a eventos, datas comemorativas e feriados da Cidade do Rio de Janeiro e institui o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas da Cidade do Rio de Janeiro.

(...)

Art. 6º Constituem datas comemorativas e eventos anuais do Município do Rio de Janeiro, devendo ser inseridos no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas da Cidade, de acordo com as datas abaixo elencadas:

(...)

§ 9º São datas comemorativas e eventos do mês de setembro:

(...)

● ● ● ● ●

PROJETO DE LEI Nº 2765/2026

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL ATLETISMO QUE TRANSFORMA, VOLTADO AO INCENTIVO À PRÁTICA DO ATLETISMO, À INCLUSÃO SOCIAL E AO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

AUTOR: VEREADOR DEANGELES PERCY
DESPACHO:
A imprimir e à(s) Comissão(ões) de: Comissão de Constituição Justiça e Redação, Comissão de Administração Pública e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Esportes Lazer e Eventos, Comissão dos Direitos da Criança Adolescente e Juventude , Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, Comissão de Prevenção às Drogas, Comissão de Educação, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Comissão de Assistência Social, Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal Atletismo que transforma, destinado a incentivar a prática do atletismo por crianças e adolescentes no Município do Rio de Janeiro, como instrumento de promoção da saúde, do desenvolvimento integral, da inclusão social e da cidadania.

Art. 2º São diretrizes do Programa Municipal Atletismo que Transforma:

I – incentivar a prática do atletismo entre crianças e adolescentes, especialmente daqueles residentes em comunidades, periferias e áreas com menor oferta de oportunidades esportivas;

II – estimular o interesse pelo esporte e favorecer a identificação e o desenvolvimento de aptidões e talentos esportivos;

III – promover o esporte como instrumento de prevenção ao envolvimento com drogas e outras situações de vulnerabilidade social;

IV – incentivar valores como disciplina, respeito, responsabilidade, cooperação, perseverança e trabalho em equipe;

V – favorecer a convivência, a socialização, a inclusão, independentemente da origem, raça ou condição socioeconômica;

VI – estimular hábitos saudáveis e a conscientização sobre a importância da atividade física, da saúde e da qualidade de vida;

VII – incentivar a participação de crianças e adolescentes com deficiência, observadas as condições de acessibilidade e as adaptações razoáveis necessárias.

Art. 3º Para a consecução de suas diretrizes, o Programa poderá contemplar, entre outras iniciativas:

I – atividades de iniciação ao atletismo, abrangendo corridas, saltos, lançamentos e outras modalidades relacionadas;

II – festivais esportivos, encontros recreativos e atividades de integração;

III – ações educativas sobre saúde, cidadania, prevenção ao uso de drogas e valorização da convivência comunitária;

IV – iniciativas de incentivo à descoberta e ao desenvolvimento de talentos esportivos;

V – parcerias com instituições de ensino, associações, organizações da sociedade civil, clubes e entidades esportivas, observada a legislação aplicável.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Art. 4º As iniciativas relacionadas ao Programa poderão ser desenvolvidas em espaços esportivos, equipamentos públicos e outros locais adequados à prática do atletismo, observadas as condições de utilização, acessibilidade e segurança.

Art. 5º A implementação das diretrizes previstas nesta Lei poderá ocorrer por meio de ações e parcerias compatíveis com as políticas públicas municipais existentes, respeitadas a conveniência administrativa, a disponibilidade orçamentária e a legislação aplicável.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 3 de novembro de 2026.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir o Programa Municipal Atletismo que Transforma, destinado a incentivar a prática do atletismo entre crianças e adolescentes no Município do Rio de Janeiro, reconhecendo o esporte como instrumento de promoção da saúde, inclusão social, formação cidadã e desenvolvimento integral.

O esporte desempenha papel fundamental na formação de crianças e adolescentes, contribuindo para o desenvolvimento físico, emocional e social, além de estimular valores essenciais, como disciplina, respeito, responsabilidade, perseverança e trabalho em equipe. Nesse contexto, o atletismo, por abranger modalidades como corridas, saltos e lançamentos, representa uma importante oportunidade de iniciação esportiva, acessível a diferentes faixas etárias e condições sociais.

A proposta busca valorizar especialmente as crianças e os adolescentes residentes em comunidades, periferias e regiões com menor oferta de oportunidades esportivas, ampliando as possibilidades de participação em atividades saudáveis e de convivência comunitária. O incentivo à prática esportiva também pode contribuir para a prevenção de situações de vulnerabilidade social, inclusive aquelas relacionadas ao uso de drogas e ao envolvimento com a criminalidade.

Além dos benefícios físicos, a prática do atletismo favorece a construção da autoestima, o desenvolvimento da autonomia, a superação de desafios e o reconhecimento das potencialidades individuais. Também constitui uma oportunidade para identificar e estimular talentos esportivos, permitindo que crianças e adolescentes encontrem no esporte um caminho de aprendizado, realização pessoal e perspectivas para o futuro.

Outro aspecto relevante é a promoção da inclusão e do respeito. O acesso ao esporte deve ser incentivado sem discriminação de origem, contribuindo para uma cidade mais inclusiva, solidária e comprometida com a igualdade de oportunidades.

A iniciativa está alinhada aos princípios constitucionais que reconhecem o esporte como direito de cada pessoa e atribuem ao Poder Público o dever de fomentar práticas desportivas, bem como ao compromisso de assegurar os direitos de crianças e adolescentes com prioridade absoluta.

Dessa forma, o Programa Municipal Atletismo que transforma pretende contribuir para a construção de uma cidade que ofereça mais oportunidades às novas gerações, reconhecendo o esporte não apenas como atividade física, mas também como ferramenta de educação, integração comunitária, prevenção social e transformação de vidas.

Diante do exposto, conto com o apoio dos meus pares para a aprovação da presente proposição.



Projetos de Decreto Legislativo

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204/2026

CONCEDE LICENÇA AO PREFEITO PARA SE AUSENTAR DO TERRITÓRIO NACIONAL E DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2027

AUTOR(ES): COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

(...)

(*) (Publicado por incorreção. Publicado no DCM de 10/11/2026, pág. 7)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 205/2026

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ BENEMÉRITA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A TALITA GALHARDO MARTINS BORGES SOUSA

AUTORES: VEREADOR CARLO CAIADO; VEREADOR WILLIAN COELHO; VEREADORA TÂNIA BASTOS; VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS; VEREADOR PAULO MESSINA; MESA DIRETORA; VEREADOR MARCOS DIAS; VEREADOR FERNANDO ARMELAU; VEREADOR MARCIO RIBEIRO; VEREADORA ROSA FERNANDES; VEREADOR LENIEL BOREL; VEREADORA VERA LINS; VREADOR DEANGELES PERCY; VEREADORA TAINÁ DE PAULA; VEREADOR DR. ROGÉRIO AMORIM; VEREADOR FLÁVIO VALLE
DESPACHO:
A imprimir e à(s) Comissão(ões) de: Comissão de Constituição Justiça e Redação, Comissão de Educação.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadã Benemérita do Município do Rio de Janeiro a Talita Galhardo Martins Borges Sousa - TALITA GALHARDO, Vereadora da Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 3 de novembro de 2026.

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

Vereador MARCOS DIAS

Vereador FERNANDO ARMELAU

Vereador MARCIO RIBEIRO

Vereadora ROSA FERNANDES

Vereador LENIEL BOREL

Vereadora VERA LINS

Vereador DEANGELES PERCY

Vereadora TAINÁ DE PAULA

Vereador DR. ROGÉRIO AMORIM

Vereador FLÁVIO VALLE

JUSTIFICATIVA

Talita Galhardo Martins Borges Sousa, natural do Rio de Janeiro, é jornalista, pós-graduada em Gestão Pública e possui mais de duas décadas de experiência no serviço público, com uma trajetória dedicada à administração municipal e ao atendimento das demandas da população carioca.

Entre 2021 e 2023, exerceu o cargo de subprefeita de Jacarepaguá, período em que coordenou ações de ordenamento urbano, fiscalização e combate às construções irregulares, além de iniciativas voltadas à conservação dos espaços públicos e à melhoria dos serviços municipais.

Eleita vereadora do Rio de Janeiro em 2024, com 20.352 votos, iniciou seu primeiro mandato parlamentar em 2025, concentrando sua atuação nas áreas de segurança pública, ordenamento urbano, proteção e defesa civil e valorização dos servidores públicos.

Em 2026, foi eleita deputada federal pelo Estado do Rio de Janeiro, com 46.780 votos, ampliando sua trajetória de atuação política e institucional.

Sua carreira é marcada pela experiência na gestão pública, pela proximidade com as comunidades e pelo compromisso com a melhoria da qualidade de vida da população carioca.

Diante de sua trajetória e dos relevantes serviços prestados ao Município do Rio de Janeiro, justifica-se a concessão do Título de Cidadã Benemérita do Município do Rio de Janeiro, como reconhecimento público de sua contribuição à cidade e à população carioca.

• • • • •

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 206/2026

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A RAFAEL SILVA FERREIRA DE LIMA

AUTORES: VEREADOR CARLO CAIADO; VEREADOR WILLIAN COELHO; VEREADORA TÂNIA BASTOS; VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS; VEREADOR PAULO MESSINA; MESA DIRETORA; VEREADOR MARCOS DIAS; VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM; VEREADOR DIEGO FARO; VEREADORA ALANA PASSOS; VEREADOR FERNANDO ARMELAU; VEREADORA GIGI CASTILHO; VEREADOR POUBEL; VEREADOR MARCIO RIBEIRO; VEREADORA ROSA FERNANDES; VEREADOR LENIEL BOREL; VEREADORA VERA LINS; VEREADOR DEANGELES PERCY; VEREADOR POUBEL; VEREADOR DIEGO FARO; VEREADOR DR. ROGÉRIO AMORIM; VEREADOR FERNANDO ARMELAU; VEREADORA ALANA PASSOS
DESPACHO:
A imprimir e à(s) Comissão(ões) de: Comissão de Constituição Justiça e Redação, Comissão de Educação.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Município do Rio de Janeiro a Rafael Silva Ferreira de Lima - RAFAEL SATIÊ, Vereador da Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 3 de novembro de 2026.

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

Vereador MARCOS DIAS

Vereador MARCIO RIBEIRO

Vereadora ROSA FERNANDES

Vereador LENIEL BOREL

Vereadora VERA LINS

Vereador DEANGELES PERCY

Vereador POUBEL

Vereador DIEGO FARO

Vereador DR. ROGÉRIO AMORIM

Vereador FERNANDO ARMELAU

Vereadora ALANA PASSOS

JUSTIFICATIVA

Rafael Silva Ferreira de Lima, conhecido como Rafael Satiê, nasceu no Rio de Janeiro em 13 de março de 1987. Criado em comunidades da Zona Norte carioca, especialmente no Complexo do Lins e no Jacarezinho, estudou no tradicional Colégio Pedro II e construiu sua trajetória profissional como empresário, pastor, comunicador, diretor de marketing, produtor cultural e conselheiro de negócios.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Com experiência nas áreas de comunicação, empreendedorismo e desenvolvimento econômico, também se destacou como escritor, sendo autor do livro O Capitalismo e a Favela, obra que aborda a liberdade econômica e o empreendedorismo como instrumentos de geração de oportunidades e transformação social nas comunidades.

Eleito vereador do Rio de Janeiro em 2024, com 13.582 votos, iniciou seu primeiro mandato parlamentar em 2025, concentrando sua atuação na fiscalização da administração pública, na desburocratização, no incentivo ao empreendedorismo e na defesa das liberdades individuais. Na Câmara Municipal, assumiu a presidência da Comissão de Combate ao Racismo, participando de iniciativas voltadas à promoção da igualdade racial.

Em 2026, foi eleito deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, com 91.074 votos, ampliando sua trajetória de representação política e institucional.

Sua história, marcada pelas origens nas comunidades cariocas, pela atuação profissional e pelo exercício de funções públicas, representa uma contribuição ao debate sobre desenvolvimento econômico, oportunidades e participação social.

Diante de sua trajetória e dos serviços prestados à sociedade carioca, justifica-se a concessão do Título de Cidadão Benemérito do Município do Rio de Janeiro, como reconhecimento público de sua contribuição à cidade e à população.

• • • • •

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 207/2026

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A LEONEL QUERINO DA SILVA NETO

AUTORES: VEREADOR CARLO CAIADO; VEREADOR WILLIAN COELHO; VEREADORA TÂNIA BASTOS; VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS; VEREADOR PAULO MESSINA; MESA DIRETORA; VEREADOR MARCOS DIAS; VEREADOR MARCIO RIBEIRO; VEREADOR RENATO MOURA; VEREADORA ROSA FERNANDES; VEREADOR LENIEL BOREL; VEREADORA VERA LINS; VEREADOR DEANGELES PERCY; VEREADORA TAINÁ DE PAULA
DESPACHO:
A imprimir e à(s) Comissão(ões) de: Comissão de Constituição Justiça e Redação, Comissão de Educação.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – Presidente

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Município do Rio de Janeiro a Leonel Querino da Silva Neto - LEONEL DE ESQUERDA, Vereador da Cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 3 de novembro de 2026.

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2ª Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

Vereador MARCOS DIAS

Vereadora TAINÁ DE PAULA

Vereador FELIPE PIRES

Vereadora MAÍRA DO MST

Vereador NIQUINHO

Vereador MARCIO RIBEIRO

Vereador RENATO MOURA

Vereadora ROSA FERNANDES

Vereador LENIEL BOREL

Vereadora VERA LINS

Vereador DEANGELES PERCY

Vereadora TAINÁ DE PAULA

JUSTIFICATIVA

Leonel Querino da Silva Neto, conhecido como Leonel de Esquerda, nasceu em 21 de julho de 1989, no Rio de Janeiro, e foi criado no bairro da Abolição, na Zona Norte da cidade. Formado em Administração, construiu sua trajetória profissional e política a partir da atuação no movimento sindical, na comunicação e na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Ao longo de sua carreira, exerceu a presidência do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Rio de Janeiro e ocupou o cargo de secretário de Juventude da Central Única dos Trabalhadores (CUT), participando de iniciativas voltadas à valorização profissional, à organização sindical e à promoção dos direitos sociais.

Eleito vereador do Rio de Janeiro em 2024, iniciou seu primeiro mandato parlamentar em 2025, concentrando sua atuação na defesa dos trabalhadores, no desenvolvimento econômico das comunidades, na valorização da cultura popular e na ampliação das oportunidades para a população das periferias.

Na Câmara Municipal, assumiu a presidência da Comissão de Desenvolvimento das Favelas, desenvolvendo atividades voltadas ao fortalecimento da economia local, ao incentivo ao empreendedorismo e à promoção de políticas públicas de inclusão social.

Em 2026, foi eleito deputado estadual pelo Rio de Janeiro, com 44.597 votos, ampliando sua trajetória de representação política e institucional.

Sua carreira é marcada pela atuação junto aos movimentos sociais, pela defesa dos direitos dos trabalhadores e pelo compromisso com o desenvolvimento das comunidades cariocas.

Diante de sua trajetória e dos serviços prestados à sociedade, justifica-se a concessão do Título de Cidadão Benemérito do Município do Rio de Janeiro, como reconhecimento público de sua contribuição à cidade e à população carioca.

Requerimentos

(*)DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 20/10/2026
CARLO CAIADO - PRESIDENTE

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

REQUERIMENTO Nº 1267/2026

REQUEREMOS à Mesa Diretora, com fulcro no Regimento Interno desta Casa de Leis, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto para o Sr. Rafael Satiê.

Plenário Teotônio Villela, 20 de outubro de 2026.

Vereador POUBEL

Vereador MÁRIO DIAS

Vereador WILLIAN COELHO

Vereador FERNANDO ARMELAU

Vereador DR. ROGERIO AMORIM

Vereador DIEGO FARO

Vereador PAULO MESSINA

Vereadora ALANA PASSOS

Com apoio dos Senhores**:** VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR CARLO CAIADO, VEREADOR FELIPE BORÓ, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR JORGE CANELLA, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR LENIEL BOREL, VEREADOR MARCIO RIBEIRO, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADOR ZICO, VEREADORA GIGI CASTILHO

(...)

(*) Republicado para INCLUSÃO DE COAUTORIA. Originalmente publicado no DCM de 21/10/2026, pág. 48.

● ● ● ● ●

(*) DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 04/11/2026
CARLO CAIADO – Presidente

REQUERIMENTO Nº 1304/2026

REQUEREMOS à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto à LUCAS PAVANATO DE OLIVEIRA.

Plenário Teotônio Villela, 27 de outubro de 2026.

Vereador FERNANDO ARMELAU

Vereador MARCOS DIAS

Vereador DIEGO FARO

Vereadora ALANA PASSOS

Vereador LENIEL BOREL

Com apoio dos Senhores: VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM, VEREADOR FLÁVIO VALLE, VEREADOR JORGE CANELLA, VEREADOR PAULO MESSINA, VEREADOR POUBEL, VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS, VEREADOR RAFAEL SATIÊ, VEREADOR WILLIAN COELHO, VEREADOR ZICO, VEREADORA GIGI CASTILHO, VEREADORA ROSA FERNANDES

JUSTIFICATIVA

(...)

(*) (Republicado por INCORREÇÃO NA PUBLICAÇÃO. Originalmente publicado no DCM de 05/11/2026, pág. 34).

● ● ● ● ●

(*)DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 04/11/2026
CARLO CAIADO – Presidente

REQUERIMENTO Nº 1305/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto à RENATO ARAÚJO CORRÊA.

Plenário Teotônio Villela, 27 de outubro de 2026.

Vereador FERNANDO ARMELAU

Vereador MARCOS DIAS

Vereador DR. ROGERIO AMORIM

Vereador LENIEL BOREL

Com apoio dos Senhores: VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR DIEGO FARO, VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM, VEREADOR FLÁVIO VALLE, VEREADOR JORGE CANELLA, VEREADOR PAULO MESSINA, VEREADOR POUBEL, VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS, VEREADOR RAFAEL SATIÊ, VEREADOR WILLIAN COELHO, VEREADOR ZICO, VEREADORA ALANA PASSOS, VEREADORA GIGI CASTILHO, VEREADORA HELENA VIEIRA, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADORA TÂNIA BASTOS

JUSTIFICATIVA:

(...)

(*) (Republicado por INCORREÇÃO NA PUBLICAÇÃO. Originalmente publicado no DCM de 05/11/2026, pág. 34/35).

● ● ● ● ●

(*) DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 04/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1306/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, com fulcro no Regimento Interno desta Casa de Leis, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à JÉSSICA OHANA TAVARES.

Plenário Teotônio Villela, 27 de outubro de 2026.

Vereador FERNANDO ARMELAU

Vereador LENIEL BOREL

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Vereador DR. ROGERIO AMORIM

Com apoio dos Senhores: VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR DIEGO FARO, VEREADOR FLÁVIO VALLE, VEREADOR JORGE CANELLA, VEREADOR MÁRIO DIAS, VEREADOR PAULO MESSINA, VEREADOR POUBEL, VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS, VEREADOR RAFAEL SATIÊ, VEREADOR WILLIAN COELHO, VEREADOR ZICO, VEREADORA ALANA PASSOS, VEREADORA GIGI CASTILHO, VEREADORA HELENA VIEIRA, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADORA TÂNIA BASTOS

JUSTIFICATIVA

(...)

(*) (Republicado para INCLUSÃO DE COAUTORIA. Originalmente publicado no DCM de 05/11/2026, pág. 35.)

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 04/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1307/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à MARIA EDUARDA CAMPOPIANO MONTEIRO.

Plenário Teotônio Villela, 27 de outubro de 2026.

Vereador FERNANDO ARMELAU

Vereador MARCOS DIAS

Vereador ALANA PASSOS

Vereador LENIEL BOREL

Com apoio dos Senhores: VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR DIEGO FARO, VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM, VEREADOR FLÁVIO VALLE, VEREADOR JORGE CANELLA, VEREADOR PAULO MESSINA, VEREADOR POUBEL, VEREADOR RAFAEL SATIÊ, VEREADOR WILLIAN COELHO, VEREADOR ZICO, VEREADORA GIGI CASTILHO, VEREADORA ROSA FERNANDES

(...)

(*) (Republicado por INCORREÇÃO NA PUBLICAÇÃO. Originalmente publicado no DCM de 05/11/2026, pág. 35/36).

(*) DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 05/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1309/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Título de Mérito Esportivo Mestre Hélio Gracie ao Professor WILLIAM ALVARENGA DO NASCIMENTO.

Plenário Teotônio Villela, 05 de novembro de 2026.

Vereador DEANGELES PERCY

Com apoio dos Senhores: VEREADOR DIEGO FARO, VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM, VEREADOR FELIPE PIRES, VEREADOR FLÁVIO VALLE, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR LENIEL BOREL, VEREADOR MARCOS DIAS, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR POUBEL, VEREADOR RICK AZEVEDO, VEREADOR WILLIAN COELHO, VEREADOR ZICO, VEREADORA ALANA PASSOS, VEREADORA GIGI CASTILHO, VEREADORA MAÍRA DO MST, VEREADORA TÂNIA BASTOS

JUSTIFICATIVA

(...)

(*) (Republicado por INCORREÇÃO NA PUBLICAÇÃO. Originalmente publicado no DCM de 10/11/2026, pág. 8)

DESPACHO:
A imprimir. Deferido.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1313/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a cessão do Plenário Teotônio Villela, no dia 09 de dezembro de 2026, às 18 horas, para a realização da Solenidade de Entrega do Conjunto de Medalhas do Mérito Pedro Ernesto à Senhora DANIELA MAIA, Secretária Municipal de Turismo da Cidade do Rio de Janeiro.

Solicito, ainda, a disponibilização dos serviços de som, taquigrafia e transmissão pelo canal da Rio TV Câmara na plataforma YouTube.

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

Vereador CESAR MAIA

DESPACHO:
A imprimir. Deferido.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1314/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a cessão do Plenário Teotônio Villela, no dia 30 de novembro de 2026, das 9h30 às 13h, para a realização de solenidades de entrega de honrarias.

Na ocasião, será realizada a entrega do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor ALEXANDER VIEIRA DA COSTA, Chefe de Gabinete do Deputado Federal Pedro Paulo, nos termos da Resolução nº 13.347/2026, bem como a entrega das Medalhas de São Francisco de Assis – 3º Milênio às Senhoras ANDREZA FREITAS DA SILVA e CAMILLA FERREIRA BRAGA, conforme as Resoluções nº 11.613/2023 e nº 11.614/2023, respectivamente.

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

Vereador MARCIO RIBEIRO

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO:
A imprimir. Deferido.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1315/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a cessão do Plenário Teotônio Villela, no dia 13 de novembro de 2026, sexta-feira, a partir das 18h30, para a realização de solenidade em homenagem ao Dia da Umbanda.

Vale ressaltar, que se faz necessário a transmissão ao vivo da solenidade pela Rio TV Câmara (YouTube e Canal de Televisão), além do o uso da área da copa, do equipamento de som, presença de fotógrafo e serviços afins.

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

Vereador ÁTILA NUNES

• • • • •

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1316/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao advogado FERNANDO ANTÔNIO VIANNA DE UZÊDA.

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

Vereador MARCIO RIBEIRO

Com apoio dos Senhores**:** VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR FELIPE BORÓ, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR MARCOS DIAS, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR PAULO MESSINA, VEREADOR RENATO MOURA, VEREADOR SALVINO OLIVEIRA, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADOR ZICO, VEREADORA JOYCE TRINDADE, VEREADORA TAINÁ DE PAULA, VEREADORA TATIANA ROQUE

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade conceder o Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao advogado FERNANDO ANTÔNIO VIANNA DE UZÊDA, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Cidade do Rio de Janeiro, por meio de uma trajetória de mais de 24 anos dedicada ao serviço público, à atividade jurídica e ao fortalecimento das instituições democráticas.

Ao longo de sua vida profissional, Fernando Uzêda reuniu conhecimento técnico, experiência administrativa e sensibilidade no relacionamento com as pessoas. Sua atuação nos Poderes Legislativo e Executivo revela um compromisso contínuo com o interesse coletivo, expresso no assessoramento parlamentar, na orientação jurídica e no encaminhamento das demandas da população carioca.

Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes, com graduação concluída em 2005, e pós-graduado em Direito Eleitoral e em Segurança Pública, Fernando construiu sua formação em permanente diálogo com a prática do serviço público. Essa combinação lhe permitiu contribuir em diferentes áreas da administração, sempre com responsabilidade e dedicação às atribuições assumidas.

Sua trajetória teve início em 2002, na Câmara dos Deputados, como Secretário Parlamentar no gabinete do então Deputado Federal Eduardo Paes. Posteriormente, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, exerceu funções de assessoramento e chefia de gabinete junto ao Vereador Luiz Antônio Guaraná, participando da elaboração de proposições legislativas, da organização das atividades parlamentares e do atendimento às demandas comunitárias.

No Poder Executivo Municipal, desempenhou funções na Secretaria Municipal de Obras, na Empresa Municipal de Urbanização - RIOURBE, na Secretaria Municipal da Casa Civil e na Secretaria Municipal de Ordem Pública. Essas experiências ampliaram sua contribuição à cidade em áreas relacionadas à infraestrutura, à urbanização, à cidadania e à segurança pública.

Na Coordenadoria do Programa Rio+Seguro, desempenhou papel relevante na coordenação e no acompanhamento de operações integradas de segurança pública, atuando em conjunto com policiais militares vinculados ao Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS) e agentes da Guarda Municipal. Sua atuação contribuiu para o planejamento, a organização e a execução de ações estratégicas voltadas ao fortalecimento da segurança urbana, à preservação da ordem pública e à proteção da população no Município do Rio de Janeiro.

Sua atuação no Legislativo carioca também compreende o trabalho desenvolvido no gabinete do Vereador Marcelo Arar e, a partir de março de 2021, no gabinete do Vereador Marcio Ribeiro, com atividades de assessoramento jurídico e legislativo, elaboração de projetos de lei e demais proposições, além do acompanhamento de matérias de interesse da sociedade.

São funções que exigem preparo, discernimento e capacidade de diálogo. Ao exercê-las, Uzêda contribuiu para transformar demandas em encaminhamentos concretos e para oferecer suporte técnico ao trabalho parlamentar, colaborando com o funcionamento desta Casa e com sua missão de representar a população.

No campo do Direito Eleitoral, sua experiência em assessoria jurídica, coordenação e administração financeira de campanhas reforça uma trajetória vinculada à participação política e ao cumprimento das responsabilidades inerentes ao processo democrático.

Seu compromisso com a coletividade, entretanto, antecede o exercício profissional. Ainda jovem, atuou como dirigente da Pastoral Jovem da Paróquia Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, participando de atividades de integração da juventude e de valorização da solidariedade. Durante a formação universitária, exerceu as funções de Tesoureiro e Presidente do Diretório Acadêmico Senador Cândido Mendes — DASCAM, demonstrando vocação para a representação, o diálogo e a construção coletiva.

A participação em atividades voluntárias em comunidades cariocas, especialmente na Zona Sul, constitui outra expressão de seu envolvimento com a cidade e de sua disposição para contribuir com o próximo.

À competência profissional somam-se qualidades humanas que tornam esta homenagem especialmente significativa. Uzêda é uma pessoa querida, cuja convivência é marcada pela atenção, pelo respeito e pela disposição para ajudar. Ao longo de sua caminhada, construiu vínculos de amizade e confiança que refletem a maneira generosa com que se relaciona com aqueles que o cercam.

Pai dedicado de Rafael, Pedro e Felipe, encontra na família uma de suas maiores fontes de alegria e inspiração. Tricolor apaixonado pelo Fluminense Football Club, cultiva também no esporte sua ligação afetiva com o Rio de Janeiro, cidade à qual dedicou parte expressiva de sua vida profissional.

A concessão desta honraria reconhece uma trajetória construída no trabalho cotidiano, na responsabilidade com as instituições e no cuidado com as relações humanas. Valoriza o profissional que contribui com seu conhecimento, o cidadão que participa da vida comunitária e o homem que conquista respeito e carinho pela forma como trata as pessoas.

Ao homenagear Fernando Antônio Vianna de Uzêda, esta Casa reconhece também a importância daqueles que, com dedicação e perseveran-

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

ça, colaboram diariamente para que o poder público cumpra suas funções e esteja mais próximo da população.

Por sua experiência, pelos serviços prestados à Cidade do Rio de Janeiro e pelas qualidades pessoais que distinguem sua trajetória, Uzêda faz jus ao reconhecimento proposto.

Diante do exposto, solicito o apoio dos meus nobres pares à aprovação da presente proposição, concedendo o Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto a FERNANDO ANTÔNIO VIANNA DE UZÊDA, como expressão da estima, da gratidão e do reconhecimento desta Casa Legislativa por sua contribuição à sociedade carioca.

• • • • •

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1317/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto a CLEVERSON LOPES DE OLIVEIRA.

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

Vereador MARCIO RIBEIRO

Com apoio dos Senhores**:** VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR FELIPE BORÓ, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR MARCOS DIAS, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR PAULO MESSINA, VEREADOR RENATO MOURA, VEREADOR SALVINO OLIVEIRA, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADOR ZICO, VEREADORA JOYCE TRINDADE, VEREADORA TAINÁ DE PAULA, VEREADORA TATIANA ROQUE

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade conceder o Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto, a mais elevada honraria concedida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ao Senhor CLEVERSON LOPES DE OLIVEIRA, em reconhecimento à sua trajetória de dedicação ao serviço público, à atuação na administração municipal, ao compromisso com o desenvolvimento social e à sua contribuição para o fortalecimento das relações humanas, institucionais e comunitárias na cidade do Rio de Janeiro.

Nascido e criado no Complexo da Maré, Cleverson é fruto de uma comunidade marcada por histórias de luta, resistência, solidariedade e esperança. Foi nas ruas da Maré que construiu suas primeiras amizades, desenvolveu seu espírito de liderança e aprendeu, desde muito cedo, que a transformação social depende de oportunidades, compromisso coletivo e, sobretudo, da capacidade de acreditar nas pessoas.

Um episódio especialmente marcante de sua infância traduz, de maneira simbólica, sua ligação com a história política e social do Rio de Janeiro. Ainda menino, durante a inauguração de um Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), na presença de duas figuras históricas da educação e da política brasileira, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, o jovem Cleverson foi apontado como alguém que representava o futuro da Maré e do próprio Rio de Janeiro.

Aquela referência, feita quando ainda era uma criança, tornou-se uma lembrança significativa de sua trajetória, simbolizando a esperança depositada em uma geração de jovens das comunidades cariocas que, apesar das dificuldades, poderiam ocupar espaços, construir oportunidades e contribuir para o desenvolvimento da cidade.

Ao longo de sua vida, Cleverson construiu uma trajetória profissional diversificada, marcada pela atuação administrativa, pela organização de equipes, pela coordenação de eventos e pelo relacionamento com diferentes setores da sociedade.

Entre setembro de 2016 e janeiro de 2021, atuou na área de informações forenses, desenvolvendo atividades administrativas, acompanhamento processual e organização de informações jurídicas. Posteriormente, entre março de 2021 e janeiro de 2025, exerceu a função de assessor parlamentar na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ampliando sua experiência no funcionamento do Poder Legislativo, no atendimento às demandas da população e na articulação institucional.

Desde janeiro de 2025, passou a atuar no Riocentro, importante espaço de feiras, congressos e exposições da cidade, desempenhando funções relacionadas à administração de pessoal, organização de eventos e coordenação operacional, atividades que exigem planejamento, responsabilidade, capacidade de liderança e permanente diálogo com diferentes equipes.

Atualmente, à frente da Coordenação do Clube do Servidor, Cleverson Lopes de Oliveira vem desenvolvendo um trabalho voltado à valorização dos servidores públicos municipais, à promoção da convivência, do lazer, do esporte e da integração social.

Sua atuação se destaca pela busca constante de parcerias, pela aproximação com instituições públicas e privadas e pelo empenho na realização de iniciativas que ampliem as oportunidades oferecidas aos servidores e seus familiares.

Mais do que administrar um espaço, Cleverson procura transformá-lo em um ambiente de acolhimento, integração e reconhecimento daqueles que, diariamente, dedicam seu trabalho ao funcionamento da cidade. Por meio do diálogo, da construção de parcerias e da organização de atividades, contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento e a valorização do funcionalismo municipal.

Entretanto, sua história não se resume aos cargos que ocupou ou às funções que desempenhou.

Cleverson também construiu uma vida profundamente ligada à política, não apenas como atividade partidária ou eleitoral, mas como instrumento de transformação social e realização coletiva.

Ao longo de muitos anos, participou da coordenação política e da organização de diversas campanhas eleitorais, contribuindo para a formação de equipes, mobilização de apoiadores, articulação de lideranças e aproximação entre candidatos e comunidades.

Foram muitas campanhas, algumas vitoriosas, outras não. Mas, em todas elas, permaneceu a mesma dedicação, a mesma lealdade aos amigos e a mesma convicção de que a política deve servir para melhorar a vida das pessoas.

Para Cleverson, o resultado das urnas jamais foi o único significado de uma campanha. Cada caminhada, cada reunião, cada conversa com um morador e cada amizade construída representaram oportunidades de compreender necessidades, ouvir histórias e participar da construção de caminhos para uma cidade mais justa e inclusiva.

Sua trajetória demonstra que a verdadeira participação política não se limita aos momentos de vitória. Ela também se revela na perseverança diante das derrotas, na capacidade de recomeçar, na fidelidade aos compromissos assumidos e na disposição permanente de continuar trabalhando por aquilo em que se acredita.

Acima de disputas eleitorais, Cleverson sempre cultivou amizades, construiu pontes e preservou relações humanas, compreendendo que a política passa, os mandatos terminam, mas o respeito, a gratidão e os vínculos construídos ao longo da vida permanecem.

Sua origem na Maré também representa um aspecto fundamental dessa caminhada. Conhecedor das dificuldades enfrentadas por moradores das comunidades, nunca perdeu de vista a importância de políticas públicas capazes de ampliar oportunidades e transformar realidades.

A lembrança daquele menino que, diante de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, foi apontado como uma esperança para a Maré e para o Rio de Janeiro encontra significado em sua trajetória de participação na vida pública, na construção de relações comunitárias e no compromisso com iniciativas voltadas ao bem-estar coletivo.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

A história de Cleverson é também a história de tantos cariocas que nasceram em comunidades populares, enfrentaram desafios, construíram suas oportunidades por meio do trabalho e encontraram no serviço público e na participação política instrumentos para contribuir com a sociedade.

Sua dedicação à administração pública, seu trabalho na coordenação do Clube do Servidor, sua capacidade de estabelecer parcerias, sua experiência na organização de eventos e sua longa participação nos bastidores da política carioca constituem razões que fundamentam o reconhecimento ora proposto.

Homenagear Cleverson Lopes de Oliveira é também reconhecer aqueles que, muitas vezes longe dos holofotes, dedicam suas vidas a organizar, aproximar, construir, colaborar e fazer acontecer. Pessoas que compreendem que nenhuma grande realização pública se constrói individualmente e que o verdadeiro sentido da política está na capacidade de produzir resultados concretos para a população.

A concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto representa, portanto, o reconhecimento de uma trajetória marcada pelo trabalho, pela amizade, pela dedicação ao serviço público e pela crença permanente na política como instrumento legítimo de transformação social.

Diante do exposto, considerando sua história de vida, sua origem no Complexo da Maré, sua contribuição à administração pública municipal e sua atuação em favor da valorização dos servidores e da integração comunitária, submetemos aos nobres pares a presente proposição, certos de que CLEVERSON LOPES DE OLIVEIRA reúne os méritos necessários para receber o Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto.

• • • • •

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1318/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao Gestor Executivo Local do Rocha, Sr. BRENO DO AMARAL MENEZES.

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

Vereador MARCIO RIBEIRO

Com apoio dos Senhores**:** VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR FELIPE BORÓ, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR MARCOS DIAS, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR PAULO MESSINA, VEREADOR RENATO MOURA, VEREADOR SALVINO OLIVEIRA, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADOR ZICO, VEREADORA JOYCE TRINDADE, VEREADORA TAINÁ DE PAULA, VEREADORA TATIANA ROQUE

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade conceder o Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor Breno do Amaral Menezes, em reconhecimento à sua trajetória profissional, à dedicação ao serviço público e, especialmente, ao relevante trabalho comunitário desenvolvido em benefício dos moradores do bairro do Rocha e de toda a região do Grande Méier, no Município do Rio de Janeiro.

Carioca de coração, morador do bairro do Rocha, casado, com 40 anos de idade, Breno construiu sua trajetória pautada pelo trabalho, pela responsabilidade, pelo compromisso com as pessoas e pelo desejo permanente de contribuir para o desenvolvimento da comunidade à qual pertence.

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estácio de Sá, possui sólida experiência profissional, acumulando aproximadamente duas décadas de atuação na área comercial, com destaque para gestão de equipes, planejamento estratégico, relacionamento interpessoal, negociação e administração.

Ao longo de sua carreira, desempenhou funções em importantes empresas, como a Colortel S/A Sistemas Eletrônicos, onde atuou por mais de oito anos, desenvolvendo atividades administrativas e comerciais, além de participar do planejamento e da execução de estratégias de vendas.

Também acumulou experiências no comércio varejista e na administração de estabelecimentos comerciais, exercendo funções que exigiam capacidade de liderança, organização, responsabilidade financeira e relacionamento direto com o público.

Entre 2019 e 2020, integrou a equipe da Astra S/A, tradicional empresa brasileira do setor de soluções para construção civil, na qual alcançou a função de supervisor de vendas, assumindo responsabilidades em todo o Estado do Rio de Janeiro.

Entretanto, foi a partir de 2017 que sua trajetória ganhou uma nova dimensão, marcada pela aproximação com a vida pública e pelo envolvimento direto com as necessidades da população.

Naquele ano, a convite de seu primo e amigo Luiz Paulo, passou a colaborar com a organização da campanha eleitoral de Márcio Ribeiro ao cargo de Deputado Estadual, realizada em 2018. O que inicialmente representava uma oportunidade de ajudar amigos e participar de um projeto político transformou-se em uma verdadeira vocação para o trabalho comunitário e para a atuação pública.

Durante aquele período, Breno passou a conhecer mais profundamente a realidade dos moradores, suas dificuldades cotidianas e a importância da articulação entre a população e o poder público para a solução de problemas concretos.

Foi no bairro do Rocha, onde reside e mantém fortes vínculos de amizade e pertencimento, que encontrou sua principal missão: ouvir as pessoas, acolher suas demandas e trabalhar para transformar necessidades em realizações.

Sua dedicação e capacidade de mobilização o levaram a assumir responsabilidades cada vez maiores na organização política e comunitária da região. Em 2020, tornou-se coordenador político da campanha de Márcio Ribeiro à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, participando ativamente do trabalho que culminou na eleição do parlamentar.

Posteriormente, ampliou sua atuação política, exercendo também atividades de coordenação vinculadas ao Deputado Federal Pedro Paulo, consolidando sua experiência na articulação institucional, no diálogo com lideranças locais e no acompanhamento das demandas da população.

Em 2021, assumiu a função de Gestor Executivo Local (GEL) do Rocha, passando a desempenhar um trabalho ainda mais próximo da comunidade, com responsabilidades relacionadas à identificação de problemas urbanos, ao encaminhamento de solicitações dos moradores e à interlocução com os diversos órgãos da administração municipal.

Sua atuação também passou a abranger uma área territorial mais ampla, denominada Grande Méier 1, ampliando seu compromisso com diferentes bairros e comunidades da Zona Norte carioca.

No exercício dessas funções, Breno tem se dedicado ao acompanhamento das necessidades locais, à aproximação entre os cidadãos e a Prefeitura e à busca de soluções para questões relacionadas à conservação dos espaços públicos, à manutenção urbana, à limpeza, à iluminação, à acessibilidade e à melhoria das condições de vida da população.

Mais do que exercer uma função administrativa, Breno compreende que a verdadeira essência do serviço público está na capacidade de ouvir, respeitar e atender as pessoas, sobretudo aquelas que mais necessitam da presença e da atenção do poder público.

Sua experiência como morador do Rocha representa um diferencial em sua atuação. Conhecedor das ruas, das dificuldades e das características da região, mantém contato direto com os moradores, comerciantes e lideranças comunitárias, estabelecendo relações de confiança

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

construídas por meio da presença constante, do diálogo e da disposição para ajudar.

Ao longo dos anos, demonstrou que o trabalho comunitário exige muito mais do que conhecimento técnico ou capacidade de gestão. Exige sensibilidade, paciência, perseverança e, principalmente, compromisso com o próximo.

Sua trajetória evidencia, ainda, a importância daqueles que atuam diariamente nos bairros da cidade, muitas vezes longe dos holofotes, mas exercendo papel fundamental na aproximação entre a administração pública e a população.

Breno do Amaral Menezes representa justamente esse perfil de servidor e liderança comunitária que faz da proximidade com os moradores sua principal ferramenta de trabalho e da melhoria da qualidade de vida das pessoas sua maior motivação.

Sua história também demonstra como a participação na vida política pode despertar vocações e proporcionar oportunidades concretas de servir à sociedade. O jovem profissional oriundo da iniciativa privada, que inicialmente aceitou colaborar com uma campanha eleitoral por amizade, descobriu na atuação comunitária um propósito que permanece presente em sua vida.

Desde então, vem dedicando seus esforços à construção de uma relação cada vez mais próxima entre o poder público e os cidadãos, contribuindo para que as reivindicações dos moradores do Rocha e do Grande Méier sejam ouvidas e encaminhadas aos órgãos competentes.

É importante destacar que o desenvolvimento de uma cidade não depende exclusivamente das grandes obras e dos grandes projetos, mas também do trabalho cotidiano daqueles que conhecem a realidade de cada bairro, acompanham suas necessidades e contribuem para a resolução dos problemas que afetam diretamente a vida das famílias.

Nesse contexto, a atuação de Breno constitui exemplo de dedicação à comunidade, de valorização do serviço público e de compromisso com o desenvolvimento da Zona Norte do Rio de Janeiro.

A concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto representa, portanto, o reconhecimento desta Casa Legislativa a uma trajetória marcada pelo trabalho, pela dedicação à população e pelo compromisso com o bairro do Rocha e com toda a região do Grande Méier.

Trata-se de homenagear não apenas o profissional e o gestor público, mas também o cidadão que escolheu dedicar parte significativa de sua vida a ajudar as pessoas, fortalecer os vínculos comunitários e contribuir para uma cidade mais organizada, acolhedora e atenta às necessidades de seus moradores.

Por sua trajetória profissional, por sua atuação na gestão pública municipal, por seu envolvimento com as comunidades da Zona Norte e, sobretudo, por seu compromisso permanente com os moradores do Rocha e do Grande Méier, consideramos justa e merecida a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor Breno do Amaral Menezes, a mais elevada honraria concedida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Diante do exposto, solicito aos meus nobres pares a aprovação da presente proposição, como forma de reconhecimento público aos relevantes serviços prestados pelo homenageado à população carioca

• • • • •

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1319/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto à HELOISA SANTOS FADDA, Major do Corpo de Bombeiros.

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

Vereador INALDO SILVA

Com apoio dos Senhores**:** VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR DIEGO FARO, VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM, VEREADOR FELIPE BORÓ, VEREADOR FELIPE MICHEL, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR LEONEL DE ESQUERDA, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR MARCOS DIAS, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR SALVINO OLIVEIRA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR ZICO, VEREADORA ALANA PASSOS, VEREADORA GIGI CASTILHO, VEREADORA HELENA VIEIRA, VEREADORA JOYCE TRINDADE, VEREADORA TÂNIA BASTOS

JUSTIFICATIVA

A concessão da Medalha de Mérito Pedro Ernesto à Subcomandante Heloisa Santos Fadda representa o justo reconhecimento por sua expressiva trajetória profissional e pelos relevantes serviços prestados à sociedade do Estado do Rio de Janeiro.

Ao longo de sua carreira no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, destacou-se pela dedicação, competência e compromisso com a missão de proteger vidas, especialmente nas atividades de combate a incêndios, busca e salvamento e operações de salvamento marítimo.

Exerceu importantes funções de comando e gestão, tendo atuado como Comandante do Destacamento de Bombeiro Militar do Recreio dos Bandeirantes, Subcomandante do 2º Grupamento Marítimo, na Barra da Tijuca, e atualmente, Subcomandante do 12º Grupamento de Bombeiro Militar, em Jacarepaguá, entre outras relevantes atribuições.

Sua contribuição também se destaca na formação e capacitação de novos profissionais, tendo atuado como instrutora dos cursos de Salvamento no Mar e Operação de Embarcação de Resgate, além de integrar o corpo de instrutores da Academia de Bombeiro Militar Dom Pedro II, contribuindo para o aprimoramento técnico das futuras gerações de bombeiros militares.

Sua formação especializada e experiência em diferentes áreas operacionais demonstram elevado preparo técnico, capacidade de liderança e compromisso permanente com a excelência dos serviços prestados à população.

Diante de sua valorosa contribuição à segurança pública, à formação profissional e à proteção da vida, a Medalha de Mérito Pedro Ernesto constitui uma homenagem justa e merecida, reconhecendo uma trajetória que dignifica o Corpo de Bombeiros Militar e honra o serviço público fluminense.

• • • • •

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1320/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto a VIVIANE LENIDA MORAES PAIVA, Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros.

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

Vereador INALDO SILVA

Com apoio dos Senhores**:** VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR DIEGO FARO, VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM, VEREADOR FELIPE BORÓ, VEREADOR FELIPE MICHEL, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR LEONEL DE ESQUERDA, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR MARCOS DIAS, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR SALVINO OLIVEIRA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR ZICO, VEREADORA ALANA PASSOS, VEREA-

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DORA GIGI CASTILHO, VEREADORA HELENA VIEIRA, VEREADORA JOYCE TRINDADE, VEREADORA TÂNIA BASTOS

JUSTIFICATIVA

A concessão da Medalha de Mérito Pedro Ernesto à Comandante Viviane Lenida Moraes Paiva representa o justo reconhecimento por sua expressiva trajetória profissional e pelos relevantes serviços prestados à sociedade do Estado do Rio de Janeiro.

Ao longo de sua carreira no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, destacou-se pela dedicação, competência e compromisso com a missão de proteger vidas, preservar o patrimônio e servir à população.

No exercício de suas funções, atuou em operações de combate a incêndios e busca e salvamento, além de exercer importantes cargos de comando, entre eles o de Comandante do 1º Grupamento de Bombeiro Militar, no Humaitá, e do 17º Grupamento de Bombeiro Militar, em Copacabana.

Sua experiência também se estende às áreas administrativa e de controle institucional, tendo desempenhado relevantes funções na Secretaria de Estado de Defesa Civil, na Corregedoria e na gestão de unidades da corporação, contribuindo para o fortalecimento e a eficiência da administração pública, atualmente comanda o batalhão do Corpo de Bombeiros responsável por Jacarepaguá o 12º GBM (Grupamento de Bombeiro Militar).

Sua formação acadêmica e constante aperfeiçoamento profissional demonstram o compromisso com a excelência no serviço público, pautado pela responsabilidade, liderança e dedicação à instituição que representa.

Diante de sua valorosa contribuição à segurança pública e de sua trajetória de serviços prestados à população fluminense, a Medalha de Mérito Pedro Ernesto constitui uma homenagem justa e merecida, reconhecendo uma profissional que dignifica o Corpo de Bombeiros Militar e honra o serviço público.

• • • • •

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1321/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à HELLEN ARAÚJO DA COSTA GALDEANO PEREIRA, cantora.

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

Vereador INALDO SILVA

Com apoio dos Senhores**:** VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR DIEGO FARO, VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM, VEREADOR FELIPE BORÓ, VEREADOR FELIPE MICHEL, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR LEONEL DE ESQUERDA, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR MARCOS DIAS, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR SALVINO OLIVEIRA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR ZICO, VEREADORA ALANA PASSOS, VEREADORA GIGI CASTILHO, VEREADORA HELENA VIEIRA, VEREADORA JOYCE TRINDADE, VEREADORA TÂNIA BASTOS

JUSTIFICATIVA

A concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à Hellen Araújo da Costa Galdeano Pereira, artisticamente conhecida como Hellen Galdeano, representa o reconhecimento de uma trajetória marcada pelo talento, empreendedorismo, determinação e compromisso com a transformação social por meio da música.

Nascida no Rio de Janeiro, Hellen iniciou sua trajetória artística ainda na infância e, mesmo diante das dificuldades financeiras e da falta de recursos, nunca desistiu de seu sonho. Com criatividade e perseverança, construiu um pequeno estúdio em sua própria residência, utilizando materiais recicláveis, transformando suas limitações em oportunidades.

Movida pelo desejo de ajudar outros jovens que enfrentavam dificuldades semelhantes, idealizou o Solta Voz, projeto beneficente voltado à descoberta, valorização e incentivo de novos talentos da música cristã. O que começou em uma comunidade de Realengo ganhou dimensão nacional, proporcionando visibilidade e oportunidades a artistas independentes de diversas regiões do Brasil.

Por meio do concurso A Batalha de Covers e da parceria com a gravadora Todah Music, o projeto ampliou seu alcance, consolidando-se como uma importante iniciativa de incentivo à cultura, à expressão artística e ao desenvolvimento de novos talentos.

Além de cantora e compositora, Hellen também atua como empresária e empreendedora na área da comunicação e do entretenimento, demonstrando visão inovadora e capacidade de transformar iniciativas sociais em oportunidades concretas para outras pessoas.

Diante de sua história de superação, protagonismo feminino, incentivo à cultura e dedicação à abertura de caminhos para novos artistas, a Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga constitui uma homenagem justa e merecida, reconhecendo uma jovem mulher que, por meio de seu talento e iniciativa, transforma sonhos em oportunidades e inspira novas gerações.

• • • • •

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1322/2026

REQUEREMOS à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto a TÂNIA CRISTINA MAGALHÂES BASTOS E SILVA - TÂNIA BASTOS, Vereadora da Cidade do Rio de Janeiro.

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

MESA DIRETORA

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS
1º Secretário

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

Vereador DR. ROGERIO AMORIM

Vereador MARCOS DIAS

Com apoio dos Senhores: VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR DIEGO FARO, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR FELIPE BORÓ, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR LUIZ RAMOS FILHO, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR PEDRO

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DUARTE, VEREADOR POUBEL, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADOR WILLIAM SIRI, VEREADOR ZICO, VEREADORA ALANA PASSOS, VEREADORA GIGI CASTILHO, VEREADORA MAÍRA DO MST, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADORA TAINÁ DE PAULA, VEREADORA TATIANA ROQUE

JUSTIFICATIVA

Tânia Cristina Magalhães Bastos e Silva (Aracaju, 1º de janeiro de 1967) é vereadora da cidade do Rio de Janeiro pelo partido Republicanos, atualmente em seu quinto mandato consecutivo. Reconhecida por sua atuação firme nas áreas sociais, exerce também a função de 2ª vice-presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, consolidando-se como uma das lideranças femininas de destaque no legislativo carioca.

Mudou-se ainda na infância para o Rio de Janeiro, cidade onde construiu sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional. É graduada em Pedagogia, com especialização em Assistência Social e pós-graduação em Gestão Pública, formações que fundamentam sua atuação voltada às políticas públicas e ao desenvolvimento social.

Antes de ingressar na vida parlamentar, atuou diretamente na área social, sendo Conselheira Tutelar e coordenadora na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Também acumulou experiência no legislativo estadual, onde exerceu funções como assessora parlamentar e chefe de gabinete na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Eleita vereadora pela primeira vez em 2008, foi reeleita sucessivamente em 2012, 2016, 2020 e 2024 — nesta última com 20.424 votos. Ao longo de sua trajetória, consolidou uma atuação voltada à defesa dos direitos das mulheres, das crianças, das famílias e das pessoas com deficiência.

No campo legislativo, é autora de importantes iniciativas, como a Lei nº 6.101/2016, que instituiu o símbolo mundial do autismo em placas de atendimento prioritário, e a proposta do “Código Vermelho”, mecanismo de denúncia silenciosa para vítimas de violência doméstica. Também se destaca por projetos voltados à saúde da mulher, como a redução da idade mínima para realização de mamografias na rede pública, além de leis que garantem igualdade de premiações entre homens e mulheres no esporte.

Sua atuação em defesa da inclusão é especialmente reconhecida na causa das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, área na qual possui mais de 30 leis aprovadas. Por esse trabalho, passou a ser conhecida como “madrinha dos autistas”, sendo presença constante em debates, eventos e iniciativas voltadas à inclusão e acessibilidade.

Ao longo de sua carreira, recebeu diversos prêmios e homenagens, entre eles o Prêmio Dandara, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 2022, a homenagem da ANB Mulher em 2023, o Título de Cidadã Carioca e Fluminense, além do Título de Cidadã do Estado do Rio de Janeiro em 2025. No mesmo ano, foi agraciada com o Título de Membro Honorária da Força Aérea Brasileira pelo Comando da Aeronáutica. Também recebeu o Diploma de Amiga da Unidade pela Casa Gerontológica de Aeronáutica Brigadeiro Eduardo Gomes e participou de eventos institucionais promovidos pelas Forças Armadas em apoio à causa do autismo.

Tânia Bastos mantém participação ativa em seminários, audiências públicas e fóruns voltados aos direitos humanos, inclusão social e políticas públicas, reafirmando seu compromisso com a população carioca e com a construção de uma sociedade mais justa e acessível para todos.

Ante o exposto, contamos com apoio dos nossos pares para aprovação desta merecida comenda.

• • • • •

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1323/2026

REQUEREMOS à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto a RAFAEL ALOISIO FREITAS, Vereador da Cidade do Rio de Janeiro.

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

MESA DIRETORA

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

Vereador WILLIAN COELHO
1º Vice-Presidente

Vereadora TÂNIA BASTOS
2º Vice-Presidente

Vereador PAULO MESSINA
2º Secretário

Vereador DR. ROGERIO AMORIM

Vereador MARCOS DIAS

Com apoio dos Senhores: VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR DIEGO FARO, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR FELIPE BORÓ, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR LUIZ RAMOS FILHO, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR POUBEL, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADOR WILLIAM SIRI, VEREADOR ZICO, VEREADORA ALANA PASSOS, VEREADORA GIGI CASTILHO, VEREADORA MAÍRA DO MST, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADORA TAINÁ DE PAULA, VEREADORA TATIANA ROQUE

JUSTIFICATIVA

Rafael Aloísio Freitas é cirurgião-dentista, com pós-graduação em Gestão Pública, Filiado ao PSD (Partido Social Democrático), está em seu 4º mandato como vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, onde atua como 1º Secretário da Mesa Diretora, além de ter contribuído de uma maneira ímpar na política urbana da nossa cidade presidindo a comissão do Plano Diretor, aprovado em 2024 e também com participação efetiva na comissão de acompanhamento das obras do Parque Piedade

Nascido em 12 de fevereiro de 1980, Rafael é filho do saudoso Aloisio Freitas, que teve cinco mandatos como vereador e presidiu a Câmara Municipal do Rio. Antes de focar na carreira política, trabalhou como cirurgião-dentista e foi subprefeito na gestão de César Maia.

Nas eleições de 2024 concorreu mais uma vez ao cargo de vereador do Rio de Janeiro pelo PSD e foi reeleito com mais de 40.000 votos.

Nas últimas eleições de 2026 concorreu ao cargo de Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, tendo uma expressiva votação e ficando como suplente.

Ante o exposto, contamos com a aprovação desta comenda a este brilhante parlamentar que tanto se dedica em prol da população do Rio de Janeiro.

• • • • •

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1324/2026

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha São Francisco de Assis – 3º Milênio a MARCUS VINICIUS DE ARAÚJO BELIZARIO.

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

Vereador MARCIO RIBEIRO

Com apoio dos Senhores**:** VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR FELIPE BORÓ, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR MARCOS DIAS, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR PAULO MESSINA, VEREADOR RENATO MOURA, VEREADOR SALVINO OLIVEIRA, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADOR ZICO, VEREADORA JOYCE TRINDADE, VEREADORA TAINÁ DE PAULA, VEREADORA TATIANA ROQUE

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade conceder a Medalha de São Francisco de Assis – 3º Milênio a MARCUS VINICIUS DE ARAÚJO BELIZARIO, em reconhecimento à sua trajetória de dedicação ao serviço público, à liderança comunitária, à solidariedade e ao compromisso com a melhoria das condições de vida da população carioca, especialmente das comunidades e das famílias mais necessitadas.

Marcus Vinicius construiu sua história a partir da proximidade com as comunidades, do diálogo com os moradores e da convicção de que servir ao próximo é uma das mais importantes formas de transformar a sociedade. Sua trajetória é marcada pela capacidade de ouvir, acolher demandas e buscar soluções concretas para os problemas enfrentados diariamente pela população.

Assim como São Francisco de Assis, que dedicou sua vida à humildade, à fraternidade, ao amor ao próximo e ao cuidado com os mais pobres, Marcus procura transformar esses valores em atitudes concretas de solidariedade, acolhimento e compromisso com os menos favorecidos.

Ao longo de sua vida, destacou-se como líder comunitário e articulador político, participando da organização e coordenação de diversas campanhas eleitorais, contribuindo para a mobilização de equipes, a formação de lideranças e a aproximação entre representantes políticos e moradores das comunidades.

Foram muitas campanhas, algumas vitoriosas, outras não. Mas, independentemente dos resultados das urnas, Marcus Vinicius sempre demonstrou a mesma dedicação, lealdade, amizade e compromisso com as pessoas e com os ideais em que acredita.

Para ele, a política nunca se resumiu às disputas eleitorais ou à conquista de mandatos, mas sempre representou uma oportunidade de construir amizades, unir pessoas e transformar reivindicações populares em realizações capazes de melhorar efetivamente a vida daqueles que acreditam na política como instrumento de transformação social.

Durante dois anos, exerceu a função de Administrador Regional da Tijuca e Usina, na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, atuando na coordenação de serviços públicos, no acompanhamento de demandas de conservação e infraestrutura urbana e na articulação entre órgãos municipais e moradores, sempre buscando aproximar o poder público das necessidades da população.

Posteriormente, durante quatro anos, atuou como assessor parlamentar na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no gabinete do Vereador Marcio Ribeiro, contribuindo para o acompanhamento de projetos legislativos, o atendimento às comunidades e a construção de soluções para demandas coletivas.

Sua trajetória encontra inspiração nos valores de São Francisco de Assis, que fez da humildade, da fraternidade, da solidariedade e do cuidado com os mais pobres os fundamentos de sua missão. Assim como o santo de Assis ensinou pelo exemplo, Marcus Vinicius compreende que a verdadeira grandeza de uma liderança está na disposição de servir, acolher e trabalhar pelo bem-estar daqueles que mais necessitam.

Mais do que os cargos que ocupou, destaca-se pela forma como construiu sua caminhada, cultivando amizades, preservando relações de confiança e reconhecendo que o verdadeiro valor da vida pública está nas realizações que permanecem na vida das pessoas.

Homenagear Marcus Vinicius de Araújo Belizario é reconhecer um cidadão que fez da liderança comunitária, da amizade, da solidariedade e do serviço público instrumentos de aproximação entre as pessoas e de transformação social.

Sua dedicação às comunidades e sua preocupação com os menos favorecidos expressam os princípios que inspiram a Medalha de São Francisco de Assis – 3º Milênio: a humildade de servir, o respeito à dignidade humana, a fraternidade e o compromisso com aqueles que mais precisam.

Diante do exposto, considerando sua trajetória de dedicação ao próximo, sua atuação como líder comunitário e seu compromisso com a população carioca, solicito aos meus nobres pares o apoio à aprovação desta justa e merecida homenagem a MARCUS VINICIUS DE ARAÚJO BELIZARIO.

● ● ● ● ●

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1325/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha São Francisco de Assis – 3º Milênio ao Padre RAFAEL DOS SANTOS.

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

Vereador MARCIO RIBEIRO

Com apoio dos Senhores**:** VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR FELIPE BORÓ, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR MARCOS DIAS, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR PAULO MESSINA, VEREADOR RENATO MOURA, VEREADOR SALVINO OLIVEIRA, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADOR ZICO, VEREADORA JOYCE TRINDADE, VEREADORA TAINÁ DE PAULA, VEREADORA TATIANA ROQUE

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade conceder a Medalha São Francisco de Assis – 3º Milênio ao PADRE RAFAEL DOS SANTOS, em reconhecimento à sua dedicada missão sacerdotal, ao compromisso com a fé católica, à promoção da solidariedade e, especialmente, à atenção dispensada às famílias mais humildes, aos necessitados e às comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Presbítero da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, ordenado em 29 de abril de 2023, Padre Rafael construiu uma trajetória marcada pela vocação religiosa, pelo conhecimento e pelo compromisso com o próximo. Natural de Alagoas, foi acolhido ainda recém-nascido por uma família numerosa, experiência que contribuiu para sua compreensão da importância do amor, do acolhimento e da dignidade humana.

Com formação em Direito, Filosofia e Teologia, e estudos realizados em instituições de reconhecida tradição acadêmica, no Brasil e em Roma, alia sua preparação intelectual à prática cotidiana de uma Igreja próxima das pessoas, especialmente daquelas que mais necessitam de amparo espiritual, atenção e solidariedade.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

À frente da Paróquia Sagrada Família, localizada no Morro do Ouro, na Ribeira, Ilha do Governador, Padre Rafael desenvolve um trabalho pastoral que ultrapassa os limites do altar e alcança diretamente a vida das famílias e dos moradores da comunidade. Sua atuação é marcada pelo acolhimento, pela escuta, pelas visitas às famílias, pelo aconselhamento espiritual e pela preocupação permanente com aqueles que enfrentam dificuldades sociais e econômicas.

Assim como São Francisco de Assis, que fez da humildade, da fraternidade, da simplicidade e do amor aos pobres os fundamentos de sua missão, Padre Rafael procura traduzir os ensinamentos do Evangelho em gestos concretos de caridade, solidariedade e serviço aos menos favorecidos.

Sua presença junto à comunidade demonstra que a verdadeira missão sacerdotal não se limita à celebração dos sacramentos, mas se manifesta também na capacidade de acolher quem sofre, confortar os aflitos, estender a mão aos necessitados e levar esperança àqueles que muitas vezes se encontram esquecidos pela sociedade.

Desde que assumiu a Paróquia Sagrada Família, tem promovido importantes iniciativas de revitalização dos espaços religiosos e comunitários, ampliando as atividades pastorais, as celebrações, os encontros de formação e as oportunidades de convivência entre os moradores. A implantação de novos espaços de integração, como a quadra esportiva, o bazar e as áreas de convivência, reforça sua preocupação com o fortalecimento dos vínculos comunitários.

Sua missão também se estende à defesa da vida humana, à valorização da família, à formação cristã e à evangelização por meio dos veículos de comunicação e das redes sociais, utilizando esses instrumentos para difundir mensagens de fé, esperança, respeito e responsabilidade social.

Padre Rafael compreende que servir a Deus significa também servir ao próximo, especialmente aos mais pobres, aos mais frágeis e àqueles que precisam de uma palavra de conforto, de uma oportunidade ou simplesmente de alguém disposto a ouvi-los.

Homenageá-lo é reconhecer a importância dos sacerdotes que fazem da Igreja um espaço de portas abertas, acolhimento e compromisso com a realidade das comunidades, mantendo vivos os valores franciscanos da fraternidade, da caridade e da atenção aos mais necessitados.

Sua trajetória expressa o verdadeiro espírito da Medalha São Francisco de Assis – 3º Milênio: a fé transformada em serviço, a humildade colocada a serviço do próximo e o amor cristão manifestado no cuidado com os mais pobres e vulneráveis.

Diante do exposto, considerando sua dedicação à Igreja Católica, seu compromisso com as famílias da Ilha do Governador e sua relevante atuação religiosa, pastoral e social, solicito aos meus nobres pares o apoio à aprovação desta justa e merecida homenagem ao PADRE RAFAEL DOS SANTOS.

• • • • •

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1326/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de São Francisco de Assis - 3º Milênio a FERNANDO DA SILVA RIBEIRO PINTO.

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

VEREADOR MARCIO RIBEIRO

Com apoio dos Senhores**:** VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR FELIPE BORÓ, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR MARCOS DIAS, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR PAULO MESSINA, VEREADOR RENATO MOURA, VEREADOR SALVINO OLIVEIRA, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADOR ZICO, VEREADORA JOYCE TRINDADE, VEREADORA TAINÁ DE PAULA, VEREADORA TATIANA ROQUE

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade conceder a Medalha de São Francisco de Assis – 3º Milênio a FERNANDO DA SILVA RIBEIRO PINTO, em reconhecimento à sua destacada atuação como líder comunitário, ao compromisso com os moradores do Morro do Andaraí, à promoção da solidariedade social e à dedicação às famílias mais humildes e em situação de vulnerabilidade.

Fernando é, acima de tudo, um líder comunitário comprometido com sua gente, com suas origens e com a melhoria das condições de vida daqueles que mais necessitam. Sua trajetória é marcada pela proximidade com os moradores, pela capacidade de ouvir suas necessidades e pela disposição permanente de buscar soluções para os desafios enfrentados pela comunidade.

À frente da Associação dos Moradores e Amigos do Morro do Andaraí – AMAMA, desenvolve um importante trabalho de mobilização social, representação comunitária e articulação de parcerias, buscando melhorias para o território, oportunidades para seus moradores e maior atenção do poder público às famílias mais vulneráveis.

Assim como São Francisco de Assis, que dedicou sua vida à humildade, à fraternidade, ao amor ao próximo e ao cuidado com os mais pobres, Fernando procura transformar esses valores em atitudes concretas de solidariedade, acolhimento e compromisso com os menos favorecidos.

Sua atuação também se destaca na preservação ambiental e na promoção da sustentabilidade, por meio de iniciativas de coleta seletiva, descarte adequado de resíduos e conscientização ecológica. Entre elas, destaca-se o projeto PlantAraí, desenvolvido em parceria com o EcoMoral, do Moral de Cria, além de propostas voltadas à implantação de hortas comunitárias e à educação ambiental.

Fernando compreende que cuidar do Morro do Andaraí significa, antes de tudo, cuidar das pessoas que nele vivem. Sua liderança representa a luta cotidiana por dignidade, respeito, inclusão social e melhores oportunidades para aqueles que historicamente mais precisam da presença do poder público.

Homenageá-lo é também reconhecer o trabalho dos líderes comunitários que, muitas vezes longe dos holofotes, dedicam seu tempo e sua energia à defesa dos moradores, à construção de parcerias e à transformação da realidade das comunidades populares.

A trajetória de Fernando traduz os valores que inspiram a Medalha de São Francisco de Assis – 3º Milênio: a humildade de servir, a solidariedade com os mais pobres, o respeito à natureza e o compromisso com a dignidade humana.

Diante do exposto, considerando sua dedicação ao Morro do Andaraí, sua liderança comunitária e seu compromisso com os mais necessitados, solicito aos meus nobres pares o apoio à aprovação desta justa e merecida homenagem a FERNANDO DA SILVA RIBEIRO PINTO.

• • • • •

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1327/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, com fulcro no Regimento Interno desta Casa de Leis, a concessão do Título de Mérito Esportivo Mestre HÉLIO GRACIE A FABRICIO XAVIER DO CARMO.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

Vereador MARCIO RIBEIRO

Com apoio dos Senhores: VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR FELIPE BORÓ, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR MARCOS DIAS, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR PAULO MESSINA, VEREADOR RENATO MOURA, VEREADOR SALVINO OLIVEIRA, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADOR ZICO, VEREADORA JOYCE TRINDADE, VEREADORA TAINÁ DE PAULA, VEREADORA TATIANA ROQUE

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade conceder o Título de Mérito Esportivo Mestre Hélio Gracie ao Desembargador FABRICIO XAVIER DO CARMO, em reconhecimento à sua destacada trajetória de dedicação às artes marciais, à formação de atletas, à promoção da inclusão social e à valorização do esporte como instrumento de educação, cidadania e transformação de vidas.

Magistrado, mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), faixa-preta de Luta Livre e Jiu-Jitsu e treinador internacional de Wrestling pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB), Fabricio Xavier do Carmo construiu uma trajetória que reúne conhecimento acadêmico, experiência esportiva, compromisso social e dedicação à formação humana.

Há mais de 27 anos, desenvolve um importante trabalho social por meio do projeto Energia Olímpica, na comunidade da Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana, proporcionando oportunidades de acesso ao esporte, à disciplina e à formação de crianças, adolescentes e jovens, especialmente daqueles que enfrentam situações de vulnerabilidade social.

Sua atuação demonstra que as artes marciais ultrapassam os limites das competições e dos resultados esportivos, constituindo instrumentos de desenvolvimento pessoal, fortalecimento da autoestima, respeito ao próximo e construção de perspectivas para o futuro.

Ao longo dessa caminhada, tem contribuído para a descoberta de talentos, a formação de atletas e a disseminação dos valores fundamentais do esporte, como perseverança, responsabilidade, superação, solidariedade e respeito às diferenças.

Na condição de pai atípico, Fabricio Xavier do Carmo também carrega uma experiência pessoal que fortalece seu compromisso com a inclusão e com a defesa de oportunidades para pessoas com deficiência. Sua trajetória evidencia a importância de tornar o ambiente esportivo cada vez mais acessível, acolhedor e preparado para reconhecer as potencialidades de cada indivíduo, independentemente de suas limitações ou condições pessoais.

Como presidente do SINDILUTAS, exerce ainda relevante papel na valorização dos profissionais das artes marciais, na defesa de melhores condições para o exercício de suas atividades e no fortalecimento da organização e da profissionalização do setor.

Sua dedicação ao esporte, aliada à formação acadêmica e à atuação no Poder Judiciário, demonstra que o compromisso com a sociedade pode ser exercido em diferentes espaços, sempre orientado pela promoção da dignidade humana, da justiça social e da igualdade de oportunidades.

A história de Fabricio Xavier do Carmo guarda especial relação com os princípios que inspiram o Título de Mérito Esportivo Mestre Hélio Gracie, honraria que celebra a contribuição daqueles que promovem o desenvolvimento das artes marciais e reconhecem no esporte um caminho para a formação do caráter, a disciplina e a transformação social.

Homenagear Fabricio Xavier do Carmo é reconhecer não apenas o magistrado e o profissional das artes marciais, mas também o educador, o pai, o líder esportivo e o cidadão que dedica parte significativa de sua vida a abrir caminhos e criar oportunidades para outras pessoas.

Sua atuação na Ladeira dos Tabajaras, sua contribuição à formação de atletas, seu compromisso com a inclusão e sua defesa da valorização das artes marciais representam serviços relevantes prestados ao esporte e à sociedade carioca.

Diante do exposto, considerando sua trajetória de mais de 27 anos de dedicação ao esporte, seu compromisso com a inclusão social e sua contribuição para o desenvolvimento e a valorização das artes marciais, submeto aos nobres pares a presente proposição, por entender que o Desembargador FABRICIO XAVIER DO CARMO reúne os méritos necessários para receber o Título de Mérito Esportivo Mestre Hélio Gracie.

• • • • •

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1328/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor EDUARDO AUGUSTO AZEVEDO DE ASSIS, em reconhecimento à sua trajetória profissional e acadêmica na área médica e à sua contribuição para o desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas ao apoio à tomada de decisões clínicas.

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

Vereadora TALITA GALHARDO

Com apoio dos Senhores: VEREADOR DIEGO FARO, VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM, VEREADOR FELIPE BORÓ, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR MARCOS DIAS, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR POUBEL, VEREADOR RAFAEL SATIÊ, VEREADOR RICK AZEVEDO, VEREADOR RODRIGO VIZEU, VEREADOR ZICO, VEREADORA ALANA PASSOS, VEREADORA GIGI CASTILHO, VEREADORA HELENA VIEIRA, VEREADORA TÂNIA BASTOS

JUSTIFICATIVA

Eduardo Augusto Azevedo de Assis é médico urologista, graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2022. Sua formação inclui fellowship de pesquisa na Harvard Medical School, realizado em 2023, e subespecialização em Andrologia pela Universidade de São Paulo (USP), concluída em 2025.

Além de sua atuação na medicina, destaca-se pela iniciativa de integrar conhecimento científico, inovação e tecnologia. Em 2023, fundou a Doctor Wise, plataforma de inteligência artificial generativa voltada ao apoio à tomada de decisões clínicas, aproximando os avanços tecnológicos das necessidades da prática médica.

Sua trajetória reúne formação em instituições de referência, dedicação ao aperfeiçoamento profissional e iniciativa empreendedora na área da saúde. Ao investir no desenvolvimento de ferramentas tecnológicas aplicadas à medicina, contribui para ampliar as possibilidades de apoio aos profissionais de saúde e valorizar a pesquisa, a inovação e a aplicação do conhecimento científico.

Pelo conjunto de sua formação, atuação profissional e contribuição ao desenvolvimento de soluções inovadoras para a área da saúde, Eduardo Augusto Azevedo de Assis é merecedor da Medalha de Mérito Pedro Ernesto, uma das mais importantes honrarias concedidas pelo Município do Rio de Janeiro.

• • • • •

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1329/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à Senhora BEA MACHADO, artista plástica profundamente conectada às memórias, aos afetos e às vivências do subúrbio carioca.

Plenário Teotônio Villela, 29 de outubro de 2026.

Vereador FELIPE PIRES
Partido dos Trabalhadores - PT

Com apoio dos Senhores**:** VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR FELIPE BORÓ, VEREADOR FLÁVIO VALLE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR JORGE CANELLA, VEREADOR LENIEL BOREL, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR RICK AZEVEDO, VEREADOR SALVINO OLIVEIRA, VEREADOR WILLIAM SIRI, VEREADORA GIGI CASTILHO, VEREADORA JOYCE TRINDADE, VEREADORA MAÍRA DO MST, VEREADORA TALITA GALHARDO, VEREADORA TATIANA ROQUE, VEREADORA THAIS FERREIRA

JUSTIFICATIVA

A concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à artista plástica Bea Machado constitui justa homenagem à sua contribuição para as artes visuais e para a valorização da identidade cultural do Rio de Janeiro.

Carioca, nascida e criada em Bangu, Bea Machado desenvolve uma produção artística profundamente conectada às memórias, aos afetos e às vivências do subúrbio carioca. Em suas obras, transforma elementos da cultura suburbana em expressões de identidade e pertencimento, conferindo visibilidade a histórias, símbolos e experiências que integram a riqueza cultural da cidade.

Sua série de pinturas *"O Subúrbio é dentro da gente"* resgata lembranças da infância e a relação afetiva com o território, enquanto a série *"Altares, festas e fé"* explora as conexões entre religiosidade, samba e manifestações populares, destacando mulheres que tiveram papel fundamental na história cultural carioca, mas nem sempre receberam o devido reconhecimento.

A trajetória da artista também se destaca por sua participação em importantes projetos culturais, incluindo a criação de pinturas para o desfile da Portela no Carnaval de 2025 e trabalhos para o Império Serrano. Suas obras integram o acervo do Museu de Arte do Rio (MAR), reafirmando a relevância de sua produção para a preservação e a difusão da memória cultural brasileira.

Ao afirmar o subúrbio como espaço de criação, conhecimento e potência cultural, Bea Machado contribui para ampliar o reconhecimento das narrativas periféricas e para valorizar a diversidade que constitui a identidade carioca.

Dessa forma, sua trajetória está em consonância com os propósitos da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga, destinada a personalidades femininas que se destacam nas causas democráticas, humanitárias, artísticas e culturais, representando um reconhecimento ao talento, à sensibilidade e ao compromisso da homenageada com a cultura e a memória do povo carioca.

Por essas razões, considera-se plenamente meritória a concessão desta honraria à artista Bea Machado.

• • • • •

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1330/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha São Francisco de Assis – 3º Milênio ao Monsenhor GERALDO MARQUES RAIMUNDO, cuja trajetória sacerdotal é marcada pelo compromisso com a dignidade humana, dedicando décadas de sua vida ao serviço da Igreja e das comunidades mais vulneráveis do Rio de Janeiro.

Plenário Teotônio Villela, 3 de novembro de 2026.

Vereador FELIPE PIRES
Partido dos Trabalhadores - PT

Com apoio dos Senhores**:** VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR FELIPE BORÓ, VEREADOR FLÁVIO VALLE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR JORGE CANELLA, VEREADOR LENIEL BOREL, VEREADOR MARCOS DIAS, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR RICK AZEVEDO, VEREADOR SALVINO OLIVEIRA, VEREADOR WILLIAM SIRI, VEREADORA GIGI CASTILHO, VEREADORA JOYCE TRINDADE, VEREADORA MAÍRA DO MST, VEREADORA TALITA GALHARDO, VEREADORA TATIANA ROQUE, VEREADORA THAIS FERREIRA

JUSTIFICATIVA

Monsenhor Geraldo Marques Raimundo construiu uma trajetória sacerdotal marcada pela fé, pela solidariedade e pelo compromisso com a dignidade humana, dedicando décadas de sua vida ao serviço da Igreja e das comunidades mais vulneráveis do Rio de Janeiro.

Em 2024, ao completar 40 anos de ordenação sacerdotal, recebeu o título de monsenhor, em reconhecimento à sua caminhada pastoral. Sua atuação destaca-se especialmente em Sepetiba, onde aproximou a missão evangelizadora das necessidades concretas da população, unindo fé e ação social.

Sua trajetória está associada a iniciativas de assistência às famílias em situação de vulnerabilidade, distribuição de alimentos, apoio às pessoas em situação de rua e ações voltadas à conquista de moradias dignas. Também se destaca pela contribuição à vida comunitária, com a construção de capelas e o envolvimento em iniciativas de proteção à infância, como a Pastoral da Criança.

Ao longo de sua missão, Monsenhor Geraldo tem representado uma Igreja próxima do povo, comprometida com o acolhimento, a fraternidade e o amparo aos que mais necessitam.

Sua história se harmoniza com os valores de São Francisco de Assis, cuja vida foi dedicada à humildade, à caridade e ao amor ao próximo. Assim, a concessão da Medalha São Francisco de Assis – 3º Milênio constitui justo reconhecimento a uma trajetória pautada pelo serviço, pela promoção da dignidade humana e pela atenção aos mais empobrecidos.

A presente homenagem expressa o reconhecimento desta Casa Legislativa à sua contribuição religiosa e social, cujo legado fortalece os laços comunitários e reafirma a importância da solidariedade na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e inclusiva.

• • • • •

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1331/2026

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha São Francisco de Assis – 3º Milênio ao Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (CMAS/Rio), cuja atuação é marcada pelo compromisso com a garantia de direitos, o enfrentamento à pobreza e a promoção da proteção social, destacando-se por seu papel na formulação, fiscalização e fortalecimento das políticas públicas de assistência social voltadas à população em situação de vulnerabilidade social.

Plenário Teotônio Villela, 29 de outubro de 2026.

Vereador FELIPE PIRES
Partido dos Trabalhadores - PT

Com apoio dos Senhores**:** VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR FELIPE BORÓ, VEREADOR FLÁVIO VALLE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR JORGE CANELLA, VEREADOR LENIEL BOREL, VEREADOR MARCOS DIAS, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR RICK AZEVEDO, VEREADOR SALVINO OLIVEIRA, VEREADOR WILLIAM SIRI, VEREADORA GIGI CASTILHO, VEREADORA JOYCE TRINDADE, VEREADORA MAÍRA DO MST, VEREADORA TALITA GALHARDO, VEREADORA TATIANA ROQUE, VEREADORA THAIS FERREIRA

JUSTIFICATIVA

O Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (CMAS/Rio), criado pela Lei Municipal nº 2.469, de 30 de agosto de 1996, desempenha papel fundamental na formulação, no acompanhamento e no controle da Política Municipal de Assistência Social, contribuindo para a garantia de direitos e a proteção dos cidadãos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Constituído de forma paritária entre Governo e Sociedade Civil, o Conselho representa um importante instrumento de participação democrática e controle social, assegurando que as demandas da população sejam consideradas na definição das prioridades e diretrizes da assistência social no Município.

Sua atuação abrange a avaliação de programas e serviços socioassistenciais, a fiscalização da aplicação dos recursos públicos, o acompanhamento das entidades que prestam assistência à população e a proposição de medidas voltadas ao enfrentamento da pobreza e à ampliação da proteção social. Essas atribuições contribuem diretamente para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e para a promoção de políticas públicas mais justas, inclusivas e efetivas.

Ao zelar pela qualidade dos serviços, pela correta destinação dos recursos e pela adequação das ações às necessidades da população, o CMAS/Rio exerce função indispensável na defesa da dignidade humana, especialmente daqueles que enfrentam a pobreza, a exclusão social e a ausência de condições adequadas para uma vida digna.

Dessa forma, a concessão da Medalha São Francisco de Assis – 3º Milênio constitui justo reconhecimento à relevância institucional e social do Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, cuja atuação se alinha aos princípios de solidariedade, fraternidade e compromisso com os mais necessitados que inspiram esta honraria.

Pelo exposto, esta homenagem representa o reconhecimento desta Casa Legislativa a uma instituição que contribui para a construção de uma cidade mais humana, solidária e comprometida com a garantia de direitos e a inclusão social.

• • • • •

DESPACHO:
Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 1332/2026

REQUEREMOS à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha São Francisco de Assis - 3º Milênio ao MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST) pelos relevantes serviços prestados em prol das causas e lutas sociais.

Plenário Teotônio Villela, 04 de novembro de 2026.

Vereador RICK AZEVEDO
Partido PSOL

Vereadora MAÍRA DO MST

Com apoio dos Senhores: VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR DEANGELES PERCY, VEREADOR FELIPE PIRES, VEREADOR JORGE CANELLA, VEREADOR LENIEL BOREL, VEREADOR NIQUINHO, VEREADOR RODRIGO VIZEU, VEREADOR SALVINO OLIVEIRA, VEREADOR WILLIAM SIRI, VEREADOR ZICO, VEREADORA HELENA VIEIRA, VEREADORA JOYCE TRINDADE, VEREADORA MONICA BENICIO, VEREADORA TATIANA ROQUE, VEREADORA THAIS FERREIRA

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento propõe a concessão da Medalha São Francisco de Assis – 3º Milênio ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em reconhecimento à sua trajetória de quase três décadas dedicada à defesa da moradia digna, do direito à cidade e do combate à fome entre as populações mais vulneráveis do país e, em particular, do Município do Rio de Janeiro, ou seja, é uma das maiores organizações sociais e políticas do Brasil, focada na luta pelo direito constitucional à moradia digna e pela reforma urbana nas periferias das grandes cidades.

Abaixo, os principais pontos sobre a trajetória e atuação do movimento:

Origem: O MTST nasceu em 1997, originalmente articulado dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A proposta era adaptar a tática de pressão social para o ambiente urbano devido ao acelerado êxodo rural, desemprego e à crise de moradia nas metrópoles.

Em resumo, MTST luta por teto, trabalho e pão!

• • • • •

DESPACHO:
A imprimir. Deferido com base no art. 207, IX, do Regimento Interno.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 1174/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Transportes, para que envie a esta Casa de Leis, as informações abaixo especificadas.

CONSIDERANDO o transporte como um direito fundamental da pessoa e serviço de interesse público e essencial, sendo seu planejamento de responsabilidade do Poder Público, e seu gerenciamento e operação realizados através de prestação direta ou sob regime de concessão ou permissão, assegurado padrão digno de qualidade, conforme estabelece a Lei Orgânica do Município, no artigo 393;

CONSIDERANDO o transporte público como um direito social estabelecido na Constituição Federal, no artigo 6º;

CONSIDERANDO a circulação da linha municipal de ônibus 456 (Norte Shopping x Copacabana):

Pergunta-se:

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

1 - Qual o quantitativo de veículos que está atendendo atualmente a linha 456?

2- Quais são os horários de saída dos ônibus dos pontos terminais do trajeto nos dois sentidos? Tanto nos dias de semana, quanto aos fins de semana.

3- Segundo relato de usuários da linha, existem casos de demora de mais de uma hora e meia de espera no ponto até a chegada de um ônibus da linha 456. A Secretaria tem ciência desses fatos? Se sim, quantas reclamações chegaram pelos canais de comunicação oficiais e quais providências foram tomadas? Se não, quais ações podem ser realizadas para resolução dessa questão e assim garantir mais qualidade aos usuários da referida linha?

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

Vereadora THAIS FERREIRA

DESPACHO:
A imprimir. Deferido com base no art. 207, IX, do Regimento Interno.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO – PRESIDENTE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 1175/2026

REQUEIRO à Mesa Diretora, observadas a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro e o Regimento Interno da CMRJ, que sejam solicitadas à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro as seguintes informações pertinentes à Secretaria Municipal de Educação:

Chegou ao conhecimento deste gabinete o caderno pedagógico de Língua Portuguesa do 3º bimestre de 2026, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e distribuído aos estudantes dos anos finais do ensino fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino. Na atividade construída sobre o texto “Supressão do ‘r’ final, do verbo no infinitivo”, de Lidia Maria Melo, a questão 17 determina que o aluno conjugue no presente do indicativo os verbos citados como exemplo pela autora e reúne, em tabelas lado a lado, justamente os verbos “usar”, “fumar” e “beber”. Isolados, cada um deles é verbo comum da língua; postos juntos e em sequência, compõem o vocabulário corrente do consumo de drogas, cigarro e álcool, e o exercício leva crianças e adolescentes a escrever e repetir, pessoa por pessoa, “eu uso”, “eu fumo”, “eu bebo”, “nós usamos”, “nós fumamos”, “nós bebemos”.

No texto de apoio, os três verbos aparecem de passagem, apenas para ilustrar um fenômeno de escrita. Foi a elaboração do caderno que os destacou e os transformou em objeto de repetição e memorização, quando o mesmo conteúdo gramatical poderia ser trabalhado com qualquer outro verbo regular de primeira ou segunda conjugação, sem prejuízo algum à compreensão do texto. Trata-se de material oficial, produzido e custeado pelo Município e entregue a estudantes em idade de especial vulnerabilidade ao primeiro contato com essas substâncias, o que exige da Secretaria esclarecimentos sobre os critérios de elaboração e revisão do conteúdo e sobre as providências que pretende adotar.

Diante dos fatos expostos, requer-se que a Secretaria Municipal de Educação informe:

1 - A qual(is) ano(s) de escolaridade se destina o caderno pedagógico de Língua Portuguesa do 3º bimestre de 2026, quantos exemplares foram impressos e quantos alunos e unidades escolares o receberam?

2 - Quais servidores ou equipes foram responsáveis pela elaboração, revisão e aprovação final da questão 17, que reúne a conjugação dos verbos “usar”, “fumar” e “beber”?

3 - Houve análise prévia de adequação do conteúdo à faixa etária dos estudantes? Em caso positivo, por qual instância, e com base em quais critérios a atividade foi aprovada?

4 - Por que razão os verbos “usar”, “fumar” e “beber” foram selecionados e mantidos juntos no exercício de conjugação, em vez de substituídos por outros verbos de mesma conjugação?

5 - A Secretaria considera a atividade adequada a alunos do ensino fundamental, em especial diante da associação dos três verbos ao consumo de drogas, cigarro e álcool?

6 - A Secretaria pretende recolher, substituir ou corrigir o material, ou expedir orientação aos professores sobre a referida atividade? Em caso positivo, quando e de que forma?

7 - Quais mecanismos de revisão de conteúdo a Secretaria adota para a elaboração dos cadernos pedagógicos, e quais medidas serão tomadas para evitar a repetição de situações semelhantes?

8 - Solicita-se o envio de cópia integral, em meio digital, do caderno de Língua Portuguesa do 3º bimestre de 2026.

Plenário Teotônio Villela, 10 de novembro de 2026.

Vereador DR. ROGERIO AMORIM

(*)(Os anexos encontram-se à disposição para consulta no sitio eletrônico camara.rio.)

Indicações

VEREADOR FLÁVIO VALLE

DESPACHO:
A imprimir a Indicação nº 11961.
Encaminhe-se.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - Presidente

Nº 11961, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Conservação – SECONSERVA, para a reposição do busto de cobre em homenagem a Sérgio Vieira de Mello, anteriormente instalado no Largo Sérgio Vieira de Mello, no bairro do Leblon.

A escultura foi furtada do local, privando a população de um importante elemento de homenagem à memória do diplomata brasileiro, reconhecido internacionalmente por sua atuação humanitária e dedicação à promoção da paz e dos direitos humanos.

A reposição do monumento é fundamental para preservar o legado de Sérgio Vieira de Mello, valorizar o patrimônio público e recuperar um símbolo de relevância histórica e cultural para a cidade.

Diante do exposto, solicita-se a confecção e instalação de um novo busto, preferencialmente preservando as características da homenagem original, bem como a avaliação de medidas de proteção para evitar novas ocorrências.

Com vistas aos órgãos competentes.

VEREADORA GIGI CASTILHO

DESPACHO:
A imprimir a Indicação nº 11962.
Encaminhe-se.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - Presidente

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Nº 11962, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando, perante a Secretaria Municipal do Ambiente e Clima – SMAC, a implantação do Programa Guardiões dos Rios no Rio Cação Vermelho, localizado no bairro de Paciência, Rio de Janeiro/RJ, compreendendo a extensão da Rua Paçuaré a Estrada Santa Eugênia, Paciência, Rio de Janeiro/RJ.

A presente solicitação se faz necessária em virtude de diversas reclamações dos moradores da região devido a falta de limpeza no local.

VEREADOR CARLO CAIADO

DESPACHO:
A imprimir as Indicações nºs 11963 a 11965.
Encaminhe-se.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - Presidente

Nº 11963, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura - SMI, providências no sentido de promover obras de urbanização, na Rua João da Barra, localizada no bairro de Pedra de Guaratiba, tendo em vista moradores prejudicados pelos transtornos gerados pela ausência de infraestrutura adequada de urbanização.

Nº 11964, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura - SMI, providências no sentido de promover obras de urbanização, na Rua das Orquídeas, localizada no bairro de Guaratiba, tendo em vista moradores prejudicados pelos transtornos gerados pela ausência de infraestrutura adequada de urbanização.

Nº 11965, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura - SMI, providências no sentido de promover obras de urbanização, na Rua da Paz, no bairro de Guaratiba, tendo em vista moradores prejudicados pelos transtornos gerados pela ausência de infraestrutura adequada de urbanização.

VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES

DESPACHO:
A imprimir as Indicações nºs 11966 a 11984.
Encaminhe-se.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - Presidente

Nº 11966, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°.Sr.Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, a realização do conserto de arriamento de pista na rua Sapopemba, em frente ao número 540, no bairro de Bento Ribeiro.

Nº 11967, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°. Sr. Prefeito, solicitando, junto à Secretária Municipal de Conservação- SECONSERVA, a realização do conserto de afundamento de asfalto na Avenida dos Italianos, em frente ao número 523, no bairro de Rocha Miranda.

Nº 11968, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°. Sr. Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, a possibilidade de ser realizada a reposição de grelha de ralo na rua Bernardino de Andrade esquina com avenida dos italianos, em frente ao número 08, no bairro de Turiaçu.

Nº 11969, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°. Sr. Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, a realização do Concerto de Afundamento de Pista, na Rua Silindra, em frente ao número 75, no Bairro de Bento Ribeiro.

Nº 11970, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°. Sr. Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, a realização do serviço de tapa buraco na rua das Turquesas, em frente ao número 110, no bairro de Rocha Miranda.

Nº 11971, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°.Sr.Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, a realização do conserto de arriamento de ralo na rua Monsenhor Inácio da Silva, em frente ao número 108, no bairro de Turiaçu.

Nº 11972, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°. Sr. Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, a realização do serviço de tapa buraco na rua Buriti em frente ao número 79, no bairro de Madureira.

Nº 11973, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°. Sr. Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, a realização do serviço de tapa buraco na rua das Turquesas, em frente aos números 6, 170, 78, 268, 278, 298, 328, 348, 358 e 395, no bairro de Rocha Miranda.

Nº 11974, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°. Sr. Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, a realização do serviço de tapa buraco na rua Sanatório, em toda a extensão, no bairro de Madureira.

Nº 11975, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°. Sr. Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, a realização do serviço de recolocação de grelha de ralo na rua Borneo em frente ao número 345, Madureira.

Nº 11976, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°. Sr. Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, a realização do serviço de recolocação de grelha de ralo na rua Cerqueira César em frente ao número 67, Madureira.

Nº 11977, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°. Sr. Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, a realização do serviço de tapa buraco na rua dos Topázios, em frente aos números 75, 220, 236, 246, 256, 265, 276, 306, 326, 332, 350, 370, 396, 416, 434, 471 e 583, no bairro de Rocha Miranda.

Nº 11978, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°. Sr. Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, a realização do serviço de tapa buraco na rua Jacê, em frente ao número 244, no bairro de Colégio.

Nº 11979, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°. Sr. Prefeito, solicitando, junto à Secretária Municipal de Conservação- SECONSERVA, a realização do conserto de afundamento de asfalto na rua dos Diamantes, em frente ao número 848, no bairro de Rocha Miranda.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Nº 11980, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício Exm°. Sr. Prefeito, solicitando, junto à Secretária Municipal de Conservação- SECONSERVA, a realização de conserto de afundamento de asfalto na rua Firmino Fragoso, em frente ao número 139, no bairro de Madureira.

Nº 11981, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°. Sr. Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, a realização do serviço de reposição de grelha de ralo na rua Cotijuba, em frente ao número 126, em Rocha Miranda.

Nº 11982, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°. Sr. Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, a realização do serviço de tapa buraco na rua Cotijuba, em frente ao número 50, no bairro de Rocha Miranda.

Nº 11983, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°. Sr. Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, a realização do serviço de tapa buraco na rua Conselheiro Galvão em frente aos números 579,583,585 e 589, no bairro de Turiaçu.

Nº 11984, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exm°. Sr. Prefeito, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, a realização do conserto de arriamento de manilha na rua Cotijuba, em frente ao número 157, no bairro de Rocha Miranda.

VEREADOR MARCELO DINIZ

DESPACHO:
A imprimir a Indicação nº 11985.
Encaminhe-se.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - Presidente

Nº 11985, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Poder Executivo Municipal, solicitando a adoção das medidas necessárias por parte da Secretária de Esportes e Lazer, SEEL, para construção da pista skate na Praça Geyseli.

VEREADOR MARCIO RIBEIRO

DESPACHO:
A imprimir as Indicações nºs 11986 a 12011.
Encaminhe-se.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - Presidente

Nº 11986, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, com a solicitação de providências junto à Secretaria Municipal de Ordem Pública e à Guarda Municipal, para a realização de operações permanentes de fiscalização contra motocicletas com escapamentos adulterados na Ilha do Governador, especialmente na região da Praia da Bica.

A medida visa combater a perturbação do sossego, garantindo mais tranquilidade e qualidade de vida aos moradores da região.

Nº 11987, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, com a solicitação de providências junto à Secretaria Municipal de Conservação, para a realização de obras de reforma e revitalização do píer localizado na Praia da Bica, na Ilha do Governador.

A intervenção é necessária para garantir melhores condições de segurança, acessibilidade e utilização do equipamento público pelos moradores e visitantes.

Nº 11988, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, com a solicitação de providências junto à Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB, para a intensificação dos serviços de limpeza e manutenção das orlas da Ilha do Governador, especialmente na Praia da Bica.

A medida contribuirá para a preservação ambiental, valorização da região, incentivo ao turismo e melhoria da qualidade de vida dos moradores e frequentadores.

Nº 11989, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, com a solicitação de providências junto à Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEOP e demais órgãos competentes, para a realização de operação de ordenamento urbano na esquina das ruas Visconde de Santa Isabel e Petrocochino, no bairro de Vila Isabel.

Moradores e comerciantes da região relatam a ocupação recorrente do local por usuários de drogas, gerando insegurança, degradação urbana e diversos transtornos para a população.

A adoção de medidas integradas de fiscalização, assistência social e segurança contribuirá para a recuperação do espaço público e para a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Nº 11990, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, com a solicitação de providências junto à CET-Rio, para a realização de vistoria e manutenção dos semáforos localizados no bairro de Vila Isabel que apresentam falhas ou permanecem apagados.

A medida é fundamental para garantir a segurança viária, prevenir acidentes e assegurar maior fluidez ao trânsito na região.

Nº 11991, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, com a solicitação de providências junto aos órgãos competentes, para a implantação de câmeras de monitoramento e fiscalização eletrônica ao longo da ciclofaixa da Rua Uruguai, no bairro da Tijuca.

A medida busca ampliar a segurança dos ciclistas, coibir invasões por veículos motorizados e permitir maior fiscalização das infrações de trânsito registradas no local.

Nº 11992, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, com a solicitação de providências junto à Guarda Municipal, para a implantação de guarnição fixa na Avenida Maracanã, nos horários de maior movimento, com o objetivo de coibir o trânsito irregular de motocicletas sobre as calçadas.

A presença permanente de agentes no local contribuirá para a proteção dos pedestres, o cumprimento das normas de trânsito e a redução de acidentes.

Nº 11993, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, com a solicitação de providências junto à Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - CET-Rio, para a instalação de controladoras elevadas nos semáforos localizados no bairro do Rocha.

A presente indicação tem como objetivo reduzir os constantes furtos e atos de vandalismo praticados contra as controladoras semafóricas da região, que frequentemente ocasionam falhas no funcionamento dos equipamentos e colocam em risco a segurança de motoristas e pedestres.

A adoção do modelo elevado já utilizado em outros pontos da cidade contribuirá para a preservação dos equipamentos públicos, garantindo maior eficiência da sinalização viária e reduzindo custos de manutenção.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Nº 11994, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, com a solicitação de providências junto aos órgãos competentes e à concessionária responsável pelo sistema ferroviário, para reforço dos muros de proteção, instalação de gradis e demais medidas de segurança na altura da passarela do Rocha.

A medida visa combater os constantes furtos e roubos registrados no local, que vêm causando insegurança aos usuários do transporte ferroviário e aos moradores da região.

O reforço da infraestrutura existente contribuirá para dificultar a ação criminosa e proporcionar mais tranquilidade à população.

Nº 11995, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, com a solicitação de providências junto à Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB, para intensificar os serviços de limpeza, varrição, coleta de resíduos e remoção de entulho no bairro do Rocha.

A medida é necessária para melhorar as condições de higiene urbana, prevenir o surgimento de vetores de doenças e proporcionar mais qualidade de vida aos moradores.

Nº 11996, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando providências junto aos órgãos competentes, no sentido de que seja realizada a revitalização da Orla da Praia do Zumbi, na Ilha do Governador.

Considerando os inúmeros pedidos recebidos neste gabinete referentes à necessidade de melhorias na infraestrutura da Orla da Praia do Zumbi, sinalizo a importância da realização de intervenções que promovam mais segurança, conforto e acessibilidade aos frequentadores do local.

A revitalização da orla deve contemplar, especialmente, o conserto do calçamento atualmente deteriorado em diversos trechos, a melhoria da iluminação pública e a instalação de bancos ao longo da área de convivência, proporcionando melhores condições para o lazer, a prática de atividades físicas e o convívio social.

A Orla da Praia do Zumbi constitui importante espaço público de encontro e contemplação para moradores e visitantes da região, sendo fundamental a realização de investimentos que garantam sua adequada conservação e utilização.

Nº 11997, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando providências junto aos órgãos competentes, no sentido de que seja realizada a revitalização da Orla da Praia da Engenhoca, na Ilha do Governador.

Considerando as diversas solicitações encaminhadas a este gabinete por moradores e frequentadores da região, torna-se necessária a realização de serviços de manutenção e revitalização da Orla da Praia da Engenhoca, importante espaço de lazer e convivência comunitária.

A intervenção deve priorizar o conserto do calçamento, atualmente comprometido em alguns trechos, a modernização e reforço da iluminação pública, bem como a instalação de bancos para proporcionar maior conforto aos usuários do espaço.

A revitalização da orla contribuirá significativamente para a segurança, mobilidade e bem-estar dos moradores, além de incentivar a ocupação qualificada do espaço público e fortalecer a convivência social na região.

Nº 11998, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA, ou órgão competente, para a realização de recapeamento asfáltico (asfalto liso) em toda a extensão da Rua Ary Leão, localizada no Parque União, Complexo da Maré.

A presente Indicação visa atender à demanda dos moradores da Rua Ary Leão, no Parque União, que reivindicam melhorias nas condições da pavimentação da via.

O recapeamento asfáltico da localidade proporcionará melhores condições de mobilidade e segurança para pedestres e motoristas, contribuindo para a fluidez do tráfego, a redução de acidentes e a melhoria da infraestrutura urbana da região.

Considerando a importância da intervenção para a população local, solicito ao Poder Executivo a adoção das medidas necessárias para a execução do referido serviço.

Nº 11999, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto aos órgãos competentes para a implantação de patrulhamento preventivo e presença permanente da Força de Segurança Municipal no bairro do Rio Comprido.

A presente Indicação Legislativa tem por objetivo fortalecer as ações de segurança urbana no bairro do Rio Comprido, importante corredor viário da Cidade do Rio de Janeiro, caracterizado por intenso fluxo diário de moradores, trabalhadores, estudantes, comerciantes e usuários do transporte público.

O bairro abriga instituições de ensino, unidades de saúde, estabelecimentos comerciais e diversos equipamentos públicos, recebendo diariamente grande circulação de pessoas. Nos últimos meses, moradores e comerciantes têm relatado aumento da sensação de insegurança, especialmente em razão da presença constante de pessoas em situação de vulnerabilidade social, usuários de drogas e da ocorrência de furtos e outros delitos em vias públicas.

Nesse contexto, a ampliação da presença da Força de Segurança Municipal, por meio de patrulhamento preventivo e ostensivo, contribuirá para a preservação da ordem urbana, a proteção dos equipamentos públicos municipais, o apoio à fiscalização, a prevenção de ilícitos e o aumento da sensação de segurança da população.

Diante da importância do Rio Comprido como eixo de mobilidade e da necessidade de intensificar as ações de segurança preventiva na região, a presente Indicação representa medida de relevante interesse público, visando proporcionar maior tranquilidade, segurança e qualidade de vida aos moradores, trabalhadores, estudantes e demais usuários do bairro.

Nº 12000, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto aos órgãos competentes para a implantação de patrulhamento preventivo e presença permanente da Força de Segurança Municipal no bairro de São Cristóvão.

A presente Indicação Legislativa tem por objetivo fortalecer as ações de segurança urbana no bairro de São Cristóvão, importante região da Cidade do Rio de Janeiro, caracterizada por intenso fluxo diário de moradores, trabalhadores, estudantes, comerciantes e usuários do transporte público.

O bairro abriga instituições de ensino, unidades de saúde, órgãos públicos, estabelecimentos comerciais, centros esportivos e importantes vias de circulação, recebendo diariamente grande movimentação de pessoas. Além disso, concentra equipamentos de grande porte que atraem público em eventos e atividades diversas, tornando indispensável o reforço das ações de segurança urbana.

Nesse contexto, a ampliação da presença da Força de Segurança Municipal, por meio de patrulhamento preventivo e ostensivo, contribuirá para a preservação da ordem urbana, a proteção dos equipamentos públicos municipais, o apoio às ações de fiscalização, a prevenção de ilícitos e o aumento da sensação de segurança da população.

Diante da relevância de São Cristóvão para a mobilidade, para o desenvolvimento econômico e para a prestação de serviços públicos da cidade, a presente Indicação representa medida de interesse público, visando proporcionar maior segurança, tranquilidade e qualidade de vida aos moradores, trabalhadores, comerciantes e demais frequentadores da região.

Nº 12001, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Esportes, à Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SECONSERVA, ou ao órgão competente, para a realização de serviços de pintura e recuperação do alambrado da quadra esportiva localizada no Parque União, Complexo da Maré.

A presente Indicação tem por finalidade atender à solicitação dos moradores e frequentadores da quadra esportiva do Parque União, que necessita de serviços de pintura e recuperação do alambrado, em razão do desgaste ocasionado pelo uso contínuo e pela ação do tempo.

A revitalização do equipamento esportivo contribuirá para proporcionar melhores condições de segurança, conforto e conservação do espaço, incentivando a prática esportiva, o lazer, a convivência comunitária e o desenvolvimento de atividades sociais voltadas para crianças, jovens e adultos.

Dessa forma, considerando a importância da manutenção dos espaços públicos destinados ao esporte e ao lazer, solicito ao Poder Executivo a adoção das providências necessárias para a execução dos serviços indicados.

Nº 12002, de 10/11/2026 – A presente Indicação tem por objetivo atender à solicitação dos frequentadores e moradores da região, que relatam a necessidade de manutenção e reforma das instalações do Parque Ambiental da Praia de Ramos Carlos de Oliveira Dicró (Piscinão de Ramos), importante equipamento público de esporte, lazer e convivência da Zona Norte.

Embora o parque tenha sido amplamente revitalizado pela Prefeitura há aproximadamente três anos, com investimentos na recuperação de sua infraestrutura e na implantação de novos equipamentos esportivos e de lazer, o intenso fluxo diário de usuários e a ação do tempo fizeram com que diversos espaços já apresentem sinais de desgaste, demandando intervenções para garantir sua adequada conservação.

Nesse sentido, faz-se necessária a realização de serviços de manutenção e reforma, abrangendo, entre outros, a recuperação de quadras esportivas, campo de grama sintética, quadra de areia, pista de skate, ciclovia, banheiros, arquibancadas, parquinhos infantis, equipamentos destinados à terceira idade, mobiliário urbano, iluminação, alambrados, pintura e paisagismo, de modo a assegurar melhores condições de uso, segurança, acessibilidade e conforto aos frequentadores.

Considerando que o Piscinão de Ramos constitui um dos mais importantes espaços públicos de lazer da cidade, recebendo milhares de visitantes ao longo do ano, especialmente durante o verão, torna-se imprescindível a adoção de medidas periódicas de conservação, preservando o patrimônio público e garantindo a continuidade da prestação de serviços de qualidade à população.

Nº 12003, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, uma sugestão junto à Secretaria Municipal de Saúde quanto a alteração da localização da unidade do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da Tijuca, situado na Rua Jurupari, em razão dos impactos relatados pela população residente no entorno.

A presente Indicação Legislativa decorre de abaixo-assinado encaminhado ao gabinete deste Vereador, por meio do qual moradores e comerciantes da região manifestam preocupação com as condições de segurança no entorno da unidade.

Segundo os relatos apresentados, houve um aumento significativo da permanência de pessoas em situação de rua e de usuários de drogas nas imediações do logradouro, situação que, na percepção dos moradores, tem ocasionado constantes episódios de insegurança, prejudicando a circulação de pedestres, o funcionamento do comércio local e a utilização dos espaços públicos pelas famílias.

Importa destacar que a presente proposição não tem por objetivo restringir ou questionar a política pública de saúde mental, tampouco o atendimento prestado pelo CAPS, cuja relevância para a Rede de Atenção Psicossocial é amplamente reconhecida. O objetivo é buscar uma solução que permita compatibilizar a continuidade da assistência aos usuários com a preservação da segurança, da ordem urbana e da qualidade de vida da população residente no entorno.

Nesse contexto, sugere-se que a Secretaria Municipal de Saúde promova estudos técnicos para avaliar a viabilidade de realocação da unidade para local que ofereça melhores condições de funcionamento, acessibilidade e integração com a rede de saúde, considerando tanto as necessidades dos pacientes quanto os impactos urbanísticos e sociais verificados na área atualmente ocupada.

Dessa forma, espera-se que o Poder Executivo analise a presente sugestão, adotando as providências que entender cabíveis, de forma a conciliar o atendimento em saúde mental com a segurança e o bem-estar de toda a coletividade.

Nº 12004, de 10/11/2026 – INDICA à Mesa Diretora, na forma regimental, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Transportes – SMTR para que seja realizado estudo de viabilidade técnica visando à alteração do ponto final da linha de ônibus 341 (Taquara x Candelária) para a Estrada do Rio Grande, em frente ao número 3895.

A presente solicitação tem por objetivo ampliar a acessibilidade ao transporte coletivo e melhorar a mobilidade urbana dos moradores da região.

De acordo com os moradores, a alteração do ponto final da linha 341 (Taquara x Candelária) para o endereço indicado proporcionaria maior facilidade de deslocamento dos moradores com destino ao Centro da cidade, beneficiando especialmente aqueles que, atualmente, dependem de transporte complementar para acessar a referida linha de ônibus. Eles sinalizam que o local sugerido abriga também o ponto final da linha 601 (Taquara x Saens Pena), circunstância que demonstra a existência de vocação operacional para o embarque, desembarque e estacionamento de coletivos. Tal característica poderá reduzir a necessidade de intervenções estruturais de maior porte, otimizar a utilização da infraestrutura já existente e facilitar a implantação da medida, caso seja considerada tecnicamente viável.

Diante do exposto, sugere-se que a Secretaria Municipal de Transportes promova os estudos necessários para avaliar a viabilidade operacional, viária e de infraestrutura da alteração do ponto final da linha 341 (Taquara x Candelária), considerando os benefícios que a medida poderá proporcionar à mobilidade e ao atendimento da população local.

Nº 12005, de 10/11/2026 – INDICA à Mesa Diretora, na forma regimental, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB para que seja realizada poda e manutenção das árvores e coqueiros existentes nas dependências do EDI Gabriela Mistral, localizado na Praia Vermelha, Urca.

A presente Indicação tem por objetivo solicitar, com urgência, a realização de poda preventiva e manutenção das árvores e coqueiros existentes no interior da instituição de ensino.

A unidade escolar enfrenta situação que demanda pronta intervenção do Poder Municipal, tendo em vista que o crescimento excessivo da vegetação e o risco de queda de galhos e de frutos dos coqueiros ocasionaram a interdição de parte das dependências da escola, comprometendo a segurança de alunos, professores, funcionários e demais usuários.

A execução do serviço é indispensável para eliminar riscos, preservar a integridade física da comunidade escolar e permitir a plena utilização dos espaços atualmente interditados, garantindo melhores condições para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Nº 12006, de 10/11/2026 – INDICA à Mesa Diretora, na forma regimental, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Educação - SME, a disponibilização de Mediador Escolar para atendimento aos alunos do EDI Gabriela Mistral, localizado na Praia Vermelha, Urca.

A presença desse profissional é fundamental para assegurar a inclusão e o adequado acompanhamento pedagógico dos estudantes que necessitam de apoio especializado, garantindo o pleno exercício do direito à educação inclusiva, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios da igualdade de oportunidades e da acessibilidade.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

A medida contribuirá para o desenvolvimento educacional, social e emocional dos alunos, proporcionando melhores condições de aprendizagem, além de oferecer suporte aos professores e à equipe escolar.

Dessa forma, considerando a importância da demanda para a comunidade escolar, solicita-se o atendimento da presente Indicação.

Nº 12007, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto aos órgãos municipais competentes, especialmente à Superintendência Executiva de Patrimônio Imobiliário, para que seja avaliada a possibilidade de destinação e cessão de uso da área situada sob o Viaduto de São Cristóvão, paralela à Rua General Herculano Gomes, visando à sua revitalização e à implantação de um espaço de convivência e gastronomia, observadas as normas legais, urbanísticas e de segurança aplicáveis.

A presente Indicação Legislativa tem por objetivo sugerir uma nova destinação para uma área atualmente subutilizada, buscando transformá-la em um espaço organizado, qualificado e de interesse para a comunidade de São Cristóvão.

A ocupação adequada do local poderá contribuir para a revitalização da área, valorização do entorno, estímulo à atividade econômica e criação de um espaço de convivência, promovendo a utilização ordenada de um espaço público que atualmente apresenta potencial para uma finalidade mais adequada e integrada à comunidade.

Além disso, a implantação de uma atividade regular e devidamente estruturada poderá contribuir para a ocupação permanente e qualificada do espaço, favorecendo a circulação de pessoas e colaborando para a melhoria da sensação de segurança na região.

Dessa forma, sugere-se que o Poder Executivo, por meio dos órgãos competentes, avalie a viabilidade jurídica, urbanística, patrimonial e operacional da proposta, inclusive quanto à possibilidade de cessão ou outra forma legal de utilização da área, para que o espaço possa receber uma destinação que atenda ao interesse público e às necessidades da população local.

Nº 12008, de 10/11/2026 – INDICO, na forma regimental, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro e à Secretaria Municipal de Conservação – SECONSERVA, para que promovam estudos técnicos e adotem as providências necessárias à execução de obras de asfaltamento da Rua Desembargador Aniceto Corrêa, no bairro Cacuia, Ilha do Governador.

A presente Indicação Legislativa tem por finalidade atender à solicitação dos moradores da Rua Desembargador Aniceto Corrêa, no bairro Cacuia, que reivindicam a substituição do atual pavimento de paralelepípedos por revestimento asfáltico em toda a extensão da via.

Atualmente, a rua apresenta pavimentação irregular, composta predominantemente por paralelepípedos, coexistindo com diversos trechos já asfaltados em razão de intervenções realizadas anteriormente por concessionárias de serviços públicos. Após a execução dessas obras, em vez da recomposição do pavimento original em paralelepípedos, foi aplicado revestimento asfáltico apenas nos locais das intervenções, resultando em uma via com diferentes tipos de pavimento e desníveis que comprometem sua uniformidade.

Essa condição ocasiona desconforto aos usuários, aumenta o desgaste dos veículos, favorece o surgimento de irregularidades no leito carroçável e prejudica a fluidez e a segurança do trânsito.

Diante desse cenário, a pavimentação asfáltica integral da via representa a solução mais adequada, proporcionando maior durabilidade, melhor trafegabilidade, redução dos custos de manutenção, além de mais conforto e segurança para motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres.

Assim, considerando o relevante interesse público da medida, solicita-se a realização dos estudos técnicos necessários e, constatada sua viabilidade, a execução das obras de asfaltamento da Rua Desembargador Aniceto Corrêa, promovendo a padronização do pavimento e a melhoria da mobilidade urbana na região.

Nº 12009, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto aos órgãos municipais competentes para que seja avaliada e promovida a regularização dos quiosques situados na Estrada das Furnas, 1425, no bairro do Alto da Boa Vista, observadas as exigências legais aplicáveis.

A presente Indicação Legislativa tem por objetivo buscar uma solução para a situação dos quiosques existentes no local, proporcionando maior segurança jurídica aos responsáveis pelos estabelecimentos e permitindo que suas atividades sejam exercidas de forma regular perante o Poder Público.

A regularização contribuirá para a organização do espaço, melhoria das condições de funcionamento dos estabelecimentos, ordenamento da atividade comercial e adequada utilização da área, beneficiando tanto os comerciantes quanto a população que utiliza os serviços oferecidos no local.

Dessa forma, sugere-se que os órgãos competentes realizem a análise da situação dos quiosques e indiquem as medidas necessárias para sua regularização, considerando as características específicas do local e a legislação municipal aplicável.

Nº 12010, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando providências junto a Secretaria Municipal de Transportes - SMTR, no sentido de ampliar a rota da linha de ônibus 842, atualmente operando entre Campo Grande e Paciência, para abranger o percurso até Sepetiba.

A inclusão desse novo itinerário visa atender a uma demanda latente da comunidade local, proporcionando uma melhoria significativa no acesso ao transporte público e conectividade entre os bairros.

A extensão da linha até a Rua Bom Nome, passando pelas Ruas Felipe Cardoso, Estrada de Sepetiba, Nova Sepetiba, Coreto de Sepetiba e Rua da Floresta, não apenas aprimorará a mobilidade dos cidadãos, mas também facilitará o acesso a serviços de saúde e pontos relevantes na região.

Com isso, solicito a consideração e análise dessa proposta para ampliação do trajeto da Linha 804 (Campo Grande X Paciência), a fim de atender às necessidades da população de Sepetiba e adjacências.

Acredito firmemente que essa medida contribuirá significativamente para o bem-estar e o desenvolvimento dessas comunidades, oferecendo uma solução de mobilidade eficiente e abrangente.

Nº 12011, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, para que, por intermédio dos órgãos competentes, especialmente da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Administração e da Casa Civil, sejam adotadas as providências necessárias para regulamentar, no âmbito do Município do Rio de Janeiro, o reconhecimento das pessoas diagnosticadas com fibromialgia como pessoas com deficiência, em observância à legislação federal vigente.

A regulamentação deverá estabelecer critérios, procedimentos e diretrizes para garantir o pleno acesso dessas pessoas às políticas públicas municipais destinadas às pessoas com deficiência, assegurando-lhes tratamento isonômico, inclusão social, acessibilidade, prioridade no atendimento, adaptações razoáveis e demais direitos previstos na legislação aplicável.

A presente Indicação Legislativa tem por finalidade promover a efetiva implementação, no âmbito do Município do Rio de Janeiro, da legislação federal que passou a reconhecer a fibromialgia como condição equiparada à deficiência para todos os efeitos legais, desde que observados os critérios estabelecidos na própria norma.

Embora o reconhecimento legal já exista em âmbito federal, faz-se necessária a regulamentação municipal para que os órgãos da Administração Pública possam estabelecer procedimentos administrativos uniformes para emissão de laudos, cadastramento, identificação dos beneficiários e acesso às políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

A fibromialgia é uma síndrome crônica caracterizada por dores generalizadas, fadiga intensa, distúrbios do sono, alterações cognitivas e

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

outras limitações que comprometem significativamente a capacidade funcional e a participação social de seus portadores. Muitos cidadãos enfrentam dificuldades para exercer suas atividades profissionais, utilizar os serviços públicos e acessar direitos que dependem de regulamentação específica.

Como Presidente da Comissão Permanente dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, este Vereador entende que é dever do Poder Público assegurar que as inovações legislativas federais sejam efetivamente implementadas no âmbito municipal, garantindo segurança jurídica, inclusão, dignidade e igualdade de oportunidades.

A regulamentação permitirá que servidores públicos municipais, trabalhadores da iniciativa privada e todos os cidadãos residentes no Município diagnosticados com fibromialgia possam exercer plenamente os direitos previstos em lei, evitando interpretações divergentes e assegurando tratamento uniforme por toda a Administração Municipal.

Diante da relevância social da matéria e do compromisso do Município com a inclusão e a proteção dos direitos das pessoas com deficiência, espera-se o acolhimento da presente Indicação Legislativa pelo Poder Executivo.

VEREADORA VERA LINS

DESPACHO:
A imprimir a Indicação nº 12012.
Encaminhe-se.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - Presidente

Nº 12012, de 10/11/2026 – INDICO, À MESA DIRETORA, NA FORMA REGIMENTAL, QUE SEJA OFICIADO O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SOLICITANDO QUE, POR MEIO DO ÓRGÃO COMPETENTE, ESPECIALMENTE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL, SEJAM ADOTADAS PROVIDÊNCIAS PARA:

- AVALIAR A SUSPENSÃO DAS MULTAS E AUTUAÇÕES RECENTEMENTE APLICADAS EM RAZÃO EXCLUSIVA DA AUSÊNCIA DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO, QUANDO NÃO HOUVER PRÉVIA NOTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO ACERCA DA IRREGULARIDADE, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS;

- ESTABELECER PRAZO MÍNIMO DE 60 (SESSENTA) DIAS PARA QUE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO POSSAM REGULARIZAR SUAS DOCUMENTAÇÕES E ADEQUAR SUAS ATIVIDADES ÀS EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS, SEM A APLICAÇÃO IMEDIATA DE SANÇÕES PECUNIÁRIAS EXCLUSIVAMENTE EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE LICENCIAMENTO;

- IMPLEMENTAR UM PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO SANITÁRIA INCENTIVADA, PRIORIZANDO O CARÁTER EDUCATIVO E PREVENTIVO DAS FISCALIZAÇÕES, COM A DEVIDA OPORTUNIDADE DE CORREÇÃO DAS IRREGULARIDADES, SEMPRE QUE NÃO HOUVER RISCO IMINENTE À SAÚDE PÚBLICA.

A PRESENTE INDICAÇÃO LEGISLATIVA TEM COMO OBJETIVO ATENDER ÀS PREOCUPAÇÕES MANIFESTADAS POR DIVERSOS REPRESENTANTES DO SETOR PRODUTIVO CARIOCA, ESPECIALMENTE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, DIANTE DOS RELATOS DE INTENSIFICAÇÃO DAS FISCALIZAÇÕES E DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL.

SEGUNDO RELATOS DE EMPREENDEDORES DE DIFERENTES SEGMENTOS, ALGUMAS AÇÕES FISCALIZATÓRIAS VÊM SENDO REALIZADAS COM APLICAÇÃO DE MULTAS EXPRESSIVAS, ESPECIALMENTE EM SITUAÇÕES RELACIONADAS À AUSÊNCIA DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO, SEM QUE HAJA, EM DETERMINADOS CASOS, PRÉVIA ORIENTAÇÃO OU OPORTUNIDADE PARA QUE OS ESTABELECIMENTOS PROMOVAM A REGULARIZAÇÃO DE SUAS PENDÊNCIAS.

É IMPORTANTE DESTACAR QUE A FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DESEMPENHA PAPEL FUNDAMENTAL NA PROTEÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA E DEVE SER PRESERVADA. ENTRETANTO, SUA ATUAÇÃO TAMBÉM PRECISA CONSIDERAR A REALIDADE ECONÔMICA DOS PEQUENOS E MÉDIOS EMPREENDEDORES, QUE DESEMPENHAM PAPEL ESSENCIAL NA GERAÇÃO DE EMPREGOS, RENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA CIDADE.

NESSE SENTIDO, A ADOÇÃO DE MEDIDAS ORIENTADORAS E A CONCESSÃO DE PRAZO RAZOÁVEL PARA REGULARIZAÇÃO PODEM REPRESENTAR UM CAMINHO MAIS EQUILIBRADO E EFICIENTE, PERMITINDO QUE OS ESTABELECIMENTOS CUMPRAM AS EXIGÊNCIAS LEGAIS SEM SOFRER, DE IMEDIATO, PENALIDADES QUE COMPROMETAM SUA CONTINUIDADE.

A PROPOSTA NÃO BUSCA AFASTAR O DEVER DE FISCALIZAÇÃO NEM FLEXIBILIZAR EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS INDISPENSÁVEIS À PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO, MAS ESTABELECER UMA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA PROPORCIONAL, EDUCATIVA E PREVENTIVA, ESPECIALMENTE NOS CASOS EM QUE NÃO EXISTA RISCO IMINENTE À SAÚDE PÚBLICA.

DESSA FORMA, A CONCESSÃO DE PRAZO MÍNIMO DE 60 (SESSENTA) DIAS PARA REGULARIZAÇÃO, ALIADA À IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PRÉVIA, PODERÁ CONTRIBUIR SIGNIFICATIVAMENTE PARA A FORMALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS, O FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE ECONÔMICA E A PRESERVAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO.

DIANTE DO EXPOSTO, SOLICITA-SE A ATENÇÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA O ACOLHIMENTO DESTA INDICAÇÃO, EM BENEFÍCIO DOS EMPREENDEDORES CARIOCAS E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

VEREADOR NIQUINHO

DESPACHO:
A imprimir as Indicações nºs 12013 a 12014.
Encaminhe-se.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - Presidente

Nº 12013, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Conservação - SECONSERVA, para que seja realizado o reparo do afundamento asfáltico na Rua Luiz Fernando Victor, na altura do número 2, Santa Cruz - RJ.

A presente indicação se justifica diante do afundamento asfáltico na via estar comprometendo a segurança de motoristas e pedestres, causando riscos de acidentes, danos aos veículos e dificuldades de mobilidade urbana, razão pela qual se faz necessária a urgente intervenção do Poder Público para recuperação do pavimento.

Nº 12014, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando, junto à Secretaria Municipal de Conservação – SECONSERVA, a adoção das providências necessárias para a execução do serviço de tapa-buracos na Rua Luiz Fernando Vitor, na altura do número 6, Santa Cruz - RJ.

A presente solicitação justifica-se em razão da existência de buracos e irregularidades no pavimento da referida via, situação que compromete a segurança de motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres, além de causar transtornos à mobilidade urbana e aumentar o risco de acidentes. A realização do serviço contribuirá para a melhoria das condições de trafegabilidade e para a preservação da infraestrutura viária local.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

VEREADOR MARCOS DIAS

DESPACHO:
A imprimir as Indicações nºs 12015 a 12031.
Encaminhe-se.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - Presidente

Nº 12015, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Conservação – SECONSERVA, para que seja realizado, com a maior brevidade possível, o serviço de desobstrução da rede de esgoto sanitário na Rua Doze, esquina com a Rua 1, Lote 55, Guandu 2, no bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro – RJ.

A presente indicação visa atender à solicitação dos moradores, diante dos transtornos ocasionados pela obstrução da rede de esgoto, que pode provocar extravasamento de dejetos, mau cheiro e condições insalubres, expondo a população a riscos à saúde pública e comprometendo as condições de higiene e salubridade da região.

Diante do exposto, solicito especial atenção da SECONSERVA para a adoção das providências necessárias, a fim de restabelecer o adequado funcionamento da rede de esgoto sanitário, garantindo melhores condições de saneamento básico, saúde e qualidade de vida aos moradores da localidade.

Nº 12016, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Conservação – SECONSERVA, para que seja realizado, em caráter de urgência, o serviço de recapeamento asfáltico em toda a extensão da Rua 4, nas proximidades do Lote 8, CEP 23560-149, no Conjunto Guandu Velho, bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro – RJ.

A presente indicação tem por finalidade atender às reivindicações dos moradores, tendo em vista as péssimas condições de conservação do pavimento, que se encontra em estado avançado de deterioração, com inúmeros buracos e irregularidades que comprometem a circulação de veículos e pedestres. A situação tornou a via praticamente intransitável, dificultando o deslocamento da população e aumentando os riscos de acidentes e danos aos veículos.

Diante do exposto, solicito especial atenção da SECONSERVA para a realização de vistoria técnica e execução dos serviços necessários, com a maior brevidade possível, a fim de recuperar as condições adequadas de trafegabilidade, garantir a segurança dos usuários e proporcionar melhores condições de mobilidade e qualidade de vida aos moradores da localidade.

Nº 12017, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Conservação – SECONSERVA, para que seja realizado, com a maior brevidade possível, o serviço de recapeamento asfáltico na Avenida Canal – Margem Esquerda, na localidade de Guandu Velho, bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro – RJ.

A presente indicação tem por finalidade atender às reivindicações dos moradores e usuários da via, que enfrentam sérias dificuldades de circulação em razão das condições precárias do pavimento. A presença de inúmeros buracos ao longo da via, que constitui uma importante rota de circulação da localidade e possui intenso fluxo de veículos, compromete a mobilidade, dificulta o deslocamento de pedestres e motoristas e aumenta o risco de acidentes e danos aos veículos.

Diante do exposto, solicito especial atenção da SECONSERVA para a realização de vistoria técnica e execução dos serviços de recapeamento asfáltico, visando restabelecer as condições adequadas de trafegabilidade, proporcionar maior segurança viária e garantir melhores condições de mobilidade e qualidade de vida à população local.

Nº 12018, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Conservação – SECONSERVA, para que seja realizado, com a maior brevidade possível, o serviço de desobstrução da rede de esgoto sanitário na Rua Calama, nº 305, no bairro de Guadalupe, Rio de Janeiro – RJ.

A presente indicação tem por finalidade atender à solicitação dos moradores, diante dos transtornos ocasionados pela obstrução da rede de esgoto sanitário, que pode provocar o retorno de dejetos, extravasamentos, mau cheiro e condições insalubres, comprometendo a higiene da região e colocando em risco a saúde pública.

Diante do exposto, solicito especial atenção da SECONSERVA para a realização de vistoria técnica e adoção das providências necessárias, visando restabelecer o adequado funcionamento da rede de esgoto sanitário e garantir melhores condições de saneamento, saúde e qualidade de vida aos moradores da localidade.

Nº 12019, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Conservação – SECONSERVA, para que seja realizado, em caráter de urgência, o serviço de recapeamento asfáltico na Rua 7, esquina com a Rua 1, nas proximidades do nº 325 da Rua 1, CEP 23560-585, no Conjunto Guandu Velho, bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro – RJ.

A presente indicação tem por finalidade atender às reivindicações dos moradores, considerando a necessidade de recuperação do pavimento, cujas condições comprometem a circulação de veículos e pedestres, dificultam o deslocamento diário da população e podem ocasionar acidentes e danos aos veículos.

Diante do exposto, solicito especial atenção da SECONSERVA para a realização de vistoria técnica e execução dos serviços de recapeamento asfáltico, com a maior brevidade possível, visando restabelecer as condições adequadas de trafegabilidade, proporcionar maior segurança viária e garantir melhores condições de mobilidade e qualidade de vida aos moradores da localidade.

Nº 12020, de 10/11/2026 – INDICO, à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO – SECONSERVA, para que sejam realizados, em caráter de urgência, a substituição da manilha danificada, com a devida recuperação da galeria de águas pluviais e posterior recomposição do pavimento asfáltico, na Rua Mondego, nº 93, no bairro Ricardo de Albuquerque, no Município do Rio de Janeiro – RJ.

A presente solicitação justifica-se em razão do afundamento do pavimento asfáltico no referido endereço, possivelmente decorrente de danos na tubulação subterrânea, sendo necessária a substituição da manilha comprometida e a recuperação da estrutura da via. A situação representa riscos à segurança de pedestres e motoristas, além de comprometer as condições de circulação e mobilidade urbana.

Diante do exposto, solicita-se especial atenção da Secretaria Municipal de Conservação para a execução dos serviços necessários, visando solucionar o problema e garantir melhores condições de segurança e infraestrutura aos moradores da região.

Nº 12021, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Conservação – SECONSERVA, para que seja realizado, com a maior brevidade possível, o serviço de substituição das manilhas da rede de galerias de águas pluviais na Rua Dionísio Martins, nº 203, no bairro de Guadalupe, Rio de Janeiro – RJ.

A presente indicação tem por finalidade atender à solicitação dos moradores, tendo em vista o arriamento de manilha existente no local, situação que compromete o adequado funcionamento do sistema de drenagem

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

e pode ocasionar obstruções, acúmulo de águas pluviais, alagamentos e danos à infraestrutura urbana.

Diante do exposto, solicito especial atenção da SECONSERVA para a realização de vistoria técnica e execução dos serviços necessários, visando restabelecer as condições adequadas de escoamento das águas pluviais, garantir a segurança da população e proporcionar melhores condições de infraestrutura e qualidade de vida aos moradores da localidade.

Nº 12022, de 10/11/2026 – INDICO, à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO – SECONSERVA, para que sejam realizados, em caráter de urgência, o serviço de recapeamento asfáltico em toda a extensão da Rua 04, localizada no Conjunto Guandu Velho, no bairro de Santa Cruz, CEP 23560-864, no Município do Rio de Janeiro – RJ.

A presente solicitação justifica-se pelas condições precárias do pavimento, que comprometem a circulação de veículos e pedestres, causando transtornos aos moradores e demais pessoas que utilizam a via diariamente.

Diante do exposto, solicita-se especial atenção da Secretaria Municipal de Conservação para a execução dos serviços de recapeamento asfáltico em toda a extensão da referida via, visando melhorar as condições de mobilidade urbana, proporcionar mais segurança e garantir melhor qualidade de vida aos moradores da região.

(*) Os anexos encontram-se à disposição para consulta no sítio camara.rio

Nº 12023, de 10/11/2026 – INDICO, à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO – SECONSERVA, para que sejam realizados, em caráter de urgência, o serviço de recapeamento asfáltico em toda a extensão da Avenida Canal, margem esquerda, com atenção especial ao trecho nas proximidades do lote 72, casa 22, CEP 23560-363, no bairro de Santa Cruz, no Município do Rio de Janeiro – RJ.

A presente solicitação justifica-se pelas condições do pavimento da referida via, que necessitam de intervenção para melhorar a trafegabilidade e garantir condições adequadas de circulação de veículos e pedestres, uma vez que as irregularidades no asfalto podem ocasionar acidentes e prejuízos aos moradores e motoristas que utilizam diariamente o local.

Diante do exposto, solicita-se especial atenção da Secretaria Municipal de Conservação para a realização dos serviços de recapeamento asfáltico em toda a extensão da via, visando proporcionar mais segurança, melhores condições de mobilidade urbana e qualidade de vida à população local.

(*) Os anexos encontram-se à disposição para consulta no sítio camara.rio

Nº 12024, de 10/11/2026 – INDICO, à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO – SECONSERVA, para que sejam realizados, em caráter de urgência, o serviço de desobstrução da rede de esgotamento sanitário na Rua Auristela, nº 356, CEP 23550-351, no bairro de Santa Cruz, no Município do Rio de Janeiro – RJ.

A presente solicitação justifica-se pela necessidade de intervenção na rede de esgotamento sanitário, a fim de restabelecer o fluxo adequado dos efluentes, evitar possíveis transbordamentos e o retorno de esgoto, bem como prevenir a proliferação de insetos, mau cheiro e riscos à saúde pública.

Diante do exposto, solicita-se especial atenção da Secretaria Municipal de Conservação para que sejam adotadas as providências necessárias, visando solucionar o problema e garantir melhores condições de saneamento, segurança e qualidade de vida aos moradores da região.

Nº 12025, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Conservação – SECONSERVA, para que seja realizado, com a maior brevidade possível, o serviço de substituição das galerias de águas pluviais localizadas na Rua Halieto, nº 222, no bairro de Guadalupe, Rio de Janeiro – RJ.

A presente indicação tem por objetivo atender à solicitação dos moradores, considerando a necessidade de substituição das galerias existentes, visando melhorar o escoamento das águas pluviais, prevenir alagamentos e evitar possíveis danos à infraestrutura urbana e aos imóveis da região.

Diante do exposto, solicito especial atenção da SECONSERVA para a adoção das providências necessárias, garantindo o adequado funcionamento do sistema de drenagem, melhores condições de segurança, infraestrutura e qualidade de vida para os moradores da localidade.

Nº 12026, de 10/11/2026 – INDICO, à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA – COMLURB, para que seja realizado, em caráter de urgência, o serviço de poda de árvores, na Rua Caiena, em frente ao número 375, CEP 21555-140, no bairro de Bento Ribeiro, no Município do Rio de Janeiro – RJ.

A presente solicitação justifica-se pela existência de árvore que apresenta risco de queda, situação que pode comprometer a segurança de pedestres, moradores, motoristas e imóveis localizados nas proximidades, exigindo uma avaliação técnica e a adoção das medidas necessárias para evitar possíveis acidentes.

Diante do exposto, solicita-se especial atenção da COMLURB para que sejam realizadas a vistoria e a poda adequada da árvore ou, caso constatada a necessidade, a intervenção cabível, garantindo a segurança da população e a preservação do espaço público.

(*) Os anexos encontram-se à disposição para consulta no sítio camara.rio

Nº 12027, de 10/11/2026 – INDICO, à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA – COMLURB, para que seja realizado, em caráter de urgência, o serviço de poda de árvores, na Rua Betula, em frente ao número 699, CEP 21660-100, no bairro de Guadalupe, no Município do Rio de Janeiro – RJ.

A presente solicitação justifica-se pela existência de árvore que apresenta risco de queda, representando perigo à integridade física de pedestres, moradores e motoristas, além de possíveis danos aos imóveis e veículos estacionados nas proximidades.

Diante do exposto, solicita-se especial atenção da COMLURB para que seja realizada uma avaliação técnica e adotadas as medidas necessárias, incluindo a poda adequada dos galhos ou outra intervenção que se faça necessária, a fim de prevenir acidentes e garantir a segurança da população local.

(*) Os anexos encontram-se à disposição para consulta no sítio camara.rio

Nº 12028, de 10/11/2026 – INDICO, à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA – COMLURB, para que seja realizado o serviço de poda de árvores, na Rua Enéas Martins, em frente ao número 444, CEP 21660-320, no bairro de Guadalupe, no Município do Rio de Janeiro – RJ.

A presente solicitação justifica-se pela necessidade de manutenção e poda da árvore existente no referido endereço, visando evitar o crescimento excessivo dos galhos, possíveis interferências na iluminação pública e na circulação de pedestres e veículos, além de prevenir eventuais riscos à segurança dos moradores e transeuntes.

Diante do exposto, solicita-se especial atenção da COMLURB para a realização de vistoria técnica e execução dos serviços de poda necessários, garantindo a conservação da arborização urbana e melhores condições de segurança e bem-estar à população local.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Nº 12029, de 10/11/2026 – INDICO, à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO – SECONSERVA, para que sejam realizados, em caráter de urgência, serviços de pavimentação asfáltica na Rua J, com acesso pela Estrada Vítor Dumas, nº 2886, tendo como ponto de referência o Salão de Festas Espaço 2 Irmãos, na localidade de Vítor Dumas, bairro de Santa Cruz, no Município do Rio de Janeiro – RJ.

A presente solicitação justifica-se pela necessidade de melhorias na infraestrutura viária da localidade, considerando as condições da via, que prejudicam a circulação de veículos e pedestres, causando transtornos aos moradores e demais usuários que transitam diariamente pelo local.

Diante do exposto, solicita-se especial atenção da Secretaria Municipal de Conservação para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica, visando proporcionar melhores condições de trafegabilidade, segurança, mobilidade urbana e qualidade de vida aos moradores da região.

(*) Os anexos encontram-se à disposição para consulta no sítio camara.rio

Nº 12030, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB, para que seja realizado estudo de viabilidade e, posteriormente, implantado um Ecoponto na Estrada do Guandu, na localidade conhecida como Guandu Velho, Lote 1, no bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro – RJ.

A presente indicação tem por finalidade atender à reivindicação dos moradores, tendo em vista que o local vem sendo utilizado frequentemente para o descarte irregular de lixo e resíduos, ocasionando sérios problemas ambientais, riscos à saúde pública e comprometimento das condições de higiene e salubridade da região.

Ressalta-se que a situação merece atenção especial por se tratar de uma área próxima a uma creche pública, o que aumenta a preocupação com a exposição de crianças, funcionários e moradores aos riscos decorrentes do acúmulo irregular de resíduos.

Diante do exposto, solicito especial atenção da COMLURB para a implantação do equipamento, proporcionando um local adequado para o descarte de resíduos, contribuindo para a preservação ambiental, a limpeza urbana e a melhoria da qualidade de vida da população local.

Nº 12031, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Conservação – SECONSERVA, para que sejam realizados, com a maior brevidade possível, os serviços de substituição das manilhas da rede de galerias de águas pluviais e recuperação do trecho com afundamento de solo na Rua Dona Elisa, nº 20, no bairro de Guadalupe, Rio de Janeiro – RJ.

A presente indicação tem por finalidade atender à solicitação dos moradores, tendo em vista o afundamento do solo no local, que demanda intervenção na rede de drenagem, com a substituição das manilhas comprometidas e a devida recomposição do pavimento. A situação representa riscos à segurança de pedestres e motoristas, além de poder ocasionar o agravamento dos danos à infraestrutura urbana.

Diante do exposto, solicito especial atenção da SECONSERVA para a realização de vistoria técnica e execução dos serviços necessários, a fim de solucionar o problema, restabelecer as condições adequadas de drenagem e garantir a segurança e a qualidade de vida dos moradores da localidade.

VEREADORA MAÍRA DO MST

DESPACHO:
A imprimir a Indicação nº 12032.
Encaminhe-se.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - Presidente

Nº 12032, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Transportes – SMTR para a implementação de gratuidade nos modais de transporte público de concessão municipal no dia de aplicação da Segunda Fase do Vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) a ser realizado no dia 29 de novembro de 2026, com o objetivo de assegurar o acesso democrático à universidade e o direito à educação.

VEREADOR VITOR HUGO

DESPACHO:
A imprimir as Indicações nºs 12033 a 12041.
Encaminhe-se.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - Presidente

Nº 12033, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e a Secretaria de Conservação para executar o serviço de reforma do Conjunto Habitacional, localizado na Av. Darcy Bittencourt Costa - Olaria.

Nº 12034, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e a Secretaria de Conservação para executar o serviço de reforma do Conjunto Habitacional, localizado na Rua Jorge Gonçalves de Araújo - Olaria.

Nº 12035, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e a Secretaria de Conservação para executar o serviço de reforma do Conjunto Habitacional, localizado na Rua Joel Nunes - Olaria.

Nº 12036, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e a Secretaria de Conservação para executar o serviço de reforma do Conjunto Habitacional, localizado na Rua Jorge Martins - Olaria.

Nº 12037, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e a Secretaria de Conservação para executar o serviço de reforma do Conjunto Habitacional, localizado na Rua José Krempser - Olaria.

Nº 12038, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e a Secretaria de Conservação para executar o serviço de reforma do Conjunto Habitacional, localizado na Rua Adilson Lisboa Gonçalves - Olaria.

Nº 12039, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e a Secretaria de Conservação para executar o serviço de reforma do Conjunto Habitacional, localizado na Rua Wilson de Lasheras - Olaria.

Nº 12040, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e a Secretaria de Conservação para executar o serviço de reforma do Conjunto Habitacional, localizado na Rua Álvaro Antônio Sauka - Olaria.

Nº 12041, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e a Secretaria de Conservação para executar o serviço de reforma do Conjunto Habitacional, localizado na Rua Ministro Moreira de Abreu - Olaria.

VEREADOR MARCIO RIBEIRO

DESPACHO:
A imprimir as Indicações nºs 12042 a 12063.
Encaminhe-se.
Em 10/11/2026
CARLO CAIADO - Presidente

Nº 12042, de 10/11/2026 – INDICO, na forma regimental, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, para que seja encaminhado expediente à Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro – CET-Rio e à Secretaria Municipal de Transportes – SMTR, para que realizem estudos técnicos visando à implantação de um ponto de parada de ônibus, com a devida instalação de abrigo, na Estrada Adhemar Bebiano, altura do nº 4.850, no bairro do Engenho da Rainha.

A presente Indicação Legislativa tem por finalidade atender à reivindicação dos moradores da região, que relatam a inexistência de ponto de parada de ônibus no referido trecho, obrigando os usuários do transporte coletivo a percorrerem longas distâncias para acessar os pontos mais próximos.

A situação afeta especialmente pessoas idosas, pessoas com deficiência, indivíduos com mobilidade reduzida e demais usuários que dependem diariamente do transporte público para o deslocamento ao trabalho, às unidades de saúde, escolas e demais serviços essenciais.

Além da implantação do ponto de parada, é fundamental a instalação de abrigo para proporcionar maior conforto, segurança e proteção contra as intempéries aos passageiros que aguardam o transporte coletivo.

Dessa forma, considerando o relevante interesse público da medida, solicita-se a realização dos estudos técnicos necessários e, constatada a viabilidade, a implantação do ponto de ônibus e do respectivo abrigo, contribuindo para a melhoria da mobilidade urbana e da qualidade de vida da população do Engenho da Rainha.

Nº 12043, de 10/11/2026 – INDICO, na forma regimental, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro e à Secretaria Municipal de Transportes – SMTR, para que promovam estudos técnicos e jurídicos com vistas à alteração da legislação e da regulamentação municipal, de modo a permitir a permuta e a transferência entre diferentes modalidades de transporte público autorizadas pelo Município, observados os requisitos legais, técnicos e de segurança.

A presente Indicação Legislativa tem por objetivo modernizar a legislação municipal que disciplina as permissões dos serviços de transporte, possibilitando maior flexibilidade aos permissionários e melhor aproveitamento das autorizações concedidas pelo Poder Público.

Atualmente, a legislação impede que permissionários de determinadas modalidades possam migrar ou realizar a permuta de suas permissões para outras categorias de transporte, ainda que preencham todos os requisitos legais e operacionais. Como exemplo, um permissionário do Serviço de Transporte Público Regional (STPR) ou do Serviço de Transporte de Passageiros Complementar (STPC) não pode adquirir ou transferir sua autorização para operar no transporte escolar, ainda que haja interesse das partes e atendimento às exigências estabelecidas pelo Município.

Essa vedação reduz a mobilidade econômica dos permissionários, dificulta a sucessão das permissões, limita oportunidades de trabalho e impede que profissionais possam adequar sua atividade às necessidades do mercado, sem qualquer benefício direto ao interesse público.

A autorização para permuta e transferência entre modais, desde que condicionada ao cumprimento das exigências específicas de cada serviço, à aprovação da Secretaria Municipal de Transportes e à observância das normas de segurança, vistoria e qualificação dos operadores, proporcionará maior eficiência ao sistema de transporte municipal, preservando o controle do Poder Público e garantindo a continuidade da prestação adequada do serviço.

Dessa forma, a medida contribuirá para a valorização das permissões municipais, a racionalização da gestão do transporte público e a ampliação das oportunidades para os profissionais do setor, sem prejuízo da fiscalização e do interesse coletivo.

Pelos relevantes benefícios sociais, econômicos e administrativos da proposta, conto com o apoio do Poder Executivo para sua implementação.

Nº 12044, de 10/11/2026 – INDICO, na forma regimental, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro e à Secretaria Municipal de Conservação – SECONSERVA, para que promovam os estudos técnicos e adotem as providências necessárias à execução de serviços de restauração do pavimento na Estrada da Cacuia, especialmente no trecho compreendido entre os números 257 e 419, no bairro Jardim Carioca.

A presente Indicação Legislativa tem por objetivo atender à reivindicação dos moradores da região, que relatam o estado precário do pavimento da Estrada da Cacuia, onde são observados afundamentos e depressões em diversos pontos da via, comprometendo as condições de tráfego e colocando em risco a segurança de motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres.

As irregularidades existentes favorecem a ocorrência de acidentes, causam danos aos veículos e dificultam a circulação diária dos usuários, especialmente em períodos de chuva, quando os problemas se tornam ainda mais graves.

A realização dos serviços de restauração do pavimento contribuirá para a recuperação da via, proporcionando melhores condições de mobilidade, maior segurança viária e melhor qualidade de vida aos moradores e demais usuários.

Além disso, a manutenção preventiva e periódica da malha viária reduz significativamente o surgimento de novos afundamentos, trincas e buracos, preservando o patrimônio público e evitando intervenções de maior custo no futuro.

Nº 12045, de 10/11/2026 – INDICO, na forma regimental, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro e à Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro – CET-Rio, para que promovam estudo técnico e, constatada a viabilidade, adotem as providências necessárias para a implantação de uma rotatória na interseção da Rua Desembargador Aniceto Corrêa com a Estrada Visconde de Lamare, no bairro Cacuia, Ilha do Governador.

A presente Indicação Legislativa tem por finalidade atender à solicitação dos moradores da região, que apontam a necessidade de uma intervenção viária no cruzamento da Rua Desembargador Aniceto Corrêa com a Estrada Visconde de Lamare, local que apresenta intenso fluxo de veículos e recorrentes conflitos de circulação.

O referido cruzamento concentra movimentos convergentes de tráfego, manobras simultâneas e dificuldades na definição da preferência de passagem, fatores que contribuem para retenções frequentes, aumento do tempo de deslocamento e elevado risco de acidentes, sobretudo nos horários de maior movimento.

Além dos transtornos enfrentados pelos condutores, a situação compromete a segurança dos pedestres que utilizam diariamente a região, exigindo uma solução capaz de promover maior organização do tráfego e reduzir os pontos de conflito existentes.

A implantação de uma rotatória, desde que tecnicamente viável, poderá proporcionar melhor fluidez viária, disciplinar os movimentos dos veículos, reduzir naturalmente a velocidade de circulação, minimizar o

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

risco de colisões e oferecer maior segurança aos pedestres e aos moradores do entorno.

Diante do exposto, considerando o relevante interesse público da medida, solicita-se a realização dos estudos técnicos necessários e, sendo favorável sua conclusão, a execução da intervenção proposta, contribuindo para a melhoria da mobilidade urbana e da segurança viária na Ilha do Governador.

Nº 12046, de 10/11/2026 – INDICO, na forma regimental, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro e à Secretaria Municipal de Conservação – SECONSERVA, para que promovam estudos técnicos e adotem as providências necessárias à execução de obras de asfaltamento da Rua Desembargador Aniceto Corrêa, no bairro Cacuia, Ilha do Governador.

A presente Indicação Legislativa tem por finalidade atender à solicitação dos moradores da Rua Desembargador Aniceto Corrêa, no bairro Cacuia, que reivindicam a substituição do atual pavimento de paralelepípedos por revestimento asfáltico em toda a extensão da via.

Atualmente, a rua apresenta pavimentação irregular, composta predominantemente por paralelepípedos, coexistindo com diversos trechos já asfaltados em razão de intervenções realizadas anteriormente por concessionárias de serviços públicos. Após a execução dessas obras, em vez da recomposição do pavimento original em paralelepípedos, foi aplicado revestimento asfáltico apenas nos locais das intervenções, resultando em uma via com diferentes tipos de pavimento e desníveis que comprometem sua uniformidade.

Essa condição ocasiona desconforto aos usuários, aumenta o desgaste dos veículos, favorece o surgimento de irregularidades no leito carroçável e prejudica a fluidez e a segurança do trânsito.

Diante desse cenário, a pavimentação asfáltica integral da via representa a solução mais adequada, proporcionando maior durabilidade, melhor trafegabilidade, redução dos custos de manutenção, além de mais conforto e segurança para motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres.

Assim, considerando o relevante interesse público da medida, solicita-se a realização dos estudos técnicos necessários e, constatada sua viabilidade, a execução das obras de asfaltamento da Rua Desembargador Aniceto Corrêa, promovendo a padronização do pavimento e a melhoria da mobilidade urbana na região.

Nº 12047, de 10/11/2026 – INDICO, na forma regimental, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, Eduardo Cavaliere, e à Secretaria Municipal de Cultura, para que promovam os estudos técnicos e adotem as providências necessárias visando à declaração do Restaurante Novo Visual, localizado na comunidade da Rocinha, como Patrimônio Cultural e Turístico de Natureza Imaterial da Cidade do Rio de Janeiro.

A presente Indicação Legislativa tem por finalidade reconhecer e valorizar a relevante contribuição do Restaurante Novo Visual para a promoção da cultura, da gastronomia, do turismo e da identidade da comunidade da Rocinha, consolidando-o como um dos mais importantes atrativos turísticos da região.

Instalado no alto da Rocinha, o Restaurante Novo Visual tornou-se referência para moradores, visitantes e turistas nacionais e estrangeiros, oferecendo uma experiência singular que alia a rica gastronomia carioca à valorização da cultura local. O estabelecimento destaca-se por proporcionar uma vista panorâmica de aproximadamente 360 graus, contemplando paisagens emblemáticas da cidade, como a Praia de São Conrado, a Pedra da Gávea, o Morro Dois Irmãos, Lagoa Rodrigo de Freitas e o Cristo Redentor, constituindo um dos mirantes mais privilegiados da capital.

Além de sua reconhecida qualidade gastronômica, o Novo Visual desempenha importante papel na promoção do turismo comunitário, contribuindo para a geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico da Rocinha, ao mesmo tempo em que fortalece a imagem positiva da comunidade como espaço de cultura, empreendedorismo, hospitalidade e integração social.

O restaurante também representa um importante símbolo da capacidade empreendedora da população local, preservando tradições culinárias, incentivando a economia criativa e proporcionando aos visitantes uma vivência autêntica da diversidade cultural carioca, aspectos que justificam seu reconhecimento como patrimônio cultural e turístico de natureza imaterial.

A declaração pretendida contribuirá para ampliar a visibilidade do estabelecimento, fortalecer as políticas públicas de valorização do patrimônio cultural e do turismo sustentável, além de incentivar iniciativas que promovam a preservação da memória, da identidade e das manifestações culturais presentes na Rocinha.

Nº 12048, de 10/11/2026 – INDICO, na forma regimental, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro, Eduardo Cavaliere, à Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEOP, para que promovam estudos técnicos e adotem as providências necessárias visando à celebração de parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para a cessão e reutilização das cabines policiais desativadas, transformando-as em bases de apoio para os agentes da Força Municipal em todo o Município.

A presente Indicação Legislativa tem por finalidade propor o aproveitamento de estruturas públicas atualmente ociosas, como as antigas cabines policiais localizadas na Rua Dr. Satamini, nº 160, e na Rua do Matoso, nº 144, na Tijuca, bem como de outras existentes em diversos bairros da cidade. Abandonadas há anos, essas estruturas podem ser recuperadas com baixo custo e adaptadas para oferecer aos agentes da Força Municipal condições adequadas de trabalho, com abrigo, sanitários, água potável e espaço de apoio durante o cumprimento de suas jornadas.

Além de proporcionar melhores condições aos servidores, a reutilização dessas cabines fortalecerá a presença do poder público nas ruas, aumentará a sensação de segurança da população, revitalizará espaços hoje degradados e representará uma importante ação de cooperação entre o Município e o Governo do Estado. Trata-se de uma solução inteligente, econômica e de elevado interesse público, que aproveita equipamentos já existentes para ampliar a estrutura da Força Municipal e beneficiar moradores, comerciantes e visitantes em todas as regiões da Cidade do Rio de Janeiro.

Nº 12049, de 10/11/2026 – INDICO, nos termos regimentais, à Mesa Diretora, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, por intermédio da Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro – CET-Rio, para que sejam realizados estudos técnicos visando à ampliação do número de vagas do ponto de táxi já regulamentado localizado na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, nº 31, no bairro do Leme, permitindo sua extensão até o nº 25 da mesma avenida.

A medida se justifica pela demanda existente pelo serviço de transporte individual de passageiros na região, especialmente em razão do intenso fluxo de moradores, trabalhadores, visitantes e turistas que circulam diariamente pelo bairro do Leme.

Ressalta-se, ainda, a proximidade de empreendimento hoteleiro, que contribui para o aumento da procura por táxis, sobretudo por hóspedes que necessitam de transporte seguro, regularizado e disponível para deslocamentos dentro do bairro, para outros pontos da cidade e para os aeroportos.

A ampliação proposta permitirá melhor aproveitamento do espaço destinado ao ponto já regulamentado, sem a necessidade de criação de um novo ponto, possibilitando maior oferta de veículos em uma área que apresenta demanda significativa pelo serviço.

A medida também beneficia diretamente os moradores do entorno, que terão maior facilidade para encontrar táxis disponíveis, especialmente em horários de maior movimento, além de contribuir para a organização do embarque e desembarque de passageiros.

Trata-se, portanto, de uma providência que pode melhorar a mobilidade urbana local, ampliar a oferta de transporte individual regularizado, atender à demanda de moradores e visitantes e fortalecer a atividade dos taxistas, sempre observadas as condições técnicas de segurança viária, circulação e ordenamento do trânsito.

Nº 12050, de 10/11/2026 – INDICO, à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, solicitando a adoção das providências necessárias junto aos órgãos competentes, para a construção de um Parque Municipal de Entretenimento e Lazer no terreno da antiga Beneficência Portuguesa, situado na Rua Florianópolis, no trecho compreendido entre os números 112 e 920, na Praça Seca, Jacarepaguá.

A presente Indicação Legislativa tem por objetivo promover a destinação de área atualmente subutilizada para a implantação de um espaço público de convivência, lazer, esporte e entretenimento, atendendo a uma importante demanda dos moradores da Praça Seca e de bairros adjacentes.

A criação de um Parque Municipal no local poderá oferecer à população áreas verdes, espaços para caminhada e atividades físicas, equipamentos esportivos, áreas de convivência, espaços de recreação infantil e outras estruturas de lazer, proporcionando mais qualidade de vida e ampliando as opções gratuitas de utilização do espaço público na região.

A área compreendida entre os números 112 e 920 da Rua Florianópolis possui localização estratégica e potencial para receber um equipamento público de grande relevância para os moradores. A transformação de parte do terreno da antiga Beneficência Portuguesa em parque municipal também contribuiria para a revitalização urbana da Praça Seca, promovendo a ocupação qualificada do espaço e fortalecendo a convivência comunitária.

Além dos benefícios relacionados ao lazer e ao bem-estar, a implantação do parque poderá contribuir para a valorização do entorno, melhoria da paisagem urbana, incentivo à prática esportiva e ampliação das áreas de convivência e contato com a natureza, especialmente em uma região que demanda investimentos em espaços públicos destinados à população.

Diante da relevância social e urbanística da proposta, INDICO ao Poder Executivo que sejam realizados estudos de viabilidade técnica, urbanística, ambiental e jurídica, inclusive quanto à disponibilidade e à situação do terreno, visando à implantação do Parque Municipal de Entretenimento e Lazer da Praça Seca, beneficiando diretamente os moradores de Jacarepaguá e de toda a região.

Nº 12051, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando a adoção das providências necessárias junto aos órgãos competentes, para a construção de uma Clínica da Família no terreno pertencente à Secretaria Municipal de Conservação, situado na Rua das Rosas, 1311 em Vila Valqueire, Jacarepaguá.

A presente Indicação Legislativa tem como objetivo ampliar a oferta de serviços de atenção básica à saúde para os moradores de Vila Valqueire e de bairros do entorno, proporcionando atendimento médico e multiprofissional mais próximo da população.

A implantação de uma Clínica da Família no local possibilitaria a oferta de serviços essenciais de atenção primária, incluindo consultas médicas, atendimento de enfermagem, acompanhamento de gestantes, crianças, idosos e pacientes com doenças crônicas, vacinação, ações de prevenção e promoção da saúde, entre outros serviços integrantes da rede municipal.

A utilização de trecho do terreno localizado na Rua das Rosas, 1311, apresenta-se como uma alternativa para a implantação de um equipamento público de saúde de relevante interesse social.

A construção da unidade contribuirá para descentralizar e fortalecer a rede de atenção básica, reduzir deslocamentos dos moradores em busca de atendimento e facilitar o acesso da população aos serviços de saúde pública, especialmente para aqueles que dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde – SUS.

Diante da importância da proposta para a população de Vila Valqueire, indico ao Poder Executivo que sejam realizados estudos de viabilidade para a destinação de parte do referido terreno à construção de uma Clínica da Família, considerando a demanda da região e a necessidade de ampliação da infraestrutura pública de saúde.

Nº 12052, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, solicitando a adoção das providências necessárias junto aos órgãos competentes, para a implantação e adequação de rampas de acessibilidade no entorno da Clínica da Família Sérgio Vieira de Mello, situada na Avenida Trinta e Um de Março, S/N no bairro Catumbi.

A ausência ou inadequação de rampas e de acessos acessíveis dificulta significativamente o deslocamento de pessoas que utilizam cadeira de rodas, andadores, bengalas ou outros dispositivos de apoio, além de idosos, gestantes e pessoas com limitações de mobilidade. Em uma unidade de saúde, essa dificuldade se torna ainda mais relevante, considerando que o local recebe diariamente pessoas que podem apresentar diferentes condições de saúde e limitações físicas.

A acessibilidade é um direito assegurado pela legislação brasileira e está diretamente relacionada à promoção da dignidade, autonomia, segurança e igualdade de oportunidades, permitindo que todas as pessoas possam utilizar os espaços e serviços públicos com independência e sem barreiras.

Dessa forma, a implantação de rampas e demais adequações necessárias no entorno e nos acessos da Clínica da Família do Catumbi facilitará o acesso aos serviços de saúde e promoverá maior inclusão e segurança para toda a população.

Diante disso, solicito a avaliação e adoção das providências necessárias para a implantação de rampas de acessibilidade nos pontos de acesso e do entorno da unidade que atualmente apresentem dificuldades de acesso, observando as normas técnicas de acessibilidade e as condições de circulação dos pedestres.

Nº 12053, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exmº. Sr. Prefeito, solicitando providências junto à Empresa Municipal de Urbanização - RIO-URBE, para a implementação do programa "Conjunto Maravilha" no Conjunto Habitacional Monteiro Lobato (BNH) situado na Rua Barão, 26 na Praça Seca em Jacarepaguá.

A solicitação tem como objetivo promover melhorias gerais na infraestrutura do conjunto habitacional, considerando as condições atuais do local e a necessidade de intervenções que contribuam para a conservação, segurança, acessibilidade e qualidade de vida dos moradores. A realização das reformas e melhorias necessárias proporcionará um ambiente mais adequado e digno à comunidade, valorizando o espaço coletivo e promovendo melhores condições de moradia e convivência.

Portanto, diante da urgente necessidade de intervenção no Conjunto Habitacional Monteiro Lobato (BNH) e considerando os benefícios que a implementação desse programa e obras de infraestrutura podem proporcionar aos moradores, solicito o apoio e a atenção do Poder Executivo Municipal para a efetivação dessas medidas.

Nº 12054, de 10/11/2026 – INDICO a Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, ao Senhor Secretário Municipal de Infraestrutura e ao Presidente da Companhia de Engenharia de Trafego do Rio de Janeiro - CET-Rio que determinem a realização de estudos técnicos para viabilizar o cruzamento da Rua Candido Benicio pela Rua Comendador Pinto, no bairro do Campinho, mediante a retirada do canteiro central existente e a implantação de sinalização semaforização adequada.

O cruzamento entre a Rua Candido Benicio e a Rua Comendador Pinto, no Campinho, apresenta configuração viária que compromete a fluidez do trânsito e a segurança dos motoristas, ciclistas e pedestres que transitam pela região. A presença do canteiro central impede a realização da travessia de forma direta, obrigando os condutores e pedestres a percursos alternativos desnecessários, gerando congestionamentos e aumentando o risco de acidentes no local.

A região do Campinho e um importante polo de circulação na zona norte da cidade, com alto fluxo de veículos e pedestres, e merece atenção do Poder Público no que diz respeito ao ordenamento viário e a segurança no trânsito. A realização de estudos técnicos pela CET-Rio permitirá avaliar a viabilidade da intervenção com o rigor técnico necessário, definindo a melhor solução para o local, incluindo a retirada do canteiro central e a implantação de semaforização que garanta segurança e fluidez ao cruzamento.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares e com a sensibilidade do Poder Executivo para a adoção das providências necessárias.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Nº 12055, de 10/11/2026 – INDICO a Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, ao Senhor Secretário Municipal de Infraestrutura e ao Presidente da Companhia de Engenharia de Trafego do Rio de Janeiro - CET-Rio que determinem a realização de estudos técnicos para viabilizar o giro a esquerda de quem sai da Rua Godofredo Viana, no bairro do Tanque, para a Rua Candido Benicio no sentido Praça Seca, mediante a retirada do canteiro central existente e a implantação de semaforização adequada.

A configuração viária atual no entroncamento entre a Rua Godofredo Viana e a Rua Candido Benicio impede a conversão a esquerda em direção a Praça Seca, obrigando motoristas a percursos alternativos mais longos, que sobrecarregam vias adjacentes e aumentam o tempo de deslocamento dos moradores da região. A presença do canteiro central e a ausência de semaforização no local agravam as condições de tráfego e representam risco a segurança dos usuários da via.

A realização de estudos técnicos pela CET-Rio permitirá avaliar, com o rigor necessário, a viabilidade da intervenção, definindo a melhor solução para o ponto, incluindo a retirada parcial ou total do canteiro central e a implantação de equipamentos de semaforização que garantam segurança e fluidez ao cruzamento.

Nº 12056, de 10/11/2026 – INDICO a Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, ao Senhor Secretário Municipal de Infraestrutura e ao Presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - CET-Rio que determinem a realização de estudos técnicos para viabilizar a implantação de mão dupla na Rua Praça Seca, no trecho compreendido entre os números 04 e 50, no bairro da Praça Seca.

A atual configuração de mão única no trecho indicado obriga motoristas e moradores a percursos alternativos desnecessários, sobrecarregando vias adjacentes e dificultando o acesso direto aos imóveis e estabelecimentos localizados no local. A medida contribuiria para a melhoria da fluidez do tráfego, a redução do tempo de deslocamento e o maior conforto e segurança dos usuários da via.

Diante do exposto, espera-se que o Poder Executivo adote as providências necessárias para a realização dos estudos técnicos indicados, visando a melhoria das condições de mobilidade e segurança viária no trecho referido.

Nº 12057, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, ao Senhor Secretário Municipal de Infraestrutura e ao Presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - CET-Rio que determinem a realização de estudos técnicos para viabilizar a implantação de mão dupla na Rua Praça Seca, no trecho compreendido entre os números 07 e 51, no bairro da Praça Seca.

A atual configuração de mão única no trecho indicado obriga motoristas e moradores a percursos alternativos desnecessários, sobrecarregando vias adjacentes e dificultando o acesso direto aos imóveis e estabelecimentos localizados no local. A medida contribuiria para a melhoria da fluidez do tráfego, a redução do tempo de deslocamento e o maior conforto e segurança dos usuários da via.

Diante do exposto, espera-se que o Poder Executivo adote as providências necessárias para a realização dos estudos técnicos indicados, visando a melhoria das condições de mobilidade e segurança viária no trecho referido.

Nº 12058, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, ao Senhor Secretário Municipal de Infraestrutura e ao Presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - CET-Rio que determinem a realização de estudos técnicos para viabilizar a implantação de mão dupla na Rua Pedro Teles, no trecho compreendido entre as Ruas Doutor Bernardino e Capitão Menezes, no bairro da Praça Seca, bem como a implantação de semaforização adequada no referido trecho.

A configuração viária atual da Rua Pedro Teles no trecho indicado limita a circulação de veículos em um único sentido, gerando sobrecarga nas vias adjacentes e dificultando o acesso de moradores e usuários aos imóveis e estabelecimentos da região. A implantação de mão dupla, aliada à devida semaforização, contribuiria para a melhoria da fluidez do tráfego, a redução de percursos alternativos desnecessários e o aumento da segurança viária no local.

Diante do exposto, espera-se que o Poder Executivo adote as providências necessárias para a realização dos estudos técnicos indicados, visando a melhoria das condições de mobilidade e segurança no trecho referido.

Nº 12059, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, ao Senhor Secretário Municipal de Infraestrutura e ao Presidente da Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - CET-Rio que determinem a realização de estudos técnicos para viabilizar a implantação de mão dupla na Rua Maricá, no trecho compreendido entre as Ruas Pinto Teles e Ana Teles, no bairro da Praça Seca, bem como a implantação de semaforização adequada no referido trecho.

A configuração viária atual da Rua Maricá no trecho indicado limita a circulação de veículos em um único sentido, gerando sobrecarga nas vias adjacentes e dificultando o acesso de moradores e usuários aos imóveis e estabelecimentos da região. A implantação de mão dupla, aliada à devida semaforização, contribuiria para a melhoria da fluidez do tráfego, a redução de percursos alternativos desnecessários e o aumento da segurança viária no local.

Diante do exposto, espera-se que o Poder Executivo adote as providências necessárias para a realização dos estudos técnicos indicados, visando a melhoria das condições de mobilidade e segurança no trecho referido.

Nº 12060, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro e ao Senhor Secretário Municipal de Habitação que adotem as providências necessárias para a implantação do Projeto Conjunto Maravilha no Condomínio Dom Duarte, situado na Rua Barão, 663, no bairro da Praça Seca, contemplando as seguintes intervenções: reforma do castelo, reforma da cisterna, pintura das fachadas dos prédios, reforma do salão de festas, reforma da quadra esportiva e reforma dos telhados.

O referido condomínio já foi objeto de vistoria técnica, da qual se constatou a necessidade urgente das intervenções ora indicadas, que visam preservar a estrutura do conjunto habitacional, garantir condições adequadas de moradia aos seus residentes e promover a qualidade de vida da comunidade local.

O Projeto Conjunto Maravilha representa importante instrumento de política habitacional do Município do Rio de Janeiro, voltado à recuperação e à manutenção de conjuntos residenciais em situação de vulnerabilidade estrutural. A inclusão do Condomínio Dom Duarte no referido programa é medida que se impõe diante das condições identificadas na vistoria realizada e da necessidade de assegurar dignidade e segurança aos moradores da região.

Diante do exposto, espera-se que o Poder Executivo adote as providências necessárias para a inclusão do Condomínio Dom Duarte no Projeto Conjunto Maravilha e a realização das obras e intervenções indicadas com a brevidade que o caso requer.

Nº 12061, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exmº. Sr. Prefeito, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura - SMI, a realização de estudo técnico visando à implantação de rede de drenagem e à urbanização da Rua Inhamuns, no trecho compreendido entre os números 85 e 188, em Vila Valqueire, incluindo os loteamentos situados nos números 104 e 135.

A solicitação se faz necessária diante das condições atuais da via e das reclamações dos moradores, especialmente em relação à ausência de estrutura adequada para o escoamento das águas pluviais, uma vez que não há ralos suficientes para a drenagem da água da chuva, o que pode ocasionar acúmulo de água e transtornos à população.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Dessa forma, solicito que seja realizado estudo técnico para avaliar a implantação de rede de drenagem de águas pluviais, construção e adequação de calçadas, asfaltamento e demais intervenções de urbanização necessárias, contemplando também os loteamentos existentes no trecho indicado.

As intervenções contribuirão para melhorar o sistema de drenagem, as condições de circulação de pedestres e veículos e a infraestrutura urbana da região, proporcionando maior segurança, mobilidade e qualidade de vida aos moradores.

Nº 12062, de 10/11/2026 – INDICO, na forma regimental, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Rio de Janeiro e à Secretaria Municipal de Transportes – SMTR, para que promovam estudos técnicos e jurídicos com vistas à alteração da legislação e da regulamentação municipal, de modo a permitir a permuta de transferência entre diferentes modalidades de transporte público autorizadas pelo Município, observados os requisitos legais, técnicos e de segurança.

A presente Indicação Legislativa tem por objetivo modernizar a legislação municipal que disciplina as permissões dos serviços de transporte, possibilitando maior flexibilidade aos permissionários e melhor aproveitamento das autorizações concedidas pelo Poder Público.

Atualmente, a legislação impede que permissionários de determinadas modalidades possam fazer permutas de transferência de veículos entre os demais modais, somente entre o próprio modal ou comprando veículos novos ou com limite para ingresso no sistema. Como exemplo, permissionários do Serviço de Transporte de Passageiros Complementar Comunitário (STPC) não podem adquirir veículos do Transporte Escolar, STPL, TEC, Fretamento ainda que haja interesse das partes e atendimento às exigências estabelecidas pelo Município.

Essa vedação reduz a mobilidade econômica dos permissionários, (não se tem isenção pra compra de veículos) dificulta a sucessão das permissões, limita oportunidades de trabalho e impede que profissionais possam adequar sua atividade às necessidades do mercado, sem qualquer benefício direto ao interesse público.

A autorização para permuta de transferência de veículos entre modais, desde que condicionada ao cumprimento das exigências específicas de cada serviço, à aprovação da Secretaria Municipal de Transportes e à observância das normas de segurança, vistoria e qualificação dos operadores, proporcionará maior eficiência ao sistema de transporte municipal, preservando o controle do Poder Público e garantindo a continuidade da prestação adequada do serviço.

Nº 12063, de 10/11/2026 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exmo. Sr. Prefeito, solicitando providências junto aos órgãos competentes, referente à necessidade de instalação de dispositivos de proteção nas margens da pista de caminhada do Corredor Esportivo, situado na Avenida do Magistério no Moneró na Ilha do Governador.

A medida se faz necessária para ampliar a segurança da pista de caminhada durante a prática de atividades esportivas pelos moradores da região. A preocupação se deve ao fato de que a pista margeia a orla da Baía de Guanabara, sendo comum a circulação de pedestres, corredores e ciclistas muito próximos à beira, o que pode ocasionar situações de desequilíbrio e risco de queda.

A ausência de uma estrutura de proteção adequada representa uma preocupação ainda maior para crianças e idosos, que também utilizam o espaço para lazer e atividades físicas. A instalação de guarda-corpo poderá funcionar como uma importante barreira de proteção, contribuindo para evitar quedas, delimitar a área de circulação, aumentar a segurança dos usuários e proporcionar maior tranquilidade aos moradores e frequentadores.

Diante disso, solicito a realização de vistoria e a adoção, com a maior brevidade possível, das medidas necessárias para a instalação de dispositivos de proteção, garantindo um espaço mais seguro e adequado para a prática de atividades físicas, lazer e convivência da população.

CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO

INFORMAÇÃO Nº 86/2026

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 201/2026, QUE "CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A DJAMILA TAÍS RIBEIRO DOS SANTOS".

AUTORIA: VEREADORA TAINÁ DE PAULA.

A Consultoria e Assessoramento Legislativo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 1° do art. 234 do Regimento Interno, combinado com o item 12 do Anexo II da Lei Municipal número 8.058, de 5 de setembro de 2023, informa:

1. SIMILARIDADE

Por esta Legislativa Casa, não consta tramitação de similar proposição.

2. TÉCNICA LEGISLATIVA

2.1. LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 48/2000:

A proposição respalda-se na supramencionada lei complementar.

2.2. PARECER NORMATIVO CJR Nº 1/1989:

Verifique-se a redação do artigo primeiro do projeto quanto ao supracitado parecer no trecho "em reconhecimento à sua destacada contribuição ao pensamento social brasileiro, à luta antirracista e à democratização do conhecimento". Tal trecho não se coaduna com o modelo do parecer, sendo mais adequado para a parte de justificativa do projeto.

3. REQUISITOS REGIMENTAIS – ART. 223

O projeto atende aos requisitos do art. 223 do Regimento Interno.

4. COMPETÊNCIA

A competência da Casa para legislar sobre o projeto é exclusiva, e fundamenta-se no inciso XIII do art. 45 da Lei Orgânica do Município.

5. INICIATIVA

O poder de iniciar o processo legislativo é o previsto no art. 224 do Regimento Interno.

6. ESPÉCIE NORMATIVA

A proposição reveste-se da forma estabelecida no art. 67, inciso V, combinado com o art.76, inciso IX, ambos da Lei Orgânica Municipal.

Eis o que compete a esta Consultoria informar.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026.

ANTONIO DE ALBUQUERQUE DI CARLO
Consultor Legislativo
Matrícula 10/803.956-2

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

De acordo.

MARIA CRISTINA FURST DE F. ACCETTA
Consultora-Chefe da Consultoria e Assessoramento Legislativo
Matrícula 60/809.345-2

INFORMAÇÃO Nº 781/2026

PROJETO DE LEI Nº 2.745/2026, QUE "DISPÕE SOBRE O TEMPO MÍNIMO DE TOLERÂNCIA CONCEDIDA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA NA COBRANÇA PELO ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL".

AUTORIA: VEREADOR DR. GILBERTO

A Consultoria e Assessoramento Legislativo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1° do art. 234 do Regimento Interno c/c item 12 do Anexo II da Lei nº 8.058, de 5 de setembro de 2023, informa:

1. SIMILARIDADE

Em pesquisa realizada em bancos de dados desta Casa de Leis, foram encontradas as seguintes proposições similares:

1.1. EM TRAMITAÇÃO

Projeto de Lei nº 1.162/2025, de autoria da Vereadora Luciana Novaes, que "DISPÕE SOBRE O INÍCIO DA CONTAGEM PARA COBRANÇA NOS ESTACIONAMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, GARANTINDO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E COM MOBILIDADE REDUZIDA TEMPORÁRIA UM PERÍODO INICIAL SEM ÔNUS" (apensado ao Projeto de Lei nº 1.708/2015);

Projeto de Lei nº 356/2025, de autoria da Vereadora Luciana Novaes, que "DISPÕE SOBRE A GRATUIDADE DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS PARA AS PESSOAS IDOSAS COM SESSENTA ANOS OU MAIS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS ESTACIONAMENTOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" (apensado ao Projeto de Lei nº 1.806/2023);

Projeto de Lei nº 1.806/2023, de autoria do Vereador Vitor Hugo, que "DISPÕE SOBRE A GRATUIDADE DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NOS ESTACIONAMENTOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"; e

Projeto de Lei nº 1.708/2015, de autoria dos Vereadores Ivanir de Mello, Jorge Felippe, Marcelino D'Almeida, João Mendes de Jesus, Rosa Fernandes, Veronica Costa, Zico, Vera Lins, Cesar Maia, Jorge Braz, Leila do Flamengo, Rafael Aloisio Freitas, S. Ferraz, Eliseu Kessler, Junior da Lucinha, Elton Babú, Marcio Garcia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Eduardo Moura, Alexandre Isquierdo, Marcelo Arar, Chiquinho Brazão, Laura Carneiro, Tânia Bastos, Prof. Uoston, Dr. Jorge Manaia e Átila A. Nunes, que "DISPÕE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE À ACESSIBILIDADE, ATENDIMENTOS PREFERENCIAIS E DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO".

1.2. REGIMENTO INTERNO

Considerando a existência de proposições similares em tramitação, sugere-se avaliar a incidência do art. 239 do Regimento Interno.

2. TÉCNICA LEGISLATIVA

A proposição está em conformidade com a Lei Complementar nº 48/2000, ressalvadas as seguintes observações:

a) o § 1º do art. 1º define estabelecimentos comerciais como aqueles em que sejam exercidas "atividades empresariais", mas inclui entre os exemplos hospitais, casas de saúde, maternidades e clubes, que podem ser mantidos por associações ou entidades sem fins lucrativos. Em atenção ao art. 10, II, "a", da mesma Lei Complementar, sugere-se substituir a expressão por "atividades econômicas" ou outra que abranja todos os exemplos arrolados;

b) atentar para a pontuação dos incisos do § 1º do art. 1º, em observância ao art. 9º, IX, da Lei Complementar nº 48/2000;

c) o § 2º do art. 1º reproduz, em essência, o conceito de deficiência física do Decreto Federal nº 5.296/2004 (art. 5º, § 1º, I, "a"), e não o da Lei nº 13.146/2015, à qual faz remissão. Esta Lei define pessoa com deficiência no art. 2º, de forma mais ampla, abrangendo os impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e pessoa com mobilidade reduzida no art. 3º, IX. Em atenção ao art. 10, II, "a" e "g", da Lei Complementar nº 48/2000, sugere-se que o § 2º remeta diretamente aos arts. 2º e 3º, IX, da Lei nº 13.146/2015, sendo que o conceito do art. 2º já alcança a pessoa com TEA, considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais (art. 1º, § 2º, da Lei nº 12.764/2012), o que torna dispensável, embora não incorreta, a previsão do § 3º; e

d) o art. 2º condiciona o benefício à credencial prevista na Resolução CONTRAN nº 304/2008, que foi revogada pela Resolução CONTRAN nº 965, de 17 de maio de 2022 (art. 23, III). A credencial atualmente prevista destina-se às pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade e às pessoas idosas, não alcançando, em regra, a pessoa com TEA referida no § 3º do art. 1º. Sugere-se atualizar a remissão e admitir, para a pessoa com TEA, a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – Ciptea (art. 3º-A da Lei nº 12.764/2012).

3. REQUISITOS REGIMENTAIS

A proposição atende aos requisitos do art. 223 do Regimento Interno.

4. COMPETÊNCIA

A matéria está inserida no âmbito do art. 30, I, II, XXVI e XLIII, em consonância com os arts. 13, *caput*, 314 e 317, todos da Lei Orgânica do Município – LOM. Ver, a propósito, o item 8.

A competência da Casa para legislar sobre a matéria se fundamenta no *caput* do art. 44 da LOM.

5. INICIATIVA

O poder de iniciar o processo legislativo é o previsto no art. 69 da LOM.

6. ESPÉCIE NORMATIVA

A proposição se reveste da forma prevista no art. 67, III, da LOM.

7. NORMAS ESPECÍFICAS

Constituição Federal de 1988, em especial os arts. 1º, III; 5º, caput; 22, I; 23, II; 24, V, VIII e XIV; 30, I e II; e 170, IV e V;

Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto Federal nº 6.949/2009);

Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);

Lei Federal nº 10.098/2000 (Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade);

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Lei Federal nº 12.764/2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), em especial os arts. 1º, § 2º, e 3º-A;

Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em especial os arts. 2º, 3º, IX, e 47;

Decreto Federal nº 5.296/2004 (Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000); e

Resolução CONTRAN nº 965/2022 (Define e regulamenta as áreas de segurança e de estacionamentos específicos de veículos).

8. CONSIDERAÇÕES

Historicamente, o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro reconheceram a inconstitucionalidade de leis estaduais e municipais que disciplinam a cobrança em estacionamentos privados, por invasão da competência privativa da União para legislar sobre direito civil (art. 22, I, da CF) ou por violação à livre iniciativa (art. 170 da CF). No STF, cite-se a ADI 4.862/PR (Rel. Min. Gilmar Mendes, julgada em 18-08-2016), que declarou inconstitucional lei paranaense que impunha a cobrança proporcional ao tempo de permanência. No TJRJ, a Lei Municipal nº 5.504/2012, que instituía o crédito dos minutos pagos e não utilizados, foi declarada inconstitucional pelo Órgão Especial (RI nº 0046601-45.2012.8.19.0000, entre outras).

Em sentido diverso, e em matéria idêntica à da proposição, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 8 de outubro de 2026, julgou improcedente, por unanimidade, a ADI 7.901, ajuizada contra o art. 119 da Lei Estadual nº 18.419/2015 do Paraná (Estatuto da Pessoa com Deficiência daquele Estado). A norma assegura às pessoas com deficiência o dobro do tempo gratuito concedido aos demais usuários de estacionamentos e, onde não houver gratuidade, ao menos trinta minutos sem cobrança.

Segundo o Informativo nº 1.233 do STF, que noticiou o julgamento (acórdão ainda pendente de publicação), o relator, Ministro Nunes Marques, afastou a alegada invasão da competência da União para legislar sobre direito civil, por entender que a finalidade predominante da norma é promover a acessibilidade e a inclusão social das pessoas com deficiência, matéria de competência concorrente. Distinguiu-se a hipótese dos precedentes anteriores, porque a lei não fixa preços nem concede isenção integral: garante intervalo determinado e preserva a cobrança do tempo excedente, constituindo medida compensatória destinada a proporcionar condições materialmente equitativas de acesso ao estabelecimento.

Registre-se, contudo, que a ADI 7.901 tratou de lei estadual, editada com base na competência concorrente do art. 24 da Constituição Federal. Em se tratando de lei municipal, a competência decorre do interesse local e da competência suplementar (art. 30, I e II, da CF), bem como da competência comum para cuidar da proteção e garantia das pessoas com deficiência (art. 23, II, da CF). O precedente do TJRJ citado fundou-se, também, na atribuição ao Estado, pela Constituição Estadual, da competência concorrente em matéria de produção e consumo. Recomenda-se, portanto, ponderar a aplicação do novo entendimento do STF à esfera municipal.

Esta é a Informação que nos compete instruir.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2026.

CHARLOTTE CASTELLO BRANCO JONQUA
Consultora Legislativa
Matrícula nº 12/815.049-2

De acordo.

MARIA CRISTINA FURST DE F. ACCETTA
Consultora-Chefe da Consultoria e Assessoramento Legislativo
Matrícula nº 60/809.345-2

INFORMAÇÃO Nº 786/2026-PL

PROJETO DE LEI Nº 2753/2026 QUE "INCLUI O DIA DO COMPOSITOR DE SAMBA NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146/2010."

AUTORIA: VEREADOR FELIPE PIRES

A Consultoria e Assessoramento Legislativo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 1° do art. 234 do Regimento Interno c/c o item 12 do anexo II da Lei nº 8.058, de 5 de setembro de 2023 informa:

1. SIMILARIDADE

Em pesquisa realizada nos bancos de dados desta Casa de Leis não foram encontradas leis similares ao presente projeto.

2. TÉCNICA LEGISLATIVA

2.1. LEI COMPLEMENTAR Nº 48/2000

A proposição atende aos requisitos formais da referida Lei Complementar.

2.2 PARECER NORMATIVO CJR N° 9/2025

O projeto atende ao Parecer supracitado.

3. REQUISITOS REGIMENTAIS – ART. 223

O projeto atende aos requisitos do art. 223 do Regimento Interno.

4. COMPETÊNCIA

A matéria se insere no âmbito do art. 30, inciso I, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

A competência da Casa para legislar sobre a matéria fundamenta-se no *caput* do art. 44 da LOM.

5. INICIATIVA

O poder de iniciar o processo legislativo é o previsto no art. 69 da Lei Orgânica do Município (LOM).

6. ESPÉCIE NORMATIVA

A proposição reveste-se da forma prevista no art. 67, III, da Lei Orgânica do Município.

É o que compete a esta Consultoria informar.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

LUCIA TERESINHA COSTA NOGUEIRA
Consultor Legislativo
Matrícula 10/804.697-1

De acordo.

MARIA CRISTINA FURST DE F. ACCETTA
Consultora-Chefe da Consultoria e Assessoramento Legislativo
Matrícula 60/809.345-2

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

INFORMAÇÃO Nº 787/2026-PL

PROJETO DE LEI Nº 2754/2026 QUE "INCLUI O DIA MUNICIPAL DO MESTRE DE BATERIA NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE CONSOLIDADO PELA LEI Nº 5.146/2010.''

AUTORIA: VEREADOR NIQUINHO

A Consultoria e Assessoramento Legislativo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 1° do art. 234 do Regimento Interno c/c o item 12 do anexo II da Lei nº 8.058, de 5 de setembro de 2023 informa:

1. SIMILARIDADE

Em pesquisa realizada nos bancos de dados desta Casa de Leis não foram encontradas leis similares ao presente projeto.

2. TÉCNICA LEGISLATIVA

2.1. LEI COMPLEMENTAR Nº 48/2000

A proposição atende aos requisitos formais da referida Lei Complementar.

2.2 PARECER NORMATIVO CJR N° 9/2025

O projeto atende ao Parecer supracitado.

3. REQUISITOS REGIMENTAIS – ART. 223

O projeto atende aos requisitos do art. 223 do Regimento Interno.

4. COMPETÊNCIA

A matéria se insere no âmbito do art. 30, inciso I, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

A competência da Casa para legislar sobre a matéria fundamenta-se no *caput* do art. 44 da LOM.

5. INICIATIVA

O poder de iniciar o processo legislativo é o previsto no art. 69 da Lei Orgânica do Município (LOM).

6. ESPÉCIE NORMATIVA

A proposição reveste-se da forma prevista no art. 67, III, da Lei Orgânica do Município.

É o que compete a esta Consultoria informar.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

LUCIA TERESINHA COSTA NOGUEIRA
Consultor Legislativo
Matrícula 10/804.697-1

De acordo.

MARIA CRISTINA FURST DE F. ACCETTA
Consultora-Chefe da Consultoria e Assessoramento Legislativo
Matrícula 60/809.345-2

• • • • •

INFORMAÇÃO Nº 788/2026

PROJETO DE LEI Nº 2755/2026 QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FIXAÇÃO SEGURA DE TRAVES E BALIZAS DE FUTEBOL E FUTSAL EM CAMPOS, QUADRAS E DEMAIS ESPAÇOS DESTINADOS À PRÁTICA ESPORTIVA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO".

AUTORIA: VEREADOR FELIPE PIRES

A Consultoria e Assessoramento Legislativo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 1° do art. 234 do Regimento Interno c/c o item 12 do Anexo II da Lei nº 8.058, de 5 de setembro de 2023, informa:

1. SIMILARIDADE

A Consultoria e Assessoramento Legislativo comunica a inexistência de projetos correlatos ao presente.

2. TÉCNICA LEGISLATIVA

2.1. LEI COMPLEMENTAR N° 48/2000

O Projeto está em conformidade com a mencionada Lei.

2.2. PARECER NORMATIVO CJR N°1/1989

Sobre a ementa e o art. 1°, convém verificar o item 6.4 do mencionado Parecer Normativo.

3. REQUISITOS REGIMENTAIS – ART. 223

O projeto atende aos requisitos do art. 223 do Regimento Interno.

4. COMPETÊNCIA

A matéria se insere no âmbito do art. 30, inciso I e art. 383, todos da Lei Orgânica do Município.

A competência da Casa para legislar sobre o projeto se fundamenta no *caput* do art. 44 do mesmo Diploma legal

5. INICIATIVA

O poder de iniciar o processo legislativo é previsto no art. 69 da Lei Orgânica do Município.

6. ESPÉCIE NORMATIVA

O projeto se reveste da forma estabelecida no art. 67, III, da Lei Orgânica do Município

É o que compete a esta Consultoria informar.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

RODRIGO DELGADO GOMES
Consultor Legislativo
Matrícula 10/815.028-6

De acordo

MARIA CRISTINA FURST DE F. ACCETTA
Consultora-Chefe da Consultoria e Assessoramento Legislativo
Matrícula 60/809.345-2



DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

COMISSÕES PERMANENTES

Pareceres

Conjuntos

DAS **COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, E DE EDUCAÇÃO** AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 200/2026, QUE "CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A BRUNO BIERRENBACH BONETTI.

AUTORIA DO PROJETO: VEREADOR FERNANDO ARMELAU
RELATOR DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO: VEREADOR ÁTILA NUNES
RELATOR DE MÉRITO: VEREADOR NIQUINHO

(PELA REGIMENTALIDADE E NO MÉRITO FAVORÁVEL)

I – RELATÓRIO

Trata-se da análise e emissão de parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 200/2026, que "CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A BRUNO BIERRENBACH BONETTI", de autoria do Senhor Vereador Fernando Armelau. .

II – VOTO DOS RELATORES

PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

A proposição sob análise atende aos requisitos formais previstos nos arts. 223 e 224 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ao Parecer Normativo nº 1/89 desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e está de acordo com os parâmetros técnicos estabelecidos pela Lei Complementar nº 48/2000.

Quanto ao aspecto material, a Câmara Municipal é competente para legislar sobre a matéria, com base no art. 45, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, que autoriza a concessão de título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços ao Município, ao Estado, à União, à democracia ou à causa da Humanidade. A proposta também encontra amparo nos arts. 67, V e 76, IX da LOMRJ.

Dessa forma, opina-se pela REGIMENTALIDADE.

PELO MÉRITO

A proposta visa conceder o Título de Cidadão benemérito do Município do Rio de Janeiro ao senhor Bruno Bierrenbach Bonetti, que construiu uma sólida trajetória dedicada ao interesse público e ao desenvolvimento social.

Ao longo de sua carreira, destacou-se pela competência executiva e pelo compromisso com a população em funções estratégicas, com ênfase em sua atuação na assessoria legislativa, na gestão como Administrador Regional do Núcleo Bandeirante (DF) e na presidência da RioLuz, onde conduziu projetos fundamentais para a infraestrutura e modernização do Município do Rio de Janeiro.

Reconhecido por sua liderança e vocação pública, foi eleito primeiro suplente ao Senado Federal em 2022 e exerce atualmente a presidência do diretório municipal do Partido Liberal na capital fluminense.

Sua dedicação ao bem comum e os relevantes serviços prestados à cidade justificam a presente e meritória homenagem.

Pelo exposto, meu voto é no mérito FAVORÁVEL.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador ÁTILA NUNES
Relator pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Vereador NIQUINHO
Relator pelo Mérito

III – CONCLUSÃO

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação, e de Educação, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2026, aprovaram o voto dos Relatores, Vereador Átila Nunes, pela REGIMENTALIDADE, e Vereador Niquinho, NO MÉRITO FAVORÁVEL, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 200/2026, de autoria do Senhor Vereador Fernando Armelau.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Vereador ÁTILA NUNES
Presidente

Vereador DR. GILBERTO
Vice-Presidente

Vereador INALDO SILVA
Vogal

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Vereador SALVINO OLIVEIRA
Presidente

Vereador NIQUINHO
Vogal

Constituição, Justiça e Redação

DA **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO** AO PROJETO DE LEI Nº 2187/2026, QUE "DETERMINA A IMPLANTAÇÃO DE FAIXAS DE SEGURANÇA PRIORITÁRIAS PARA VEÍCULOS DE DUAS RODAS NAS REGIÕES DA ZONA OESTE E SUDOESTE DO MUNICÍPIO".

AUTORIA: VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA
RELATOR: VEREADOR ÁTILA NUNES

(PELA CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA N° 1)

I – RELATÓRIO

Trata-se da análise do Projeto de Lei nº 2187/2026, de autoria do Senhor Vereador Junior da Lucinha, que determina a implantação de faixas de segurança prioritárias e áreas de espera para motocicletas, motonetas e ciclomotores nas vias de grande fluxo das Áreas de Planejamento 4 e 5 do Município do Rio de Janeiro.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

A proposição impõe a instalação de sinalização em avenidas nominalmente indicadas, inclusive na Avenida Brasil em toda a extensão municipal, e atribui ao Poder Executivo a elaboração de cronograma de implantação, com prioridade aos trechos de maior ocorrência de sinistros de trânsito.

II – VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação pronunciar-se sobre a constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das proposições, nos termos do art. 66, I, "a", do Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A finalidade da proposição é legítima e se insere no interesse local relacionado à segurança viária, em consonância com o art. 30, I e II, da Constituição Federal. A Lei Orgânica do Município, em seus arts. 392 e 405, subordina os meios de transporte e os sistemas viários à preservação da vida e à segurança das pessoas, determinando que a organização do trânsito considere as características locais.

A competência legislativa municipal, entretanto, deve ser exercida em harmonia com o art. 22, XI, da Constituição Federal, que reserva à União a legislação sobre trânsito e transporte. O Código de Trânsito Brasileiro, em seu art. 24, II e III, atribui aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição, as atividades de planejamento, projeto, regulamentação e operação do trânsito, bem como de implantação e manutenção da sinalização viária.

Além disso, a área de espera para motocicletas, motonetas e ciclomotores já possui definição no Anexo I do Código de Trânsito Brasileiro, correspondendo ao espaço delimitado junto à aproximação semafórica. Quanto às faixas preferenciais, a sinalização deve observar o art. 80 do Código e o Regulamento de Sinalização Viária instituído pela Resolução CONTRAN nº 973/2022, inclusive a autorização federal quando exigida para soluções de caráter experimental.

Na redação original, os arts. 1º e 2º não se limitam a estabelecer objetivos normativos: determinam a instalação de estruturas viárias em locais previamente escolhidos pelo legislador, independentemente de avaliação técnica das condições de circulação e de segurança. O art. 3º, por sua vez, impõe diretamente ao Executivo a elaboração de cronograma administrativo. Há ainda incoerência entre o recorte territorial das Áreas de Planejamento 4 e 5 e a referência à Avenida Brasil em toda a sua extensão no Município.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no Tema 917 da repercussão geral (ARE 878.911), afasta a presunção de vício de iniciativa pelo simples fato de a lei parlamentar gerar despesa, desde que não interfira na estrutura ou nas atribuições dos órgãos administrativos nem no regime jurídico dos servidores. A Corte também reafirmou, na ADI 6.597/RJ, em contexto diverso, a necessidade de respeito à competência federal em matéria de trânsito e à reserva de atuação administrativa quando a lei disciplina atribuições concretas de órgãos públicos. Nenhum desses precedentes impede a formulação de diretrizes municipais compatíveis com o regramento nacional.

Os obstáculos jurídicos identificados podem ser superados mediante emenda modificativa desta Comissão de Constiuição, Justiça e Redação, destinada a adequar a proposição aos parâmetros constitucionais e à legislação de trânsito aplicável, preservando sua finalidade original e respeitando as competências próprias da Administração Pública.

Diante do exposto, voto pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA N° 1 do Projeto de Lei nº 2187/2026.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador ÁTILA NUNES
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em reunião realizada em 9 de novembro de 2026, aprovou o voto do Relator, Vereador Átila Nunes, pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA N° 1 do Projeto de Lei nº 2187/2026, de autoria do Senhor Vereador Junior da Lucinha.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador ÁTILA NUNES
Presidente

Vereador DR. GILBERTO
Vice-Presidente

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1

Autor: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Art. 1º Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 2187/2026 a seguinte redação:

"ESTABELECE DIRETRIZES PARA A IMPLANTAÇÃO DE FAIXAS DE SEGURANÇA PRIORITÁRIAS PARA VEÍCULOS DE DUAS RODAS NAS REGIÕES DA ZONA OESTE E SUDOESTE DO MUNICÍPIO."

Art. 2º Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 2187/2026 a seguinte redação:

"Art. 1º Constitui diretriz de segurança viária a avaliação da implantação de faixas de segurança prioritárias e áreas de espera (motobox) para motocicletas, motonetas (scooters) e ciclomotores nas vias de grande fluxo das Áreas de Planejamento 4 e 5."

Art. 3º Dê-se ao *caput* do art. 2º do Projeto de Lei nº 2187/2026 a seguinte redação:

"Art. 2º Para fins de avaliação técnica de eventual implantação da sinalização horizontal de segurança, serão considerados os seguintes logradouros:"

Art. 4º Dê-se ao inciso I do art. 2º do Projeto de Lei nº 2187/2026 a seguinte redação:

"I - Avenida Brasil, nos trechos situados nas Áreas de Planejamento 4 e 5;"

Art. 5º Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 2187/2026 a seguinte redação:

"Art. 3º A implantação das medidas previstas nesta Lei dependerá de avaliação técnica do órgão ou entidade com circunscrição sobre a via, observadas as normas nacionais de trânsito e priorizados os trechos com maiores índices de sinistros de trânsito."

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador ÁTILA NUNES
Presidente

Vereador DR. GILBERTO
Vice-Presidente

● ● ● ● ●

DA **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO** AO PROJETO DE LEI Nº 2728/2026 QUE "INCLUI NA LEI Nº 5.242/2011 A ASSOCIAÇÃO NAGAI COMO DE UTILIDADE PÚBLICA".

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

AUTOR: VEREADOR ÁTILA NUNES
RELATOR: VEREADOR DR. GILBERTO

(PELA CONSTITUCIONALIDADE)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 2728/2026, de autoria do Senhor Vereador Átila Nunes, que "INCLUI NA LEI Nº 5.242/2011 A ASSOCIAÇÃO NAGAI COMO DE UTILIDADE PÚBLICA".

A proposição tem por finalidade incluir a referida associação no rol das entidades reconhecidas como de utilidade pública municipal, constante da Lei nº 5.242, de 17 de janeiro de 2011, que consolida a legislação municipal relativa à matéria.

II – VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa das proposições, nos termos do art. 66, I, "a", do Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A proposição em exame insere-se no âmbito da competência legislativa municipal prevista no art. 30, inciso I, da Constituição Federal, que assegura aos Municípios a prerrogativa de legislar sobre assuntos de interesse local, em consonância com os arts. 30, inciso I, e 44 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

Quanto à iniciativa, a matéria encontra amparo no art. 69 da Lei Orgânica Municipal, que assegura aos membros da Câmara Municipal a iniciativa de leis ordinárias e complementares, não se enquadrando nas hipóteses de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo previstas no art. 71 do mesmo diploma.

Ainda na seara da legislação municipal, os arts. 152 e 153 da Lei Orgânica reconhecem a atuação de fundações e associações privadas sem fins lucrativos que desenvolvam atividades de utilidade pública, estabelecendo o regime jurídico aplicável ao seu reconhecimento e à cooperação com o Poder Público.

Sob o aspecto constitucional material, a proposição mostra-se compatível com os princípios e normas da Constituição Federal, não se identificando violação aos direitos e garantias fundamentais, à repartição constitucional de competências ou ao princípio da separação dos Poderes. A proposta também se harmoniza com a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal quanto aos limites da iniciativa parlamentar.

Por fim, quanto aos aspectos formais e à técnica legislativa, a proposição observa os requisitos estabelecidos no art. 223 do Regimento Interno da Câmara Municipal e os princípios de clareza, precisão e ordem lógica previstos na Lei Complementar nº 48, de 5 de dezembro de 2000.

Diante do exposto, voto pela CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 2728/2026.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador DR. GILBERTO
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador Dr. Gilberto, pela CONSTITUCIONALIDADE ao Projeto de Lei nº 2728/2026, de autoria do Senhor Vereador Átila Nunes.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador ÁTILA NUNES
Presidente

Vereador DR. GILBERTO
Vice-presidente

DA **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA** E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 2729/2026 QUE "INCLUI NA LEI Nº 5.242/2011 A CASA DE CARIDADE E ESTUDO DE UMBANDA CABOCLO PEDRA BRANCA – CCEUCPB COMO DE UTILIDADE PÚBLICA".

AUTOR: VEREADOR ÁTILA NUNES
RELATOR: VEREADOR DR. GILBERTO

(PELA CONSTITUCIONALIDADE)

I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei nº 2729/2026, de autoria do Senhor Vereador Átila Nunes, que "INCLUI NA LEI Nº 5.242/2011 A CASA DE CARIDADE E ESTUDO DE UMBANDA CABOCLO PEDRA BRANCA – CCEUCPB COMO DE UTILIDADE PÚBLICA".

A proposição tem por finalidade incluir a referida associação no rol das entidades reconhecidas como de utilidade pública municipal, constante da Lei nº 5.242, de 17 de janeiro de 2011, que consolida a legislação municipal relativa à matéria.

II – VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa das proposições, nos termos do art. 66, I, "a", do Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A proposição em exame insere-se no âmbito da competência legislativa municipal prevista no art. 30, inciso I, da Constituição Federal, que assegura aos Municípios a prerrogativa de legislar sobre assuntos de interesse local, em consonância com os arts. 30, inciso I, e 44 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

Quanto à iniciativa, a matéria encontra amparo no art. 69 da Lei Orgânica Municipal, que assegura aos membros da Câmara Municipal a iniciativa de leis ordinárias e complementares, não se enquadrando nas hipóteses de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo previstas no art. 71 do mesmo diploma.

Ainda na seara da legislação municipal, os arts. 152 e 153 da Lei Orgânica reconhecem a atuação de fundações e associações privadas sem fins lucrativos que desenvolvam atividades de utilidade pública, estabelecendo o regime jurídico aplicável ao seu reconhecimento e à cooperação com o Poder Público.

Sob o aspecto constitucional material, a proposição mostra-se compatível com os princípios e normas da Constituição Federal, não se identificando violação aos direitos e garantias fundamentais, à repartição constitucional de competências ou ao princípio da separação dos Poderes. A proposta também se harmoniza com a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal quanto aos limites da iniciativa parlamentar.

Por fim, quanto aos aspectos formais e à técnica legislativa, a proposição observa os requisitos estabelecidos no art. 223 do Regimento Interno da Câmara Municipal e os princípios de clareza, precisão e ordem lógica previstos na Lei Complementar nº 48, de 5 de dezembro de 2000.

Nesse sentido, voto pela CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 2729/2026.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador DR. GILBERTO
Relator

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador Dr. Gilberto, pela CONSTITUCIONALIDADE ao Projeto de Lei nº 2729/2026, de autoria do Senhor Vereador Átila Nunes.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador ÁTILA NUNES
Presidente

Vereador DR. GILBERTO
Vice-presidente

Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura

DA **COMISSÃO PERMANENTE DE ABASTECIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA** AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 161/2016, QUE "DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO E A CONCESSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA PARA PROFISSIONAIS LIBERAIS E AUTÔNOMOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AUTOR: VEREADOR RAFAEL ALOÍSIO FREITAS
RELATOR: VEREADOR RENATO MOURA

(FAVORÁVEL)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Complementar nº 161/2016, que "Dispõe sobre o licenciamento e a concessão de alvará de licença para localização e permanência para profissionais liberais e autônomos no município do rio de janeiro e dá outras providências", de autoria do Exmo. Sr. Vereador Rafael Aloísio Freitas.

II – VOTO DO RELATOR

A proposta contribui para o fortalecimento dos setores comercial e industrial ao simplificar e desburocratizar os procedimentos de licenciamento, facilitando a atuação de profissionais liberais e autônomos nos estabelecimentos, reduzindo entraves administrativos e incentivando a dinamização das atividades econômicas.

Pelo exposto, meu Parecer é FAVORÁVEL.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador RENATO MOURA
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão Permanente de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2026, aprovou o Parecer do Relator, Vereador Renato Moura, FAVORÁVEL, ao Projeto de Lei Complementar nº 161/2016, de autoria do Exmo. Sr. Vereador Rafael Aloísio Freitas.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador RENATO MOURA
Vogal

DA **COMISSÃO PERMANENTE DE ABASTECIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA** AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2019, QUE "CONCEDE DISPENSA DE ALVARÁ E DE TAXAS DE ALVARÁ E DE USO E OCUPAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS REFERENTE AOS EVENTOS DENOMINADOS RODAS DE SAMBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AUTOR: VEREADOR RENATO MOURA
RELATOR: VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES

(FAVORÁVEL)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Complementar nº 118/2019, que "Concede dispensa de alvará e de taxas de alvará e de uso e ocupação de áreas públicas referente aos eventos denominados rodas de samba e dá outras providências", de autoria do Exmo. Sr. Vereador Renato Moura.

II – VOTO DO RELATOR

O projeto fortalece a economia ao reduzir custos e burocracia. Com isso, dinamiza o comércio e impulsiona a indústria criativa ao gerar oportunidades para artistas e empreendedores. O resultado é mais atividade econômica e a geração de emprego e renda para os munícipes cariocas.

Pelo exposto, o meu Parecer é FAVORÁVEL.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão Permanente de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2026, aprovou o Parecer do Relator, Vereador Jair da Mendes Gomes, FAVORÁVEL, ao Projeto de Lei Complementar nº 118/2019, de autoria do Exmo. Sr. Vereador Renato Moura.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador RENATO MOURA
Vogal

DA **COMISSÃO DE ABASTECIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA** AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 50/2025, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 269, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023, QUE "DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE EXTERIOR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO", DA LEI Nº 691, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1984, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

AUTOR DO PROJETO: VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS
RELATOR: VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES

(FAVORÁVEL)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Complementar nº 50/2025, de autoria do Vereador Rafael Aloisio Freitas, que "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 269, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023, QUE "DISPÕE SOBRE A VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE EXTERIOR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO", DA LEI Nº 691, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1984, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

II – VOTO DO RELATOR

A proposta beneficia os setores do comércio e da indústria ao flexibilizar as regras para instalação de painéis publicitários e reduzir custos tributários, favorecendo a divulgação de produtos e serviços, a competitividade dos estabelecimentos e a atração de novos investimentos.

Pelo exposto, meu Parecer é FAVORÁVEL.

Sala da Comissão, 9 de novembro 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura, reunida em 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador JAIR DA MENDES GOMES, "FAVORÁVEL" ao Projeto de Lei Complementar nº 50/2025, de autoria do Vereador Rafael Aloisio Freitas.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador RENATO MOURA
Vogal

● ● ● ● ●

DA **COMISSÃO DE ABASTECIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA** AO PROJETO DE LEI Nº 723/2025, QUE "DISPÕE SOBRE A COBRANÇA POR COPOS REUTILIZÁVEIS E A DISPONIBILIZAÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS EM SHOWS E EVENTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO."

AUTOR DO PROJETO: VEREADOR SALVINO OLIVEIRA
RELATOR: VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES

(FAVORÁVEL COM EMENDA)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 723/2025, de autoria do Vereador Salvino Oliveira, que "DISPÕE SOBRE A COBRANÇA POR COPOS REUTILIZÁVEIS E A DISPONIBILIZAÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS EM SHOWS E EVENTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO."

II – VOTO DO RELATOR

O projeto busca garantir maior liberdade de escolha aos consumidores na utilização de copos durante shows e eventos, evitando cobranças obrigatórias que possam representar custos adicionais na compra de bebidas.

Entretanto, entendemos que a medida deve preservar a liberdade de comercialização de copos reutilizáveis, desde que sua aquisição seja opcional e os preços sejam informados previamente. Também é importante que a legislação incentive práticas sustentáveis, sem impor aos organizadores a utilização obrigatória de copos descartáveis, que podem aumentar os custos operacionais e a produção de resíduos.

Nesse sentido, apresentamos emendas para garantir o direito de escolha dos consumidores, permitir alternativas sustentáveis e adequar as penalidades previstas, evitando restrições desproporcionais à realização de eventos e ao desenvolvimento da atividade econômica no Município.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL COM EMENDA ao Projeto.

Sala da Comissão, 9 de novembro 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura, reunida em 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador JAIR DA MENDES GOMES, "FAVORÁVEL COM EMENDA" ao Projeto de Lei nº 723/2025, de autoria do Vereador Salvino Oliveira.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador RENATO MOURA
Vogal

EMENTA DO PROJETO Nº 723/2025

DISPÕE SOBRE A COBRANÇA POR COPOS REUTILIZÁVEIS E A DISPONIBILIZAÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS EM SHOWS E EVENTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

AUTOR DO PROJETO: VEREADOR SALVINO OLIVEIRA

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1

MODIFICA O ARTIGO Nº 1 DO PL Nº 723/2025

AUTOR DA EMENDA: COMISSÃO DE ABASTECIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA

O art. 1º do Projeto de Lei nº 723/2025 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica proibido condicionar a compra de bebidas à aquisição obrigatória de copos reutilizáveis em shows e eventos realizados no Município do Rio de Janeiro.

§ 1º Fica permitida a comercialização de copos reutilizáveis, desde que sua aquisição seja facultativa e o consumidor seja previamente informado sobre o preço."

Sala da Comissão, 9 de outubro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Vereador RENATO MOURA
Vogal

• • • • •

DA **COMISSÃO DE ABASTECIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA** AO PROJETO DE LEI Nº 912/2025 QUE "ACRESCENTA CAPÍTULO À LEI Nº 1.876, DE 1992, PARA PERMITIR A PARTICIPAÇÃO DOS VENDEDORES AMBULANTES DE MATE, DEVIDAMENTE AUTORIZADOS, EM EVENTOS REALIZADOS EM ÁREAS PÚBLICAS E SEUS ENTORNOS NO MUNICÍPIO."

AUTOR DO PROJETO: VEREADOR MARCIO RIBEIRO
RELATOR: VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES

(FAVORÁVEL)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 912/2025, de autoria do Vereador Marcio Ribeiro, que "ACRESCENTA CAPÍTULO À LEI Nº 1.876, DE 1992, PARA PERMITIR A PARTICIPAÇÃO DOS VENDEDORES AMBULANTES DE MATE, DEVIDAMENTE AUTORIZADOS, EM EVENTOS REALIZADOS EM ÁREAS PÚBLICAS E SEUS ENTORNOS NO MUNICÍPIO."

II – VOTO DO RELATOR

A proposta fortalece o comércio ambulante legalizado, ao ampliar as oportunidades de atuação dos vendedores de mate em eventos realizados em áreas públicas. A medida favorece a expansão das atividades comerciais, a geração de renda e a inclusão dos pequenos empreendedores nos circuitos econômicos de grandes eventos, valorizando o comércio tradicional carioca.

Pelo exposto, meu Parecer é FAVORÁVEL.

Sala da Comissão, 9 de novembro 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura, reunida em 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador JAIR DA MENDES GOMES, "FAVORÁVEL" ao Projeto de Lei nº 912/2025 de autoria do Vereador Marcio Ribeiro.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador RENATO MOURA
Vogal

• • • • •

DA **COMISSÃO DE ABASTECIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA** AO PROJETO DE LEI Nº 943/2025 QUE "ACRESCENTA DISPOSIÇÕES À LEI Nº 6.435/2018, ESTABELECENDO PUNIÇÃO POR MAUS-TRATOS A ANIMAIS EM ESTABELECIMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE BANHO E TOSA E CUIDADOS ESTÉTICOS (PETSHOPS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AUTORA: VEREADORA TALITA GALHARDO
RELATOR: VEREADOR RENATO MOURA

(FAVORÁVEL)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 943/2025, de autoria da Vereadora Talita Galhardo, que "ACRESCENTA DISPOSIÇÕES À LEI Nº 6.435/2018, ESTABELECENDO PUNIÇÃO POR MAUS-TRATOS A ANIMAIS EM ESTABELECIMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE BANHO E TOSA E CUIDADOS ESTÉTICOS (PETSHOPS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

II – VOTO DO RELATOR

O projeto favorece o fortalecimento do setor de comércio e serviços voltados aos cuidados de animais, ao estimular a qualificação dos estabelecimentos, a melhoria dos serviços prestados e a adoção de práticas responsáveis. Essas medidas contribuem para elevar a qualidade do atendimento, ampliar a confiança dos consumidores e valorizar os empreendimentos que atuam nesse segmento.

Pelo exposto, meu Parecer é FAVORÁVEL.

Sala da Comissão, 9 de novembro 2026

Vereador RENATO MOURA
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura, reunida em 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador RENATO MOURA, "FAVORÁVEL" ao Projeto de Lei nº 943/2025, de autoria da Vereadora Talita Galhardo.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador RENATO MOURA
Vogal

• • • • •

DA **COMISSÃO DE ABASTECIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA** AO PROJETO DE LEI Nº 1066/2025 QUE "PROÍBE NOS POSTOS REVENDEDORES DE COMBUSTÍVEIS O ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL VEICULAR – GNV EM VEÍCULOS COM A PRESENÇA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

AUTOR: VEREADOR VITOR HUGO
RELATOR: VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES

(FAVORÁVEL)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 1066/2025, de autoria do Vereador Vitor Hugo, que "PROÍBE NOS POSTOS REVENDEDORES DE COMBUSTÍVEIS O ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL VEICULAR – GNV EM VEÍCULOS COM A PRESENÇA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

II – VOTO DO RELATOR

A proposta estabelece medidas preventivas durante o abastecimento de veículos com GNV, contribuindo para a segurança das atividades dos postos revendedores de combustíveis, a organização dos procedimentos operacionais e a redução de riscos de acidentes. As orientações previstas também favorecem a conscientização dos consumidores e a realização de um serviço mais seguro e adequado nos estabelecimentos comerciais.

Pelo exposto, meu Parecer é FAVORÁVEL.

Sala da Comissão, 9 de novembro 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura, reunida em 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador JAIR DA MENDES GOMES, "FAVORÁVEL" ao Projeto de Lei nº 1066/2025, de autoria do Vereador Vitor Hugo.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador RENATO MOURA
Vogal

● ● ● ● ●

DA **COMISSÃO DE ABASTECIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA** AO PROJETO DE LEI Nº 1782/2026, QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE TRANSPARÊNCIA ATIVA ACERCA DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO EM CENTROS COMERCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AUTOR DO PROJETO: VEREADOR FERNANDO ARMELAU
RELATOR: VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES

(FAVORÁVEL COM EMENDAS)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 1782/2026, de autoria do Vereador Fernando Armelau, que "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE TRANSPARÊNCIA ATIVA ACERCA DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO EM CENTROS COMERCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

II – VOTO DO RELATOR

A proposta contribui para ampliar a transparência e a segurança nos centros comerciais, permitindo que consumidores e trabalhadores tenham acesso às informações sobre as condições de prevenção e combate a incêndios.

Entretanto, entendemos que a criação de novas multas e penalidades financeiras por descumprimento de obrigações administrativas pode gerar custos excessivos aos estabelecimentos.

Diante do exposto, meu Parecer é FAVORÁVEL COM EMENDAS AO PROJETO.

Sala da Comissão, 9 de novembro 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura, reunida em 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador JAIR DA MENDES GOMES, "FAVORÁVEL COM EMENDAS" ao Projeto de Lei nº 1782/2026, de autoria do Vereador Fernando Armelau.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador RENATO MOURA
Vogal

EMENTA DO PROJETO Nº 1782/2026:

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE TRANSPARÊNCIA ATIVA ACERCA DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO EM CENTROS COMERCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR DO PROJETO: VEREADOR FERNANDO ARMELAU

EMENDA MODIFICATIVA Nº 2

MODIFICA O ARTIGO Nº 5 DO PL Nº 1782/2026

Autor da Emenda: Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura

O art. 5º do PL 1782/2026 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º - O descumprimento das obrigações de divulgação e atualização das informações previstas nesta Lei sujeitará o estabelecimento às seguintes medidas administrativas:

I – notificação para regularização da irregularidade no prazo de trinta dias;

II – advertência formal, caso a irregularidade não seja sanada no prazo estabelecido, com concessão de quinze dias úteis adicionais para adequação;

III – comunicação aos órgãos competentes, em caso de persistência da irregularidade, para avaliação das providências cabíveis, nos termos da legislação vigente."

JUSTIFICATIVA

A emenda busca evitar a aplicação de penalidades financeiras excessivas aos estabelecimentos comerciais por descumprimento de obrigações meramente administrativas, considerando que a legislação vigente já estabelece sanções específicas para irregularidades relacionadas à segurança contra incêndio e pânico.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador RENATO MOURA
Vogal

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

EMENTA DO PROJETO Nº 1782/2026.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE TRANSPARÊNCIA ATIVA ACERCA DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO EM CENTROS COMERCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR DO PROJETO: VEREADOR FERNANDO ARMELAU

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 3

SUBSTITUI O ARTIGO Nº 6 DO PL Nº 1782/2026

Autor da Emenda: Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura

O art. 6º do PL 1782/2026 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º - Compete ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei no que couber, definindo os órgãos responsáveis pela fiscalização e os procedimentos de orientação, notificação e regularização das informações previstas nesta Lei."

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador RENATO MOURA
Vogal

● ● ● ● ●

DA **COMISSÃO DE ABASTECIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA** AO PROJETO DE LEI Nº 2022/2026 QUE "INSTITUI O PROGRAMA QUARTEIRÃO VIVO, DETERMINA DIRETRIZES E INCENTIVOS PARA OCUPAÇÃO CULTURAL E COMERCIAL."

AUTOR DO PROJETO: VEREADOR JÚNIOR DA LUCINHA
RELATOR: VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES

(FAVORÁVEL)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 2022/2026, de autoria do Vereador Júnior da Lucinha, que "INSTITUI O PROGRAMA QUARTEIRÃO VIVO, DETERMINA DIRETRIZES E INCENTIVOS PARA OCUPAÇÃO CULTURAL E COMERCIAL."

II – VOTO DO RELATOR

A proposta contribui para o fortalecimento do comércio de rua, mediante a requalificação dos espaços públicos e a valorização das atividades comerciais, incentivando o desenvolvimento econômico local. Ressalta-se, ainda, a previsão de incentivos aos estabelecimentos comerciais, medida que favorece a geração de renda, a dinamização dos bairros e o fortalecimento da economia local.

Pelo exposto, meu Parecer é FAVORÁVEL.

Sala da Comissão, 9 de novembro 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura, reunida em 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador JAIR DA MENDES GOMES, "FAVORÁVEL" ao Projeto de Lei nº 2022/2026 de autoria do Vereador Júnior da Lucinha.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador RENATO MOURA
Vogal

● ● ● ● ●

DA **COMISSÃO PERMANENTE DE ABASTECIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA** AO PROJETO DE LEI Nº 2536/2026, QUE "INCLUI NA LEI Nº 5.919/2015 A CIDADE DE TAUÁ, NO ESTADO DO CEARÁ, COMO CIDADE-IRMÃ DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO".

AUTOR: VEREADOR RICK AZEVEDO
RELATOR: VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES

(FAVORÁVEL)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 2536/2026, de autoria do Vereador Rick Azevedo que "Inclui na Lei nº 5.919/2015 a Cidade de Tauá, no Estado do Ceará, como Cidade-Irmã da Cidade do Rio de Janeiro".

II – VOTO DO RELATOR

A proposta favorece o intercâmbio e a cooperação econômica entre os municípios, possibilitando a troca de experiências e conhecimentos, criando oportunidades para o fortalecimento das relações comerciais, a divulgação de produtos regionais, a valorização da produção agropecuária e o incentivo a novos negócios.

Diante do exposto, meu Parecer é FAVORÁVEL.

Sala da Comissão, 9 de novembro 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura, reunida em 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador JAIR DA MENDES GOMES, "FAVORÁVEL" ao Projeto de Lei nº 2536/2026, de autoria do Vereador Rick Azevedo.

Sala da Comissão, 09 de novembro de 2026.

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador RENATO MOURA
Vogal

● ● ● ● ●

DA **COMISSÃO DE ABASTECIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA** AO PROJETO DE LEI Nº 2606/2026 QUE "INCLUI NA LEI Nº 5.919/2015 A CIDADE DE OLINDA, NO

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

ESTADO DE PERNAMBUCO, COMO CIDADE-IRMÃ DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.”

AUTOR: VEREADOR RICK AZEVEDO
RELATOR: VEREADOR RENATO MOURA

(FAVORÁVEL)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 2606/2026, de autoria do Vereador Rick Azevedo, que “INCLUI NA LEI Nº 5.919/2015 A CIDADE DE OLINDA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, COMO CIDADE-IRMÃ DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.”

II – VOTO DO RELATOR

Considero que a inclusão de Olinda como cidade-irmã do Rio de Janeiro poderá estimular o intercâmbio e a cooperação econômica entre os municípios, fortalecendo as relações comerciais e ampliando as oportunidades de desenvolvimento para os setores do comércio e da indústria de ambas as cidades.

Diante do exposto, meu parecer é FAVORÁVEL

Sala da Comissão, 9 de novembro 2026

Vereador RENATO MOURA
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Abastecimento, Indústria, Comércio e Agricultura, reunida em 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador RENATO MOURA, “FAVORÁVEL” ao Projeto de Lei nº 2606/2026, de autoria do Vereador Rick Azevedo.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador RENATO MOURA
Vogal

Assistência Social

DA **COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** AO PROJETO DE LEI Nº 1897/2026, QUE “ACRESCENTA DISPOSIÇÕES À LEI N.º 6.906, DE 2021, PARA CRIAR O PRÊMIO VIVA VOLUNTÁRIO REFERENTE AS METAS DA AGENDA 2030.”

AUTOR: VEREADOR VITOR HUGO
RELATOR: VEREADOR FELIPE PIRES

(FAVORÁVEL)

I - RELATÓRIO

Trata-se do PROJETO DE LEI Nº 1897/2026, que “ACRESCENTA DISPOSIÇÕES À LEI Nº 6.906, DE 2021, PARA CRIAR O PRÊMIO VIVA VOLUNTÁRIO REFERENTE ÀS METAS DA AGENDA 2030.” de autoria do Senhor VEREADOR VITOR HUGO.

II VOTO DO RELATOR

O projeto tem por finalidade instituir, uma premiação aos esforços e a valorização do sentimento de solidariedade, voltada à conquista das metas da Agenda 2030.

Pelas razões expostas, meu parecer é FAVORÁVEL à matéria.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador FELIPE PIRES
RELATOR

III-CONCLUSÃO

A Comissão de Assistência Social, em reunião realizada no dia 9 de outubro de 2026, aprovou o voto do Relator, Vereador FELIPE PIRES, FAVORÁVEL ao PROJETO DE LEI Nº 1897/2026.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador FELIPE PIRES
RELATOR

Vereador GIGI CASTILHO
VOGAL

Mérito

DA **COMISSÃO DE MÉRITO** AO VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1267/2025, QUE “DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A TURMA PERFEIÇÃO DE BATE-BOLAS.”

AUTOR: VEREADOR ZICO
RELATOR: VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES

(PELA REJEIÇÃO DO VETO)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Veto Total aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1267/2025, que “DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A TURMA PERFEIÇÃO DE BATE-BOLAS”, de autoria do Vereador Zico.

II – VOTO DO RELATOR

A Turma Perfeição de Bate-Bolas constitui importante manifestação da cultura popular carioca, preservando tradições, identidade cultural e contribuindo para a integração comunitária e a formação de jovens. Seu reconhecimento fortalecerá a memória cultural de Senador Camará e valorizará as expressões culturais das periferias.

Por essas razões, opino pela REJEIÇÃO DO VETO TOTAL.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Mérito, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador Jair da Mendes Gomes, pela REJEIÇÃO DO VETO TOTAL aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de nº 1267/2025, de autoria do Vereador Zico.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador DEANGELES PERCY
Vice-Presidente

Vereador CESAR MAIA
Vogal

● ● ● ● ●

DA **COMISSÃO DE MÉRITO** AO VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1637/2025, QUE "DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL E TURÍSTICO DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A RODA DE SAMBA DO CORETO, EM SEPETIBA."

AUTOR: VEREADOR WILLIAN COELHO
RELATOR: VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES

(PELA REJEIÇÃO DO VETO TOTAL)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Veto Total aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1637/2025, que "DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL E TURÍSTICO DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A RODA DE SAMBA DO CORETO, EM SEPETIBA", de autoria do Vereador Willian Coelho.

II – VOTO DO RELATOR

A Roda de Samba do Coreto, em Sepetiba, constitui importante manifestação da cultura popular carioca, promovendo a valorização do samba, a integração da comunidade e a preservação das tradições musicais locais. Seu reconhecimento como patrimônio cultural e turístico contribuirá para fortalecer a identidade cultural de Sepetiba.

Por essas razões, opino pela REJEIÇÃO DO VETO TOTAL.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Mérito, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador Jair da Mendes Gomes, pela REJEIÇÃO DO VETO TOTAL aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de nº 1637/2025, de autoria do Vereador Willian Coelho.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador DEANGELES PERCY
Vice-Presidente

Vereador CESAR MAIA
Vogal

● ● ● ● ●

DA **COMISSÃO DE MÉRITO** AO VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1652/2025, QUE "DECLARA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A FESTA LITERÁRIA DAS PERIFERIAS - FLUP."

AUTOR: VEREADOR RICK AZEVEDO
RELATOR: VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES

(PELA REJEIÇÃO DO VETO)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Veto Total aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1652/2025, que "DECLARA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A FESTA LITERÁRIA DAS PERIFERIAS - FLUP", de autoria do Vereador Rick Azevedo.

II – VOTO DO RELATOR

A FLUP constitui importante iniciativa de valorização da literatura e da cultura das periferias, promovendo o acesso à leitura, o intercâmbio entre escritores e o reconhecimento de novos talentos. Sua trajetória e relevância cultural contribuem para a democratização da cultura e a valorização da produção literária periférica.

Por essas razões, opino pela REJEIÇÃO DO VETO TOTAL.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Mérito, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador Jair da Mendes Gomes, pela REJEIÇÃO DO VETO TOTAL aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de nº 1652/2025, de autoria do Vereador Rick Azevedo.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador DEANGELES PERCY
Vice-Presidente

Vereador CESAR MAIA
Vogal

● ● ● ● ●

DA **COMISSÃO DE MÉRITO** AO VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2213/2026, QUE "DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A FEIRA AUTÔNOMA VASCAÍNA."

AUTORA: VEREADORA ALANA PASSOS
RELATOR: VEREADOR CESAR MAIA

(PELA REJEIÇÃO DO VETO)

I – RELATÓRIO

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Trata-se do Veto Total aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 2213/2026, que "DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A FEIRA AUTÔNOMA VASCAÍNA", de autoria da Vereadora Alana Passos.

II – VOTO DO RELATOR

A Feira Autônoma Vascaína representa importante espaço de valorização da memória esportiva, da identidade cultural carioca e do empreendedorismo, reunindo torcedores, artistas e pequenos empreendedores. Seu reconhecimento contribuirá para preservar as tradições vascaínas e fortalecer os vínculos comunitários e culturais.

Por essas razões, opino pela REJEIÇÃO DO VETO TOTAL.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador CESAR MAIA
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Mérito, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador CESAR MAIA, pela REJEIÇÃO DO VETO TOTAL aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de nº 2213/2026, de autoria da Vereadora Alana Passos.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador DEANGELES PERCY
Vice-Presidente

Vereador CESAR MAIA
Vogal

● ● ● ● ●

DA **COMISSÃO DE MÉRITO** AO VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2228/2026, QUE "DECLARA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO O GRUPO DE QUADRILHA JUNINA FOGO SANTO."

AUTOR: VEREADOR FELIPE PIRES
RELATOR: VEREADOR DEANGELES PERCY

(PELA REJEIÇÃO DO VETO)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Veto Total aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 2228/2026, que "DECLARA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO O GRUPO DE QUADRILHA JUNINA FOGO SANTO", de autoria do Vereador Felipe Pires.

II – VOTO DO RELATOR

O Grupo de Quadrilha Junina Fogo Santo representa importante manifestação da cultura popular carioca, preservando as tradições juninas e transmitindo seus saberes às novas gerações. Sua atuação também promove a inclusão social, a formação artística e a integração comunitária. Seu reconhecimento contribuirá para a valorização e continuidade dessa expressão cultural.

Por essas razões, opino pela REJEIÇÃO DO VETO TOTAL.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador DEANGELES PERCY
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Mérito, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador DEANGELES PERCY, pela REJEIÇÃO DO VETO TOTAL aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de nº 2228/2026, de autoria do Vereador Felipe Pires.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador DEANGELES PERCY
Vice-Presidente

Vereador CESAR MAIA
Vogal

● ● ● ● ●

DA **COMISSÃO DE MÉRITO** AO VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2267/2026, QUE "DECLARA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO AS ATIVIDADES DO PEN CLUBE DO BRASIL."

AUTOR: VEREADOR MARCIO RIBEIRO
RELATOR: VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES

(PELA REJEIÇÃO DO VETO)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Veto Total aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 2267/2026, que "DECLARA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO AS ATIVIDADES DO PEN CLUBE DO BRASIL", de autoria do Vereador Marcio Ribeiro.

II – VOTO DO RELATOR

A proposta reconhece a relevância histórica e cultural do PEN Clube do Brasil, instituição fundada no Rio de Janeiro, cuja trajetória de 90 anos tem contribuído significativamente para a valorização da literatura, a preservação da memória intelectual, a liberdade de expressão e a difusão cultural. Trata-se de importante reconhecimento de seu legado para a identidade cultural carioca e para o patrimônio imaterial do Município.

Diante do exposto, opino pela REJEIÇÃO DO VETO TOTAL, aposto ao projeto.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Mérito, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador Jair da Mendes Gomes,

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

pela REJEIÇÃO DO VETO TOTAL aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de nº 2267/2026, de autoria do Vereador Marcio Ribeiro.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador DEANGELES PERCY
Vice-Presidente

Vereador CESAR MAIA
Vogal

● ● ● ● ●

DA **COMISSÃO DE MÉRITO** AO VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2269/2026, QUE "DECLARA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO O PREGÃO DA BGA-RJ – BOLSA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO."

AUTOR: VEREADOR DIEGO FARO
RELATOR: VEREADOR DEANGELES PERCY

(PELA REJEIÇÃO AO VETO)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Veto Total aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 2269/2026, que "DECLARA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO O PREGÃO DA BGA-RJ – BOLSA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO", de autoria do Vereador Diego Faro.

II – VOTO DO RELATOR

A proposta valoriza uma tradição comercial com mais de 75 anos de história, reconhecendo a importância do Pregão da BGA-RJ para a memória econômica do Rio de Janeiro. A iniciativa destaca sua contribuição histórica para o comércio atacadista, o abastecimento alimentar e o desenvolvimento das relações comerciais entre produtores, distribuidores e comerciantes, preservando uma prática tradicional da cidade.

Diante do exposto, opino pela REJEIÇÃO DO VETO TOTAL aposto ao projeto.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador DEANGELES PERCY
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Mérito, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador DEANGELES PERCY, pela REJEIÇÃO DO VETO TOTAL aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de nº 2269/2026, de autoria do Vereador Diego Faro.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador DEANGELES PERCY
Vice-Presidente

Vereador CESAR MAIA
Vogal

● ● ● ● ●

DA **COMISSÃO DE MÉRITO** AO VETO TOTAL APOSTO PELO PODER EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2318/2026, QUE "DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO POVO CARIOCA O BÍQUÍNI DE LACINHO."

AUTORA: VEREADORA JOYCE TRINDADE
RELATOR: VEREADOR CESAR MAIA

(PELA REJEIÇÃO DO VETO)

I – RELATÓRIO

Trata-se do Veto Total aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 2318/2026, que "DECLARA PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO POVO CARIOCA O BÍQUÍNI DE LACINHO", de autoria da Vereadora Joyce Trindade.

II – VOTO DO RELATOR

A proposta reconhece o biquíni de lacinho como símbolo da identidade cultural carioca, valorizando sua relação histórica com o estilo de vida praiano, a moda, os costumes e a criatividade da cidade. Seu reconhecimento como patrimônio imaterial representa a preservação de uma expressão característica da cultura popular e da identidade do povo carioca.

Diante do exposto, opino pela REJEIÇÃO DO VETO TOTAL aposto ao projeto.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026.

Vereador CESAR MAIA
Relator

III – CONCLUSÃO

A Comissão de Mérito, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2026, aprovou o parecer do Relator, Vereador CESAR MAIA, pela REJEIÇÃO DO VETO TOTAL aposto pelo Poder Executivo ao Projeto de nº 2318/2026, de autoria da Vereadora Joyce Trindade.

Sala da Comissão, 9 de novembro de 2026

Vereador JAIR DA MENDES GOMES
Presidente

Vereador DEANGELES PERCY
Vice-Presidente

Vereador CESAR MAIA
Vogal



DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Atas

Conjuntas

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS URBANOS

COMISSÃO PERMANENTE DE ESPORTES, LAZER E EVENTOS.

ÍNTEGRA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA EXTERNA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

(PLC nº 87/2025)

Presidência do Sr. Vereador Felipe Boró, Presidente da Comissão de Esportes, Lazer e Eventos.

Às 10h30, em 2ª chamada, em ambiente externo, no Estádio das Laranjeiras Manoel Schwartz, sob a Presidência do Sr. Vereador Felipe Boró, Presidente da Comissão de Esportes, Lazer e Eventos, com a presença, pela Comissão de Assuntos Urbanos, dos Srs. Vereadores Pedro Duarte, Presidente; Zico, Vice-Presidente; e Átila Nunes, Vogal; e, pela Comissão de Esportes, Lazer e Eventos, os Srs. Vereadores Felipe Boró, Presidente; Zico, Vice-Presidente; e Fernando Armelau, Vogal, tem início a Audiência Pública Conjunta externa da Comissão Permanente de Assuntos Urbanos e da Comissão Permanente de Esportes, Lazer e Eventos para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 87/2025, que "institui a operação urbana consorciada do Estádio das Laranjeiras Manoel Schwartz, no Bairro de Laranjeiras".

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Bom dia, senhoras e senhores.

Nos termos do Artigo 78 do Regimento Interno, dou por aberta a audiência pública em ambiente híbrido da Comissão de Assuntos Urbanos e da Comissão de Esporte, Lazer e Eventos para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 87/2025, que "institui a operação urbana consorciada do Estádio das Laranjeiras Manoel Schwartz, no Bairro de Laranjeiras".

A Comissão de Assuntos Urbanos está assim constituída: Vereador Pedro Duarte, Presidente; Vereador Zico, Vice-Presidente; e Vereador Átila Nunes, Vogal.

Vamos proceder à chamada dos vereadores presentes para a verificação do quórum necessário para a abertura desta Audiência Pública externa.

Vereador Pedro Duarte?

O SR. VEREADOR PEDRO DUARTE – Presente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Vereador Zico, Vice-Presidente?

O SR. VEREADOR ZICO – Presente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Vereador Atila Nunes, Vogal?

O SR. VEREADOR ÁTILA NUNES – Presente. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – A Comissão de Esportes, Lazer e Eventos está assim constituída: Vereador Felipe Boró, Presidente; Vereador Zico, Vice-Presidente; e Vereador Fernando Armelau, Vogal.

Vamos proceder à chamada dos vereadores presentes para a verificação do quórum necessário para a abertura desta Audiência Pública externa.

Vereador Felipe Boró, Presidente, presente. Vereador Zico, Vice-Presidente?

O SR. VEREADOR ZICO – Presente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Vereador Fernando Armelau, Vogal?

O SR. VEREADOR FERNANDO ARMELAU – Presente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Constatado o quórum para dar início aos trabalhos, a Mesa está assim constituída: Vereador Felipe Boró, Presidente da Comissão de Esportes, Lazer e Eventos; Vereador Pedro Duarte, Presidente da Comissão de Assuntos Urbanos; Vereador Carlo Caiado, Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro; Vereador Zico, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Urbanos e da Comissão de Esportes, Lazer e Eventos; Vereador Fernando Armelau, Vogal da Comissão de Esporte, Lazer e Eventos; Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Hugo Leal; Excelentíssimo Senhor Gustavo Guerrante, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento; Excelentíssimo Senhor Bruno Assumpção Ramos, Secretário Municipal de Esporte; Excelentíssimo Senhor Mattheus Montenegro, Presidente do Fluminense Futebol Clube; Senhor Ricardo Tenório, Vice-Presidente Geral do Fluminense Futebol Clube; Senhor Mário Bittencourt, Diretor Geral do Fluminense Futebol Clube; Excelentíssimo Senhor Vereador Luiz Ramos; Excelentíssimo Senhor Vereador Flávio Valle.

Tenho a honra de registrar as seguintes presenças: Lelê, ex-jogador do Fluminense; Senhor Marcos Vinícius Seixas, Presidente da Associação de Moradores de Laranjeiras; Senhor Sidney Menezes, Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio de Janeiro; Senhor Ricardo Lemos, Assistente da Diretoria Técnica, representando a Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro – CET-Rio; Senhor Marlon Sevilha, Vice-Presidente do Instituto de Arquitetura do Brasil – IAB; Senhor Camilo Augusto Cerqueira, Diretor de Planejamento e Projeto da Rio-Urbe; Senhora Denise Slutzky, Gerente de Projetos em Bens Tombados do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH; Milton Mandelblatt, benemérito e ex-Presidente do Conselho Deliberativo do Fluminense; Senhor André Moura, representando a Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – CCPar; Senhora Denise Mendes, Diretora do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro – INEPAC; Senhor Gustavo di Sarli, repórter e setorista do Fluminense no Globo Esporte da TV Globo; Senhor Marcus Vinícius Cerqueira Limão, Superintendente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro – CRECI-RJ.

Mais uma vez, bom dia a todos. Sou o Vereador Felipe Boró, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Eventos da Câmara Municipal. Quero cumprimentar todas as autoridades presentes, na figura do meu amigo e Presidente desta Casa, Carlo Caiado e cumprimentar a todos os presentes na figura do Presidente do Fluminense Futebol Clube.

Quero dizer que é uma honra poder estar aqui hoje presidindo esta Sessão para discutirmos um projeto inovador de reforma, de valorização, patrimônio do Fluminense Futebol Clube, no intuito de também agregar com a sociedade. Por isso a gente está aqui aberto a ouvir opiniões, sugestões, ouvir o que seria melhor não só para o clube, mas para toda a sociedade.

A gente entende a história, a cultura, mas também é preciso a gente buscar inovações, buscar oportunidades de investimentos porque com isso diversos segmentos da nossa cidade crescem juntos, não só a economia, como o turismo e outras cadeias que acompanham para uma cidade melhor. Ganha o Fluminense, ganham os torcedores, ganham os moradores do entorno. Sabemos de algumas dificuldades, principalmente com a mobilidade urbana de quem mora na região, mas estamos aqui junto não só com os vereadores e autoridades, com todo o Conselho, o presidente do Clube e também os moradores, para chegarmos a um objetivo que seja melhor para todos.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Então, temos algumas sugestões a fazer. Já tivemos uma reunião com o secretário de Urbanismo, Gustavo Guerrante, com o vice-presidente do clube e com o presidente da Câmara. E eu queria falar aqui de três pontos importantes, antes de passar a palavra para o meu amigo Pedro Duarte.

Eu sou um dos autores da Lei nº 7.973/2023, que trata da obrigatoriedade de estádios, ginásios e arenas esportivas com capacidade igual ou superior a 5.000 pessoas criarem espaços reservados e salas sensoriais adaptadas para pessoas com transtorno do espectro autista. E nós temos, como uma dessas sugestões, a implantação de um espaço de acolhimento e suporte para as famílias atípicas. Isso já foi falado ontem na reunião e foi muito bem aceito por todos que estavam presentes.

Além disso, também sugerimos o estudo para uma possível implantação de ciclovia não só na Pinheiro Machado, mas em todo o entorno, para melhorar a fluidez no trânsito e atender aqueles que optam por utilizar outros meios de locomoção. Também falamos sobre a reforma da Praça Duque Costa, com uma grande revitalização desse espaço público, além da implantação de uma ATI, uma academia da terceira idade, para que possamos ter projetos sociais incentivados pela Prefeitura do Rio. Também a implantação de um parcão, tendo em vista a grande demanda e necessidade para os nossos pets. Então, ficam aqui essas três propostas iniciais para que a gente também possa ouvir os senhores, ouvir os outros vereadores e entender o que seria melhor para todos.

Com a palavra, o Vereador Pedro Duarte, Presidente da Comissão de Assuntos Urbanos.

O SR. VEREADOR PEDRO DUARTE – Bom dia a todos. Em nome do nosso Presidente, Vereador Carlos Caiado, e também do Felipe Boró, que preside esta audiência, da qual eu, muito orgulhosamente, pela Comissão de Assuntos Urbanos, que atualmente presido, também ajudei a organizar, cumprimento a todos que estão aqui acompanhando, com interesse, claro, neste projeto importante que, como vamos mostrar, trata da reforma do complexo do Estádio das Laranjeiras e do Centro de Treinamento Carlos José Castilho, o CT do Fluminense. Para mim, é uma honra muito grande estar no Salão Nobre de um clube que tem tanta história e tanta grandeza quanto o Fluminense.

Da minha parte, vou fazer uma breve apresentação para que todos possam entender como funciona esse mecanismo da Operação Urbana Consorciada. Não é a primeira vez que isso é feito na nossa cidade. Não é o segundo nem o terceiro caso. O Rio de Janeiro já tem um histórico de operações urbanas consorciadas aprovadas, e o nosso papel, pela Comissão de Assuntos Urbanos, junto com a equipe técnica que temos, formada por arquitetos, engenheiros e advogados, é exatamente esclarecer isso para a população e, junto aos demais vereadores, chegar ao melhor texto possível.

Trata-se de uma troca com regras previstas em lei, inclusive em Lei Federal, no Estatuto da Cidade. A Operação Urbana Consorciada está prevista desde 2001 e já foi utilizada no Rio de Janeiro, em São Paulo, Belo Horizonte e em muitas outras cidades do Brasil. Basicamente, existe a definição de uma área, como a área do Estádio das Laranjeiras, que emite um potencial construtivo. Vamos detalhar isso mais para a frente. A iniciativa privada compra esse potencial construtivo, paga por ele, e parte desse pagamento retorna em obras que serão realizadas como contrapartida, como as elencadas aqui pelo Vereador Felipe Boró.

Nós já temos algumas operações urbanas existentes hoje na cidade do Rio de Janeiro. Então, o Porto Maravilha, que muitos aqui conhecem, é uma operação urbana consorciada. O Parque da Barra, então, na verdade, a área da reserva, a Praia da Reserva, que a gente chama, também foi uma operação urbana consorciada. A de Inhoaíba, que gerou o Parque Oeste, a do Autódromo e, também, a de São Januário, trazendo aqui também uma que envolve um clube de futebol, no caso, o Vasco, e a operação urbana do Parque Olímpico, também já aprovada na Câmara Municipal. Todas essas aprovadas na Câmara Municipal, com amplo debate, em alguns estágios mais avançados, outras um pouco mais atrasadas, mas todas funcionando, aprovadas pela Câmara Municipal, com audiência pública, com pessoas participando.

E aí, o projeto cria uma forma de custear a reforma do Estádio das Laranjeiras, de ampliar o centro de treinamento do Fluminense com dinheiro privado, que a gente vai mostrar, e exige que parte desse esforço retorne como melhorias para o bairro e para a cidade.

E como é que funciona? O grande ponto em que as pessoas ficam é: "Mas que potencial construtivo é este?" Esse terreno do Estádio Laranjeiras, assim como qualquer outro terreno na cidade, ele possui, pelo Plano Diretor, um limite do quanto se pode construir, o que você tem de direito de construir. Seja do apartamento que moramos, na casa que moramos, todos esses terrenos têm o direito de construir. O nome disso é potencial construtivo. E a gente pode ver aqui, pela Rua Pinheiro Machado, que nós temos prédios construídos ao longo da rua, mas, por óbvio, nenhum prédio será construído aqui no estádio de Laranjeiras, por causa das regras de tombamento – é um patrimônio histórico. Não é interesse do clube, de forma alguma, deixar de ter esse gramado histórico, essa estrutura histórica, para ter prédios. Mas ele continua tendo esse direito de construir, que nunca será realizado.

Portanto, de certa forma, o clube perde com isso. Ele teria aqui, nesse complexo, o direito de construir até 103 mil m², que não serão construídos. Então, o que o Estatuto das Cidades previu a nível Brasil? Com aprovação da Câmara Municipal, dos legisladores, autoriza-se que esse potencial construtivo, que jamais seria construído neste complexo, seja construído em outro lugar. E aí vem os questionamentos. Qual outro lugar? E é parte do que a gente debate. Mas é assim que funciona uma operação urbana consorciada. Aquele trecho pontilhado que seria construído aqui, e não será, ele será transferido para outras regiões da cidade.

O clube cede esse potencial construtivo, alguma construtora compra esse potencial para construir em outra região, isso gera um dinheiro, e esse dinheiro é convertido em obras e benefícios.

A operação que nós estamos debatendo aqui nesse projeto de lei, claro, sujeito a alterações ao longo dos debates que a gente venha a ter são 120 meses, é o prazo da operação. Ou seja, 10 anos, 103 mil m² envolvidos na operação, R$ 300 milhões de investimentos esperados. Ou seja, a venda desse potencial geraria, num cálculo de mercado que pode oscilar para cima, pode oscilar para baixo, depende do quanto as construtoras têm interesse de pagar, R$ 300 milhões de investimento, 20% do valor total pode ser usado logo no início; depois, as contrapartidas têm que ir sendo comprovadas.

Como eu falei ali, também, 100% das contrapartidas com garantia que o município pode acionar diretamente, ou seja, nós precisamos ter garantia de que esse potencial que está sendo autorizado seja vendido, e seja, de fato, direcionado para as melhorias que são prometidas. Não poderia, por exemplo, o clube – e é a mesma trava que nós colocamos na operação de São Januário – não poderia pegar esse dinheiro e usar para pagar salário de jogador. Esse dinheiro tem que ir para aquilo que foi destinado, que vai estar pactuado na lei, como a reforma desse complexo, a reforma do Centro de Treinamento e, também, as contrapartidas que venham a ser aprovadas.

E aí, 6% no mínimo dos valores arrecadados aplicados nos limites, ou seja, no entorno do estádio, investimento para o entorno do complexo. Onde potencial pode ser utilizado? Isso vai depender do que a gente venha a aprovar na lei, qual é o bairro, qual é a região, qual é a característica, mas, no geral, o que nós vemos, pela história das operações urbanas consociadas, são o potencial construtivo sendo utilizado em condomínios residenciais, em uso misto, lajes corporativas, lojas no térreo, hotelaria, lotes de clubes mantendo no mínimo de 20% da área original do terreno e residência unifamiliar – ou seja, isso para onde vai o potencial construtivo.

É o terreno que vai receber esse potencial, o terreno privado, nada de patrimônio histórico, nada do clube envolvido, um terreno que receberia. Nesse terreno, poderia ser construído tudo isso. E, por óbvio, tem as limitações: condomínios unifamiliares não podem, unidades de conservação ambiental não podem, áreas tombadas não podem, porque, por óbvio, queremos sempre aqui respeitar a legislação ambiental e urbanística da nossa cidade.

Hoje, como está no projeto de lei as zonas receptoras que poderiam receber esse potencial construtivo? Presidente, me corrija se eu estiver errado: ao longo do trâmite dos projetos de todas as Operações Urbanas Consorciadas, foram debatidas e acabaram tendo ajustes nessas zonas re-

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

ceptoras, porque, a partir das audiências públicas e das considerações técnicas, a gente vai entendendo para onde é melhor direcionar o potencial. Mas, como vocês podem ver ali, é uma mancha considerável na Zona Norte do Rio de Janeiro, sobretudo perto dos corredores de transporte, e também na Zona Sudoeste da cidade, parte da Barra, parte do Recreio e parte de Jacarepaguá, que poderiam receber esse potencial construtivo.

E o que muda em Laranjeiras? A gente vai ter uma apresentação mais detalhada, que será feita por outras pessoas, mas no estádio e no clube, obras de melhoria e eventual ampliação do estádio, da arena, ginásio, sede social, teatro, piscina e parque, isso vai ser detalhado. E no entorno, calçadas recuperadas e acessíveis, mais árvores e iluminação pública, mais segurança para os pedestres, fachada tombada restaurada, estudo de trânsito e estacionamento, tudo que a gente pode, claro, imaginar e esperar de uma operação como essa.

Pode passar. A gente tem algumas ideias inicialmente sugeridas, mas como o Vereador Boró pontuou, a Audiência serve exatamente para que outras ideias sejam apresentadas. Ampliação das ciclovias no entorno: a gente sabe que o trânsito dos bairros aqui são consideravelmente colapsados e já existe uma demanda muito antiga de muitos moradores de que a gente tenha uma ampliação e uma melhor estruturação das ciclovias, seja em Laranjeiras, Cosme Velho, Botafogo, Flamengo, e também na Praça Duque Costa, que já possui uma praça, como vocês podem ver pela pintura, há uma forte identificação com o Fluminense, e a gente também tem ali investimentos nessa praça, para que ela se torne ainda mais estruturada do que já é.

Como foi apresentada, em uma sugestão do Vereador Felipe Boró, uma sala multissensorial no Complexo de Laranjeiras, decorrente de uma lei por ele aprovada.

E, aí, temos outras regiões da cidade perto do Centro de Treinamento Cidade de Deus, onde já tem escola de futebol Guerreirinhos, campos society. A Zona Norte recebe os créditos, assim como Jacarepaguá. São sugestões iniciais, mas, na verdade, o mais importante é que, a partir da Audiência Pública e das sugestões, a gente tenha ideias de benefícios que possam ser aprovados, sejam aqui no entorno do estádio, sejam no entorno do CT, na Zona Sudoeste da cidade.

Regras de proteção e fiscalização: é uma governança que existe, como falei, o dinheiro tem que ser destinado para aquilo que está aprovado na lei, ele não pode ir para dívida do clube, compra de jogador, dispensa de SAF, nada envolvido. Como é controlado? Saque só conforme a obra avança, ou seja, o Fluminense vai comprovando que as obras estão avançando e, com isso, uma parte maior do potencial vai sendo liberado.

Isso já foi aprovado também em outras operações urbanas. E existe um conselho consultivo que acompanha o andamento de todas essas obras, de todo o potencial construtivo, e também está sujeito a debate quem deve compor esse conselho consultivo. No geral, associação de moradores, associação de comerciantes, representantes da Câmara, representantes da Prefeitura, para que seja bem plural.

E os próximos passos, e aí, claro, o projeto foi apresentado, essa Audiência Pública, tem pareceres técnicos das comissões, votação em plenário, e se aprovado, a regulamentação dele através do Poder Executivo.

Estão aí os nossos contatos pela Comissão de Esportes, Lazer e Eventos e pela Comissão de Assuntos Urbanos. Perdão por me estender, mas acho que era importante trazer essas explicações, Presidente. E queria mais uma vez agradecer a todos. Estamos à disposição para quaisquer outras dúvidas técnicas. Muito obrigado, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Obrigado, Vereador.

Com a palavra, Vereador e Presidente Carlo Caiado, que dispõe de três minutos.

O SR. VEREADOR CARLO CAIADO – Três minutos? Está certo. Então, bom dia a todos e a todas. Eu me sinto contemplado com três minutos, porque já houve a sua fala e a apresentação do Pedro Duarte, que foi de comum acordo dos membros da Comissão de Esportes, Lazer e Eventos e Comissão de Assuntos Urbanos. Parabenizo a todos pela apresentação, na qual debatemos junto ao Secretário Guerrante também, e cumprimentando aqui o nosso Presidente do Fluminense, Mattheus, o nosso eterno presidente também está aqui presente, obrigado pela presença, e o nosso vice-presidente também está aqui presente conosco na Mesa. Obrigado também pela presença do Senhor Mario Bittencourt, Diretor-Geral do Fluminense. Vou tentar aqui ser sucinto... Deputado Hugo Leal, enfim, várias autoridades já nominadas, pessoas da sociedade civil, e que, para mim, é uma satisfação enorme estar aqui no Fluminense, não só como tricolor, mas sem dúvida alguma como vereador da cidade, como Presidente da Câmara Municipal, que tem a iniciativa do Projeto de Lei, o Projeto de Lei nº 87/2025, nominado pelo aqui, na abertura do presidente dos trabalhos, Vereador Felipe Boró, com minha autoria, autoria do Boró, do Felipe Boró, do Luiz Ramos Filho, do Flávio Valle, do Vereador Pato também aqui presente, na qual a gente entende um reconhecimento da importância do Fluminense e a necessidade de encontrar caminhos que viabilizem a recuperação, a modernização dessa sede histórica, tanto representativa na história da nossa cidade, enfim, do futebol, em vários aspectos, nessa modernização, inclusive do centro de treinamento também do Carlos Castilho.

E ressaltar aqui, na fala bem breve, que essa iniciativa que nós apresentamos foi um diálogo constante com a Prefeitura, com a ciência da Prefeitura, e trazida pelo Presidente do Fluminense na época, Presidente, e o Mattheus como Vice-presidente, e elogiar aqui com a nossa confiança total nesse grande urbanista que a cidade tem, que a gente agradece não só a ele, a vários que envolvem o seu trabalho, que é o Sérgio Dias. O nosso Sidney não deixa mentir quanto a importância... Então, o que nós apresentamos foi um diálogo apresentado pelo Sérgio em vários aspectos, discussões, num projeto de lei que foi apresentado aqui pelo Vereador Pedro Duarte, muito bem apresentado, que eu parabenizo e muito.

E nós, do Poder Público, temos um entendimento, Deputado Hugo Leal, sobre o seu apoio também, que os clubes, todos eles, mas principalmente os grandes clubes, como é o Fluminense, e os outros quatro grandes clubes, queria até dissertar aqui que, em 2023, um pedido da Câmara Municipal, Secretário Guerrante, ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, foi demonstrado que os quatro grandes clubes em 2023, nós estamos pedindo um novo estudo, gerou em torno de R$ 4 bilhões de economia, gerando economia para nossa cidade.

O Fluminense, o Flamengo, o Botafogo e o Vasco geraram R$ 4 bilhões em vários aspectos. O que, nessa demonstração, eu não quero nem falar no aspecto social, de inclusão, enfim, de outros aspectos, mas um aspecto que a gente sempre fala, "por que vocês estão tanto defendendo os clubes do Rio de Janeiro, fazendo proposições, debatendo, com tantas coisas para discutir na cidade?" Não, sim, os clubes têm uma geração de todos os aspectos, que é aquilo que a gente espera de políticas públicas de uma cidade.

E no aspecto principal, que há sempre uma crítica, que sempre fala: "Ah, por que não está falando de hospital? Por que não está falando de educação?" Envolve educação complementar, envolve saúde e, principalmente, os tributos. Quando a gente fala pela Constituição Federal, que há o percentual obrigatório de repasse pelos tributos que a cidade e o Estado, claro, são obrigados a investir na saúde.

Foram R$ 4 bilhões em 2023, na época, a gente buscou esse estudo que reverte 25% para educação, e 15%, 14% para saúde. É muito bom ficar claro aqui nos anais dessa Audiência Pública.

E sabemos, através desse debate, escutando a sociedade, audiências públicas, como foi dito pelo Pedro Duarte, várias alterações podem ser feitas diante de um projeto poder ser apreciado em 1ª discussão, em 2ª discussão. Assim foi feito nas outras operações apresentadas aqui pelo Duarte, um encaminhamento, por exemplo, que chega hoje ao projeto, conversando muito com o Secretário Guerrante, com o Sérgio Dias, enfim, vários aspectos, são as áreas receptoras, que muitas delas estão na Barra, no Recreio. Não só na Barra, no Recreio, mas o que a gente vê hoje é que pode ser buscado novas sugestões de outras áreas para que as outras operações já em curso, que vão receber essa parte receptora na Barra e no Recreio, como exemplo, que possa ter outras áreas também para poder que realmente se viabilize essas áreas.

E para deixar claro aqui, o Poder Público, como disse até a justificativa, sempre buscou ajudar todos os clubes. E aqui está, Presidente, não só um tricolor, mas como defende os presidentes aqui, o centro de treina-

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

mento que existe não só do Fluminense, do Vasco, mas do Fluminense. Na época, eu era vereador, a gente levou o Eduardo Paes e conseguimos uma concessão pública, como do Vasco é também em São Januário. Como ajudamos também o Flamengo no Morro da Viúva, dando potencial construtivo que pôde ajudar o Flamengo a financiar o centro de treinamento que existe no Ninho do Urubu.

E o Botafogo, o Engenhão aqui, todos têm ciência, a Câmara Municipal aprovou a ampliação da concessão do estádio que hoje é com o Botafogo. E as pessoas aqui vão entender, na apresentação do Fluminense, o Guerrante deve falar, que essas melhorias não têm só o aspecto óbvio de melhorar a modernização do clube, seja aqui no Laranjeiras, que vai estar na apresentação do Fluminense, seja no centro de treinamento, mas ela tem uma proposta também de intervenções que busca, como foi falado até pelo Vereador Felipe Boró, ao redor do clube, com a recuperação de iluminação, o melhoramento da circulação dos pedestres, dos veículos.

O projeto também determina a elaboração do estudo de impacto viário que possa ofertar acessibilidade aos pedestres, como chegar, como sair. Na Barra, por exemplo, aos compromissos sociais, o campo de futebol na Cidade de Deus, que o Fluminense já ajuda hoje com o Projeto Guerreirinho, que possa também ter uma intervenção da importância, e a urbanização do entorno também do Centro de Treinamento do Fluminense.

Enfim, já falei demais, acho que já passei dos três minutos. Queria dizer que a Câmara Municipal está aqui à disposição e espero que a gente possa discutir e aperfeiçoar o projeto e trazer, não só, obviamente, a modernização melhor para o Fluminense. Parabenizo aos dirigentes pelo trabalho sempre, a dedicação em fazer o melhor para o Fluminense, mas o melhor para a cidade, como sempre buscou a Câmara Municipal fazer. E o Fluminense, esse projeto tem esse objetivo de ser bom para o Fluminense e bom para a cidade.

Muito obrigado e bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Passou do tempo, Presidente, falou demais. Desculpa, brincadeira.

Gostaria de registrar a presença da Senhora Raíssa Soliva, arquiteta, representando o Banco BTG.

Com a palavra, o Senhor Vereador Fernando Armelau, que dispõe de três minutos.

O SR. VEREADOR FERNANDO ARMELAU – Bom dia a todos.

Eu fiz algumas anotações aqui, já tirei uma dúvida com o nosso Vereador Pedro Duarte, Presidente da Comissão de Assuntos Urbanos, que é o que mais me preocupa, que foi o que eu pontuei bastante na época em que foi feita a distribuição do potencial construtivo do Parque Olímpico.

Eu, como morador da região da Barra e do Recreio, a gente vem sofrendo bastante com a questão de mobilidade urbana, alguns serviços também, que a gente tem que sempre se atentar, que todo crescimento tem que acompanhar também os equipamentos públicos, como saúde, educação, transporte, saneamento. E a pergunta que eu fiz ao Vereador Pedro Duarte foi justamente com relação a essa metragem, porque ficou uma dúvida, que eu não sei se outras pessoas tiveram, mas que ele já me esclareceu, que esse número de 103.000 m² não compreende 103.000 m² de área para construir, e sim a metragem quadrada construída, não é? Ou seja, área vezes a capacidade que tem de ser construída naquele local.

Então, aproveitando isso, queria dirigir também ao nosso Secretário Gustavo Guerrante, que faz um trabalho muito técnico na pasta de Desenvolvimento Urbano, porque isso é muito importante. É que a gente se atente a fazer uma boa distribuição porque, se nós fizermos o cálculo dessa metragem quadrada construída, compreende aproximadamente 1.100 moradias de 80 m². Então, são 1.100 famílias dentro desse projeto, já considerando 25% de área comum, área de circulação, porque você considera toda a área construída de um empreendimento. Então, para que não seja tudo, de repente, lançado, o projeto prevê várias regiões, mas, por exemplo, pode-se decidir que vai ser tudo na região, por exemplo, da Barra e do Recreio, que já recebeu uma demanda enorme recentemente, vinda da distribuição do Parque Olímpico.

Então, que a gente se atente a isso lá na hora de aprovar o projeto, para que a gente faça uma boa distribuição, para que a população não sofra mais ainda com a questão da mobilidade, com os serviços públicos, com o trânsito, que está muito difícil hoje aqui no Rio de Janeiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Obrigado, Vereador.

Com a palavra, o nobre Vereador Flávio Valle, que dispõe de três minutos.

O SR. VEREADOR FLÁVIO VALLE – Bom dia.

Queria saudar aqui nosso Deputado Estadual Claudio Caiado, que acaba de chegar, irmão do nosso Presidente da Câmara, Carlo Caiado.

Queria enfatizar aqui minha alegria de ver o Vereador Felipe Boró e o Vereador Pedro Duarte, que também tanto nos orgulha sendo presidente da Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal.

É mais um projeto de revitalização da Cidade do Rio de Janeiro, mas também como carioca, como tricolor, sei da importância desse projeto não só para o Fluminense, mas especialmente para o desenvolvimento econômico e urbanístico da Cidade do Rio de Janeiro.

Queria também me comprometer muito com o Marcos, da Associação de Moradores de Laranjeiras, porque, como ex-subprefeito da Zona Sul, sei do desafio que também temos em todos os bairros da cidade, especialmente os bairros da Zona Sul, e fico muito feliz de ver, Vereador Felipe Boró, Vereador Pedro Duarte, Vereador Armelau, Vereador Luiz Ramos e Deputado Hugo Leal, um projeto que pense não só no imóvel, não só no terreno em si do Estádio das Laranjeiras, mas especialmente no entorno. Porque hoje, quando a gente olha para o Plano Diretor e para o projeto do Reviver Centro, para o centro da cidade, é uma política pública muito boa, muito bem fundamentada, mas os bairros da Zona Sul que estão recebendo os empreendimentos, eles não recebem nenhuma contrapartida de compensação pelas obras. Eu fico muito feliz de ter visto nessa apresentação as contrapartidas locais para o bairro de Laranjeiras, especialmente.

Só para finalizar, porque o Vereador Pedro Duarte tem que acabar aqui, meu para sempre presidente Mário Bittencourt, falando que também fiquei muito feliz de ver que uma das propostas é a gente ter um hotel, levar em contrapartida um hotel, porque se o pessoal da Gávea está anunciando que vai fazer um hotel naquele espaço, no estádio deles; o nosso hotel, se for feito, será muito melhor e muito mais chique, vai ter muito mais turista vindo visitar o estádio das Laranjeiras. Não podia finalizar minha fala sem fazer essa provocação com o Clube de Regatas.

Valeu, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Com a palavra, o nobre Vereador Luiz Ramos Filho, que dispõe de três minutos.

O SR. VEREADOR LUIZ RAMOS FILHO – Bom dia a todos e a todas.

É uma honra estar neste clube. Eu sou tricolor, e queria já, aqui, cumprimentar o Presidente deste clube, Mattheus Montenegro, seu vice, Ricardo Tenório, e o sempre presidente Mário Bittencourt. Meu presidente, Carlos Caiado, o cara que está sempre conduzindo esses temas e autor deste projeto, encabeçando junto com Felipe Boró, com Flávio Valle, Pato, e eu também, como coautor desse projeto – é uma honra.

Ao ver a explanação do nobre colega Vereador Pedro Duarte, e também a colocação aqui do colega Vereador Fernando Armelau, a discussão da depuração desse projeto, que as audiências públicas permitem que a gente faça ajuste e não cometa erros. Os erros impactarão negativamente não só nesses locais que estão sendo colocados para um adensamento maior, para ter mais moradias. Isso precisa ser muito trabalhado aqui pelo nosso amigo Guerrante, com a sua capacidade técnica, de fazer o zelo daquilo que é melhor para a Cidade do Rio de Janeiro.

Evidentemente que o Clube do Fluminense é um clube histórico, é um clube que, na sua essência, sempre se colocou para o país. Foi o primeiro clube aqui a sediar aqui os jogos da seleção brasileira. Então, tem uma importância histórica e a gente precisa ter esse cuidado, assim como teve com outros clubes, dando essa oportunidade da modernização do clube,

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

do entorno, enfim, de tantas outras transformações que a gente tenha que fazer na Cidade do Rio de Janeiro.

A gente se coloca à disposição para que a Câmara de Vereadores se debruce sobre isso, fazendo o melhor para o clube Fluminense e fazendo o melhor para a nossa cidade. Não deixo também de cumprimentar aqui o meu Deputado Federal, Hugo Leal, Vice-Presidente aqui dessa instituição. E o amigo e Deputado Estadual Cláudio Caiado, que também é tricolor, e que a gente possa fazer o melhor da audiência e ouvir mais de vocês.

O objeto da Audiência Pública é ver realmente quem sofre os impactos, quem vive o dia a dia, quem conhece o dia a dia, quem é que pode dar alguma contribuição, quem é que pode dar algum detalhe que nós aqui não conhecemos, que nós não somos sabedores da informação. Então, é preciso que vocês que estão nesse dia a dia, possam contribuir minimamente para que possam enriquecer esse projeto, para que ele efetivamente alcance todos os lados, alcance a modernização de um clube histórico como o Fluminense, mas também que alcance o bem-estar da nossa população da Cidade do Rio de Janeiro. Muito obrigado, conte com a gente.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Gostaria de registrar as presenças do amigo Deputado Estadual Cláudio Caiado, nobre tricolor; e do Senhor Rafael Rolim, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, representando a Cedae.

Com a palavra, o Senhor Deputado Federal Hugo Leal, que dispõe de três minutos.

O SR. DEPUTADO FEDERAL HUGO LEAL – Bom dia a todos, satisfação poder estar aqui novamente nesse templo mágico que é o Salão 9 do meu tricolor. Cumprimento o meu Presidente Mattheus Montenegro; e também o Presidente da Câmara, Carlo Caiado; os demais vereadores. Quero ser bastante breve e reforçar que estou aqui não só como cidadão, também como parlamentar, mas como Vice-Presidente de Relações Institucionais do Fluminense. Eu fiquei muito feliz e contemplado com a apresentação do nosso Vereador Pedro Duarte, que eu acho que coroou aqui exatamente as manifestações, algumas das preocupações já foram avançadas.

Vossa Excelência, como um bom vascaíno, já defendeu o Fluminense no que era mais pertinente. Ficamos felizes, porque o senhor é imparcial na sua apresentação.

Quero falar dessa relação, dessa construção, dessa obra e desse conceito inteligente que foi trazido pelo Estatuto das Cidades, do potencial construtivo e dos seus impactos e dos seus desdobramentos na sociedade. Eu acho que esse é o ponto mais importante, que é esse diálogo estabelecido pelo poder público, seja do Executivo e o Legislativo Municipal, com relação à comunidade em torno e também de outros aspectos da nossa Cidade do Rio de Janeiro.

Mas eu queria fazer dois registros que foram passados aqui pelo Vereador Luiz Ramos Filho, sobre desse prédio histórico. Para quem não sabe, nós completamos, no dia 11 de maio, 107 anos do nosso estádio. Se você for voltar na história, aqui já existiam jogos quando era Rua Guanabara. O primeiro estádio a ter arquibancadas de madeira foi aqui no Fluminense. O Fluminense já treinava aqui.

Se você for contar em 1904, nós estamos 121 anos, 122 anos de história aqui no Estádio Laranjeiras. Lembrando que foi aqui o primeiro jogo da Seleção Brasileira, no dia 21 de julho de 1914, contra o time de terceira divisão do campeonato inglês, o Exeter City. E o primeiro gol marcado pela Seleção Brasileira foi de um tricolor, Oswaldo Gomes, nesse estádio aqui do Fluminense. Então, temos uma história que confunde com a história do futebol brasileiro e da Seleção Brasileira. Aqui nós não estamos somente falando de potencial construtivo, de todo impacto urbano, nós estamos falando de história, história do futebol, história da seleção brasileira.

Aliás, a inauguração desse estádio no dia 21 de julho de 1919 foi também em um jogo da Seleção Brasileira. Seleção Brasileira que jogou aqui um campeonato internacional, primeira partida da inauguração desse estádio, dia 21 de julho de 1919, contra o Chile: 6 a 0 para a Seleção Brasileira. Tudo isso, Vereador Felipe Boró, é a história que está marcada por esse estádio, por essa Laranjeiras, por conteúdo histórico daqui que pertence ao nosso tricolor, que nós dividimos com todos os demais times, porque aqui nasceu também, aqui nasceu a Seleção Brasileira. Não por acaso, o nosso tricolor é a referência.

Com todo respeito e admiração que eu tenho a todos moradores do entorno de Laranjeiras, o Botafogo aqui do Cosme Velho, é fundamental que essa obra possa ter impacto, sim, vai ter impacto, obviamente, na sua estrutura, no seu ordenamento urbano, mas os impactos principais serão sentidos na hora que toda a população, que o mundo também conhecer a história desse tradicional clube aqui de Laranjeiras, especialmente desse estádio aqui.

Com certeza, essa sensibilidade trazida pela Câmara de Vereadores, vai ter sucesso, e o Fluminense, não só o Fluminense, mas o Brasil vai conhecer um pouco mais dessa história. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Muito obrigado, Deputado. O senhor deu aula aqui de história desse clube centenário que é o nosso Fluzão. Sim, sabemos dessa importância. Eu acho que o único que não está tão feliz aqui com essa Mesa aqui é o nosso Vereador Pedro Duarte, preciso citar. Mas se ele já está positivamente a favor desse projeto, tudo certo.

Queria passar a palavra agora para o arquiteto do Fluminense, que fará uma apresentação, o Senhor Anderson Freitas.

O SR. ANDERSON FREITAS – Eu me chamo Anderson Freitas, sou de um escritório chamado Apiacás Arquitetos, um escritório que já tem mais de 25 anos de atuação em áreas de projetos de caráter público também, ligados à questão do restauro. De projetos que atuam de caráter público. Um escritório que já tem muitas premiações também, reconhecimento nessa área. E para a gente é uma grande alegria estar aqui participando desse projeto.

Recentemente, o escritório foi agraciado um dos principais prêmios promovidos pelo Estado de São Paulo, do APCA, que é a Associação Paulista de Críticos de Arte, justamente com um projeto que tem um programa correlato ao tema, ligado a esporte, lazer, que é uma unidade do Sesc, que nós fizemos. Então, um pouco com essa intenção, apresentar, ou seja, que nós já vimos atuando muito nessa área que envolve projetos com esse caráter, caráter de restauro, enfim, intervenção nessa dimensão pública.

Esse projeto do estádio, da sede de Laranjeiras, eu vou passar brevemente aqui, porque nós temos uma apresentação, que é uma apresentação gráfica, que vem de um caderno, que mostra um pouco, explica sucintamente como nós fizemos a intervenção, e logo depois também tem a apresentação também breve do CT, do Carlos Castilho, do centro de treinamento. E nós vamos terminar depois com um vídeo institucional que nós fizemos, que faz toda a narrativa do projeto, que eu acho que é muito esclarecedora e muito bonita para contar mais informações a respeito dessa intervenção.

Acho que todos nós sabemos da importância, tudo muito aqui foi falado já, da importância histórica desse projeto. O que fica para nós, quando fomos convidados, é justamente essa memória também afetiva do que representa uma sede como essa no imaginário popular, no imaginário da cidade. Acho que isso é muito importante, porque isso nos dá uma condição de avaliar como deve ser tratado um projeto como esse. Que, ao longo da história, foi sofrendo muitas intervenções, principalmente o estádio, que passou por algumas adequações até chegar na conformação atual, mas que sempre foi se consolidando como essa parte, vamos dizer assim, institucionalizada da Cidade do Rio de Janeiro, junto ao Palácio.

E, infelizmente, nos anos 60, todos também sabem, em 1962, tem essa trágica intervenção por conta da duplicação da Pinheiro Machado e que ficou com essa memória ainda, vamos dizer assim, dessa cicatriz aberta e, de certa maneira, adaptada pelo clube para que pudesse coexistir com a cidade. Mas isso é um residual que ficou presente. E o clube resistiu, persiste nos seus eventos, enfim, na sua relação com a cidade. Acho que isso é uma coisa muito importante, porque nós sabemos muito como é difícil manter um patrimônio num país como o Brasil. É sempre uma luta desses lugares que insistem em se manter e sobreviver, e o Fluminense, graças à

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

força, à história do clube, consegue, conseguiu e vem fazendo isso com muita competência. Manter viva a memória da cidade.

Basicamente, o que procuramos fazer aqui foi juntar, foi pensar em todas essas situações e procurar intervir sabendo do objetivo fundamental do restauro de toda a sede, não só do estádio, mas como um plano geral para toda a sede, mas que procurasse, portanto, entender, justamente separar o joio do trigo, o que foi, ao longo dos anos, sofrendo de intervenção, que eram, vamos dizer assim, respostas imediatas para adaptar o clube, mas que, com o tempo, vai se tornando problema, porque você não tem mais uma leitura clara da sede histórica.

Acho que, infelizmente, não está funcionando o laser. Mas tudo bem, vou tentar explicar, porque tem um vídeo, depois, como eu disse, vai dar para mostrar. Aqui já é uma imagem que mostra um pouco dessa intervenção geral, portanto, nós vamos trabalhar a partir do estádio, nós vamos procurar intervir nas duas extremidades, que elas vão organizar como o clube vai funcionar a partir dessas intervenções.

Aqui é uma planta original da situação atual, vou explicar muito sucintamente. Como eu disse, vamos buscar uma intervenção junto a Pinheiro Machado e, na outra extremidade, onde tem as quadras de tênis, vamos fazer uma segunda intervenção, criando um desafogamento em volta do estádio, e a partir disso organizando os fluxos de quem é sócio, de quem vai ser usuário das intervenções do estádio. Com isso, conseguimos trabalhar, como eu disse, toda a parte de saneamento, restauro e, ao mesmo tempo, adaptar o estádio às novas normativas de segurança e acessibilidade.

Aqui não vai aparecer muito; aí tem um outro desenho que aparece já um pouco melhor, eu vou aqui explicar melhor. Estou falando dessa área e depois da área do fundo, que é uma nova edificação que vai reorganizar as quadras de tênis e, também, tirar o que é hoje uma ocupação desordenada como estacionamento. Fazemos um novo edifício que funciona como estacionamento e criamos um respiro em relação ao estádio.

Com isso, nós temos dois espaços, vamos dizer assim, de descompressão para o uso do estádio e de acolhimento, porque vão ser áreas que vão estar servidas de equipamentos, de lojas, restaurantes e serviços, enfim. E depois, na outra imagem, vocês podem ver umas isométricas de como vão ser feitas intervenções também nas arquibancadas, por conta de circulação. E aí o estádio passa a ser reutilizado com cerca de 8.000 lugares para a nova situação do estádio.

Aqui são essas isométricas que mostram um pouco a representatividade dessas intervenções. Essa primeira esplanada, com lojas, restaurantes, bares, enfim, funciona fundamentalmente não só, como eu disse, como um lugar de descompressão, mas também de acolhimento. Ela serve para você transitar para os dois lados da arquibancada, que hoje é interrompido por conta desse... uma vez que você recupera o gramado, esse triângulo residual que faz com a Pinheiro Machado, que hoje é fechada com um muro, ele passa a ser readaptado para que esse lugar, esse espaço de descompressão, vamos chamar de uma pequena esplanada, possa compartilhar com a cidade o seu uso. O espaço é uma forma de triângulo muito estreita que passa a ter um uso voltado para a cidade.

Acho que é fundamental dizer que, portanto, a intervenção busca muito sutilmente, com elementos arquitetônicos, dialogar com o patrimônio existente, mas ela busca fundamentalmente dialogar com a cidade. Eu acho que ouvimos muito aqui da importância de um equipamento como esse para a cidade. Então, a arquitetura, nesse sentido, busca esse diálogo com a cidade também, porque ela entende que o Fluminense é um equipamento, hoje, essa sede é um equipamento que constrói a ideia de uma sociedade com equipamentos tão importantes como esse.

Aqui, portanto, a esplanada do fundo. Por mais que seja um edifício de estacionamentos, a ideia é que a frente voltada para a esplanada possa estar equipada com áreas voltadas para uso do clube, eventualmente cafés, porque, uma vez que você utiliza o estádio para algum evento, ou mesmo um jogo, dos dois lados você consiga ter essa situação ativada para receber as pessoas. E, a partir dela, é que você separa a organização das demais dependências do clube, das outras áreas esportivas.

Essa é a situação da esplanada voltada para Pinheiro Machado, que, como eu disse, você tem uma situação em que o campo está um pouco elevado em relação a ela. Você consegue, em relação à própria Pinheiro Machado – e ela é meio nível, rebaixada abaixo, você consegue circular pelos dois lados agora da arquibancada e, ao mesmo tempo, com toda essa área ligada para loja, restaurante, bar, enfim, que faz o controle dos dois acessos.

Um elemento muito importante – e com o museu também. Acho que é uma nova entrada para o museu existente, aqui do que foi recentemente, inclusive, reformado pela Bia Lessa, que ficou extraordinário e ampliado. E aqui um dado muito importante: para que esse projeto pudesse avançar, nós tivemos, naturalmente, que passar pelos órgãos de tombamento, da qual a sede está hoje vinculada, tanto municipal como estadual. Posso dizer que foi uma coisa muito bacana, porque nós fizemos uma interação com esses órgãos e eles receberam essa aprovação por parte tanto do Estado quanto do Município, por justamente entender que esse projeto era muito atento à questão patrimonial e de todo esse entendimento que estou aqui resumidamente contando para vocês.

Aqui, algumas áreas que talvez não seja o caso agora de comentar. Naquele novo corpo onde vai ser o estacionamento, sobre ele, temos a área de um novo ginásio coberto para o clube, com 800 lugares para a plateia. Aqui também mostra outras intervenções, a área das piscinas, com uma nova piscina recreativa, e o bar da piscina também passa a receber um novo tratamento.

Acho que tem uma coisa que eu gostaria de falar, que eu acho importante, que eu acabei passando. Sempre nas intervenções pontuais que vão aparecendo, chamamos atenção para as cores do Fluminense, que elas pudessem aparecer como um elemento que identifica onde aparece sempre uma nova intervenção. Isso vai se desenhando, de certa maneira, em todos os pontos onde a intervenção arquitetônica se constitui como nova.

Aqui a Praça da Pinheiro Machado por um outro ângulo. Dá para entender que o que é novo procura dialogar com a pré-existência, mas, evidentemente, sem simular uma época que não é mais. Estamos falando de uma intervenção contemporânea que dialoga com a antiga.

Aqui, o acesso pela Pinheiro Machado com Álvaro Chaves é bom. Álvaro Chaves, que é um acesso, portanto, para a segunda esplanada, que faz essa descompressão e acolhimento. E aqui você pode ver o ginásio. Basicamente, é um edifício que é um prisma retangular, que tem essas lojas, essas áreas do clube voltadas para essa praça. Lá dentro tem os estacionamentos para cerca de 200 carros, se não me falha a memória agora. Sobre esse edifício, você tem as quadras de tênis, que já existiam, que passam agora a ficar em nível com o restaurante do clube, que é o restaurante do clube do tênis, da parte do tênis. E, junto a ele, compartilhando esse espaço, esse ginásio coberto, do qual eu falei, para 800 lugares.

Bom, antes de ir para o vídeo, eu vou passar brevemente pela apresentação do CT. Essa apresentação que nós temos é também de um caderno, enfim, com algumas imagens.

Acho que muitos de vocês já conhecem a situação atual do CT. O que eu posso dizer é que o CT basicamente vem com a intenção de um *retrofit*, que é uma palavra muito usada hoje, de uma certa adaptação também do que está lá, porque, uma vez que vamos adaptar as áreas aqui da sede histórica, parte desse uso administrativo pode compartilhar com o CT. Então, tem uma certa adaptação, porque, hoje, toda a parte utilizável do CT, a parte do térreo em relação aos campos e demais equipamentos para os atletas, está superbem resolvida, nem é o caso. Mas sabemos que têm áreas do CT que estão inoperantes, e que a torre em si, hoje, não está ocupada.

A partir dessa oportunidade, pensamos que esse *retrofit* pudesse trabalhar essas áreas que estão desocupadas, mas com uma intervenção arquitetônica que reconfigurasse a linguagem desse CT, muito parametrizada também com referências que existem no mundo, que são muito interessantes e têm muito esse caráter arquitetônico, institucional.

O que procuramos fazer foi tentar, a partir dessa pré-existência é que a intervenção pudesse reconfigurar e dar esse caráter. Então, propomos uma nova pele, um filtro de chapa metálica, enfim, que melhore a condição climática do uso do lugar, mas, ao mesmo tempo, conforma uma nova edificação. Claro, evidentemente que internamente nós vamos trabalhando. Mas tem uma coisa em comum que vai se repetir nesse projeto, que é uma identificação com a intervenção que acontece na sede histórica, que são esses elementos com as cores do Fluminense, que faz o embasamen-

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

to, e acho que isso provoca um diálogo também entre o CT com o futuro da sede histórica do Fluminense.

Aqui são algumas imagens, vou passar aqui rapidamente. Tem uma nova área de um solário, que pode ser para observar os campos, enfim, que hoje é uma laje que não tem uso. Claro que essas imagens são meramente, ainda, ilustrativas, mas já trabalhadas em cima do que é a situação real.

Eu acho que é isso. E agora a gente pode passar o vídeo do Fluminense e com isso a gente encerra a apresentação. Obrigado.

(Exibe-se o vídeo)

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Parabéns pela apresentação, pelo projeto. Agora, nosso anfitrião, nosso presidente; com a palavra, Mattheus Montenegro.

O SR. MATTHEUS MONTENEGRO – Bom dia, saudações tricolores!

Hoje é um dia histórico aqui para o nosso Fluminense. Queria primeiramente agradecer aos vereadores presentes, Carlo Caiado, Presidente da Câmara. Digo que tenho boas lembranças: no dia 4 de novembro, quando eu entrei no campo, logo após o apito final, a primeira pessoa que eu encontrei foi o Caiado, chorando com as filhas, comemorando o título. Então, boas lembranças que temos. Estava junto do Cláudio, nosso Deputado Cláudio Caiado – muita alegria ter vocês aqui, sempre na casa de vocês.

Cumpre agradecer ao Vereador Felipe Boró, Presidente da Comissão, que vem tocando com brilhantismo esse trabalho; ao Vereador Pedro Duarte, que conheci hoje, queria parabenizá-lo pela apresentação, foi brilhante! Nós, às vezes, temos dificuldade de explicar esse tema para as pessoas, e vamos pegar aqui uma cola na apresentação que você fez quando for necessário novamente.

Cumpre agradecer ao Vereador Fernando Armelau, que também tive também o prazer de conhecer hoje; ao querido amigo Vereador Luiz Carlos Ramos, defensor do Fluminense e dos animais, sempre aqui conosco nesse trabalho conjunto; ao Secretário Gustavo Guerrante.

Aqui, da parte do clube, eu queria agradecer a presença dos nossos vice-presidentes, do nosso conselho diretor, Heraldo Iunes, Rui Reisinger – não sei se tem mais alguém, enfim, presente. Cumpre ainda agradecer a presença do Presidente do nosso Conselho Deliberativo, Marcos Esteves, e do Presidente do Conselho Fiscal, Rodrigo da Cruz.

Queria dizer a vocês que esse projeto começa lá em 2022, mais ou menos. Eu estava aqui numa reunião no clube quando o vice-presidente de interesses legais, Heraldo Iunes, pediu para que eu fizesse uma reunião com alguns conselheiros, do grupo base. Nós fizemos essa reunião, estavam presentes Marco Adnet e o Ernani Cotrim, Luiz Fernando Moura, e estão aqui presentes, e foi representando o grupo que eles trouxeram para gente essa ideia. São pessoas muito gabaritadas, são do mercado imobiliário e tricolores que sempre ajudaram o clube, que vieram para gente com essa ideia.

E, aí, desenvolveram o projeto e nós levamos aqui adiante, nos primeiros meses, fazendo essa conversa política, para ver a viabilidade política do projeto. Fomos sempre muito bem recebidos pelo Prefeito Eduardo Paes e também pelo Prefeito Eduardo Cavaliere. O Eduardo Paes, de longa data, já ajuda o Fluminense, como o Presidente Caiado falou aqui em relação ao CT, primeiro a construção, depois em relação à rua. É um aliado de longa data aqui do clube, e esse projeto que segue agora com o Eduardo Cavaliere lá.

Depois disso, quando fomos desenvolvendo esse projeto, vimos que tinha uma parte muito técnica, e foi a partir daí que fazemos o convite para o Ricardo Tenório, hoje Vice-Presidente Geral, se juntar aqui à gestão para tocar esse projeto. É um projeto que vem, na minha visão, como uma reparação histórica parcial. A gente tem aqui, e todo mundo viu, que, em 21 de dezembro de 1961, a gente teve que demolir uma arquibancada nossa em prol da cidade.

Agora, a gente tem a oportunidade de ter uma reparação, que eu não diria que é total, porque a arquibancada atrás do gol não volta, mas uma reparação parcial, e um fato muito importante, sem dinheiro público. Então, é um projeto que a gente consegue unir um ente privado, o Fluminense, com um ente público, que é a Prefeitura, mas sem a necessidade de ter recurso público.

Queria também, para finalizar, tecnicamente, quem vai falar é o Tenório, agradecer a presença do Rafael Rolim, Presidente da Cedae, e agradecer a presença da Bravos 52, a torcida que apoia o Fluminense não só no futebol, mas em todos os esportes, e também nos assuntos que são relevantes para o clube. E quero dizer a vocês que podem ficar tranquilos, não está no projeto, mas a sala da torcida vai continuar aqui, vai ser uma sala maior para vocês guardarem o material.

É isso, acho que é um projeto que ajuda muito o clube, é essencial para o clube e muito bom também para o bairro. Depois teremos a oportunidade de conversar com o Márcio, Presidente da Associação de Moradores, e agradecer a sua presença também, Márcio, e dizer que o Fluminense está sempre à disposição.

Agradeço a todos pela presença, espero que a gente possa seguir e que façamos o Fluminense cada vez maior. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Gostaria de registrar a presença de Valéria Magiano Hazan, Coordenadora Técnica de Planejamento Urbano da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento; Ana Paula Faria, Assessora da Subsecretaria de Planejamento Urbano; e Caroline Torres, Coordenadora de Estudos Urbanos. Muito obrigado. Agora, com a palavra, o Vice-Presidente Ricardo Tenório.

O SR. RICARDO TENÓRIO – Bom dia a todos. Vou ser breve aqui, é só para ratificar o que o Presidente já falou sobre a apresentação. E agradecer à Câmara dos Vereadores em nome do Presidente Carlo Caiado e a todos os vereadores aqui presentes, e também ao público.

Eu digo que, quando me chamam a ajudar o Fluminense, eu sou convocado. Em 2022, nosso ex e eterno presidente Mário Bittencourt, aqui ao meu lado, me convocou para essa missão de poder tocar esse projeto do potencial construtivo. E desde então, para mim, é um projeto muito querido, é um projeto que eu abracei bastante, porque como vocês puderam ver, é a história do nosso clube, um clube centenário, e que atravessa toda uma história, não só do futebol, mas da sociedade carioca.

Quero dizer a vocês que a gente trabalha diariamente para esse projeto sair do papel e realmente ser executado. Com isso a gente conta não só com os nossos queridos vereadores, nosso Prefeito, mas também com toda a sociedade aqui presente e representada, para que a gente possa realmente conseguir efetivar e botar em pé esse belo projeto. É isso. Muito obrigado a todos. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Agora, queria registrar a presença também do nosso amigo Bruno Kazuhiro, que também está ali.

Com a palavra, o nosso Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Gustavo Guerrante, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano.

O SR. GUSTAVO GUERRANTE – Bom dia. Primeiro bom dia a todos e a todas. Muito obrigado, mais uma vez, Presidente Caiado, presidente da Comissão, o Boró. Mais uma vez, satisfação de debater mais um projeto, agora pela primeira vez não na Casa, agora *in loco*. Por acaso fui errado, tanto o hábito de ir para a Câmara, fui para a Câmara antes de vir para cá.

Vamos lá, acho que Vereador Pedro Duarte colocou bastante bem as operações, a tradição e a experiência que a Cidade do Rio de Janeiro, a Prefeitura junto conseguiu, ao longo desses anos, junto com a Câmara, fazer em matéria de operações urbanas. Aquilo que começou lá atrás, eu acho que o Vereador Pedro Duarte citou, acho que a mais importante delas, o Porto Maravilha. Acho que é de maior magnitude, maior transformação urbana dos últimos tempos no Brasil, quiçá em alguns lugares do mundo. Mas, principalmente, permitiu que fizéssemos uma Olimpíada, em 2016, construindo um Parque Olímpico inteiro, com uma operação urbana. E acho que esse aprendizado, depois de tanto tempo, como o Parque em Inhoaíba, a própria operação recente do Vasco, faltou o Ve-

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

reador Pedro Duarte citar também a construção de um autódromo – que é uma obrigação desde as Olimpíadas, que o Vereador, mais uma vez, o Presidente Carlo Caiado encampou desde o início, desde a época do período olímpico –, permitiu que a gente chegasse a essa quantidade de operações urbanas e usar esse instrumento com a efetividade necessária para os benefícios da cidade, bem como daquela atividade que a gente precisa reforçar.

Houve, como citei que o Vasco, mas também o próprio Fluminense, sempre em benefício da cidade, com o menor custo dos cofres públicos, do Tesouro Direto da Prefeitura possível. A gente sempre, na Secretaria, seja na Secretaria de Urbanismo, que faz, claro, opinamento final, mas desde lá das concessões e PPPs, a gente sempre tomou esse cuidado de ter uma operação urbana que sempre trouxesse o maior benefício possível para a cidade.

A partir dessas reuniões, foram sempre a partir dessas reuniões, sempre a partir das reuniões técnicas com a Câmara e das audiências, que a gente conseguiu trazer para dentro desses projetos complementações, consertos, ajustes necessários para que ela fosse o mais efetivo possível para o bem que a gente deseja recuperar ou construir, bem como para a sociedade, para aquele local, para aquele bairro que a gente, muitas vezes, vai acabar tendo uma interferência maior, durante um período de obra, mas depois uma melhoria agregada, fruto dessa operação urbana.

A gente chega aqui a partir de um conjunto de experiências aí de mais de 10 operações. Essa é uma operação bastante pontual, mas não menos importante. E aí agradeço, mais uma vez, também ao presidente Montenegro a oportunidade de trazer aqui, fazer dentro dessa Casa, uma Casa que eu frequentei. Não sou tricolor, mas frequentei muito na minha infância e na minha adolescência, período muito bom. E aproveitar para receber as complementações aqui na sede do Fluminense. Muito obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Com a palavra, nosso diretor-geral e sempre presidente, Senhor Mário Bittencourt.

O SR. MÁRIO BITTENCOURT – Bom dia a todos. Na verdade, boa tarde.

Eu estou sentado nessa Mesa hoje aqui, convidado pelo nosso presidente Matheus Montenegro.

Eu queria falar rapidamente sobre esse projeto para dizer que esse projeto não é um projeto da gestão do Mário Bittencourt, nem da gestão do Matheus Montenegro, esse é um projeto do Fluminense. Eu queria dizer isso porque, às vezes, a gente, aqui no turbilhão do dia a dia, a gente vai esquecendo tanta coisa que a gente faz aqui de trabalho executivamente, que a gente esquece como as coisas começaram e por que elas começaram.

Mas em 2020 ou 2021, o Matheus se tornou vice-presidente de Relações Institucionais do Fluminense. E como vice-presidente de Relações Institucionais do Fluminense, ele foi muito importante na minha gestão. Ele começou a fazer esse movimento, de aproximação com os governos estaduais, municipais, federais. E a gente hoje está falando aqui do projeto Potencial Construtivo, mas essa função que ele exerceu como vice-presidente de relações institucionais trouxe não só essa questão do potencial construtivo, como trouxe também para nós a possibilidade de ter o Maracanã por 20 anos, como trouxe para nós a possibilidade de fazer a rua do CT, porque, como eu disse a vocês, é tanta coisa que a gente vai fazendo que a gente acaba esquecendo.

Eu, por diversas vezes, disse durante a minha gestão que o Fluminense não se faz e não se fez sozinho, de maneira personalíssima. Fluminense é a junção de muitas pessoas, até daqueles que discordam e criticam de maneira elegante, para que a gente possa construir um clube melhor e maior.

Então, e aí o Presidente Carlo Caiado, já desde essa época dessa aproximação construída pelo Mattheus, ligou a gente à Prefeitura, ao Prefeito Eduardo Paes, não é? Em 2022, a gente conseguiu iniciar a construção da rua do centro de treinamento, também em razão desse trabalho que vinha sendo feito. E, como Mattheus bem relatou, quando ele já era vice-presidente geral, depois de ter sido vice-presidente de relação institucional, vice-presidente geral do clube, eleito em 2022 comigo, aí sim, quando ele teve a conversa com o grupo base, e que o grupo base trouxe a possibilidade do potencial construtivo.

E se junta um terceiro elemento, que era o Ricardo Tenório, que tinha sido... Por isso que eu falo da boa política, da política digna em prol do Fluminense. Ricardo Tenório, que havia sido candidato em 2019, disputamos a eleição, ele por um lado e eu pelo outro, mas com o maior respeito do mundo que sempre tivemos, porque somos amigos. Ricardo Tenório, então, em 2022, almoça com a gente e diz: "Eu quero estar junto da gestão, eu acho que a gestão é muito boa e quero contribuir com a gestão". E aí se transforma em vice-presidente de projetos especiais, e são entregues a ele outros projetos, até para mostrar de maneira muito clara a vocês – eu sempre disse isso – que se a gente foi bem-sucedido é porque a gente era um time, e a gente segue sendo um time.

Tenho muito orgulho de estar aqui. O Ricardo chega como vice-presidente de projetos especiais. Não toca só esse projeto, toca também hoje o projeto de construção da nova sede de Xerém, junto com vice-presidente da base, que é o Rui. E é por isso que a gente foi bem-sucedido, porque a gente distribuiu o trabalho entre todos do clube, cada um cuidando da sua pasta, cada um cuidando de coisas muito importantes.

Então, imagina que hoje a gente é um clube consolidado, nos consolidamos bem no campo, bem no futebol, nos consolidamos com o Maracanã por 20 anos, estamos aqui consolidando a reestruturação da nossa sede histórica, estamos consolidando lá a construção do prédio de Xerém, que é a nossa base, que vai fomentar o nosso futuro, o centro de treinamento, a rua do centro de treinamento. Tudo isso foi um trabalho de equipe... Ele não está mais aqui, não sei onde é que ele está, mas o Deley foi fundamental... O Deley foi fundamental, esteve com a gente em todas essas reuniões na Prefeitura. Nós fizemos um jantar em 2024, não é, Mattheus, com a presença do Prefeito Eduardo Paes. O Deley estava lá presente. Então, o Deley, não estou vendo aqui mais uma vez, mas foi fundamental também, nos ajudou muito. E tantas outras pessoas aqui do clube, os nossos conselheiros.

É isso, já falei bastante, mas queria só fazer esse relato de estar muito feliz e orgulhoso de estar sentado aqui, porque o que nós, todos juntos, viemos construindo nos últimos sete anos é para a perenidade do Fluminense, é para o sucesso do Fluminense.

Então, Presidente, parabéns. E fico muito feliz que esteja se concretizando hoje na sua gestão, porque isso tudo começou com você, com seu incansável trabalho como vice-presidente de relação institucional do clube, depois como vice-presidente geral, e o Ricardo Tenório como vice de projetos especiais. E hoje você como presidente, ele como vice-geral, e eu como um colaborador com muito orgulho de poder continuar contribuindo com o clube, com vocês dois, está bem?

É isso. Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Obrigado, Presidente.

Com a palavra, Senhor Luiz Fernando Moura. Por favor, dirija-se ao púlpito.

O SR. LUIZ FERNANDO MOURA – Boa tarde a todos.

Na presença do Vereador Felipe Boró, cumprimento a todos da Mesa, senhoras e senhores. Eu vinha hoje, aqui, pensando no trajeto de casa para cá, sobre as intervenções que foram feitas na Cidade do Rio de Janeiro. Como vocês sabem, de dez em dez anos é feito um Plano Diretor e, entre um Plano Diretor e outro, podem sofrer algumas intervenções pontuais. E uma das formas dessa intervenção acontecer é através das operações consorciadas, como essa que o Fluminense está apresentando.

Eu fui criado aqui no Bairro de Laranjeiras desde muito novo, não tinha uma infraestrutura de lazer que têm os novos condomínios de hoje. Então, a nossa piscina era no Fluminense, a nossa quadra de futebol de salão era no Fluminense, a nossa quadra de vôlei era no Fluminense, tudo aqui em Laranjeiras. Isso sem falar da gente ali em volta, os tricolores, pelo menos, da arquibancada, assistindo a todos os treinos do nosso futebol.

O Fluminense é um equipamento urbano importantíssimo para o Bairro das Laranjeiras e para a Cidade do Rio de Janeiro. E essa operação

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

urbana dá a Laranjeiras uma qualidade de vida melhor, dá um *upgrade* para Laranjeiras.

Temos que ver também os aspectos econômicos e sociais dessas operações urbanas. Do lado econômico, temos uma parte desse recurso, que é da iniciativa privada, revertendo para a cidade em forma de investimento e em infraestrutura e tributos.

Além disso, na questão econômica, a gente tem a geração de empregos, porque, na outra ponta, vai fomentar a construção civil, que é um grande gerador de empregos, principalmente para aquela população com uma formação menor, uma formação educacional menor. Então, isso tem um aspecto na geração de empregos muito grande e, do ponto de vista social, a gente tem não só no futebol, que nós temos aproveitamento principalmente do adolescente e do jovem, que poderá chegar a outros destinos ao participar do esporte, mas também na parte dos esportes olímpicos – e o projeto contempla a construção do ginásio.

Logo, esse projeto, socialmente, é muito importante; economicamente é importante; e para o Bairro de Laranjeiras é fundamental. Eu sou muito favorável a este projeto e espero que ele se realize com todo o sucesso.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Muito obrigado.

Com a palavra, a senhora Tânia de Albuquerque, por favor, a senhora dispõe de três minutos.

A SRA. TÂNIA DE ALBUQUERQUE – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Vereador Carlo Caiado, Presidente da Câmara.

Eu queria lembrar que nós estamos dentro de um patrimônio da cidade. Como lembrou o Deputado Leal, foi nesse estádio que a seleção brasileira jogou pela primeira vez e, por isso, é um conjunto tombado, um dos motivos pelos quais ele foi tombado. O tombamento cria um paradoxo, o Poder Público decide – e decidiu com razão – tombar a sede do Fluminense, que este bem deve ser preservado em nome de todos, mas quem arca com o custo dessa decisão? É o proprietário.

Então, o Fluminense não pode explorar o seu próprio terreno e ainda fica obrigado a conservar e restaurar todo o conjunto centenário.

O Projeto de Lei Complementar nº 87/2025 resolve esse paradoxo com um instrumento já previsto no Estatuto da Cidade, como já foi dito e apresentado aqui: a transferência do direito de construir para o proprietário de imóvel de interesse histórico, feita por meio de uma operação urbana consorciada, que também já foi bem explicada. Eu não vou me alongar nisso. Não é favor nem privilégio, é aplicação correta da lei federal.

Os números objetivos eu também iria abordar, mas não vêm ao caso, porque também já foram apresentados. Essas intervenções vão respeitar as diretrizes de tombamento e terão foco em restauração, modernização e melhor aproveitamento dos espaços. Também não vou me alongar falando do Estádio Manoel Schwartz e do plano que contempla a recuperação estrutural completa, porque isso já foi apresentado aqui, então não há necessidade. Da mesma forma, não vou falar do CT Carlos Castilho, que uma fatia expressiva dos recursos será utilizada para finalizar esse centro de treinamento, porque isso também já foi apresentado a todos aqui presentes.

Então, uma pergunta importante é: quem paga? Também já foi dito aqui. A resposta é que nenhum centavo sai do orçamento municipal. Quem paga é o mercado imobiliário, que vai comprar um direito de construir e, no caso, na Zona Oeste, uma região que necessita de investimentos. O projeto tem alcance social. E, aí, sim, algo que não foi dito aqui é que ele aproxima o esporte de milhares de jovens. Então, eu sou muito a favor desse projeto. Ele movimenta o comércio e gera emprego, principalmente na Zona Oeste. Isso é importante que seja dito.

Agora eu quero me dirigir aos moradores que porventura estejam aqui presentes. As preocupações de vocês com trânsito, ruído e segurança são justas e devem estar previstas na lei e na execução da obra. Eu sou a favor disso. Contrapartidas para o entorno, como também foi dito aqui, com calçadas, arborização e revitalização da Praça Duque Costa, merecem ser acolhidas. Essas reivindicações dos moradores do entorno merecem ser acolhidas.

Já me encaminhando para o final, peço a aprovação desse projeto por parte dos vereadores que estão aqui presentes e também dos seus pares que, porventura, estejam nos assistindo. Vocês vão fazer história aprovando esse projeto. Não apenas porque eu sou favorável a ele, mas porque somos entusiastas, não porque enxergamos demais, mas porque somos visionários. E não só pelo que o Fluminense Football Club representa para o esporte nacional, mas por tudo o que ele representa para a história deste país. Porque, afinal, nós somos a história.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Obrigado, doutora. Com a palavra, o Senhor Isidoro Jerônimo Rocha, que foi presidente do Sindicato dos Arquitetos do Rio de Janeiro. O senhor dispõe de três minutos. Na sequência, o Senhor Gabriel Pecly.

O SR. ISIDORO JERÔNIMO ROCHA – Boa tarde a todos. Cumprimentando a Mesa e os presentes, vou fazer uma ressalva inicial, anexa ao meu depoimento. Eu acho um absurdo uma audiência pública estar estruturada nessa prática que estamos vendo aqui. E não é só esta, são todas as audiências públicas. Quem fala mais é a Mesa, não é o público. Três minutos? Eu não consigo entender. Para mim, isso é injustificável. É um absurdo.

Agora, voltando ao objeto, esse projeto de lei é uma casca de banana. Ou melhor, são várias cascas de banana. E, no meu entendimento, não, na minha constatação e de vários colegas e de outros profissionais que estudam a questão da apropriação do solo urbano, o Executivo e o Legislativo municipal têm uma história que contradiz todo esse furor que está sendo apresentado aqui. É um absurdo.

Ainda cito a questão do Estatuto da Cidade, que é um documento da maior importância, embora tenha algumas contradições, por exemplo, a respeito do conceito de função social.

E o que nós vemos durante o tempo todo, e aqui se manifesta na presença, por exemplo, do que foi apresentado, não só em explanação como de mídias. Que o que está em jogo, e, na verdade, a perspectiva é da função negocial da cidade, que vem sendo feita cotidianamente. E nós não apoiamos. Eu não consigo entender como é que isso é possível. Obviamente, é possível, é um projeto que, dentro da concepção da capacidade financeira de apropriação do solo. E o que nós precisamos não é isso.

Na verdade, o que é necessário é que haja uma abordagem macro, ou seja, não no varejo, mas no atacado, a respeito do conceito de uma apropriação social segundo o interesse público da parcela majoritária da sociedade para fins de quê? Das ODS, Objetivos dos Direitos da Sustentabilidade, sendo que há uma necessidade preliminar de se definir também qual é o conceito de sustentabilidade, por exemplo, que os senhores adotam na concepção de um anteprojeto desse? Isso é uma outra discussão.

O que eu quero, então, dizer é o seguinte: não dá mais para nós, habitantes não só do município, mas do Estado, inclusive do território nacional, entende, que nós acatamos essa história do novo paradigma, que já foi inclusive declarado em reportagem pública. Isso é uma farsa. Que novo paradigma é esse?

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Três minutos para concluir, por favor.

O SR. ISIDORO JERÔNIMO ROCHA – Esse paradigma é o tal do quê? Da *smart city*, da *charter city*. É isso? Na verdade, o que a gente viu ali nesse projeto, com todo respeito ao colega, é um equívoco arquitetônico. O que se quer é o quê? É transformar isso aqui num shopping. Eu morei 15 anos aqui em frente, no número 28. E, enfim, isso não tem nada a ver, é só um detalhe. Mas é um absurdo esse projeto, não só de fazer essa transformação no Fluminense, clube que do qual eu participei, hoje não sou mais sócio, mas com essa concepção de apropriação do solo urbano.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Para concluir, por favor...

O SR. ISIDORO JERÔNIMO ROCHA – É inaceitável. Eu espero, entende, que a população de Laranjeiras seja consultada, não por audiência pública, mas por voto.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Obrigado, senhor Isidoro, pela sua colocação. Mas todos aqui presentes, inclusive a Mesa, só dispõe de 3 minutos. Todos. Com a palavra, Senhor Gabriel Pecly, por favor, o senhor dispõe de 3 minutos.

O SR. GABRIEL PECLY – Bom dia a todos. Queria começar saudando aqui a Mesa na figura do Presidente da Câmara, senhor Excelentíssimo Carlo Caiado, a toda diretoria aqui do Fluminense, Mattheus, Tenório, Mário, ao Pedro, que faz um excelente trabalho à frente da Comissão de Assuntos Urbanos na Câmara.

Eu tinha um discurso pronto aqui, mas acho que o Luiz Fernando já falou muito bem e representou aqui as palavras que eu falaria também, não queria chover no molhado, mas mudei, depois do discurso que a gente viu aqui, com todo respeito ao carioca que veio aqui, esqueci o nome do senhor, mas eu queria começar parabenizando o Fluminense, o Flamengo, o Vasco e o Botafogo pelo papel social que eles fazem na nossa sociedade, de inclusão dos jovens, mulheres, agora do futebol feminino que está em foco, ano que vem teremos aqui a Copa do Mundo FIFA do futebol feminino. E, de dentro dos nossos apartamentos, na Zona Sul, é muito fácil falar, porque, dentro de uma favela, você vê um jovem sendo captado pelo tráfico de drogas e por, enfim, o poder paralelo, E o Fluminense pegando em Xerém, perto da Cidade de Deus, que é onde é perto do nosso CT, a gente poder, com um projeto desse, ir sem um centavo de dinheiro público, poder fomentar, aumentar o CT, revitalizar o Estádio das Laranjeiras, onde a gente vai poder fazer um jogo da base, um jogo do futebol feminino, e poder aqui, com isso, tirar jovens da criminalidade, dar futuro aos jovens do país, muitas vezes onde o poder público não consegue chegar dentro da favela, dando educação, porque lá no Xerém, eu já tive a oportunidade de ir lá ver como é que é, parte estuda, parte treina. É alimentação, que às vezes o jovem não consegue ter três alimentações dentro de casa.

Então, eu respeito a opinião contrária e vivemos numa democracia, em que a gente tem que ouvir a opinião contrária da nossa e compor para chegar em um caminho que funcione para todos. Mas eu mudei meu discurso, e até como representante do... Eu sou tricolor, sou carioca e sou profissional do mercado imobiliário e trabalho em uma construtora, que hoje talvez seja uma das maiores compradoras de potencial construtivo, e contribuir com o assunto dentro do Grupo Base, o qual represento aqui também, de contribuir junto com o Marco Adnet, com o Ernani, enfim.

Queria agradecer a palavra, e vou ficar dentro dos meus três minutos aqui para não estourar o tempo. Mas, com todo respeito ao colega que veio aqui atrás, parabéns ao Fluminense, parabéns ao Botafogo, ao Flamengo e ao Vasco pelo projeto social que eles têm na nossa sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Fala agora o Senhor Mauro Salinas, representando a Federação das Associações de Moradores da Cidade do Rio de Janeiro, FAM-RIO.

O SR. MAURO SALINAS – Boa tarde a todos.

Eu tenho observado muitas críticas à aplicação do instrumento Operação Urbana Consorciada, que está sendo utilizada ultimamente de forma intensa para objetivos estranhos ao que preconiza o Estatuto da Cidade, ou seja, para despejar potencial construtivo nas áreas mais valorizadas da cidade e saturadas, ou para viabilizar empreendimentos pontuais. O instrumento da OUC utilizado no PLC aqui em discussão se distancia dos objetivos de uma Operação Urbana Consorciada na medida em que não contempla seus pressupostos básicos de escala, incide sobre área pontual, um clube, pressupostos de planejamento e infraestrutura e pressupostos de interesse da população como um todo.

A aplicação da Transferência do Potencial Construtivo, no caso presente, é um desvio de finalidade do Estatuto da Cidade, pois não se enquadra nos objetivos de requalificação de áreas degradadas, pelo contrário, cria um vetor de pressão por ocupação em áreas já criticamente saturadas nos bairros receptores deste potencial construtivo. A OUC do Fluminense Football Club terá um alto custo para a sociedade em razão da sobrecarga de parâmetros urbanísticos incidente nesses bairros receptores, como aumento de gabarito e volumetria das edificações, aumento das taxas de ocupação do espaço, acarretando fortes impactos no trânsito, na mobilidade dos bairros e na elevação de temperatura ambiente, na ventilação natural das quadras e logradouros e no campo visual do céu e da paisagem, pelos altos gabaritos. O aumento abusivo de parâmetros urbanísticos pelo uso excessivo e equivocado da Transferência de Potencial Construtivo causa impactos negativos irreversíveis para a qualidade de vida do ambiente e dos bairros afetados por esse PLC.

Então, ficam as perguntas: primeiro, qual a magnitude e intensidade dos impactos negativos causados nos bairros receptores dessa transferência de potencial? Segundo, onde estão os Estudos de Impacto de Vizinhança previstos no Estatuto da Cidade para esse tipo de intervenção urbana? Terceiro, onde está a região ou território degradado a ser requalificado pela operação urbana deste PL? Tem esse objetivo no projeto? E quarto... Isso é uma observação. Entre as intervenções que resultarão...

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Três minutos, para concluir, por favor.

O SR. MAURO SALINAS – Só mais um acréscimo, por favor. Que resultarão nas construções dentro do Complexo das Laranjeiras, está a construção de um edifício-garagem para 200 veículos. Eu pergunto: dentro de uma área tombada? O instrumento da Operação Urbana Consorciada (OUC), do Estatuto da Cidade, é para ser aplicado com esse propósito?

Agora, para finalizar, como conclusão, todo o projeto... só a constatação do que a gente está vendo nos últimos anos no planejamento urbano da Cidade do Rio de Janeiro. Todo projeto de lei que vem sendo lançado nos últimos anos na cidade tem a sua OUC de estimação. Isso está errado, não pode ser assim. O território do Rio não vai aguentar essa brutal avalanche de transferência do direito de construir. Não há mais capacidade de suporte dos bairros para recebê-lo.

O Fluminense merece toda a consideração, mas acredito que o clube não gostaria de implementar seus projetos às custas dos impactos urbano-ambientais que serão gerados sobre o território dos bairros da cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Com a palavra, a senhora Rosemary Compans, assessora da Vereadora Maíra do MST.

A SRA. ROSEMARY COMPANS – Boa tarde a todos.

Na figura do Presidente Vereador Felipe Boró, estendo a toda a Mesa meus cumprimentos.

Como assessora da Vereadora Maíra do MST, nós estamos analisando o projeto de lei. E queria destacar as dúvidas que sobrevieram: eu não vou emitir aqui a minha opinião pessoal, mas dúvidas que, como assessora, como urbanista, sou arquiteta, mestre e doutora em planejamento urbano, em relação a dois aspectos do ponto de vista legal, embora eu não seja advogada. Eu tenho 33 anos de... sou aposentada da Prefeitura e aprendi muito com os procuradores do município, e com aspecto também mais urbanístico do impacto.

O aspecto legal, como já foi colocado aqui pelo representante da FAM-RIO, o também aposentado da Prefeitura, geógrafo Mauro Salinas, que esse projeto de lei não se enquadra nesse instrumento da operação urbana consorciada, porque ele é previsto no Estatuto da Cidade para reestruturação, requalificação de uma grande área, de um perímetro urbano, que não... E aqui no artigo 3 da lei diz que o objetivo da operação urbana é gerar recursos para valorização, melhorias e tal, dentro do terreno de propriedade do Fluminense e do outro lado do CT lá do Fluminense, na Barra.

Então, está se tratando aqui de endinheirar um ente privado com a venda. Para isso, por ser um imóvel tombado, o estatuto já previu a transferência do direito de construir. Não precisa criar, dizer que é uma operação urbana consorciada, basta a Prefeitura regulamentar, o que não fez até hoje, está previsto no Plano Diretor, a transferência do direito de potencial construtivo. O Fluminense tem direito a isso, exatamente por ser um imóvel tombado, como forma de gerar recursos e até de ressarcimento dos custos que a gente sabe.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Eu queria dizer que eu sou sócia do Fluminense. Então, quero ver o clube melhorado, reformado, valorizado. Não moro em Laranjeiras, moro no Humaitá, mas quero muito que o Fluminense... tenho um amor por esse clube também.

O outro aspecto legal é um princípio do direito, um dos princípios basilares do Direito é o princípio da impessoalidade. E essa lei não é impessoal, essa lei é direcionada a obter recursos financeiros para um ente privado, que é o Fluminense. Então, ou ajusta-se o escopo deste projeto para que ele seja um projeto de interesse público, que não seja impessoal, que não seja apenas, mas, enfim, ampliar o escopo para o entorno do Fluminense, que está aqui previsto uma melhoria de calçada e iluminação no quarteirão do Fluminense, lá no artigo 16, e que vai fazer parte de um plano de ocupação urbana, o plano básico da ocupação urbana, que, ao longo de 10 anos, o período de vigência da operação urbana, que são 10 anos.

Imagina, Marcos, só em 10 anos é que a gente vai ver qual vai ser a benfeitoria que vai ter para Laranjeiras. Aí, eu queria falar do impacto. Vou falar bem rápido. O impacto da área receptora – o Mauro Salinas já falou bastante –, que é Barra, Recreio e Jacarepaguá. Tem uma mancha ali na Zona Norte, mas todos aqui do mercado imobiliário sabemos que ninguém vai comprar potencial construtivo de Laranjeiras para aplicar em Parque Anchieta, na Pavuna, nem em Bonsucesso. Eles vão em busca do VGV. Hoje, ninguém se mexe sem um empreendimento seja menos de R$ 50 milhões, é o VGV mínimo para ter negócio, para os fundos imobiliários investirem.

Então, vai ser na Barra mesmo, vai ser no Recreio, como falou o vereador Armelau, está saturada, não tem transporte público, BRT não é transporte público, qualquer hora vai lá na Avenida das Américas, tudo engarrafado. Então, vamos jogar potencial construtivo, tem áreas que são 16 pavimentos a mais, 12 pavimentos a mais.

É preciso que tenha um impacto dessas áreas receptoras, e aqui na área excedente da operação de Laranjeiras não está previsto o que vai acontecer, porque a prefeitura e a Câmara acabaram de aprovar um plano para a Praça Onze Maravilha, que vai simplesmente demolir o Elevado 31 de Março. Eu moro no Humaitá, a Praia de Botafogo já começa a ficar engarrafada por causa do acesso ao Túnel Santa Bárbara às 15 horas, 16 horas!

É preciso fazer um estudo viário muito sério, porque o impacto em Laranjeiras, com ampliação do estágio, com criação de edifício-garagem. Ali nos parecia um shopping, a descrição não diz quantas lojas, mas aquilo parece um shopping. Então, aumentando ainda mais o fluxo de veículos para o bairro das Laranjeiras, e sem contar que vai demolir o Elevado 31 de Março. Então, isso aqui vai virar um caldeirão do inferno em termos de sistema viário.

Há essas preocupações no gabinete, esperamos poder contribuir com a discussão desse projeto de lei e com a participação da sociedade civil, viu, Marcos? Eu acho que é muito importante que os moradores de Laranjeiras estejam muito atentos ao impacto que vai ter aqui também, e também os moradores da Barra, do Recreio, de Jacarepaguá, que serão bairros afetadíssimos e onde não existe transporte público de massa. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Com a palavra, o Senhor Irineu Cavalcanti, arquiteto e historiador. Em seguida, a Senhora Emília Bendelack, moradora de Laranjeiras.

O SR. IRINEU CAVALCANTI – Boa tarde às autoridades da Mesa, senhores e senhoras.

Eu fui convidado por um grande amigo que estava assustado com a construção de edifícios aqui no Fluminense. Então, cheguei aqui e o bode não estava na sala. Quer dizer, os prédios eram construídos em outros lugares.

Eu confesso que eu desconheço a legislação que foi aplicada. Eu não posso fazer uma crítica de algo que eu não conheço com profundidade. Mas eu tenho uma preocupação que essas mudanças, se a Barra ou Porto Maravilha tem estrutura sanitária, viária, elétrica para essas torres que estão sendo levantadas. Hoje, o jornal está mostrando que tem duas torres horrorosas lá no Porto Maravilha, de 80 andares. Numa torre de 80 andares, quantas pessoas vão utilizar?

E a pergunta que fica é a seguinte: se tiver um problema em um pavimento, o nosso corpo de bombeiros tem condições de atender a uma torre de 80 pavimentos? Ou nós estamos abrindo mão da segurança das pessoas? Essa é a minha pergunta, se essa abertura para esse aumento de pavimento, se efetivamente nós estamos preparados para isso, se não vai ser exatamente o grande problema.

Com relação ao projeto aqui do Fluminense, eu não consegui entender direito. Primeiro, o som é muito ruim, e as imagens não eram muito boas. Eu não consegui entender o projeto do arquiteto. Então, não posso fazer críticas sobre esse projeto, mas me pareceu que é um shopping que estão colocando.

Eu disse que eu não entendi. A minha pergunta é essa. Muitas lojas, não sei o quê, o que que era? Não deu para entender, ou ele não explicou direito, ou eu não consegui. Olha, eu sou professor de Projeto, 30 anos analisando projetos, então eu não entendi o seu projeto.

Então eu faço uma solicitação ao Fluminense e à Câmara de Vereadores: nós estamos em um momento em que todos falamos que é importante o esporte para a juventude. As escolas públicas da região Catete, Flamengo, Laranjeiras, Cosme Velho, Santa Teresa não têm espaço para as crianças, para os alunos praticarem esporte.

Na Escola Albert Schweitzer, na Rua General Glicério, o comum é passarmos e os garotos e as garotas gritarem: “Pega essa bola, joga de volta!” Esse é o cotidiano. Não tem espaço. A Amaro Cavalcanti não tem espaço. A escola José de Alencar não tem espaço.

Então eu queria propor ao Fluminense que realmente nesse terreno...

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Três minutos para concluir, por favor.

O SR. IRINEU CAVALCANTE – Que construíssem vários ginásios para oferecerem às escolas públicas do nosso bairro. Então vocês trarão benefício para nossa população, para o bairro de Laranjeiras, para as crianças.

O espaço é grande, o ilustre arquiteto poderá fazer trechos para uso das escolas públicas do Rio de Janeiro. E o campo, de tempos em tempos, seja também aberto para que nós criemos craques de Laranjeiras, Cosme Velho, Flamengo, que aprenderam aqui.

Então essa minha solicitação a vocês, que vocês contribuam para a população de Laranjeiras. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Muito obrigado, Senhor Irineu. Dizer que já que o senhor teve dificuldade para acompanhar o vídeo e as falas, toda a Audiência Pública será publicada no Diário Oficial da Câmara.

Senhora Emília Bendelak, moradora do bairro Laranjeiras.

A SRA. EMÍLIA BENDELAK – Obrigada. Boa tarde. Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa.

Antes de começar, quero dizer que eu sempre fui a favor de parceria público-privada, sou a favor de modificações em determinados locais, mas, como moradora daqui do bairro, eu fui – e olha que eu estou em vários grupos da cidade –, a gente foi informado há pouquíssimo tempo dessa Audiência Pública. Não houve uma conversa. Nós não estamos nos sentindo incluídos nesta conversa, nós precisamos de mais tempo para verificar esse projeto.

E eu vou colocar aqui algumas coisas que eu pontuei, consegui pontuar aqui, a partir do que eu ouvi. Em primeiro lugar, essa altura do muro do Fluminense, ali na Rua Pinheiro Machado, essa altura, ela vai prejudicar o nosso visual para o Cristo Redentor? Porque o que mais está acontecendo aqui no Rio, que me chama muita atenção, é que nós estamos perdendo a paisagem de montanha. Se você olhar, por exemplo, a Rua Humaitá, tinha o Colégio Padre Antônio Vieira e foi derrubado, construíram atrás mais um prédio grande. Se você entra na Pinheiro Guimarães, toda aquela montanha que estava ali também está sendo tomada. Então,

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

a gente aqui em Laranjeiras, esse eu acho que é o único ponto em que a gente consegue, de fato, ver as montanhas do Cristo.

A gente precisa entender que não pode ter mais prédios que sumam com essa nossa paisagem, porque já temos poucas. A montanha é fonte de ventilação, de refrescamento urbano, a gente não pode perder isso. Deram um exemplo aqui do Porto Maravilha, desculpa, mas o Porto Maravilha não está sendo um bom exemplo; prédios altíssimos construídos de frente para o mar, tirando o fluxo de ventania. Então, a gente precisa olhar a paisagem urbana. E aqui nas Laranjeiras já está muito verticalizado.

Então, eu gostaria de chamar a atenção para esse projeto. Eu fiquei preocupadíssima com a altura do muro, com a altura do estacionamento, pouca área verde. E aí, eu preciso, acho que nós precisamos e merecemos, os moradores do bairro e do entorno, de mais tempo. Isso não pode ser feito a toque de caixa, não. Essa é a primeira coisa.

Quero lembrar que esse projeto, com todo respeito ao arquiteto, que eu entendo a lógica da construção, só que o Fluminense conversa com esse Palácio Guanabara. E esse projeto, pelo menos no meu entendimento, e acho que de muita gente aqui, não conversa com o Palácio da Guanabara. Precisamos de obras que conversem com o entorno. Temos uma colonização também que foi francesa aqui, precisamos também, de certa forma, manter essa história, essa memória. Não podemos sair construindo um monte de concreto, shopping, não sei o quê, e largando. Tiramos a paisagem, tiramos o entorno arquitetônico urbanístico do bairro. Isso aí, precisamos de mais tempo para ver esse projeto.

Sobre a construção de...

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Três minutos, para concluir.

A SRA. EMÍLIA BENDELAK – Pois não.

Sobre a construção lá na Barra da Tijuca, não sei o quê, olha só, não precisamos de mais construção, precisamos de *retrofit* lá no Centro da cidade. Nós temos a 1ª de Março cheia de prédios abandonados, nós temos Presidente Vargas cheio de prédios abandonados, na Graça Aranha estão abandonados, estão fechados. Gente, pelo amor de Deus, e o Centro da cidade é lindo, a gente pode aproveitar esses prédios e fazer *retrofit*, em vez de construir lá na Barra da Tijuca, ou seja lá onde for, onde não chega trem, não chega o VLT, não chega o BRT, nada está chegando, não tem metrô. Por que a gente não reforma isso aqui que está na mão da gente? A gente tem a Pequena África para reformar, é um lugar maravilhoso daqui do Rio, a gente precisa voltar para a memória e para a história da nossa cidade, entendeu? Daqui do bairro, a gente precisa voltar para isso.

Uma das fotos que a gente viu aqui sobre ciclovia, que vocês falaram, melhora de ciclovia, essa coisa. Exatamente onde tem aquela foto, é exatamente de onde saem os carros do Túnel Santa Bárbara e entram aqui pela ruazinha do lado, para virar na Álvaro Chaves. Exatamente ali, de vez em quando, tem um acidente, porque a ciclovia está passando em cima da faixa dos moradores. E não vai dar para botar uma ciclovia ao lado, porque inclusive ela já foi colocada em cima da calçada, porque não tem lugar ao lado para passar. Isso aqui, entendo, nós, como moradores, que estamos vendo pela primeira vez, a primeira foto é exatamente onde a ciclovia não funciona. Como é que nós podemos acreditar naquilo que está sendo falado? Nós precisamos ter um retorno de história, memória, paisagem urbanística.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Para finalizar, por favor.

A SRA. EMÍLIA BENDELAK – Está bom, obrigada.

Por último, Laranjeiras está precisando também – Laranjeiras e Cosme Velho, concordo totalmente com o que o senhor falou – de espaço público, espaço verde, para a gente botar as crianças e os adultos e todo mundo em um espaço social para prática de esportes e sociabilidade.

Duas sugestões: o posto de saúde, que nós não temos, e a outra sugestão é ali na Marechal Pires Ferreira, no Cosme Velho, em frente ao São Vicente, se aquilo ali puder ser feito tipo um Sesi da vida, uma Firjan, que fizeram lá na Eduardo Guinle, se puder ser feito ali, recuperar um ótimo espaço verde, e deixar o que já tem para fazer uma grande praça ali para os moradores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Obrigado, dona Emilia.

Com a palavra, senhora Eloísa Elena Torres, diretora adjunta da Associação de Moradores de Laranjeiras.

A SRA. ELOÍSA ELENA TORRES – Boa tarde, colegas.

É um prazer estar aqui com vocês. Apesar de a Mesa ser toda masculina, quero deixar aqui, as mocinhas estão ali atrás, só atendendo os nobres vereadores, deixar registrado isso. Eu também sou moradora aqui de Laranjeiras.

Como eu sou uma das últimas a falar, me comunicar, todos já falaram, eu vou só reforçar a necessidade, Vereador Pedro, o senhor falou do Estatuto das Cidades, que prevê estudo de impacto de vizinhança, não sei se o senhor reparou. Então, é absolutamente necessário, como disse a colega, esse estudo, antes de fazer uma aprovação de um projeto.

Outra coisa também que eu gostaria de ressaltar, que eu acho que ninguém falou, que aplicar apenas 6% do valor dos R$ 300 milhões é muito pouco dinheiro, não é nada. E eu acho que um vereador falou que os clubes destinam R$ 4 milhões para a saúde, educação – também isso não é nada. Esse prédio aqui ao lado, cada apartamento vale R$ 1,5 milhão. Então, 6% de R$ 300 milhões dá R$ 18 milhões – isso é muito pouco. Essa "taxa" deveria ser de, pelo menos, 15%, para poder realmente criar área verde, investir em educação e saúde, porque esse valor é muito diminuto.

Se você pensar bem, se todos esses clubes destinam apenas R$ 4 milhões, eu fiquei perplexa com esse dado. É muito pouco para um investimento desse tamanho.

Portanto, gostaria de, mais uma vez, pedir aos senhores que, primeiro, façam esse estudo de impacto de vizinhança previsto no Estatuto das Cidades. E realmente em uma audiência pública, o próprio nome já está dizendo, nós escutamos a sociedade. Então, queria reforçar esses pontos e, também, as propostas do historiador Irineu.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Com a palavra, o senhor Cláudio Iuzi, engenheiro civil.

O SR. CLÁUDIO IUZI – Obrigado. Bom dia a todos. Eu não tinha previsão de falar.

Parabenizo a Mesa, parabenizo esse instrumento, como cidadão carioca. Sou engenheiro civil, já construí inúmeras unidades em toda a cidade. Acho que nós estamos em uma democracia, então, opiniões contrárias são bem aceitas, mas eu quero salientar alguns pontos.

Primeiro, não tem dinheiro público envolvido. Ninguém comentou nisso. Todos vocês que comentaram não tocaram nesse assunto. Esse é um detalhe extremamente importante. Outra coisa, eu tenho certeza de que o que está sendo previsto, projetado, é uma melhoria das instalações do Fluminense, que todos vocês moradores utilizaram muito. O senhor, principalmente, que morava em frente, deve ter usado muito e deve ter reclamado, mas seus vizinhos, seus familiares, e viram as condições que não eram das melhores.

Não é um shopping, são apenas melhorias para os sócios e os outros que frequentam e utilizam as instalações. São melhorias extremamente interessantes e válidas algumas observações.

Queria salientar que no Centro da Cidade já está sendo feito um retrofit, já há inúmeros apartamentos, inúmeras instalações que a Prefeitura incentivou para morar. Realmente tem inúmeros prédios abandonados, como tem também na Avenida Brasil, ali na área de São Januário, principalmente, inúmeros galpões.

Então, eu não sei se a Prefeitura, Vereador Pedro, tem ali várias áreas que, de repente, poderiam ser construídas perto da Barreira do Vasco. O antigo Sabão Português, tem várias instalações ali que talvez não estejam contempladas, mas que podem ser uma opção.

E posso garantir a todos vocês que não faço parte da direção do Fluminense, mas conheço todos e muito bem, e tenho certeza que o projeto vai ser estudado, cada detalhe, cada ponto, para ser o melhor para a comunidade. O estacionamento previsto é para que não tenha problemas de

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

acesso, que não crie nenhum trauma para a comunidade, para os moradores. Toda hora tem tumulto aqui no Palácio Guanabara. E vocês, moradores, vocês reclamam disso, desse transtorno que toda hora tem gente fazendo tumulto aqui no Palácio Guanabara? Eu não sei. Eu nunca vi associação dos moradores reclamar no Palácio Guanabara, e isso interfere no acesso e na vida de vocês.

Eu posso garantir que será um exemplo de projeto bem-sucedido, conversado com vocês. Tem muita área verde para ser contemplada. De repente escolas, postos de saúde, melhorias de postos de saúde, e outros detalhes que podem ser contemplados. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Muito obrigado, Senhor Cláudio.

Com a palavra, o Senhor Rafael Rolim.

O SR. RAFAEL ROLIM – Boa tarde a todos. Meu nome é Rafael Rolim.

Enfim, eu subo à Mesa hoje como cidadão carioca, embora seja sócio do Fluminense, e muitos me conhecem aqui. Como tenho três minutos, vou dividir minha fala em três atos.

O primeiro ato é dar parabéns à Câmara Municipal, parabéns ao Fluminense Football Club, porque nós estamos fazendo uma audiência pública. Vozes contrárias, opiniões divergentes fazem parte de uma democracia, e é isso que a gente está vivenciando hoje: um espaço adequado, com as mídias apresentadas, com o debate sendo franqueado a todos. Para uma intervenção urbanística dessa monta, qualquer projeto tem que ter como premissa uma audiência pública e de qualidade, que é o que estamos vendo hoje. Então, já fica aqui registrado na Mesa, tanto para a Câmara Municipal quanto para o Fluminense, os meus parabéns por estarem permitindo que possamos ter esse diálogo com a sociedade civil, com as entidades representativas e com todos, que hoje estão aqui presentes.

O segundo ponto é o instrumento legal utilizado, que é recente, vamos dizer assim. É algo que ainda não teve o seu amadurecimento total, mas, como qualquer instrumento legal, é passível de elogios, de críticas, de adequações, de desenvolvimento ao longo do tempo. É para isso que se faz esta Audiência Pública, é para isso que a Câmara Municipal se dispõe a escutar todas as partes e o terceiro ponto, que eu acho que é o mais importante – e eu vou aproveitar algumas falas que me antecederam – e dizer que esse projeto não beneficia uma instituição privada, não, esse projeto é muito maior que isso.

Entender o Fluminense Futebol Clube, os clubes coirmãos como entidades privadas tão somente, na minha visão, é olhar esse sistema esportivo nacional e Fluminense, no nosso caso, de uma forma muito limitada. Esse projeto, quando ele preserva as características urbanísticas do Fluminense Futebol Clube, do estádio, das suas unidades, ele está preservando a cultura da cidade.

O que nós temos aqui e vimos aqui no vídeo que foi apresentado, muito importante, é que o Fluminense ensinou o que é torcer para o Brasil, não conhecíamos a expressão "torcer". O Fluminense trouxe para a cultura da cidade participar de jogos porque não existia isso. Foi o estádio das Laranjeiras que trouxe essa cultura que hoje é disseminada por todo o Rio de Janeiro.

Quando você traz um projeto como esse, urbanístico, que visa preservar a cultura da cidade, ela tem que ser elogiada e tem que ser olhada não sob um viés de uma entidade privada, mas de uma questão cultural da cidade.

O Rio de Janeiro, terminando a minha fala, sofreu ao longo dos anos, desde o Brasil Império, do Distrito Federal, enfim, por ser uma cidade culturalmente muito rica, com muitos tombamentos, com a falta do apoio do Poder Público para preservar a cultura da região que, na verdade, é cultura nacional, não é só cultura fluminense.

E o que hoje eu vejo aqui – e aio muito satisfeito como cidadão carioca, como cidadão fluminense – é um projeto que preserva a cultura da cidade. Preservar o Fluminense Futebol Clube, preservar o entorno da Laranjeiras como ele foi concebido ao longo da sua história, é preservar a Cidade do Rio de Janeiro.

Parabéns ao Fluminense, parabéns à Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Senhor Lauro Cernicchiaro, Conselheiro do Fluminense.

O SR. LAURO CERNICCHIARO – Boa tarde a todos, boa tarde à mesa. Bem como o Rolinha acabou de falar, só elogios ao projeto. O morador ali, o nosso amigo ali, falou que mora há 15, 20 anos.

Por favor, olha aqui para mim, amigo. O Fluminense mora aqui há mais de 100 anos, desde 1902, o Fluminense foi mutilado no estádio, para que? Para a melhoria do bairro em que vocês moram, para o Túnel Santa Bárbara ser construído, senão vocês nem chegariam aqui.

O Fluminense já fez a parte dele. O Fluminense cedeu mais de 1.000 metros quadrados da área construída e vocês vêm falar aqui de refrescamento, Corcovado... Fluminense é história!

Eu quero parabenizar vocês pela atitude, entendeu? Eles não se reuniram na piscina para fazer esse projeto, são anos de estudo. Não tem nenhuma criança aqui, é tudo político, vereador, advogado, engenheiro, arquiteto. Aí vem questionar o projeto, a legalidade de projeto? Pelo amor de Deus! Vocês têm que dar graças a Deus que vocês moram ao lado do maior clube do Brasil, só isso.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Senhor Deley, ex-jogador do clube.

O SR. DELEY – Boa tarde a todos, cumprimento a mesa. Eu estava aqui atento, só queria pedir desculpa ao Mário, que me citou, porque eu tive que dar uma saída muito rápida. Eu queria dizer a vocês o seguinte: Como disse o Mário, essa conversa teve início lá atrás, quando fomos discutir a questão do CT do Fluminense, em que o clube, assim como vários outros clubes, não tinha condições de dar sua contrapartida, principalmente Fluminense e Vasco, em relação ao acesso aos clubes. Então, nós tivemos realmente que fazer um apelo e Eduardo Paes se sensibilizou.

Eu queria, inicialmente, dizer o seguinte: eu não entendo nada, não sou especialista na área urbana, não sou especialista na área ambiental, não sou especialista na questão viária, que evidentemente são fatores importantes para as pessoas que moram aqui no bairro. E, claro, é legítimo que se tenha essa preocupação. Mas também é legítimo, e eu gostaria que as pessoas que se colocaram aqui de forma contrária ao projeto, legitimamente contrária, preocupadas, acima de tudo, com a questão dos acessos e com outras questões que realmente são importantes, observassem um detalhe que talvez tenha passado despercebido.

Primeiro, eu não concordo com o que foi falado por um senhor que se colocou aqui como arquiteto. Em momento algum eu vi, dentro do projeto, que se estava criando um shopping. O que está sendo criado são algumas lojas para melhorar, evidentemente, o conforto, e mais uma área de lazer que o Fluminense vai proporcionar. Como foi dito aqui, o Fluminense foi decapitado de uma forma que não houve condições de nenhum tipo de discussão para que houvesse, sim, a melhoria do bairro.

Fica aqui, para reflexão daqueles que moram em Laranjeiras, que a reforma das Laranjeiras, principalmente neste momento social inseguro em que vive a Cidade do Rio de Janeiro, não se parou para pensar, Rolim, que o clube reformado vai oportunizar àqueles que moram aqui em Laranjeiras um espaço muito mais moderno, um espaço onde as crianças vão ter uma oportunidade muito maior de lazer. E a gente sabe hoje o quanto é difícil, por exemplo, você ir à praia, principalmente nos finais de semana. Então, eu acho que isso representa um reposicionamento, no sentido de se criar novamente uma vida dentro dos clubes sociais. E o Fluminense é um dos clubes sociais mais importantes e que já teve inúmeras atividades aqui dentro.

Eu me lembro de quando cheguei aqui com 14 anos. Evidentemente, tenho uma relação afetiva enorme com esse clube, enorme com essa sede. Para quem não sabe, eu sempre conto esta história: lembro que, quando pisei aqui pela primeira vez, a qualidade e, realmente, o luxo que essa sede representava eram tão grandes que dava vontade de tirar os sapatos para entrar aqui dentro. Então, acho que deveríamos, sim, ficar atentos,

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

moradores de Laranjeiras, ao espaço e à modernização que serão criados para que não só aqueles que são sócios, mas também aqueles que moram no entorno do Fluminense possam aproveitar.

Eu sei, porque sou frequentador do clube, que pessoas de outros clubes utilizam aquilo que é oferecido pela sede social. Imaginem uma sede moderna, bonita, onde serão oferecidos vários outros tipos de serviços para que vocês, moradores de Laranjeiras, também possam usufruir deles. E, sem sombra de dúvida, nós não podemos ser penalizados mais uma vez. Fomos penalizados com a decapitação de um pedaço do nosso clube. Não podemos ser penalizados pelo fato de sermos tombados e, por isso, não podermos nos modernizar.

Porque é simples: se não nos adequarmos, não nos modernizarmos e não tivermos a chance de modernizar aquilo que é um patrimônio não apenas do Fluminense, mas do Rio de Janeiro, o que vamos ter no futuro é mais um edifício tombado, como tantos que vemos no Centro da cidade, daqui a pouco totalmente destruído. Então, eu gostaria que vocês fizessem essa reflexão.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Para finalizar, por favor.

O SR. MAURO CERNICCHIARO – Sem sombra de dúvida, realizar mais alguns estudos urbanísticos e sobre a questão viária é justíssimo para aqueles que moram em torno do Fluminense. Agora, não conseguir enxergar os benefícios que essa modernização vai trazer também para Laranjeiras, me perdoe, eu entendo como um equívoco.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Com a palavra, o senhor Sérgio Dias, engenheiro e urbanista, por favor.

O SR. SÉRGIO DIAS – Boa tarde, senhoras e senhores. Obrigado pela participação.

Quero Cumprimentar a Mesa, Vereador Boró, demais vereadores, diretoria do Fluminense, presidente Mattheus. Eu queria dizer que a propriedade dessa instituição é do Fluminense, mas é um patrimônio público, a cidade agradece, agradece não só a sua gestão, mas todos os seus antecessores por manter isso. Acho que esse ambiente aqui deste salão já diz tudo.

Essa lei tem o puro objeto, restauro e incentivo do patrimônio dessa instituição. O nosso deputado também contou uma história do Fluminense, que não é a história do Fluminense, é a história da cidade, é a história do esporte brasileiro, é a história da nossa seleção. Então, isso são patrimônios que têm que ser resguardados e incentivados.

O clube não pode – os clubes –, isso não é um projeto para o Fluminense, é extensivo a todos, o Vasco se beneficiou, o clube não pode se beneficiar do seu direito de construir. Então, fica absolutamente caracterizado que isso é de interesse público, previsto no Estatuto das Cidades e no Plano Diretor da cidade.

Então, o Fluminense deve e pode se beneficiar do direito de transferir, do direito de construir a transferência de potencial construtivo. Evidente que toda lei, todo projeto de lei tem que ser aprimorado, tem que ser discutido. Por isso essa audiência, e, se houver necessidade de que haja outras, especialmente na situação das áreas receptoras e detalhes dessa lei que estão sendo discutidos. Para isso é o fórum certo.

Vim trazer, como urbanista, o meu apoio, inclusive, parabenizar a iniciativa da Câmara de Vereadores e o abraçar da Prefeitura, Poder Executivo, para esse projeto. Lembrando que eu participei do projeto Porto Maravilha, foi a primeira operação urbana consorciada, e nós temos hoje toda uma área que antigamente estava totalmente degradada para a cidade – eu tive a coragem de propor a demolição do elevado da Perimetral. A cidade inteira, toda a mídia, todos os jornais criticavam, e hoje o fato de não ter o elevado e ter substituto de circulação viária e tal revitalizou aquele trecho da cidade, que hoje é o maior polo receptor de unidades residenciais de todas as faixas de renda da cidade.

Quero lembrar também que o Reviver Centro é um projeto de iniciativa da cidade que também prevê transferência de direitos de construir e está trazendo *retrofit*, beneficiando e revitalizando o Centro da cidade, coração do nosso Rio de Janeiro.

Nesse sentido, quero aqui parabenizar a iniciativa, apoiar o projeto de lei e incentivar, de alguma maneira, essa iniciativa. Quero parabenizar o Fluminense e a Cidade do Rio de Janeiro, que ela também se beneficia com isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Obrigado. Bom, encerrou aqui a fala dos inscritos. Então, para as considerações finais, eu queria convidar aqui o senhor arquiteto Anderson Freitas, que dispõe de dois minutos.

O SR. ANDERSON FREITAS – Bom, eu acho que todo projeto de caráter público acaba trazendo esse tipo de conflito, faz parte dessa discussão.

Eu acho importante que sejam esclarecidos alguns pontos que aqui foram tocados.

Foram alguns que eu acho relevantes, desde a questão da paisagem, da possibilidade da relação mais da rua com a paisagem, da relação com o Palácio da Guanabara e, fundamentalmente, pelo caráter de shopping, que foi aqui nomeado por algumas pessoas.

Acho que a relação hoje com a paisagem, pelo contrário, o Fluminense procura eliminar os muros para a cidade, e, com isso, inclusive dialogar abertamente, em relação à vista que você pode ter, porque hoje é um muro, você passa a ter simplesmente readequado e redesenhado uma tela que já existe para o campo de futebol. Estou falando agora especificamente da Pinheiro Machado, com a substituição de uma nova tela que proteja também em relação ao campo e à rua, mas que não tem mais muros de fechamento. Portanto, essa relação está completamente descortinada. E, aí, cada intervenção que vai aparecer no projeto, ela vai procurar delicadamente dialogar com a pré-existência.

Em relação ao Palácio da Guanabara, é verdade, realmente sempre houve um diálogo muito interessante da sede histórica do Fluminense com o Palácio da Guanabara, inclusive, ao fundo, os fundos do Palácio da Guanabara possuem jardins extraordinários, que eram de uso público no passado. Você atravessava por uma alameda entre o estádio e o Palácio de Guanabara, e que hoje está cerceado, e não por culpa da sede histórica ou da administração do Fluminense, porque o próprio Palácio de Guanabara fechou e ninguém tem acesso mais.

Com essas novas aberturas dessas esplanadas públicas que vão organizar, inclusive, os fluxos entre pessoas e carros, fundamentalmente para um funcionamento saudável da instituição, afinal de contas, você não pode sair de um estádio e já cair direto em uma calçada, isso não faz sentido. Por isso, essa readequação de coisas que já eram preexistentes, os carros já paravam ali naquele lugar, e tinha esse conflito com os usuários. Então, a ideia desse edifício é justamente criar essa condição de uma nova esplanada e reorganizar os carros de uma forma que não conflita, que não busque conflito com as pessoas. E já que a gente aproveita essa construção, ampara com mais áreas de que o clube possa se utilizar.

E, em relação ao outro lado, no caso da relação com a Pinheiro Machado, a mesma coisa, uma nova esplanada de desafogo e que vai, naturalmente, propor para a cidade que esses espaços possam também dialogar e ativar o uso da cidade. Lembro, quando mostrei esse projeto pela primeira vez, que havia uma certa preocupação, até por parte da diretoria do clube, porque uma parte do terreno, que é esse residual que ficou...

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Dois minutos, favor concluir.

O SR. ANDERSON FREITAS – Vou encerrar. Ele ia ser subtraído do clube e ficar mais para a cidade que para o clube, e que, imediatamente, o Mário Bittencourt teve a sensibilidade de perceber que não era essa a questão de quem é proprietário de uma determinada área, mas que, se estivesse servindo para fortalecer o diálogo com a cidade, ele era um caminho que interessava à administração do clube, e, por isso, foi feito dessa forma.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

E, para encerrar, eu acho que é um entendimento muito equivocado do que é shopping e do que é um equipamento público. Um shopping nega a cidade, ele é fechado em si mesmo, onde o comércio acontece, as atividades daquele lugar acontecem fechadas. O que acontece aqui hoje no projeto da Sede das Laranjeiras é diametralmente oposto a esse caminho. É um projeto que recupera o tecido urbano da cidade, que dialoga com a cidade, e que, com isso, outras consequências virão para deixar mais saudável o dia a dia da cidade, como, por exemplo, a questão da segurança.

É muito melhor você passar por um lugar onde tem um espaço público que é ativado a qualquer hora do dia, à noite inclusive, do que você ter um muro onde você nem sabe se você pode ser assaltado ou não. Acho que tudo isso que está sendo feito aqui é para devolver para o bairro e para a cidade o caráter que sempre foi do Fluminense, um clube democrático, extremamente democrático, que atende aos anseios da população da Cidade do Rio de Janeiro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Muito obrigado. Com as considerações finais, Presidente Mattheus Montenegro, que dispõe de dois minutos.

O SR. MATTHEUS MONTENEGRO – Acho que o recado final é só para agradecer a todos que ficaram aqui até esse momento, todo mundo que foi ali para manifestar sua posição. E dizer especialmente aos senhores que falaram contra o projeto, Senhor Isidoro, que tá ali em pé, Senhor Mauro, Senhor Irineu, Senhora Emilia, que o Fluminense é um clube do diálogo sempre, a gente vai estar sempre aberto a ouvir as ideias contrárias e conversar para construir. O que é importante ficar claro é que aqui não tem nenhum projeto de um ente privado contra a sociedade. Na verdade, é tudo junto. É o que o Fluminense faz pela sociedade, e que vai fazer muito mais.

Queria dizer ao Senhor Irineu, que mencionou a questão das escolas aqui, que o Fluminense não só tem a parceria com escolas, como tem como um dos seus projetos construir uma escola, a Escola Fluminense é um projeto que já está em curso.

Em relação a essa preocupação sobre o que o Fluminense pode entregar à sociedade, o senhor pode ficar muito tranquilo, que é uma nossa preocupação, desde sempre. A gente já faz e vai fazer cada vez mais.

Muito obrigado pela presença de todos. O Fluminense fica à disposição.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE BORÓ) – Obrigado, Presidente.

Quero aqui falar como presidente desta audiência pública; como presidente da Comissão de Esportes, Lazer e Eventos; como vereador; como tricolor e como alguém que ama esta cidade.

A primeira pergunta que eu queria fazer para os moradores do bairro de Laranjeiras, que se posicionaram contra o projeto ou que fizeram algumas indagações. Se nós não tivermos investimentos no bairro, o bairro de Laranjeiras pode ficar igual o bairro do Centro ficou há alguns anos e depender de projetos para refazer o bairro, para um *retrofit*. Onde não há investimento, há destruição, há abandono. Então, pôde se perceber aqui algumas faltas de entendimento ou de comunicação.

Então, antes de a gente se pronunciar contra, é necessário a gente procurar entender e tirar dúvidas. O clube está de portas abertas e a Câmara Municipal do Rio está de portas abertas. Pensando nisso, junto com o presidente, tomamos a iniciativa de fazer este debate aqui na casa de vocês. A Câmara Municipal também é a casa de vocês, porém, para que ficasse mais próximo; para que ficasse aqui com fácil acesso a todos, decidimos fazer esse debate aqui.

Toda a estrutura da Câmara Municipal de Vereadores – secretário, presidente, dirigentes do clube, conselho – está aqui, para que tenhamos o entendimento de todos de que esse é o melhor caminho. Ou está satisfatório passarmos pela Pinheiro de Machado do jeito que está, escuridão. A Prefeitura fazendo investimentos na iluminação, mas se o clube também não fizer investimento na sua infraestrutura, daqui a pouco, o que vai ser desse clube? O que vai ser aqui do entorno?

Acho que a gente precisa ver com bons olhos; entender que todos estão aqui por um objetivo de melhorar não só o clube; de melhorar o bairro; de atender às expectativas dos torcedores; de fazer o social, como foi falado aqui por outros vereadores e por mim também, com relação às contrapartidas sociais. Temos que pensar que temos filhos – alguns dos senhores, netos –, que irão usufruir da nova estrutura que está aqui; que será feita aqui.

Isso vai trazer mais segurança para o bairro; vai trazer modernidade. Nada do que foi falado aqui, de construir shoppings, prédios. O projeto está muito claro: para modernizar as estruturas, as dependências do clube, sem afetar o entorno; buscando melhorar a mobilidade. Temos o secretário de Urbanismo, o Guerrante, que vem fazendo um ótimo trabalho. E o projeto não está pronto, 100% finalizado. Ele foi apresentado no ano de 2025, por iniciativa do clube. Eu quero parabenizar ao sempre presidente Mário Bittencourt; ao presidente Mattheus Montenegro; ao vice-presidente Ricardo Tenório, pela reformulação no futebol e nas estruturas, agora, e dependências do clube com esse projeto.

E a Câmara aqui, com os vereadores, amadurecendo as ideias, fazendo com que esse projeto seja viável e atenda a todas as necessidades. Estamos abertos a ouvi-los.

Então, eu sou muito positivo a esse projeto, de acordo, até porque esse projeto vai servir também de incentivo, até para os outros clubes que dizem que são pequenos – mas, para mim, todos os clubes são iguais. Eu falo isso também defendendo o Olaria, que já se colocou interessado num potencial construtivo para o futuro; o Bangu Atlético Clube, que é o maior clube da Zona Oeste. Quem conhece a história do Bangu sabe do que estou falando. Mas não podemos ficar pensando só no passado, precisamos avançar. A cidade avança, a população vai se inovando, e se a gente deixar para trás, não é só o futebol que fica de lado, é a cultura, o lazer, o investimento, a economia. E é isso que a gente não quer, que seja uma cidade que venha a retroceder.

Então, que fique aqui uma reflexão de todos, para que a gente possa olhar com muito carinho os benefícios que esse projeto venha a trazer, não só para o bairro de Laranjeiras, mas para toda a sociedade carioca, para todo o torcedor fluminense e para o futebol carioca. E pensando que, no ano que vem, teremos uma Copa do Mundo Feminina, onde o Rio será uma das sedes, precisamos ter estrutura também para as mulheres, através do legado que essa Copa do Mundo vai deixar para a nossa cidade.

Então, que Deus nos abençoe. Encerramos aqui esta Audiência Pública, e que sejamos positivos a esse projeto, no objetivo único de melhorar cada vez mais a nossa cidade. Muito obrigado a todos.

Está encerrada a Audiência Pública.

(Encerra-se a Audiência Pública às 13h26)

LISTA DE PRESENÇA

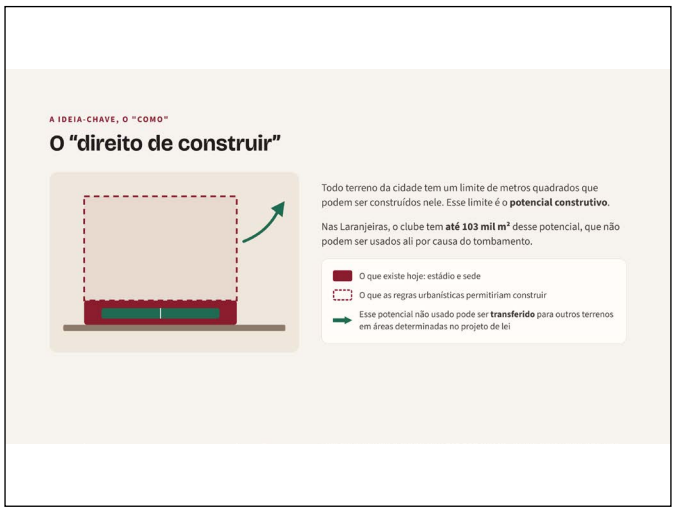
Humberto José Vellozo; Raíssa Soliva; Fiore Ciambarella; Reginaldo Rolim; Igor Siqueira; Carlos Araujo; Emília Bendelak; Marcus Vinicius Cerqueira Limão; Pedro Oliveira Júnior; Virginia Vieira; Renan Guimarães; José Eduardo dos Reis; Camilo Augusto Sequeira; Roberto Carlos Fernandes Salles; Denise Slutzky; André Luiz Taveira; Marcus Vinicius Seixas; Ricardo Lemos; Cristal Rosa Pinheiro; Patrícia Figueiredo de Castro; Daniel da Silva; Marllon Sevilha; Ana Paula Faria; Gustavo Wermelinger; Newley Santos; Fabio Ramos; Luiz Lira; Marcos São Paulo; Daniel Muniz; José Carlos Andrade; Celso Icaro Tavares; Margareth Tavares; Marcos Esteves; Matheus Marcos Ferreira; José Melo da Silveira; Gabriel Campos Lima; Carlos Moreira; Luiz Fernando Moura; Anderson Fabiano Freitas; Gilberto Simões Perez; Roberto Braga; Carlos Eduardo Ramadas; Aurélio Molina; Luiz Othon Bezerra de Mello; Mauro Salinas; Izidoro Jeronimo da Rocha; Tamara Moreira; Tânia de Albuquerque; Sydnei Menezes; Eloisa Elena Torres; Glaube Ribeiro; Rosendo Luís da Silva; Vitor Rodrigues da Silva; Heraldo Carvalho da Silveira; Isaac Galvão; Cristina Rigitano; Marcio Martins; Ana Beatriz Santos de Lima; Pedro Henrique Santos de Lima; Claudio Baena Iusi; Luciano Soares; Gustavo Di Sarli; Nardo Gutlerner; Gustavo Marins; Milton Mandelblatt; André Moura; Rui Reisinger; Gabriel Pedey; Denise Mendes; Luiz Fernando

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Rocha; Carlo Roberto Simi; Pedro Krause; Sergio Moreira Dias; Sandro Rodrigues; Valéria Hazan; Gizele Azevedo; Nireu Cavalcanti; Rosemary Compans; Caroline Torres; Mauro Albuquerque; Miria Maleque; Lauro Cernicchiaro; Rafael Rolim; Marcelo Sallaberry; Marco Iulio; Marcelo Barbosa; Rodrigo de Oliveira; Bernardo Rubião.

ANEXO I

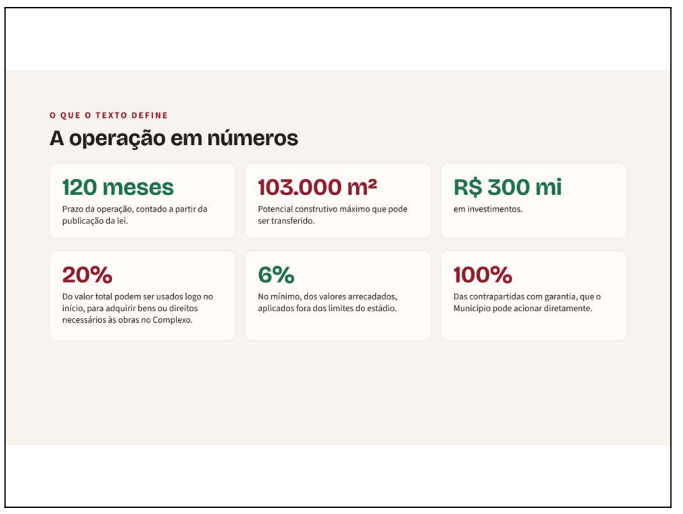




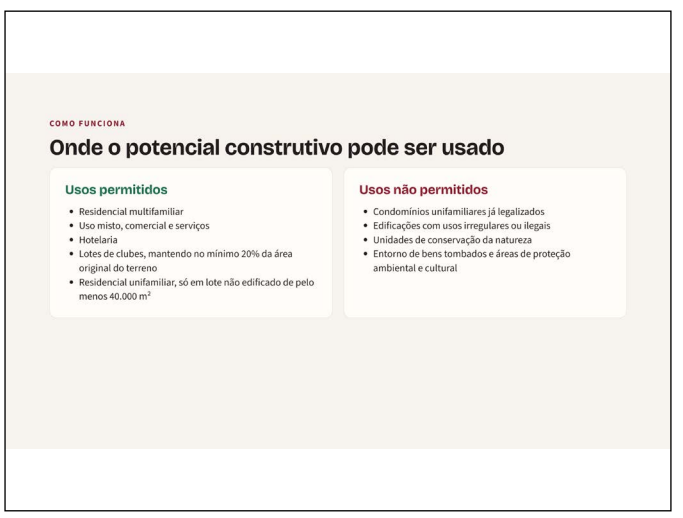












DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

BENEFÍCIOS · OUTRAS REGIÕES

Áreas Receptoras (recebem o crédito)



Zona Norte
Faixas de 800m ao redor dos corredores de transporte

Zona Sudoeste
Áreas na Baixada de Jacarépagua, Barra e Recreio

Áreas Receptoras

BENEFÍCIOS · OUTRAS REGIÕES

Outras regiões

PERTO DO CT

Cidade de Deus

- Escola de futebol "Guerreirinhos" no campo society
- Rua Oscar Alfredo Sebastião Cox urbanizada
- Prioridade para moradores nas contratações

RECEBEM OS CRÉDITOS

Zona Norte e subúrbios

Terrenos perto da Av. Brasil, Linha Amarela, trens, metrô e BRT podem ganhar até 3 andares a mais.

Barra e Jacarepaguá

Dez áreas com regras próprias, com prédios de 4 a 18 andares, conforme a área.

Mobilidade: quem constrói com esses créditos paga ao Fundo de Mobilidade Urbana, que investe na mesma região.



BENEFÍCIOS · LARANJEIRAS

O que muda em Laranjeiras

No estádio e no clube

Obras de melhoria e ampliação no estádio, arena, ginásio, sede social, teatro, piscina e parque.

No entorno

- Calçadas recuperadas e acessíveis
- Mais árvores e iluminação pública
- Mais segurança para pedestres
- Estudo de trânsito e estacionamento
- Fachada tombada restaurada



Entorno do Estádio Presidente Manoel Schwartz

Área prioritária aprox. para as melhorias: entorno de 300 m do estádio (Anexo IV)

GARANTIAS

Regras de proteção e fiscalização

O dinheiro não pode pagar

- Dívidas do clube
- Salários e premiações
- Compra de jogadores
- Despesas de uma eventual SAF

Como é controlado

- Saque só conforme a obra avança
- Garantia de 100% das contrapartidas
- Balanço auditado todo ano

Quem acompanha

Um Conselho Consultivo com Prefeitura, Câmara, clube, empresa da operação e associações de moradores.

Reuniões públicas e atas no Diário Oficial.

BENEFÍCIOS · LARANJEIRAS

O que muda em Laranjeiras

Propostas de melhorias do entorno Comissão de Assuntos Urbanos

1. **Ciclovia do entorno**



2. **Praça Duque Costa**



Propostas

- Academia da terceira idade
- Novos equipamentos: infantil e estação de treino
- Parcão
- Renovação da pintura
- Construção de pista de skate
- Empenas com arte urbana
- Novos mobiliários
- Melhoria da iluminação na altura do pedestre

CAMINHO PARA SER APROVADO

Próximos Passos

Nov/2025	Agora	Depois	Se aprovado
Projeto apresentado na Câmara	Audiência pública e análise nas comissões	Pareceres e votação em plenário	Regulamentação, projetos detalhados e obras em até 10 anos

BENEFÍCIOS · LARANJEIRAS

O que muda em Laranjeiras

Propostas de melhorias Comissão de Esportes, Lazer e Eventos

1. **Sala multissensorial no Complexo de Laranjeiras**



Lei Nº 7.973/2023

Obrigatoriedade de estádios, ginásios e arenas esportivas com capacidade igual ou superior a 5.000 pessoas a criarem espaços reservados e salas sensoriais adaptadas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

FALE CONOSCO

Contatos

COMISSÃO

Esportes, Lazer e Eventos

Presidente: Felipe Boró
Vice-Presidente: Zico
Vogal: Fernando Armelau

comissao.esporteselazer@camara.rj.gov.br

COMISSÃO

Assuntos Urbanos

Presidente: Pedro Duarte
Vice-Presidente: Zico
Vogal: Átila Nunes

comissao.assuntosurbanos@camara.rj.gov.br

AUTORES DO PLC Nº 87/2025

Vereadores Carlo Caiado, Flávio Valle, Felipe Boró, Flávio Pato e Luiz Ramos Filho

ANEXO II

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Fluminense Football Club

Centro de Treinamento Carlos Castilho

Projeto de reforma
Apiacás arquitetos
2023



Terraço integrado ao edifício do setor 1 do Centro de Treinamento 9



Vista aérea do Centro de Treinamento Carlos Castilho - Acesso principal 3



Vista aérea do Centro de Treinamento Carlos Castilho com campo 1 em primeiro plano 11



Centro de treinamento visto a partir do campo 1 5



Vista posterior do Centro de Treinamento Carlos Castilho 13



Setor de fisioterapia visto a partir do campo 2 7

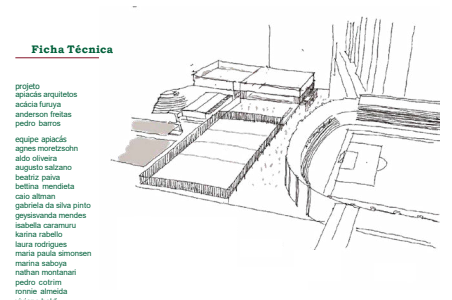


Edifício do setor 1 e Portaria da entrada principal 15

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO



Edifício do setor 1 visto a partir do estacionamento de visitantes. 17



Ficha Técnica

projeto
apiacás arquitetos
acácia furuya
anderson freitas
pedro barros

equipe apiacás
agnes moretzsohn
aldo oliveira
augusto salzano
beatriz paiva
bettina mendieta
caio altman
gabriela da silva pinto
geysisvanda mendes
isabella caramuru
karina rabello
laura rodrigues
maria paula simonsen
marina saboya
nathan montanari
pedro cotrim
ronnie almeida
viviane baldi
yona toledo

26

ANEXO III



Vista Aérea do Edifício do setor 1 visto a partir do campo 1 19

Estádio de Laranjeiras

Fluminense

Projeto de ampliação e restauro
Apiacás arquitetos
2023

“O imaginário vai junto com a bola, desliza nos pés do torcedor, concentra-se na multidão que se aglomera, gême e urra a cada passe em descrição gemainamente urbana na sua forma e no seu conteúdo numa referência que atribui ao estádio categoria de micro-organismo da cidade do Rio de Janeiro, com sentido que vai além do, simplesmente, espacial. Há uma espécie de reconfiguração de outras esferas sociais, há o deslocamento, para dentro do campo, dos anseios, modos e disputas do homem urbano. A cidade transborda para dentro do estádio, inundando-o de pulsação e vida.

— **Nelson Rodrigues**”



Vista Tempo integrado ao edifício do setor 1 21

Índice

01
entender o passado, é viabilizar o futuro

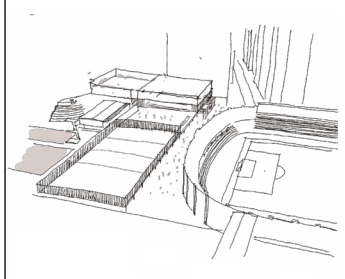
02
onde tudo começou

03
intervir para preservar

04
a cidade, um presente



Vista aérea do edifício do setor 1 a partir do campo 2 23



Entender o passado, é viabilizar o futuro

O objetivo inicial para o projeto de readequação do Estádio Presidente Manoel Schwartz, também conhecido como Estádio de Laranjeiras e Estádio do Fluminense, da Sede Social e das demais dependências do Fluminense Football Club, tem como meta principal, a possibilidade de o clube voltar a utilizar seu estádio em jogos oficiais, com presença de torcedores em suas arquibancadas centenárias. Reconhecidamente importante, pelo caráter singular na história do futebol brasileiro e da arquitetura carioca, a sede social do Fluminense Football Club e o Estádio Presidente Manoel Schwartz, cujo tombamento definitivo pelo INEPAC se dá a partir de 1998, completou 100 anos de existência em 2022. Entretanto, suas arquibancadas e seu gramado, há muito tempo encontram-se numa espécie de ostracismo, pois desde 26 de janeiro de 2003, não se realizam partidas do time principal em suas dependências.

O projeto que é apresentado neste trabalho, busca, portanto, modernizar as instalações do estádio e do clube, de maneira a se adequar às normas técnicas vigentes de segurança, do Estatuto do Torcedor, assim como das regras da Confederação Brasileira de Futebol – CBF e da Federação de Futebol do Rio de Janeiro -FERJ. Adequações estas, imprescindíveis para o retorno de eventos esportivos com a presença de público nas arquibancadas.

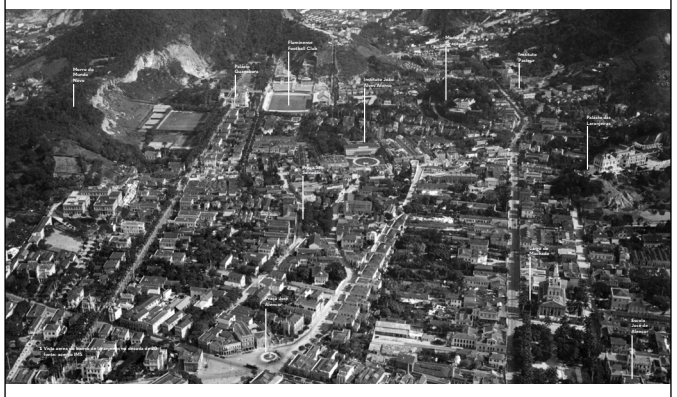
O projeto também procura resolver arquitetonicamente de uma maneira harmoniosa, a desastrosa intervenção sofrida no Estádio em 1962, que resultou na demolição parcial de suas arquibancadas, durante as obras para a construção do Túnel Santa Bárbara e duplicação da avenida Pinheiro Machado.

Por fim, buscou-se o desenho de um Plano Diretor que ordene de maneira integrada o Estádio de Futebol, a Sede Social e todo o conjunto arquitetônico construído em diferentes períodos históricos, composto pelo parque aquático, quadras poliesportivas, quadras de tênis, ginásio (antigo teatro) e demais instalações de caráter complementar como vestiários,áreas técnicas e estacionamento.

6

7

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO



1 Vista aérea do bairro de Laranjeiras na década de 1960.
fonte: acervo IHGB



11



12

O bairro de laranjeiras era, antes da bola, uma imensa fazenda de café, uma das primeiras experiências de classe média da cidade maravilhosa, loteada cuidadosamente depois que a corte portuguesa, que ficava em São Cristóvão, tentou mudar o eixo do Rio de Janeiro após a criação da República, proclamada em 1889. Oito anos depois, em 1907, o Flu ergueu, naquele pedaço de chão, sua primeira taça, e, em 1914, a Seleção jogou ali pela primeira vez. E um Brasil pós-abolição da escravatura, um Rio de Janeiro tateando seu novo estilo de vida, e, nesse sentido, erguer o estádio de laranjeiras, com seu requinte arquitetônico, suas influências francesas e a robustez de seus dois andares de arquibancada, foi uma forma competente de inserir a ida ao estádio no novo modo de experimentar a cidade - que teria pela um século que valeu, inclusive, a alcunha de cidade maravilhosa.

Acontece que a cidade maravilhosa, capital do Brasil por décadas e centro efervescente de cultura e progresso pra sempre, cobra o preço de ser assim. Quando falamos em equipamentos esportivos e de lazer, e os confrontamos com necessidades urbanas de mobilidade e estrutura, geralmente estamos falando de uma dividida que o esporte perde. No caso de laranjeiras, em 1961, essa dividida custou toda a arquibancada da linha de fundo norte do estádio, derrubada para a construção da rua Pinheiro Machado, fundamental para a expansão do Rio de Janeiro. Uma perda inquantificável, mas relativamente pouco debatida, posto que o Maracanã, com só dez anos de vida, tinindo e trincando, parecia suficiente e distraía o debate. Mais de sessenta anos passaram desde então, e o estádio está lá, à espera de, mais que um debate, uma ação a respeito de sua vida útil. O Fluminense Football Club quer agir.

11 1934 - Jogo da Seleção Brasileira nas laranjeiras
fonte: acervo Fluminense FC

12 1885 - Rua de laranjeiras
fonte: acervo IHG

17

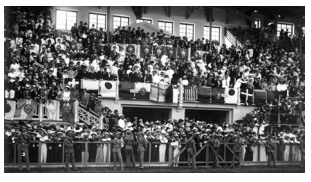
Onde tudo começou

O estádio de Laranjeiras é o Maracanã antes do Maracanã. Mais que isso: é o Centenário antes do Centenário. Quando, em 1930 e, depois, em 1950, uruguaios e brasileiros construíram estádios para receber a Copa do Mundo, a sede do Fluminense serviu de espelho e inspiração. Para a sua época, dentro do contexto do esporte em seu país, era difícil acreditar no tamanho daquela obra, que reinaugurou o futebol brasileiro, dividiu águas, centralizou os olhares e abriu gols não só o Fluminense, mas a Seleção Brasileira, que, naquele pedaço de chão, foi campeã da Copa América pela primeira vez, prenunciando a gloriosa história que teria depois. As Laranjeiras foram o primeiro ato de grandeza, ambição e protagonismo real que o futebol brasileiro exibiu aos vizinhos e para o mundo.

A tinta que pinta a tela do futebol desbota rápido. A cada camada nova de tinta, a anterior fica mais escondida, soterrada. Na esteira do tempo, nosso jogo viveu revoluções de concreto, com estádios para cem mil pessoas, passou pela Era do conforto, privilegiando mais cadeiras cobertas e carga menor de ingressos, e chegou na fase das arenas, onde os principais estádios do mundo, por fora e por dentro, mais parecem naves espaciais, futuristas no tempo presente e nem sempre conectadas com o seu entorno e a sua cidade. Há um motivo para o estádio de laranjeiras seguir de pé depois de tantas décadas e tantas novas Eras no conceito de se ocupar estes espaços. Lá não cabem 100 mil pessoas, mas repousam as histórias que você não ouve noutro lugar. A tela de laranjeiras é um quadro com tinta e moldura únicas. Seu tema não permite rasuras. O estádio faz parte do bairro e da cidade com a mesma harmonia que o futebol faz parte do Brasil.



2



3

02 1921 - vista aérea do Palácio Guanabara ao lado do Estádio de laranjeiras, inaugurado em 1919 com o jogo Brasil x Chile - pela Campeonato Sul Americano de Futebol.
fonte: acervo IHG

03 1919 - Arquibancada coberta do sede social
Inaugurada para a final do Campeonato Sul-Americano de Futebol.
fonte: acervo Fluminense FC

10







13

Pensar em restaurar e reposicionar na cidade o estádio de laranjeiras significa, antes de tudo, entender o seu lugar no mundo, e o lugar deste equipamento está claro: é um senhor muito elegante, já não apto para festas muito agitadas como grandes finais, mas ainda vigoroso o suficiente para receber visitas, mediar encontros bonitos e olhar a cidade. Para o estádio de laranjeiras olhar a cidade é preciso que um muro caia. Desde a derrubada da arquibancada em 1961, o limite entre o clube e a rua se tornou um muro alto, pintado nas cores do clube. Do lado de dentro, carros estacionados e uma área pouco funcional. Do lado de fora, pessoas que só enxergam a tinta tricolor do muro, mas não podem acessar visualmente o Fluminense que ali vive. O projeto que vai devolver o estádio para a cidade começa no fim desse pouco amigável muro.

12 1961 - Demolição das arquibancadas para ampliação da Rua Pinheiro Machado.
fonte: acervo Fluminense FC

13 1961 - Demolição das arquibancadas para ampliação da Rua Pinheiro Machado.
fonte: acervo Fluminense FC

13 1961 - Estádio de laranjeiras após demolição das arquibancadas.
fonte: acervo Fluminense FC

19

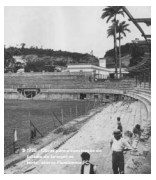


4 Estádio de laranjeiras em construção
fonte: acervo IHGB



5 Estádio de laranjeiras em construção
fonte: acervo IHGB

6 Estádio de laranjeiras em construção
fonte: acervo IHGB



7 Estádio de laranjeiras em construção
fonte: acervo IHGB



8 Estádio de laranjeiras em construção
fonte: acervo IHGB



9 1922 - Obras de ampliação para sediar os Jogos Olímpicos Latino-Americanos.
fonte: acervo Fluminense FC

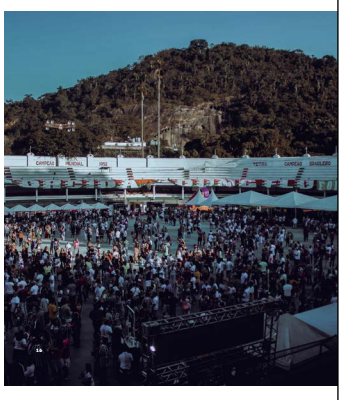
A devolução do estádio de laranjeiras para a cidade é, também, o reencontro do equipamento com o futebol competitivo, aquele que movimenta a cidade, gira catracas e cria memórias. Mesmo quando não for dia de jogo, ou ainda que a partida não aconteça nas Laranjeiras, passar pela sua frente será lembrar do legado e da ardente relação de troca afetiva entre o Rio de Janeiro e o futebol, esporte que se tornou um sobrenome do país. O que não significa que só o futebol será praticado neste novo estádio.

Será possível, agora, que as Laranjeiras recebam shows, viabilizando espetáculos de diferentes portes a partir do acesso melhorado do público e passando pelo replanejamento dos acessos profissionais (imprensa, ônibus de times ou de artistas, etc). O projeto revitalizado de laranjeiras inclui, também, novos estacionamentos, um ginásio repaginado e mais apropriado para a prática poliesportiva do que o atual, além de um fluxo de acesso que separe o clube em si do movimento causado pelo dia do evento.

Não existe equipamento antigo o suficiente para ser abandonado. Todos os palcos onde um dia fomos felizes podem voltar a sediar felicidade. O estádio de laranjeiras é mais poderoso exemplo do quanto o tempo pode afastar do baile até aquele que inventou a festa, a música e a dança. Não há segredo nesta relação com o tempo: adequar-se é necessário. Há lugares onde a adequação passa por demolições cinematográficas. Este nunca poderia ser o caso de laranjeiras. A delicadeza de seus detalhes e a imensidão de sua história impedem soluções agressivas - e nenhum de nós queria isso de toda forma. A solução de laranjeiras começa pela sensibilidade, caminha pelo realismo e se encerra na viabilidade plena.

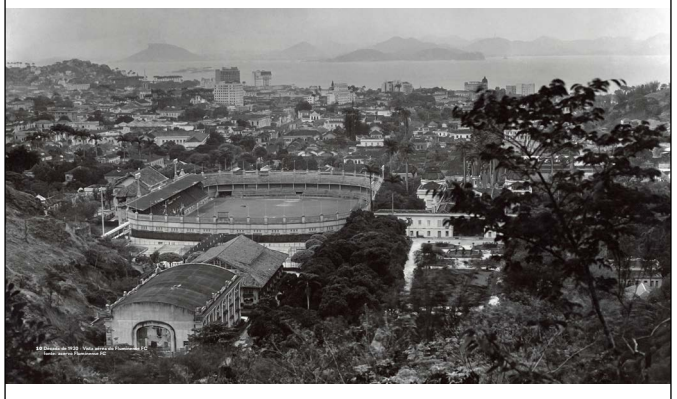
Viabilizar o estádio de laranjeiras é abraçar o futebol brasileiro.

14 2022 - Festival de Música FLU Fest
fonte: acervo Fluminense FC



15

20



10 Década de 1930 - Vista aérea do Fluminense FC
fonte: acervo Fluminense FC



17 2022 - Estádio de laranjeiras, último jogo do Flu antes da reforma
fonte: acervo Fluminense FC



18 2022 - Vista aérea do Fluminense FC
fonte: acervo arquivo



19 2022 - Estádio de laranjeiras, último jogo do Flu antes da reforma
fonte: acervo Fluminense FC

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO



28 2023 - Vista aérea do Estádio de Laranjeiras a partir do mirante da Rua Pinheiro Machado, à direita. Crédito: agência arquitetos

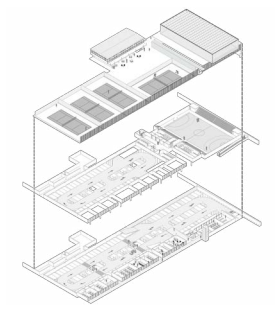


Diagrama: nova estacionamento e quadras
Figura 4

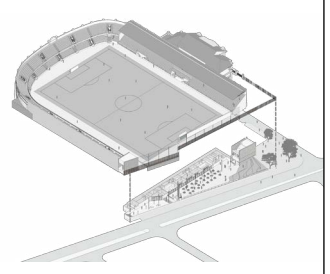


Diagrama: Praça rebaixada
Figura 5

32

33



31 Proposta para praça de acesso junto à rua Pinheiro Machado. Crédito: agência arquitetos



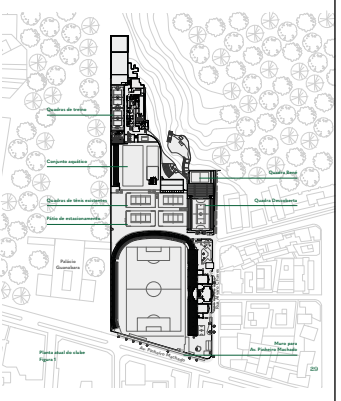
23 Esplanada interna. Crédito: agência arquitetos

Intervir para preservar

As intervenções propostas para a sede do Fluminense de Laranjeiras tiveram como premissa responder as demandas colocadas pela atual diretoria, que por sua vez tinham a intenção de ativar o uso do estádio e potencializar as atividades esportivas e sociais do clube como um todo, visando qualificar a infrastrutura a todos os esportes praticados em suas dependências. Nesse sentido o desafio era intervir e ao mesmo tempo preservar, já que estamos diante da sede esportiva mais importante do ponto de vista histórico arquitetônico do país.

A sede Laranjeiras sofreu ao longo de sua existência pequenas intervenções que descaracterizaram sua arquitetura original e de certa maneira criaram uma relação conturbada de programas diversos inseridos no seu entorno imediato. Esse modus operandi comum a muitas instituições com caráter histórico acabou por se espalhar também por outras construções originais do clube, que por sua vez acentuou o estigma da arquitetura de "puxadinho". Nesse sentido, nosso entendimento para este projeto, como plano diretor de ações futuras parte da lógica inicial do saneamento como primeira ação. Revelar o que há de qualidade arquitetônica original e a partir desse filtro e pensar as intervenções necessárias para todas as áreas do clube. Nesse sentido, a nova arquitetura deverá atuar como coadjuvantes, suporte que não se confunde historicamente com o patrimônio, mas sim criar a prerrogativa de revelar e potencializar a arquitetura original. A ideia é que as novas construções atuem como amparo e sejam de aspecto neutro, de materialidade diversa a original, porém com o elemento das três cores do fluminense sempre presente, pontuando simbolicamente os espaços intervencionados.

A partir da identificação de programas indutores, sede social, estádio, ginásio, piscinas etc., chegamos ao entendimento que a atividade promotora de maior densidade de pessoas e área de ocupação, ou seja, o estádio e a sede, naturalmente teriam o protagonismo e, portanto, deveria estabelecer as diretrizes e critérios que se estenderiam a todo plano.



Planta atual do clube
Figura 1

28

29

Esplanada Interna: um novo entorno.

Do lado interno ao clube, um novo edifício conformado como um prisma locado no perímetro demarcado em projeto onde hoje estão as quadras de saibro e quadra elevada próximo ao que hoje se dá o acesso de autos, porém implantado com distância suficiente para se desenhar uma significativa praça de convívio. Esta nova edificação deverá conter o novo estacionamento, áreas técnicas, vestiários e depósitos além de novas salas voltadas para a praça com objetivo de receber novas e existentes atividades do clube, como escritórios, cafés e lojas. O objetivo primeiro desta nova edificação foi reordenar os controles de acessos entre o estádio e as demais dependências do clube, prioritárias a atletas e sócios, além de adaptar a geometria de ocupação para conter as mesmas quantidades de quadras de saibro existentes dispostas com maior distanciamento possível para o contorno do estádio hoje estreitado pelas telas de alambrado das quadras agravado pelos carros estacionados ao seu redor. Desta maneira, as antigas quadras agora estarão estrategicamente locadas sobre este prisma em nível com o setor das piscinas e em frente ao restaurante, que por sua vez ganhará uma nova esplanada que para além das possibilidades óbvias de uso ao ar livre, deverá organizar o encaminhamento dos sócios para as demais dependências do clube e para o novo ginásio proposto no programa do plano diretor, que "pousado "sobre essa plataforma elevada, situado no mesmo lugar da antiga quadra elevada. O novo equipamento poliesportivo, terá capacidade para 800 lugares e será acessado através da futura praça do estádio, com isso facilitar o controle de permanência de não associados em áreas reservadas do clube, já que não mais será necessário cruzar internamente para acessar o antigo teatro/cinema hoje adaptado para utilização de jogos de quadra oficiais. Consequentemente, o antigo teatro / cinema deverá ser recuperado em sua arquitetura histórica e poderá voltar a ter atividades originais, funcionando como um espaço multifuncional para vários usos.

Pinheiro Machado: uma nova praça

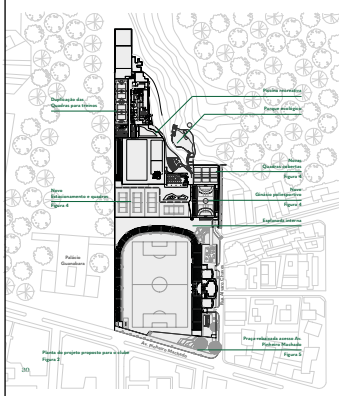
Para a outra extremidade, marcada pela cicatriz exposta depois trágica demolição para duplicação da avenida Pinheiro Machado, e que como consequência a deterioração da relação urbana com o entorno e acabou por determinar a atual ocupação assimétrica e diminuta das arquibancadas. Anteriormente ao ato inconsequente do governo de Lacerda o estádio, dava ao bairro e a cidade, uma rica qualidade de interface urbana, acentuado pelo convívio extraordinariamente aberto junto ao palácio do governo. O estádio possuía franca permeabilidade para o público externo, e, portanto, não possuía frente, nem fundos apesar de possuir um eixo de entrada principal através da sede original destinada aos sócios torcedores, e que consequentemente também demarcava a hierarquia social dos acessos.

A fratura gerou uma outra relação espacial com a cidade, agora fragmentada e desconectada com o entorno. Teve como solução imediata e paliativa assumir o espaço residual triangular, sem clara função de uso já que residual, tendo a relação com a avenida delimitada até os dias atuais por um muro com acessos controlados somente para autos.

A recuperação qualitativa, portanto, do estádio de laranjeiras passa por reconectar as arquibancadas entre si e fundamentalmente com o entorno por um novo laço, como um fio de Ariadne, agora espacialmente invisível como elemento construído, porém determinante como solução para uma outra relação com a avenida Pinheiro Machado e definindo consequentemente uma nova frente para a cidade, com um novo caráter, agora de uso e fruição publica para os futuros eventos da histórica sede de laranjeiras.

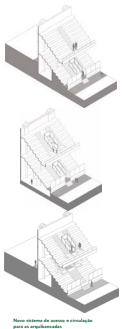
36

37



Planta do projeto proposta para a cidade
Figura 3

30



Novo sistema de acesso e circulação para os arquibancadas
Figura 2

Trata-lo como elemento central e ponto de chegada e partida para fruição e interface não somente com as demais dependências, mas também com a cidade.

O estádio, deveria respirar em relação as construções adjacentes, promovendo espaços de descompressão como praças de convívio e acesso tanto para os associados como para torcedores não sócios, não somente para atender a atual legislação e estatuto do torcedor que buscam melhorar a segurança e bem-estar de seus frequentadores, mas também visando potencializar o uso deste espaço com outras atividades que trarão recursos para o clube, vocacionado por sua privilegiada localização urbana, central, poderá promover eventos, shows para além do futebol.

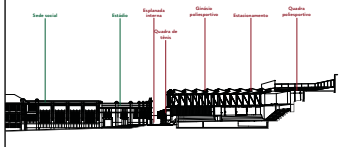
O projeto se inicia como uma ação de fora para dentro em relação a sede e estádio, criando vazios nas duas extremidades opostas, tanto para a avenida Pinheiro Machado como para o lado em contato com a parte interna do clube para que todo seu perímetro possa ser revelado com o devido valor arquitetônico, mas sobretudo possa funcionar como agente organizador dos demais setores do clube. Para tal, duas ações marcantes foram pensadas para essas extremidades:

31



22 Praça rebaixada junto à avenida Pinheiro Machado. Crédito: agência arquitetos

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

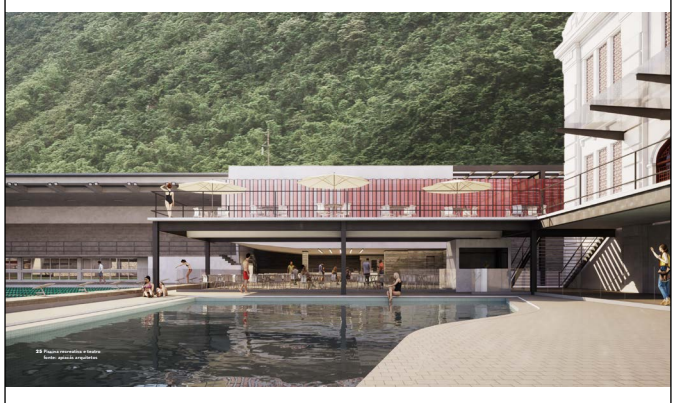


Corte
Figura 6

O diagnóstico desta ruptura entre os lados das arquibancadas e a relação com a cidade nos motivou a pensar uma nova frente, que projetada sob o mesmo critério adotado em todas as intervenções propostas, age como suporte para reforçar a altivez do patrimônio arquitetônico sem criar falso protagonismo, mas sim revelar aquilo que estava lá escondido atrás do muro, agora concretamente, restabelecendo as relações fraturadas. Uma outra nova praça, portanto, foi proposto para esta extremidade. Um espaço ora aberto ora coberto de congregação, de convivência, ativada por áreas destinadas a instalação de comércios e serviços que deverão dar vida a este novo ponto de encontro da região, além de aumentar os recursos financeiros do clube, já que se trata de áreas locáveis. Portanto, para reconectar o trecho amputado, a nova praça foi desenhada com o piso rebaixado em meio nível tirando proveito do desnível existente entre o campo e a calçada da avenida Pinheiro Machado (o campo está mais elevado) para reconectar os lados opostos das arquibancadas e ao mesmo tempo criar uma zona de descompressão para entrada e saída dos futuros eventos.

Em suma, o projeto procura ser o suporte para o que já estava lá, utilizando a arquitetura como uma ferramenta arqueológica que a descortina para a cidade e faz revelar que a tradição de um grande clube, e suas conquistas históricas, vem lastreado pela iniciativa e coragem de ofertar a cidade a 1ª grande sede do país.

O futebol se torna instituição aqui.



25 Piscina interativa e lúdica
fonte: apoio de arquitetos

A cidade, um presente

No início de agosto de 2022 apresentamos a ideia preliminar ao órgão estadual de tombamento, o INEPAC, instância máxima de tombamento em que se encontra a atual sede, após uma serie de reuniões e entendimentos junto ao corpo técnico sob coordenação do arquiteto relator do processo Roberto da Luz, responsável pelo acompanhamento das edificações protegidas pelo órgão do patrimônio estadual na região de laranjeiras e adjacências, teve uma receptividade muito profícua para o desenvolvimento do estudo preliminar, etapa inicial e fundamental para continuidade do projeto e facilitador para as demais consecutivas etapas de projeto e necessárias aprovações, até a obra concluída.

Após concluída estas tratativas e tendo finalmente o estudo definido, como plano piloto para todo complexo esportivo de laranjeiras, o relator considerou a importância deste projeto ter a imediata aprovação junto ao conselho deliberativo do INEPAC, pois entendia estar qualificado para tal deliberação, justamente por haver outros pedidos de projetos para a sede, vinda de gestões administrativas anteriores do fluminense que não haviam sido consideradas aceitas pelo órgão, pois não correspondiam as recomendações de critérios arquitetônicos de entendimento dos técnicos que atuam nas áreas de avaliação de projetos para edificações protegidas pelo tombamento.

Desta maneira, o conselho deliberativo foi reunido em uma sessão solene feita no mês de agosto do mesmo ano e, após defesa feita pelos arquitetos Anderson Freitas e Pedro Barros dos critérios de preservação e intervenções arquitetônicas o projeto foi unanimemente aprovado para continuidade das etapas subsequentes. Uma conquista para a histórica sede do fluminense que a partir de então terá a chancela de fundamental entidade para sua requalificação e modernização. Neste sentido, entendemos que a vitória não se resume ao clube e ao bairro, mas a cidade e como não dizer o esporte brasileiro em suas diversas atividades. Afinal, neste espaço, uma parte fundamental da cultura brasileira se consolidou antes do Maracanã, nosso reconhecido futebol.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa
Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

OFÍCIO CONSEP/INEPAC Nº 1108 Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2022

Ao
FLUMINENSE FOOTBALL CLUB

A/C
Sr. Luis Montenegro
Diretor Administrativo
luis.montenegro@fluminense.com.br

Ref.: Deliberação do CCT referente a proposta do restauro do Conjunto Arquitetônico e Esportivo do Fluminense Football Club, Bem Tombado Definitivo Estadual, conforme Processo E- 18/000.447/20

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho informar que, conforme deliberado em sua 1034ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento – **CET**-, realizada em 03/11/2022, **foi aprovada proposta de Estudo Técnico Preliminar apresentada por Aplasia Arquitetos Ltda. para restauro de Bem Tombado Definitivo Estadual, Esporte de Fluminense Football Club**, devidamente acordado e com processo administrativo 02/

Portanto, do ponto de vista estrito do tombamento estadual, sem prejuízo das demais legislações vigentes, **com ressalvas não se opõe ao descredenciamento do referido Estudo Técnico Preliminar**, nos termos descritos no respectivo ato deliberativo, que será disponibilizado tão logo assinado pelos membros do CET.

Ressalta-se, desde já, que decisão ora citada, não publicada do livro de tombamento patrimonial, que deverá ser previamente aprovado pelo **INEPAC**, contemplando o relatório e registros sobre o conjunto que será realizado, bem como o conteúdo histórico do bem tombado consultado em paralelo.

Deste forma, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos eventualmente necessários, e aproveitamos a ocasião para renovar elevados votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

ANA CRISTINA CARVALHO DA SILVA SANTOS
Diretora Geral do INEPAC
ID5087883-0

Protocolo INEPAC
Saída: Nº 12/9/2022

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC. Av. Presidente Vargas, 1261 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-004, Tel.: (0 21) 2334-8500, Ramal 238/211, E-mail: inepac@cultura.rj.gov.br - www.inepac.rj.gov.br



ÁREA CONSTRUÍDA ATUAL - 18.000m2
ÁREA TOTAL DO TERRENO - 47.000m2

FASE 1 – ESTÁDIO MANOEL SCHWARTZ E SEDE SOCIAL

PRAÇA DE ACESSO / RUA PINHEIRO MACHADO — **área total 3.320m²**

• Esplanada pública para acesso ao estádio	1.660m²
• 02 Praças de alimentação cobertas	720m²
• 05 Pontos comerciais para locação (bares e restaurantes)	340m²
• Loja temática do Fluminense	100m²
• Sanitários para público e áreas técnicas	600m²

ARQUIBANCADAS POPULARES / ESTÁDIO — **área total 4.360m²**

• Revitalização das arquibancadas inferiores e superiores (capacidade de público 6.300 pessoas)	3.300m²
• 03 Pontos para quiosques (venda de bebidas e comidas)	60m²
• Sanitários para público e áreas técnicas	520m²
• Circulação	480m²

SEDE SOCIAL E ARQUIBANCADA COBERTA — **área total 3.320m²**

• Arquibancada coberta (capacidade de público 700 pessoas)	1.245m²
• Cabines de imprensa	40m²
• Reforma e modernização da área administrativa	905m²
• Sanitários	280m²
• Vestiários Departamento de Futebol (camarins para eventos)	265m²
• Reforma do Bar do Fidélis	85m²
• Sala de imprensa	35m²
• Auditório para entrevistas coletivas	70m²
• Circulação	395m²

CAMPO — **área total 10.000m²**

• Gramado sintético com sistema de irrigação e drenagem (apto a receber eventos)	10.000m²

FASE 2 – EDIFÍCIO GARAGEM, GINÁSIO E DEPARTAMENTOS ESPORTIVOS

EDIFÍCIO GARAGEM — **área total 5.875m²**

• Garagem para 145 vagas para automóveis	5.410m²
• Oficinas para equipes de manutenção	260m²
• Vestiário para funcionários	60m²
• Áreas técnicas	145m²

GINÁSIO POLIESPORTIVO E DEPARTAMENTOS ESPORTIVOS — **área total 3.895m²**

• Ginásio poliesportivo coberto para jogos oficiais (capacidade de público 800 pessoas)	1.600m²
• Sanitários públicos	80m²
• Vestiários para atletas	120m²
• Vestiários para sócios	140m²
• Salas para departamentos esportivos	660m²
• Lanchonete / café (esplanada interna)	55m²
• Quadras cobertas para treinos (antiga quadra Bené)	885m²
• Circulação	355m²

QUADRAS DE TÊNIS E PRAÇA CENTRAL (espaço descoberto) — **área total 3.260m²**

• 04 quadras de tênis	2.580m²
• Parquinho	170m²
• Praça central	510m²



27 Praça rebaixada junto à rua Pinheiro Machado
fonte: apoio de arquitetos

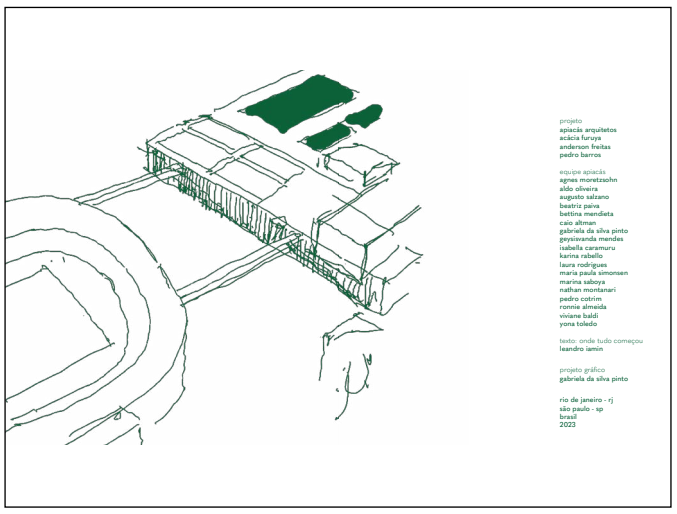


24 Ginásio Poliesportivo Coberto
fonte: apoio arquitetos



DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO





Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA.

ÍNTEGRA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

(Discussão do Projeto de Lei nº 2679/2026 (Mensagem nº 34/2026))

Presidência dos Srs. Vereadores Rosa Fernandes, Presidente; e Welington Dias, Vice-Presidente.

Às 10h24, em 2ª chamada, em ambiente híbrido, no Plenário Teotônio Villela, sob a Presidência da Sra. Vereadora Rosa Fernandes, Presidente, com a presença do Sr. Vereador Welington Dias, Vice-Presidente, tem início a Audiência Pública da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira para debater o Projeto de Lei nº 2.679/2026 (Mens. nº 34/2026), que "ESTIMA A RECEITA FIXA E A DESPESA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027", com a participação da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e RioSaúde.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) – Bom dia a todos.

Nos termos do art. 78 do Regimento Interno, dou por aberta Audiência Pública da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira para debater o Projeto de Lei nº 2.679/2026 (Mens.34/2026), que "ESTIMA RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027", com a participação da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e RioSaúde.

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira está assim constituída: Excelentíssima Senhora Vereadora Rosa Fernandes, Presidente; Excelentíssimo Senhor Vereador Welington Dias, Vice-Presidente; Excelentíssimo Senhor Vereador Flávio Valle, Vogal.

Solicito aos senhores vereadores que se manifestem ao microfone para constatar o quórum necessário à abertura do evento.

Vereadora Rosa Fernandes, Presidente, presente.

Vereador Welington Dias, Vice-Presidente.

O SR. VEREADOR WELINGTON DIAS – Presente.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) – Constatado o quórum para dar início aos trabalhos, informo que a Mesa está assim constituída e peço a suspensão por cinco minutos.

(Suspende-se a Audiência Pública às 10h26 e reabre-se às 10h35)

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) – Reabrindo a Audiência, vamos apresentar a formação da Mesa. Pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira; Vereadora Rosa Fernandes, Presidente e Vereador Welington Dias, Vice-Presidente.

Pela Secretaria Municipal de Saúde, Secretário Rodrigo de Sousa Prado; Vice-Presidente da Empresa Pública de Saúde, Ana Carolina Lara, representando o Diretor-Presidente da RioSaúde, Roberto Rangel; Senhor Subsecretário da Subsecretaria de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde, Márcio Leal Alves Ferreira; Senhora Subsecretária da Subsecretaria Geral da Secretaria Municipal de Saúde, Fernanda Adaes Britto; Senhor Subsecretário de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência do Secretaria Municipal de Saúde, Daniel Lopes da Mata; Senhor Subsecretário de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, Renato Cony Seródio.

Registramos a presença do Senhor Felipe Ostwald Vilardi, Analista de Planejamento Orçamentário da Secretaria Municipal de Fazenda, pelo Zoom; da Doutora Simone Britz Gorodicht da PGM, Procuradora do Município do Rio de Janeiro; Senhor Marcelo Coqueijo, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro; Senhor Marcos Leite, Auditor da 4ª Inspetoria do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro; Senhora Ana Luíza Mendes, Gerente Executiva da Secretaria Municipal de Saúde; Senhora Vitória Vellozo, Subsecretária Executiva da Secretaria Municipal de Saúde; Senhora Cláudia Ferrare, Coordenadora de Comunicação da Secretaria Municipal de Saúde; Senhora Ginna Ilka, Coordenadora de Divisão e Qualidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Com a palavra o Senhor Secretário, que dispõe de 20 minutos para fazer sua apresentação.

O SR. RODRIGO DE SOUSA PRADO – Alô, bom dia a todos.

Gostaria de começar cumprimentando a Excelentíssima Vereadora Rosa Fernandes, Presidente da Sessão, cumprimentando-a, cumprimento os demais vereadores da Casa.

Então, a gente está aqui hoje para Audiência Pública da PLOA 2027 da Secretaria Municipal de Saúde.

A equipe da Secretaria é composta por mim, pela Subsecretária Executiva, Vitória Vellozo; pela Fernanda Adaes Britto, nossa Subsecretária Geral; Márcio Leal, nosso Subsecretário de Gestão; Renato Cony, nosso Subsecretário de Promoção, Atenção Primária e Vigilância em Saúde; Daniel Lopes da Mata, nosso Subsecretário de Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência; Aline Pinheiro Borges, Presidente do Instituto de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonose e Inspeção Agropecuária, e eu já aproveito para agradecer o trabalho dos subsecretários e a presença deles na audiência.

A Secretaria Municipal de Saúde é o órgão da Prefeitura do Rio responsável por formular e executar a política municipal de saúde, e como gestora plena do Sistema Único de Saúde na cidade, garantir o atendimento universal da população, conforme os preceitos do SUS. É a SMS

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

que, diante do conhecimento, características e demandas próprias da população carioca, organiza as prioridades de saúde pública da cidade, dentro do que é previsto nas políticas públicas e serviços ofertados pelo SUS.

(Inicia-se apresentação de *slides)*

O SR. RODRIGO DE SOUSA PRADO – Dentro dos eixos temáticos da Prefeitura, nós estamos no eixo longevidade, equidade humanidade. Dentro das diretrizes, a primeira é fortalecer a atenção integral à saúde, com foco na prevenção, no cuidado materno-infantil e na ampliação dos serviços ambulatoriais e hospitalares; promover o desenvolvimento integral da criança na primeira infância, com políticas integradas de saúde, educação, assistência e garantia de direitos; ampliar a inclusão plena de pessoas com deficiência e com transtornos do espectro autista, assegurando suporte educacional, terapêutico e social adequado; promover acolhimento e reinserção da população em situação de rua, com suporte psicossocial e fortalecimento de vínculos; e promover o bem-estar animal por meio do controle populacional, ampliação dos serviços veterinários e combate aos maus-tratos.

Nós temos as seguintes Metas: oferecer tratamento com uso de semaglutida para combate à obesidade grave, promovendo a redução do grau de obesidade de 70% dos pacientes inscritos no programa até 2028; construir mais seis Clinicas da Família até 2028; aumentar a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial para 85% até 2028; reduzir a taxa de mortalidade infantil para 10 por 1.000 nascidos vivos até 2028, garantindo que nenhuma Área Programática ultrapasse 12 por 1.000 nascidos vivos; reduzir a Razão de Mortalidade Materna para 30 por 100.000 até 2028, garantindo que nenhuma Área Programática ultrapasse 50 por 100.000; reduzir a taxa de mortalidade na infância para 12 por 1.000 até 2028; ter 70% das crianças de 0 a 6 anos, em vulnerabilidade, atendidas conforme protocolo único intersetorial do Programa Primeira Infância Carioca até 2028; criar dois novos Super Centros Cariocas de Saúde, um na Zona Oeste e outro na Zona Norte, até 2028; ter 10 Centros Especializados no Estímulo ao Desenvolvimento do Espectro Autista até 2028; acolher, anualmente, pelo menos 7.000 pessoas em situação de rua nas Unidades de Acolhimento e Reinserção Social até 2028; e realizar pelo menos 250 mil cirurgias de castração animal e alcançar 500 mil cães e gatos microchipados até 2028, para combater o abandono e os maus-tratos.

Agora, depois das Metas, vamos entrar nos Programas, Ações e Produtos que a Secretaria tem. Entre os Programas, nós temos como Programas Finalísticos: Vigilância em Saúde; Vigilância Sanitária; Desenvolvimento, Formação, Avaliação e Monitoramento do SUS; Atenção Primária à Saúde; Atenção Psicossocial; Atenção Especializada à Saúde; Proteção e Defesa Animal; Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência; e Primeira Infância.

Como Programas de Gestão, nós temos: Regulação e Gestão do SUS; Gestão Administrativa e Operacional; e Gestão das Operações Especiais.

Os Programas Finalísticos, dentro de Vigilância em Saúde, nós vamos ter Cobertura Vacinal Média de todas as vacinas do calendário, com Índice de Referência 78 esperado; no final de 2026, 80. Nós alcançamos 85,7 no segundo quadrimestre.

Taxa de Mortalidade por Arboviroses. O índice é 0,11 unidade a cada 100 mil habitantes; o esperado é 0,10 e o Índice Alcançado é 0,03.

Percentual de Ampliação de testes Diagnósticos de HIV, Sífilis, Hepatite, Influenza, Covid, Tuberculose e Hanseníase, percentagem, a gente não tinha uma referência, o índice esperado de 2026 é 10, e esse índice só vai ser apurado no final do ano.

Em relação à Vigilância em Saúde, agora, como Programa de Finalístico, como objetivo, nós vamos ter Reforma e Ampliação, Adequação das Instalações da Vigilância em Saúde. A nossa meta para o ano que vem é uma reforma, e temos na PLOA R$ 1.828.000,00 para isso.

Em relação à manutenção das Ações Integradas de Vigilância em Saúde, nós temos como meta para o ano que vem, em 2027, 320 ações de prevenção, 80 óbitos infantis e fetais investigados – desculpa, 80% de óbito infantil investigado –; e 95% de óbito materno investigado. Para isso, nós vamos ter R$ 78.978.000,00.

Em relação ao Fortalecimento das Respostas de Emergência à Saúde Pública, nós temos 85% dos surtos respondidos em tempo oportuno, um Centro de Inteligência Epidemiológica mantido e 80% das amostras laboratoriais coletadas de unidades sentinelas nos casos de síndrome gripal e arbovirose. Para o ano que vem, a gente vai ter 85% das amostras. Para isso, nós vamos ter R$ 1.699.000,00 na PLOA do ano que vem.

Em relação ao Desenvolvimento de Ações de Vigilância Epidemiológica, eu vou tentar só focar nas metas mais relevantes e a gente acelerar um pouquinho. Senão, não vou conseguir me manter nos 20 minutos que a vereadora concedeu.

A gente pode falar, eu acho que, como meta para o PPA, casos de doença de notificação compulsória imediata encerrados em até 60 dias após notificação, qual a nossa meta? É 90%. Para esse conjunto de metas, nós temos 4.564.000 na PLOA.

Em relação à Dose de Imunobiológico Aplicada, a nossa meta são 5 milhões de doses aplicadas em 2027. Para isso, nós temos R$ 3.237.000,00 na PLOA.

Em relação ao Desenvolvimento das Ações, nós temos R$ 18 milhões, esse programa não tem meta.

Agora, em relação à Vigilância Sanitária, nós temos dois indicadores, que é Percentual de Estabelecimentos Licenciados pela Vigilância, percentual, índice de referência é 45, e é esperado 45 no final do ano. A gente alcançou até o 2º quadrimestre 23,7. E o Tempo Médio de Licenciamento das Atividades, em dia, o índice de referência era 211, a nossa meta é 210 para 2026.

Para cumprir esses indicadores, nós temos, em relação à reestruturação das unidades, pactuado para o ano que vem, são 79 imobiliários comprados. Para isso, nós temos R$ 1 milhão. Em relação ao laboratório para o laudo, a nossa meta são 20 mil, e nós temos R$ 2.765.000,00 em 2027.

Em relação à Fiscalização Sanitária, a meta são 36.000 visitas realizadas, para isso nós temos R$ 21.708.000,00.

Em relação ao Programa Finalístico Desenvolvimento, Formação, Avaliação e Monitoramento, não tem indicador. Em relação às metas, nós podemos pensar em Bolsista Graduado e Pós-graduando Qualificado, nossa meta são 2.127 bolsistas e temos R$ 89.988.000,00 para cumprir essa meta na LOA.

Em relação à Administração dos Conselhos Municipais, nós temos R$ 115.000,00 para o ano que vem, não tem meta.

Em relação à Manutenção Corretiva das Unidades, temos R$ 44.155.000,00.

Em relação à Atenção Primária de Saúde, eu acho que a gente pode colocar como indicadores principais a Taxa de Cobertura da Estratégia de Saúde da Família, que a nossa meta para esse ano é 73, nós estamos com 71,70. E também em Razão entre Tratamento Concluído e Primeira Consulta Odontológica Programada, que a meta para esse ano é 67,5, nós estamos com 66,72.

Podemos também destacar Percentual de Usuários Cadastrados na Atenção Primária que Classificam o Serviço como Bom ou Ótimo, nosso índice esperado é 50%, é um indicador novo, e a apuração vai ser no final do ano.

Em relação a algumas metas, nós podemos citar aqui, Mobiliário Adquirido para Unidades de Atenção Primária, seriam 50, e Obra Realizada, que são 10, para isso nós temos R$ 18.499.000,00.

Em relação ao Fortalecimento das Ações de Atenção Primária e Linhas de Cuidado, nós podemos citar Exame de Citopatológico de Colo Uterino Realizado, com a meta para o ano que vem de 250.000. Para cumprir essas metas, nós temos R$ 36 milhões.

Podemos também citar ainda, em cima desse programa, Unidade Abastecida com Insumos para Tratamento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, que a meta é 248.

Em cima de Fomento às Ações Estratégicas de Promoção da Saúde e Redução de Iniquidades, podemos citar a Ação de Promoção e Prevenção em Saúde Realizada, nós temos uma meta de 233 mil ações para o ano que vem, nós temos R$ 3.575.000,00 para cumprir essas ações.

Em relação à Garantia da Assistência Farmacêutica Básica, nós vamos distribuir 1,3 bilhão de fármacos, e nós temos R$ 121 milhões para isso no ano que vem.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Em relação às Equipes Implantadas, nós temos R$ 1,537 bilhão para isso e podemos citar a meta da AP3.3 com 225 equipes.

Em relação à Qualificação da Atenção Primária e Saúde e Novas Tecnologias, nós podemos citar Unidade com Acesso a Serviço de Telessaúde Mantidas, nossa meta para o ano que vem são 248 unidades, nós temos R$ 13.393.000,00 para essa meta.

Algumas imagens da atenção primária. Podemos ver a clínica nova do Vidigal aqui embaixo, o atendimento na saúde bucal.

Em relação à Atenção Psicossocial, nós temos três indicadores: Índice de Cobertura Assistencial em Atenção Psicossocial. Para esse ano é esperado 0,85, nós estamos com 0,83. Tempo Médio de Permanência de Usuário nos Centros de Atenção Psicossocial Tipo III, o esperado no final do ano é 12,42, nós já estamos com 10,85 no 2º quadrimestre. E Percentual de Pessoas que Aderiram ao Tratamento em Saúde Mental em Relação ao Último Censo da População em Situação de Rua, nossa meta é 46,26, nós estamos com 28,38.

Em relação à Restauração e Manutenção, para manutenção da rede, nós temos R$ 235 milhões, e a nossa meta é manter 42 CAPs em 2027.

Em relação à Promoção de Ações de Desinstitucionalização em Saúde Mental, a meta é 570 pessoas em 2027, e para isso nós temos R$ 56 milhões.

Em relação à equipe de Reabilitação Psicossocial Implantada e Mantida, são 10; usuário cadastrado no Bolsa de Apoio à Ressocialização, 265. Para isso, nós temos R$ 3,53 bilhões na PLOA do ano que vem.

Algumas ações psicossociais, Dona Ivone Lara, lá em Cascadura, ações em alguns CAPs, Sede Téia também, imagens do Sede Téia.

Na Atenção Especializada, nós temos como indicadores ampliação da oferta de procedimentos na rede Sisreg. Não tem referência para esse ano.

Provimento de Tecnologia Assistida para Pessoas com Deficiências, nós temos R$ 14.942.000,00 para isso, e nossa meta são 550.000 produtos adquiridos para essas pessoas.

Usuário Atendido pelo Serviço de Atenção Domiciliar são 4.248. Para 2027, nós temos R$ 32.437.000,00 para cumprir essa meta.

Para Manutenção das Unidades Especializadas, nós temos R$ 296.205.000,00, são dois Super Centros que a gente vai manter ano que vem, e realizar 44 milhões de procedimentos de média complexidade.

Em relação ao Atendimento Especializado de Saúde Bucal, a ideia é entregar 5.240 próteses para o ano que vem. Próteses dentárias. Algumas imagens do Super Centro da Zona Oeste, Super Centro Carioca de Benfica, com o Centro Carioca do Olho, uma cirurgia de catarata realizada no Super Centro.

Em relação à Proteção e Defesa do Animal, número de castrações realizadas são 50 mil, índice alcançado 3.807, lembrando que essa meta é executada pela Secretaria de Proteção e Defesa Animal.

Em relação à Vigilância Zoonose, ano que vem vão ter R$ 38,044 milhões, e são... procedimento de medicina veterinária realizado. Para o ano que vem são 104 mil procedimentos; e 105 mil exames laboratoriais realizados e implantação de 40 mil chips. Algumas imagens aí do Instituto Jorge Vaitsman, na Mangueira.

Indicadores Para Urgência e Emergência. Nós podemos pegar a taxa de ocupação de leitos, nossa referência é 78,30, esperado para esse ano 80. Neste momento, estamos com 80,54 de indicador.

Nós podemos citar a Aquisição de Mobiliário: são 1.000 mobiliários; e equipamentos adquiridos para unidades hospitalares, 233, com um total de R$ 11,6 milhões previstos na PLOA.

Atendimentos Realizados nas Condições de Emergência. Temos R$ 355 milhões para um total de 947 mil procedimentos esperados para o ano que vem.

Em relação à parceria público-privada, uma parceria público-privada mantida, e manutenção da rede, temos R$ 2,44 bilhões para isso.

Algumas imagens, o Hospital do Andaraí reformado, o novo tomógrafo do Cardoso Fontes, o centro de imagens do Cardoso Fontes, a emergência da pediatria do Cardoso Fontes, recentemente inaugurada esse ano, algumas imagens de urgência e emergência.

Em relação à Primeira Infância Carioca, nós podemos citar como indicadores crianças menores de dois anos, com avaliação de crescimento e desenvolvimento realizado, esperado para esse ano, de 48,75%; e nós estamos com 60,90%.

Também podemos citar crianças da Primeira Infância Carioca atendidas, considerando protocolo único e territorial, esperados para esse ano, de 20%. Nós estamos atendendo 77% dessas crianças.

Ainda na primeira infância, podemos citar gestantes do programa Primeira Infância Carioca que realizaram acompanhamento pré-natal. Nosso índice esperado era 70%, e estamos com 89,80%.

Alguns valores na PLOA para gestantes acompanhadas pelo programa Segunda Infância Carioca. Temos R$ 25,260 milhões para 39.600 gestantes.

Podemos citar consultas pré-natal de alto risco, nós temos R$ 1 milhão para 34.600 mil consultas; e temos R$ 300 mil para aquisição de insumos para redução de complicações de crianças menores de dois anos com sistemas respiratórios. A meta são 58.800.

Construção e reforma da unidade, nós temos previsto duas construções e reformas. Algumas da primeira infância, crianças sendo atendidas no Cegonha, mãe recebendo o kit do Cegonha, UTI neonatal e a capacitação do Primeira Infância Carioca.

Agora os Programas de Gestão. Em relação à regulação e gestão do SUS, nós temos tempo médio de espera de procedimentos autorizados do Sisreg, a expectativa é 85, nós estamos com índice de 121 dias, tempo médio. Nós temos R$ 40.699.165 para atendimento móvel de urgência e para consulta e marcação de exame, R$ 34.408.000. Em relação à rede credenciada, nós temos R$ 169.739.000. Essa meta não tem valor também.

Gestão Administrativa Operacional não tem indicador. Podemos citar aqui algumas metas, como provisão de gastos com pessoal, que sai de R$ 1,163 bilhão para R$ 1,192 bilhão. E gastos com pessoal, obrigações patronais, que também vai para R$ 654 milhões. Se a gente pegar a PLOA para essas ações administrativas operacionais, nós vamos ter R$ 2.268.960.000 para executar essas ações.

Agora, em cima das Gestões e Operações Especiais, nós também não temos indicadores. E aqui, em relação à dívida renegociada, que é aquele parcelamento de 10 anos da dívida da gestão Crivella, nós temos R$ 19.645.000 para pagar dívida o ano que vem.

Antes de terminar, gostaria de agradecer à equipe da Liliane Leal, que, mais uma vez, foi capaz de elaborar uma apresentação ímpar, na qual todas as informações estão constando na apresentação. Agradecendo à Liliane, eu agradeço a toda a equipe. Agradecer ao Rafael Sampaio também, em nome do gabinete da Secretaria, que também sempre está atuando de maneira muito importante quando nós temos essas prestações de contas. Agradecer a toda a equipe técnica da Secretaria que esteve presente aqui hoje, porque é importante entender quais são as nossas metas para o ano que vem. E agradecer a todos os servidores que também estão aqui presentes hoje.

Vereadores, estou à disposição para responder às perguntas que se façam necessárias.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) – Obrigada, Secretário. Eu queria registrar a presença dos Senhores Vereadores Paulo Pinheiro e Dr. Rogerio Amorim. Informar que temos aqui 11 pessoas inscritas para ocupar a Tribuna, e a gente quer garantir a fala de todas as pessoas inscritas, e paralisaremos as inscrições a partir de agora. Vamos manter esses 11 inscritos.

Quem estiver, nesse momento, querendo fazer inscrição, por favor, dirija-se ao Cerimonial para que a gente possa definir o tempo. Ok, vamos ficar, então, nos 11 inscritos.

Secretário, queria fazer aqui alguns questionamentos que são da equipe técnica da Comissão de Orçamento. Lembrando sempre que essa Audiência Pública é uma audiência voltada para o orçamento de 2027. E a gente sabe que existe uma série de outras questões que precisam ser debatidas, independente do orçamento.

E mais uma vez eu chamo a atenção da Comissão de Saúde que deve ajudar, promovendo outros momentos para debates e para questionamentos, para que a gente possa ter mais oportunidades de fala e de pronunciamento da sociedade como um todo, independente da Câmara Municipal.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

A Secretaria Municipal de Saúde, Secretário, possui no PLOA 2027 uma despesa fixada de R$ 10,1 bilhões. Quando comparado ao orçamento destinado ao ano de 2026, verifica-se um incremento de R$ 750 milhões. Em contrapartida, novas unidades orçamentárias estão sob o guarda-chuva da Secretaria Municipal de Saúde, tais como Super Centro Carioca de Saúde**,** Unidade Benfica, e a Coordenadoria-Geral de Emergência da AP-2.2, do Hospital Federal do Andaraí. Pergunta: como a Secretaria planeja manter e expandir a rede municipal, assegurando a qualidade do serviço público, diante do cenário onde os custos médico-hospitalares crescem em ritmo muito superior às receitas destinadas ao financiamento da saúde?

Segunda: quais medidas práticas e sustentáveis de ecoeficiência estão sendo adotadas para reduzir o custeio administrativo das unidades? Há algum plano de metas ou estudos de viabilidade para implementação de energia fotovoltaica nas grandes unidades de rede e para a migração dos contratos de energia do município para o Mercado Livre de energia?

Três: No que tange à Atenção Primária, quais estratégias estão sendo desenhadas para otimizar o registro de preços de medicamentos da assistência básica, visando garantir contratos com entrega integral, imediata e sem desabastecimento nas Clínicas da Família, blindando a ponta do sistema contra a volatilidade de preços de mercado farmacêutico?

O SR. RODRIGO DE SOUSA PRADO – Vereadora, obrigado pelas perguntas. Eu vou tentar esclarecer aqui da melhor maneira possível.

Em relação ao aumento do custo dos medicamentos, realmente é uma preocupação da Secretaria. Hoje, a matéria-prima dos medicamentos, na sua grande maioria, são importadas. Então, qualquer instabilidade, tanto de dólar, de valor do euro, quanto conflitos internacionais, aumentam de maneira considerável o preço desses medicamentos. Então, é algo que a gente tem que cada vez mais ser eficiente e eficaz nas nossas compras e ter isso melhor planejado possível para, justamente nesses momentos que tiver essas oscilações de preço, a gente estar preparado com o estoque para poder suportar isso.

Mas, além do preço do medicamento, temos que lembrar também de outras questões que a Secretaria de Saúde vive no seu dia a dia. Ninguém pode ignorar o que está acontecendo na cidade em relação aos acidentes de moto. Tivemos um aumento de quase 25%, comparando outubro do ano passado com outubro desse ano, em relação a pessoas acidentadas de moto na cidade. Isso faz nossas emergências ficarem mais cheias, esse paciente fica mais tempo internado, diminui o giro do leito. São outras ações que também aumentam o custo da Secretaria, e a Secretaria tem que estar se preparando para dar conta. A gente precisa realmente ter essa discussão em relação ao custo da Secretaria, como a gente consegue ter mais recursos, não só da Prefeitura, mas também do Estado e da Federação, todos os entes têm que participar dessa conta, para a gente poder realmente estar mantendo o nosso nível de qualidade.

Eu acho que, em relação à sustentabilidade, é uma pergunta importante, e isso é outra preocupação da Secretaria, em relação ao Mercado Livre de Energia. A gente sabe uma economia importante que essa ação pode fazer. Hoje, nós temos 13 unidades que já fazem o uso da energia do Mercado Livre. Temos um processo de licitação para outras unidades de grande porte, que também fazem sentido estar no Mercado Livre. Essa licitação é feita pela Secretaria Municipal de Administração, que está em fase de concluir, para a gente ter um número realmente grande de quase todas as nossas unidades hospitalares fazendo aquisição dessa maneira. A gente tem uma economia entre 30% e 40% da conta de luz se a gente conseguir fazer essa aquisição no Mercado Livre. Então, é algo importante para a gente, 100% estão com a Secretaria Municipal de Administração para cobrar esses prazos, mas é uma licitação que você acaba listando um valor de mercado para você pagar no quilowatt (Kw). Não é uma licitação simples, mas hoje nós temos 13 unidades.

Em relação à questão de medicamentos de Ação Primária, eu só queria fazer uma fala inicial, acho que o Márcio pode complementar, dar mais informação para todo mundo: hoje, 85% dos itens da Atenção Primária, os medicamentos estão com registro de preço vigente. Então, conseguimos realmente pedir esses produtos. E esses que não têm, nós temos substitutos pelos que podem ser u**sados. Então, nós** não temos realmente essa questão de falta de medicamento e nem de planejamento.

O prefeito, no começo do ano, entendendo que, por dificuldade, muitas vezes, de as pessoas estarem pegando medicamentos na farmácia popular, fez um aporte de R$30 milhões, o Prefeito Eduardo Cavaliere fez R$30 milhões para ampliarmos a nossa capacidade de oferta de medicamentos. A partir do momento desse aporte, conseguimos realmente avançar e acabou esse problema de falta de medicamentos, porque, hoje, realmente, estamos preparados para fazer as aquisições.

Mas eu vou pedir para o Márcio, Vereadora, se a senhora puder abrir o microfone dele, que é nosso Subsecretário de Gestão, falar um pouco mais sobre como é que fazemos isso. Acho que ele tem falas importantes de como a secretaria está pensando até no futuro de avançar.

O SR. MÁRCIO LEAL ALVES FERREIRA – Bom dia. Complementando a fala do Secretário, é importante dizer que a Secretaria Municipal de Saúde hoje é a que mais licita, que mais registra itens IRP de toda a prefeitura, corresponde a mais de 65% dos itens. Também estamos há dois anos sem contratação emergencial, isso demonstra o nosso trabalho, planejamento,

Agora, é inegável que o mercado de medicamentos e material médico-cirúrgico ele é suscetível a influências externas e variação do mercado. É o que a legislação chama, artigo 79 da 14.133, de mercado fluido. E tivemos uma importante inovação, que foi o SICX, projeto de lei do nosso Deputado Federal Daniel Soranz, aprovado, no primeiro mandato dele, que vai revolucionar as compras públicas, é o *marketplace*. Então, além de conferir mais transparência às aquisições, o SICX, que foi regulamentado agora, em agosto de 26, e o Ministério do Governo e Planejamento precisa só agora dar as diretrizes, elencar o sistema, ele vai trazer transparência, agilidade, não só para os municípios mais organizados e as secretarias mais organizadas, como a Secretaria Municipal de Saúde, mas para todo o Brasil, conferindo, inclusive, um poder maior de economia.

Então, a proteção maior seria a efetiva utilização do SICX e a sua regulamentação. Estamos ansiosos aí, todos os gestores, todo mundo que lida com as compras públicas está ansioso pela efetiva utilização. Daí, acreditamos que ano que vem, com o início do SICX, teremos uma proteção maior para esse mercado fluido.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) – Obrigada.

Secretário, eu queria só solicitar, se você tiver condições de me mandar, mandar para a comissão esses dados sobre acidentes de moto. Eu acho que a gente precisa fazer um trabalho de conscientização, divulgar esses dados. Eu acho que é fundamental. Eu tenho falado isso em vários momentos essa questão. Você entra em uma unidade, a grande maioria das pessoas que estão dentro dos hospitais de emergência são oriundos de acidentes de moto.

E a outra coisa são os dados que vocês têm sobre essas 13 unidades de energia de Mercado Livre. Para mandar para a gente formalmente, porque a comissão tem interesse, inclusive, de monitorar isso com estudo.

Queria convidar o Vereador Welington Dias para fazer uso da palavra, se houver interesse.

O SR. VEREADOR WELINGTON DIAS – Oi, bom dia. Se possível, eu gostaria de fazer minha pergunta daqui a pouco, porque eu já estou chegando na Casa.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) –Está bem, a gente aguarda. Presencial, é melhor. Obrigada.

O SR. VEREADOR WELINGTON DIAS – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) – Eu queria convidar, então, o Vereador Paulo Pinheiro para ocupar a Tribuna, representando o Vereador Siri. E dizendo que você tem três minutos para seu questionamento.

O SR. PAULO PINHEIRO – Quantos minutos?

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) – Se conseguir.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

O SR. PAULO PINHEIRO – Obrigado.

Boa tarde a todas e a todos. É um prazer estar aqui presente. Estou aqui representando o mandato do Vereador William Siri.

Agradeço à Vereadora por me chamar de "vereador", mas ainda falta um pouquinho. Só em 1º de fevereiro eu volto a esta Casa, e com o maior prazer.

Secretário, primeiramente, quero parabenizar pela sua presença nesta discussão democrática. Eu queria fazer uma discussão do orçamento. O senhor fez uma apresentação brilhante, evidentemente, a apresentação que o senhor achou melhor para mostrar, com o dinheiro que o senhor tinha em 2026, o que o senhor conseguiu fazer e pretende fazer aquelas coisas todas.

Então, partimos do pressuposto de que tudo que o senhor apresentou aí de produção foi feito porque o orçamento foi suficiente para fazer isso aí. Eu queria apresentar um estudo – a nossa assessoria fez um estudo sobre o orçamento – que é preciso ser mostrado aqui. Eu queria, depois, entregar esse trabalho para a Comissão de Finanças para poder discutir alguns problemas muito graves que encontramos no orçamento. Eu trouxe escrito aqui para ser mais rápido, para não perder o tempo, Secretário.

Inicialmente, o orçamento que temos aqui, pelo menos o publicado no Diário Oficial, pelo qual estudamos, para a Saúde desse ano seria de R$10.128.529.000,00, ou seja, é um orçamento um pouco maior do que aquele que foi votado na LOA de 2026, que era de R$10.003.886.827,00. Sendo assim, na divisão desse orçamento por natureza de despesa, nós começamos a nos preocupar com o que nós vemos.

Na questão de Pessoal, ou seja, Encargos e Pessoal, estamos falando aqui de pagamento para servidores públicos, não em pagamento para terceirizados, o orçamento desse ano propõe R$ 3.008.449.000,00, e o anterior R$ 2.889.000.000,00. Este ano a Prefeitura pede 4% a mais para Pessoal. Se a inflação hoje é de 4,59%, nós já temos, além da perda vegetativa, nós já estamos vendo que, para pagamento de Pessoal, nós não vamos ter dinheiro para absolutamente nada, para reajuste, para plano de cargos. Se esse orçamento for aprovado assim, nós já sabemos qual é a situação em relação àquela briga que vem sempre sobre o reajuste, sobre plano de cargos, sobre os gastos com Pessoal, esse novo orçamento diz isto: são 4% para vocês gastarem à vontade, a mais.

Em relação à maior despesa, que é a despesa corrente, que é o custeio, há um aumento de 0,1%. Nós vimos agora a Secretaria falando sobre a questão da compra de medicamentos. Nós tivemos um orçamento aprovado em 2026, para custeio, de R$ 7.029.000.000,00; e de R$ 7.036.000.000,00 para esse ano. São R$ 7,2 milhões a mais. Ou seja, a Secretaria, o Governo, que a gente sabe perfeitamente que o orçamento é trabalhado com a Secretaria de Fazenda, o orçamento acha que não vai haver inflação para compra de insumos, para compra de medicamentos, nada! As empresas que vendem remédios nos entregarão apenas com 0,1% de aumento.

E em investimentos há uma curva muito interessante. Na LOA de 2026, eram de R$ 85,032 milhões, e para essa são R$ 83,043 milhões. Isso posto, há uma diminuição de R$ 1,543 milhão. Não há previsão de investimentos para o ano 2027 na Secretaria de Saúde.

Então, nós vamos fazer uma rápida análise desses números aqui. O gabinete do Secretário, que é uma das rubricas que existe, registrou a maior redução absoluta, perdendo cerca de R$ 118 milhões neste orçamento em relação ao orçamento passado. Nessa rubrica do orçamento do gabinete do Secretário estão as coordenadorias de área, estão os hospitais, estão as unidades de saúde. E nós vemos uma enorme diminuição, e isso também será a questão de perguntas ao Secretário, vemos uma enorme diminuição nos recursos para essas unidades. Praticamente as Coordenações de Atenção Primária, quatro delas têm recursos a menor; 14 hospitais têm recurso a menor, sendo que alguns em grande quantidade, como é o caso da Maternidade Fernando Magalhães, tem uma queda no orçamento, 41% menor; Hospital Barata Ribeiro 44% maior; Hospital Miguel Couto no orçamento um corte de R$ 10 milhões, uma queda de 3,9, ou seja, o Tesouro, a Prefeitura resolveu tirar dinheiro da Saúde, resolveu não investir na Saúde o que investia antes.

E aí a Secretaria é obrigada a fazer cortes. Esses cortes estão numa página do orçamento, os senhores podem ler à vontade, eu separei isso para entregar para a Comissão de Orçamento.

Fontes com queda significativa: Recursos não Vinculados de Impostos do Tesouro despencaram drasticamente, uma queda de R$ 486 milhões, ou seja, a Prefeitura, o prefeito acha que esse dinheiro deve ir para outras Secretarias, não para a Saúde. Então, tem um corte em relação a essa rubrica - Recursos não Vinculados de Impostos - de R$ 486 milhões. Por isso tem que haver esses cortes todos nas Coordenações de Área e nos hospitais.

Transferências Federais para Atenção de Média e Alta Complexidades: Também encolheram em cerca de R$ 59 milhões no orçamento de 2027 em relação a 2026.

Transferências do Fundo Estadual de Saúde: Aqui é um fato que eu vou..., não é uma brincadeira, é uma avaliação. Eu não sei quem fez o orçamento lá na Fazenda se pensou o seguinte: "Bem, nós vamos estar no Governo Estadual e agora os recursos do Fundo Estadual vão chegar". Então há um aumento, uma promessa expressiva de aumento de recursos do Fundo Estadual, de R$ 292 milhões, ou seja, 182% a mais do que esse ano. O Governo Municipal acha que o Governo Estadual vai repor isso. Eu não sei se a razão foi esse pensamento.

Seguindo, Ganhos e Perdas por categoria - Outras Despesas Correntes, Custos Operacionais e Custos da Rede com manutenção, insumos, contratos de prestação de serviços, de OSs, entre outros, mantendo-se praticamente estagnada em termos de valores para o exercício 2027. É de longe a categoria que mais participação tem no orçamento da Saúde, 69% do orçamento está aqui.

Total previsto para 2027 com uma leve alta de R$ 7 milhões.

Pessoal e Encargos: cresceu de R$ 2,9 bilhões para R$ 3 bilhões, R$ 119 milhões. Este índice de reajuste nominal é acanhado, estatisticamente insuficiente para comportar a inflação acumulada, a absorção de novas demandas de efetiva utilização e muito menor à margem financeira necessária para viabilizar um Plano de Cargos, Carreiras e Salários digno e absolutamente impossível de ser colocado com reajuste necessário aos servidores públicos.

Queda global total nos recursos oriundos de operações de crédito: Aí é muita atenção que eu queria, inclusive para a Comissão e para os outros vereadores. Nós sabemos que chegou na Casa, por esses dias, mais um pedido de empréstimo, um empréstimo de R$ 3 bilhões. Muito bem, esse empréstimo é para que? Para cobrir despesas da Prefeitura, não é da Saúde, é da Prefeitura.

O total de recursos oriundos de operações de crédito destinados à Saúde caiu em 18%, passando de R$38 bilhões na LOA de 2026 para R$31,8 bilhões na LOA de 2027, uma redução absoluta de R$7 milhões.

Ações Estratégicas, como construção, ampliação e reforma voltadas para a Atenção Especializada e para Unidades Hospitalares em Urgência e Emergência foram simplesmente zeradas. A proposta de 2027 passa de R$1.000,00 para zero, ou seja, não vai se gastar dinheiro com isso.

Desproporcionalidade na decisão da Prefeitura de contrair esse mega empréstimo de R$3 bilhões e reservar destes R$3 bilhões que a Prefeitura vai pedir - e pede para que os vereadores da Casa aprovem, mas os vereadores precisam saber que para a Saúde virão míseros R$31 milhões. De R$ 3 bilhões, para a Saúde serão R$ 31 milhões apenas. Está na LOA de 2027, uma redução absoluta de quase R$7 milhões de reais. A Atenção Primária será severamente afetada na ação de Construção, Ampliação e Reforma de Unidade de Atenção Primária à Saúde. A Ação 1887, que detém a fatia principal, 52% dos recursos de crédito de 2027, sofre um corte drástico de 35%, despencando de R$25 milhões para R$16 milhões. Eu estou citando o que eu li no orçamento.

Já falei sobre o empréstimo. Queda no percentual de aplicação. Todas as vezes, e eu por vários anos aqui participei dessas reuniões, havia o orgulho da Prefeitura em dizer que ela aplica mais do que o piso necessário, que é 15%, sempre aplicou mais do que o piso. O que acontece? Crescimento das receitas: a receita total projetada passa de R$24 bilhões na LOA de 2026. Para 2027, R$26 bilhões e 700, registrando uma expansão de 7%, impulsionada, sobretudo, pelas transferências constitucionais. O que aumentou os recursos não foi o Tesouro, o que o Tesouro tirou, foram as transferências constitucionais que aumentaram para 21% em 2027. Apesar do aumento da receita geral e do total de aplicações vinculadas à Saúde, caiu 5%, descendo de R$4,2 bilhões para R$4 bilhões.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Já vi a luzinha vermelha, estou caminhando para o final.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) – Já tem 12 minutos, vereador.

O SR. PAULO PINHEIRO – Redução de outras despesas correntes: a queda no percentual de aplicação como consequência direta do comprometimento da receita da Saúde. Então, em 2026, a Secretaria de Saúde aplicou 17,06% do orçamento e agora aplicará 15,04%, no piso, exatamente no mínimo que ela pode aplicar.

Senhoras e senhores, esses dados mostram que temos que rediscutir esse orçamento na Casa em relação à Saúde. Primeiramente, a própria PLOA escancara uma asfixia na pasta, um corte brutal de quase meio bilhão de reais do Tesouro e um reajuste pífio de apenas quatro por cento para pessoal, um verdadeiro teto de miséria, que é uma afronta aos profissionais de saúde que carregam essas redes nas costas. Segundo, para agravar o cenário, o Executivo nos empurra hoje um cheque em branco de R$3 bilhões de um novo endividamento, comprometendo o futuro da cidade, mas destinando migalhas à Saúde, que somam R$31 milhões, 1% do total do empréstimo. Enquanto isso, as unidades essenciais sofrem cortes de 35%, ou não têm investimento, ou têm seus investimentos zerados, aprofundando o caos em postos de saúde, unidades e hospitais.

Para coroar esse desmonte, a planilha de aplicação de receitas desmonta completamente o discurso oficial da prefeitura. Enquanto a receita total cresce 7%, a aplicação em ações e serviços de Saúde sofre um corte de 5,5%, fazendo o percentual investido despencar de 17% para vergonhosos 15%. O custeio foi reduzido em quase R$300 milhões e os investimentos foram sumariamente zerados. Como aprovar um orçamento com essas características sem que a Secretaria possa nos explicar o que aconteceu?

Então, eu tinha três perguntas para o Secretário depois dessa exposição. Senhor Secretário, a PLOA de 27 prevê um reajuste de 4% para pessoal e encargos, um índice que não cobre a inflação acumulada, hoje em 5,38%, e que passa longe de criar qualquer margem financeira real. Como o senhor pode explicar aos servidores da Saúde que sustentam essa rede que esse índice de miséria é tudo que a pasta oferece, sepultando de vez a promessa de um plano de cargos, carreiras e salários?

Segunda pergunta: O orçamento aponta uma redução de 18% nos recursos de operações de crédito para a Saúde, com corte de mais de 35% na Atenção Básica e zeramento total das verbas para unidades hospitalares especializadas. No mesmo dia em que a Prefeitura envia para a Câmara um pedido de empréstimo de 3 bilhões, a Saúde recebe migalhas de menos de 31, com cerca de 1% total. Como, por que que a Saúde Pública trata— tratada como prioridade no discurso, recebe menos de 2% desse endividamento? Os dados mostram uma retração drástica de meio bilhão de reais nos recursos vinculados do Tesouro Municipal destinados à pasta, além de um corte de quase R$ 300 milhões em outras despesas correntes.

No cômputo do percentual de recursos aplicados à Saúde, como as Unidades de Saúde vão funcionar no ano que vem com esse sufocamento de custeio operacional, sofrendo com a falta de insumos e manutenção, enquanto a receita da Prefeitura cresce 7%?

Por último, enquanto a receita global do município sobe, o demonstrativo da aplicação comprova que a parcela de recursos garantida nas ações e serviços públicos de Saúde despencará de 17% para 15%, 17,09% para 15,8% vai ser o investimento em Saúde da Prefeitura, com os investimentos do setor sendo absolutamente zerados? Por que a gestão está deliberadamente reduzindo o esforço financeiro proporcional na Saúde e retirando dinheiro justamente de uma área que clama por socorro nas filas de atendimento?

E por último, Secretário, eu queria que o senhor dissesse para a gente, fizesse um comentário, alguma coisa sobre esse verdadeiro crime que a Prefeitura do Rio está fazendo com os médicos da Prefeitura. Por que - quando negou em todas as outras audiências públicas que estiveram aqui, podemos pegar as gravações, negou que não faria isso - a Secretaria de Saúde, a Prefeitura, resolveu demitir os médicos do CTI do CER Leblon, que são celetistas, e contratá-los por PJ? PJ que faz com que o sujeito perca todos os seus direitos. Dá a impressão ao cidadão que ele é um empresário, ele não é um empresário, a fábrica é o corpo dele. Isto é um grande absurdo, como também em relação à Maternidade Maria Amélia, onde estão sendo contratadas pessoas por PJ. Há informações de que a mesma coisa em relação à Maternidade Alexander Fleming.

Eu queria que o senhor pudesse me dizer para nós, todos nós que somos da Saúde, o que tem a ver com isso, o que é isso? Nós vamos ter a pejotização mesmo? É essa a grande novidade da Prefeitura para 2027?

Muito obrigado.

(PALMAS)

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) – Obrigada, Paulo Pinheiro. Quero dizer que você usou 17 minutos, eu vou descontar da próxima. OK? Eu queria só deixar registrado aqui, Vereador, que você fala que é importante participar da discussão do orçamento da Saúde. Concordo e reforço que é importante participar da discussão do orçamento da cidade.

Temos aqui hoje no Plenário apenas um vereador participando hoje dessa Audiência Pública. A gente tem alertado isso inclusive na reunião de líderes, da importância de ter representantes das várias bancadas, enfim, os vereadores, para debater e conhecer e entender quais são as necessidades. Por exemplo, a Comissão de Orçamento tem acompanhado os repasses que são feitos para a Secretaria de Saúde pela Câmara. Essa responsabilidade é nossa. No ano passado, nós repassamos R$100 milhões. Esse ano, nós repassamos R$75 milhões. E a Comissão decidiu, entendeu que poderíamos tirar de outras secretarias e fazer uma emenda repassando R$40 milhões do orçamento apresentado para a Saúde. É possível que haja outras alternativas, mas é muito bom quando o colegiado se reúne e participa, porque nós estamos tomando decisões que vocês vão confirmar na hora do voto. Um debate, uma sugestão, enfim, não têm, não dá para fazer uma discussão que deveria ser uma discussão dos vereadores e a gente, claro, transfere para a sociedade uma parte desse tempo. Mas essa discussão deveria ser feita pelos senhores vereadores, e a gente só tem aqui o Vereador Dr. Rogerio Amorim, ponto, fora os vereadores da Comissão.

Acho que é muito ruim, e acho que o senhor deveria nos ajudar alertando as bancadas em que o senhor tem mais ingerência, porque é mais novo na Casa, então pode chamar os colegas e dizer: “Vamos participar”.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) – Desculpa, está sem microfone.

O SR. PAULO PINHEIRO – Foi isso, crítica aos nossos colegas que não querem discutir o orçamento, mas quando chega depois, na discussão da votação do orçamento, a gente começa a falar isso tudo, todo mundo está de costas, olhando para o lado. É preciso entender que orçamento é a coisa principal. Nós não precisamos ser contra o governo, precisamos ser a favor da cidade, é discordar. Na democracia, discordância é importante. Acho que ela tem toda razão. Lamentavelmente, os vereadores precisam aprender com as suas assessorias a trabalhar o orçamento. E tem sempre a Comissão de Orçamento que ajuda muito.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) – É pesado a gente tomar decisão, somos três vereadores tomando decisões, isso é importante. Então, assim, com a participação das bancadas, eu acho que ajuda bastante.

O SR. PAULO PINHEIRO – Tudo bem, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) – Vou repassar então a palavra ao Secretário para que possa responder. E alertando mais uma vez, são 12 inscritos. Se todos estiverem o mesmo tempo do Vereador Paulo Pinheiro, vamos sair daqui amanhã – e sem almoço.

Só um instantinho, eu não estou entendendo direito. O senhor quer falar ali no microfone? Por favor, se apresente, diga seu nome.

O SR. ODIVAN BETCEL BENTES – Sim.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Bom dia a todos, à Mesa Diretora e aos que compõem a Mesa, aos nossos colegas servidores que estão presentes.

Meu nome é Odivan Betcel, sou servidor da Saúde. Hoje, já que a Presidente me deu a voz, não sei como é que estava a ordem ali da fala.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) – Atropelei todo mundo e botei o senhor para falar. Peço perdão ao Vereador Dr. Rogerio Amorim, porque eu passei na frente dele.

O SR. ODIVAN BETCEL BENTES – Então, eu queria dizer o seguinte, nesse momento em que nós nos reunimos, é de forma orgânica, os servidores vieram, todo mundo preocupado com o que vai ser discutido no orçamento, e a gente queria pontuar algo muito importante aqui. Eu creio que os três minutos não vão dar, mas eu vou tentar ser o mais breve possível. A gente veio praticamente falar hoje do nosso Plano de Cargos, Carreiras e Salários, que é uma discussão de muito tempo, foi promessa de campanha do ex-prefeito, que não cumpriu, e a gente hoje continua nessa Via Crúcis do Plano de Cargos.

Queria parabenizar aqui o Paulo Pinheiro, antes que eu me esqueça, pelo seu belíssimo discurso aqui, um homem que sempre defendeu os servidores públicos, e a gente está nessa vivendo nessa Via Crúcis há muito tempo. Eu queria dizer para vocês que, pelo Plano de Cargos, eu e uma galera de servidores da Saúde estivemos em cada gabinete e pegamos a assinatura de praticamente todos, os assessores dos vereadores, para falar sobre o Plano de Cargos, discutir, que foi na LDO. E eu queria dizer para vocês o seguinte: eu estou com quem votou contra aqui. Se vocês quiserem, eu vou falar quem foi que votou contra as emendas da Saúde – está aqui, ó. A Presidente, ela esteve ausente na votação, não é? O Senhor Welington Dias votou contra as emendas e o Senhor Flávio Valle também votou contra as emendas. Isso eu peguei... Todos os servidores souberam disso porque nós estivemos na Câmara.

Então, eu queria dizer para vocês o seguinte: como é que pode um Plano de Cargos, Carreiras e Salários, que foi promessa do Prefeito, e ele não a cumpriu, a gente viver com esse salário? Vou dizer aqui, vereadora, porque é um salário de fome, porque não é possível que o servidor viva com esse salário ao qual não tem um reajuste de acordo com uma lei, que eu anotei aqui a lei, a Lei nº 3.252/2001, do então ex-prefeito, hoje vereador, Cesar Maia. Por que que não fazem o reajuste, essa recomposição, uma vez que tem lei para isso?

A gente até hoje, o servidor público quer saber por que isso não acontece, por que isso não entra na discussão. Ah, mas tem o orçamento que vai ser discutido e não querem colocar o PCCS?

É uma perda muito grande que nós temos hoje no poder de compra. A gente vive com um salário de miséria. Desculpa falar, mas é verdade, um salário de miséria.

Queria falar aqui, queria falar do nosso *ticket* alimentação, Vereadora. Sabe quanto é que é há 14 anos? R$ 13,00. R$12,00, não é? Como é que pode isso? Eu faço a pergunta para os senhores. Será que não entra na cabeça dos vereadores, das comissões de orçamento da Prefeitura, com esse valor do *ticket* alimentação?

Quando as pessoas perguntam, quando o usuário do SUS pergunta, ou quando a gente fala sobre esse valor, a gente fica até com vergonha de dizer e falam: "É isso mesmo que vocês ganham?" Então, a sociedade, o usuário do SUS sabe disso. E a gente cobra isso ferrenhamente dos vereadores.

Eu queria dizer o seguinte, eu tinha muita coisa para falar aqui, que é de suma importância. Eu queria dizer para vocês que nós, na última audiência que teve da LDO aqui, nós tivemos o trabalho de fazer um quadrado, trabalhar em cima de quanto ganha hoje um médico concursado, que é uma discrepância do médico contratado. Isso de todas as categorias: técnico de enfermagem, enfermeiro, fisioterapeuta.

E, olha, dizer para vocês que isso não é tudo. A gente vai muito além. Se vocês imaginarem, o triênio está congelado. Não querem pagar o triênio que ficou para trás. A gente tem uma NR-15 que fala exatamente do teto, do valor máximo de insalubridade. Por que não se discute isso?

Enfim, o Prefeito não abriu a mesa de negociação para discutir isso, sempre numa promessa no 2º semestre. Foi dito aqui na LDO que seria discutido, não abriu a mesa de negociação. Pelos conselhos distritais também se prometeu abrir a mesa de negociação, não abriu. Vai acabar o ano e a gente não vai ter essa mesa de negociação para discutir sobre isso.

O que está acontecendo? Todo mundo pergunta, os servidores perguntam, o que está acontecendo? Aqueles que já morreram, que esperaram o plano de cargo, estão hoje aí a família passando fome, essa é a grande verdade, porque o nosso salário é um salário de fome.

E eu pergunto para vocês: até quando a gente vai viver nessa lamúria? Porque isso para gente é muito grave. Eu queria dizer aqui para os senhores que, no dia 5/10/2022, nós estivemos, por telefone, com o senhor Rodrigo Prado. Nós estivemos na Secretaria lá e nós não conseguimos avançar.

E isso, minha gente, é tudo, sem dizer que a gente, em 2019, protocolamos, tem protocolado um plano de cargo da saúde, que ele tramitou e não andou. Hoje está totalmente defasado. A gente quer discutir isso com a mesa de negociação.

Enfim, a gente vai estar o tempo inteiro dizendo o seguinte: a Saúde, os servidores têm voz, e a gente vai dar voz nas próximas eleições de novo. Porque isso a gente fez, isso a gente fez, e a gente vai continuar fazendo. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (ROSA FERNANDES) – Agradeço muito a sua fala e queria apenas registrar que a proposta do vale-refeição foi apresentada, sempre é apresentada nas nossas discussões de emendas, e na penúltima, se eu não me engano, se eu não estiver errada, apresentada pelo Vereador Siri, mesmo contrariando a presença e os pareceres dos técnicos da Fazenda, a Comissão manteve a aprovação e a decisão final não cabe a essa Casa.

Com relação às propostas em relação à Saúde, e eu olho tudo com muito... eu não, todos nós... É preciso que eles mandem para que não haja vício de iniciativa. Então, a Casa conta sempre com boa vontade dos vereadores, peitando inclusive, mesmo sendo base do governo, aquilo que a gente entende ser importante como tíquete-alimentação.

Convido então o Vereador Dr. Rogerio Amorim para fazer uso da palavra.

Vereador, não adianta dizer que você tem três minutos.

O SR. VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM – Obrigado, Senhora Presidente. Vou ser breve, vou usar um minuto e meio falando como vereador. Depois, o médico vai falar no um minuto e meio final.

Queria ser muito rápido em relação a parabenizar Vossa Excelência pela condução da Audiência, a todos os presentes, bem como aos representantes da prefeitura que aqui vieram.

Bem, nós fizemos uma audiência pública aqui esse ano sobre a mortalidade materno-infantil na Prefeitura do Rio de Janeiro, que disparou, um número que envergonha a segunda maior cidade do Brasil, com números que a própria apresentação de Vossas Excelências coloca. Chama a minha atenção esses números terem aumentado ainda mais. Em contrapartida, nós vemos aqui que há uma diminuição do que a Prefeitura do Rio de Janeiro pretende gastar, por exemplo, com a manutenção das maternidades na Cidade do Rio de Janeiro. Como se explica essa discrepância entre o aumento da mortalidade e a redução no investimento?

Uma outra promessa de campanha do Prefeito Eduardo Paes, com um pouco de samba, música e cerveja, foi zerar a fila do Sisreg, e o que nós vemos é justamente o contrário. O que nós vemos hoje é uma referência de 89, uma meta de 85 dias, e hoje estamos alcançando 121 dias. E, ao mesmo tempo, vemos uma redução na regulação de atenção de R$ 53,4 milhões para R$ 34 milhões, uma redução de R$ 20 milhões. Por que nós estamos reduzindo esses valores, já que a fila do Sisreg é um problema nefrálgico na Cidade do Rio de Janeiro?

Nós vemos também uma redução no investimento da Saúde da Família, vão ser menos R$ 134 milhões, quando nós temos alcançamos uma meta de 70. O alcançado foi 71,7% de cobertura, abaixo da meta da própria secretaria, que era de 73%.

Quanto à saúde mental, às CAPS, eu não consigo entender, sinceramente. Não estou falando aqui como oposição, não. Nós sabemos do grave problema que nós temos que aflige inclusive a segurança pública,

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

roubo de cabo, semáforos que não funcionam, porque nós vemos usuários de droga, usuários de crack roubando fio. O que nós vemos aqui é uma redução drástica na manutenção desses CAPS. Eu visitei algumas e lá o que nós vemos, sim, é um grave problema estrutural que não justifica uma redução nos valores investidos. E aqui vamos ser muito sinceros: "Ah, porque o crack não chega ao Rio de Janeiro pela polícia". "É culpa do Estado." Aqui a culpa é de todo mundo, porque também o crack chega aqui pelas nossas fronteiras e a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas as deixam entrar. A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro não consegue entrar nas áreas deflagradas e a Prefeitura do Rio de Janeiro não consegue acolher os usuários. Então, ao que cabe a vocês, Prefeitura, o que nós estamos vendo aqui é uma redução no investimento nas CAPS.

Por fim, aí é uma pergunta também que eu quero fazer por curiosidade, e aqui eu sou até contra, diga-se de passagem, mas foi uma promessa de campanha, igual à da presidência da República atual: distribuir 36 mil unidades de canetas emagrecedoras. Só foram distribuídas 436, segundo o relatório. Não tinham mais obesos na Cidade do Rio de Janeiro que necessitassem dessas canetas ou foi mais uma promessa vazia de campanha?

Agora vamos entrar no critério, no alerta que eu estou fazendo a todos os senhores que estão aqui, independentemente do posicionamento político. Aqui, vocês falam em PCCS há anos. Esse PCCS não vai sair nunca. E eu digo por quê: porque é o desejo da atual prefeitura acabar conosco, servidores públicos, e eu falo como servidor público federal. A prova disso é a covardia e maldade que estão se fazendo hoje com os médicos, que é essa pejotização em cima deles. E eu faço um alerta, se tiver algum colega médico aqui nas tribunas. O que querem é transformar, infelizmente, e aqui eu não estou vilipendiando e tampouco menosprezando o médico, não, porque eu sou médico com muito orgulho. Eu sou médico de verdade. Eu atendo, eu não sou médico que fica fazendo vídeo, não. Eu sou médico de verdade. Eu atendo, opero, salvo vidas, graças a Deus, com muito orgulho. O que querem é transformar o médico em motorista de aplicativo. É o que vai acontecer, o médico vai chegar, vai dirigindo o Uber até o trabalho, pegando alguns passageiros. Quando sair do plantão, vai fazer a mesma coisa. Estão acabando com a carreira. E a Prefeitura do Rio de Janeiro caminha passos largos com isso. Como? Essa pejotização é uma vergonha, é uma vergonha.

E aqui não tem rabo preso com ninguém, e nós vamos movimentar e conto com ajuda de vocês, do senhor, do senhor também, que é muito atuante na causa médica, em defesa de nós, médicos. Os atrasos que as OSs do estado estão fazendo no Rio de Janeiro, no estado todo, é criminoso, é criminoso. Médico com dois, três meses sem receber salário. Isso é criminoso. E nós temos que botar o dedo nessa ferida também e vamos colocar.

Agora, essa pejotização é uma vergonha, e não teve uma única explicação por parte da secretaria. A intenção – vamos ser claros –, vota quem quiser, é um plano de governo que se vai escolher. A intenção da Prefeitura é acabar com o servidor público da área de saúde? Sim ou não? Vamos ser claros em relação a isso, porque na prática o que está sendo feito é acabar.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhora Presidente. Obrigado pela atenção, obrigado a todos pela presença.

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Welington Dias, Vice-Presidente da Comissão)

O SR. PRESIDENTE (WELINGTON DIAS) – Queria anunciar a presença da Excelentíssima Senhora Vereadora Maíra do MST. Obrigado pela presença.

Convido o Senhor Alexandre Oliveira Telles, Presidente do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro para fazer uso da palavra. Eu peço a todos os inscritos que se sentirem contemplados com a fala anterior que possa abrir mão ou não repetir as mesmas perguntas para que a gente não seja redundante e a gente possa dar fluência à audiência. O senhor dispõe de três minutos.

O SR. ALEXANDRE OLIVEIRA TELLES – Bom dia a todas e todos aqui nessa audiência. Em primeiro lugar, queria falar com o Vereador Welington e com a Vereadora Rosa, que estão aqui presidindo e comandando essa audiência, porque essa é uma audiência pública, essa daqui é a Casa do Povo. E nós tivemos muita dificuldade na hora de entrar. Nós, o povo, ficamos esperando enquanto outras pessoas que alegavam ser da assessoria, que tinham crachá da Secretaria Municipal de Saúde, conseguiram entrar. Eu acho que o objetivo dessa audiência pública é colocar o povo aqui embaixo, o povo não pode estar nas galerias. A gente tem que ter lugar de fala, e não as assessorias da Secretaria Municipal de Saúde. Então peço sensibilidade para as nas próximas audiências para que a prioridade de entrada seja da população do Rio de Janeiro, dos trabalhadores que constroem o Sistema Único de Saúde.

E eu acho que a gente tem muito pouco a comemorar nesse momento. Nós estamos vivendo um aumento da fila do Sisreg. São mais de 420 dias dos usuários que precisam de uma consulta de nefrologia, gente. Ou seja, é condenar a pessoa que precisa de um tratamento renal nessa cidade a quase perder o rim.

Então eu falo isso com muita indignação. São 252 dias para uma consulta de cardiologia na Cidade do Rio de Janeiro. Então, hipertenso, pessoa que tem insuficiência cardíaca, que tem algum problema cardíaco, essa pessoa também está sendo condenada.

A fila do Sisreg, na verdade, virou a verdadeira fila da morte na Cidade do Rio de Janeiro. Prometeram Super Centro, estão entregando a superfila na saúde do Rio de Janeiro, e nós não podemos aceitar isso. E a receita dessa fila, a receita desse caos foi o quê? Desmontaram, ao longo dos anos, os centros municipais de saúde onde tinham especialistas perto da casa das pessoas e por marketing foram construir Super Centro, falando que aquilo dali resolveria.

O especialista não está mais perto das casas dos cariocas. Isso foi um projeto. Tiraram o cardiologista, o endocrinologista, o ginecologista que estava lá, que era servidor estatutário, para, na verdade, fazer uma obra, entregar para OS, etc.

A gente defende, sim, o superatendimento à população do Rio de Janeiro. Então é importante que a população saiba que ela vai demorar muito para ser atendida, infelizmente, e essa Lei Orçamentária Anual não apresenta solução para isso.

E uma outra questão é que o trabalhador, seja ele servidor público, seja ele da organização social, ele não aparece nessa LOA. Então demonstrou que o Prefeito Eduardo Cavaliere, que é quem, na verdade é o grande detentor do orçamento, não prioriza.

Se a gente for pegar nas OSs, não existe margem para o dissídio coletivo. Então, colega das OS, se for aprovado dessa maneira, você não terá reajuste. Qual que é a solução que a Secretaria de Saúde dá para isso? Por enquanto, não dá posição nenhuma. A solução, na verdade, que eles estão dando para os colegas médicos é para desonerar a folha, para fingir que tem alguma coisa melhor. Estão transformando o colega que hoje é CLT, que tem direito à licença-maternidade, que tem direito a FGTS e INSS, querem colocar agora como PJ.

Então, a obstetra que está lá na Maternidade Maria Amélia fazendo parto, se ela mesma engravidar, ela não tem direito à licença-maternidade. Essa é a crueldade que o Município do Rio de Janeiro agora faz com os colegas. Há uma alta rotatividade, como consequência há a piora na qualidade do cuidado. Eles estão querendo poupar dinheiro em cima do trabalho médico.

Uma outra questão muito importante é em relação ao que fizeram, e foi aprovado em 2024 nesta Câmara, que a Lei n° 8.666/2024, que a Lei dos Contratos Administrativos, que a pessoa pode ser temporária até 6 anos. E isso tem precarizado o trabalho na Empresa Pública de Saúde, a RioSaúde. Hoje os colegas não são CLT, eles não têm nenhum vínculo decente. Nós precisamos combater essa precarização que essa gestão do município colocou para os colegas na RioSaúde. Também não tem reajuste, a gente precisa, na verdade, de concurso público.

Em relação ao PCCS do Município, agora, na calada da noite de ontem, a gente chegou com uma convocação para o dia 26, depois de meses e meses de denúncia no Ministério Público do Trabalho. Então, só à custa

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

de muita mobilização, de cobrança, que a gente consegue um espaço que deveria ser garantido todo mês e avançar, que não pode ser um espaço de enrolação. Quantos anos – o companheiro que antecedeu relatou muito bem – há na luta constante desses servidores do PCCS, e esse orçamento não colocou os servidores do município ali? A gente tem médicos com 30, 40 anos, ganhando R$ 4.669. Isso, na verdade, demonstra que a política é de desvalorização e de desmonte do serviço de saúde. Enquanto isso, mesmo o triênio, mesmo quando a gente ganha as ações do triênio, para descongelar os triênios, porque nós temos, os sindicatos, ações lá no Tribunal de Justiça, a ação perversa da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro é mandar a PGM recorrer até o Supremo Tribunal Federal para não garantir o triênio dos servidores. Então, a gente tem que combater isso.

Em relação às soluções mirabolantes que a Prefeitura tem colocado, a Parceria Público-Privado do Souza Aguiar, que foi vendido à época como uma grande solução para a saúde carioca, na verdade se mostrou um fracasso. Eles tentam a todo momento falar que o serviço público, que nós, servidores – eu também sou servidor público federal –, que a gente não funciona, que a gente não dá certo, mas na verdade pouco entregou. A população que vai ao Souza Aguiar vê que a estrutura está toda desmontada.

O SR. PRESIDENTE (WELIGNTON DIAS) – Tempo esgotado.

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA TELLES – Bom, é isso! E R$3 milhões a menos para a Atenção de Saúde da Família e também menos algumas centenas de milhares de reais para o pessoal da Saúde da Família. A gente vê que não vai ter melhoria alguma na Saúde da Família no Município do Rio de Janeiro. É isso que a Prefeitura, a Secretaria, quer entregar para os cariocas no próximo ano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WELIGNTON DIAS) – Obrigado.

Senhor Sidney Teixeira Junior, diretor do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro. Quando a luz acender, é porque os três minutos já se esgotaram, está certo?

O SR. SIDNEY TEIXEIRA JUNIOR – Pode falar?

O SR. PRESIDENTE (WELIGNTON DIAS) – À vontade.

O SR. SIDNEY TEIXEIRA JUNIOR – Não vou me alongar no que falaram da falta de reajuste, mas lembrando que o Eduardo Cavaliere, no seu primeiro dia de posse, no discurso de posse, prometeu um reajuste anual para os servidores, falou bem dos médicos ali de forma pomposa, mas não aconteceu isso na realidade.

A gente lembra que, em 2024, Daniel Soranz, quando era Secretário de Saúde, prometeu um reajuste a todos os servidores não estatutários por Organizações Sociais de 5% para esse ano. Não foi concretizado e a gente nem tem sombra disso. E isso é muito abaixo da inflação. É importante dizer isso no momento que tem pejotização. É importante o questionamento que foi feito pelo Amorim. Vai ser o projeto pejotização, desvalorização do profissional? Tem muito médico assustado falando com o nosso sindicato, e isso vai na contramão, inclusive, do que o Controle Social fala. Na Conferência de Saúde, em julho, definiu como uma das prioridades o concurso público, a valorização do servidor. Cadê? A gente não tem visto isso.

Da mesma forma, uma coisa que é importante, falando de controle social, lá no Conselho de Saúde a gente falou da Vigilância Sanitária. A gente tem questionado esse dinheiro, tem um dinheiro que vem do Federal, e tem um dinheiro de orçamento próprio. Falam que o aluguel da sede na Rua do Lavradio, que custa aproximadamente R$1 milhão por ano, vem do orçamento próprio. E aí eu vi ali uma parte que fala de reforma, custeio de R$1 milhão. E esse dinheiro vem lá do Federal. Por que a gente mantém um aluguel, mas não usa imóveis próprios que tem no Centro para a gente economizar? Isso deve acontecer em outros aluguéis da cidade. A gente sabe que a cidade tem aluguéis e infraestrutura, a gente pode economizar nisso. Trago esse apelo para a Câmara de Vereadores, para o Secretário.

Enfim, não pretendo me alongar mais. Mas é importante quando fala da meta de seis Clínicas da Família para esse quadriênio. O Prefeito Eduardo Paes prometeu em campanha, para Associação de Moradores Amigos da Freguesia e para outras organizações da sociedade civil, Clínicas da Família em alguns bairros. E eu destaco a da Freguesia. Foi prometida, mas até hoje a gente não tem sombra disso. Então, eu trago a pergunta: vai ser concretizada? Foi promessa do Eduardo Paes, mas ainda continua o mesmo mandato.

Então, faço esse apelo e esse questionamento.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELINGTON DIAS) – Obrigado. Senhor Tomaz Pinheiro da Costa, diretor do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro, o senhor dispõe de três minutos.

O SR. TOMAZ PINHEIRO DA COSTA – Muito obrigado. Bom dia a todos.

Eu suspeito muito quando alguém começa uma intervenção falando do seu currículo, até porque geralmente isso funciona como uma afronta aos outros. Mas eu tenho que dizer que eu tenho 52 anos de exercício da profissão como médico nessa cidade, grande parte desse tempo participando da formação de médicos para o SUS, e vi nessa cidade muitas crises da saúde. Efetivamente, nesse momento não estamos nem perto de uma das maiores crises da saúde no Rio de Janeiro.

No entanto, a sensação que eu tenho, pelo pouco de informação que eu consigo, através do sindicato dos médicos, através de participação, em algumas mesas e conselhos, é que nós estamos sentados em uma cadeira maravilhosa, de um design maravilhoso, parece muito seguro, mas que tem uma cupinzama roendo por dentro, que daqui a pouco a gente está muito confortável e a gente pode ser surpreendido com uma queda brusca.

Eu me refiro a essa situação que, escudado ou então, talvez, apenas tido como uma desculpa, a LRF, que a gente terceirize, quarteirize, daqui a pouco quinteirize a saúde. Em algumas situações da vida pública, certamente, PJ, por exemplo, é uma situação que é possível e aceitável, talvez. Situações em que a atividade é sazonal, ela é temporária, que não tem contato humano muito grande. Na saúde, isto é um desastre. Equivale a dizer que nós percebemos que o gestor está abrindo mão da qualidade, porque sequer ele consegue selecionar os profissionais para atuarem. Eles sequer têm atuação direta sobre os profissionais.

Então, quem não seleciona bem os profissionais ou, qualquer linha de produção, o produto bruto para trabalhar, ele está abrindo mão da qualidade.

Nesse momento, além da fraude trabalhista, que é contratar PJ, a gente vê isso se alastrar, uma coisa parece que é muito fácil, é mais imediato para a gestão, e trabalhar qualidade é uma coisa difícil, mas de um resultado importante para a população. Eu acho que, me desculpem, eu sei que existem, às vezes, boas intenções na gestão, mas a gestão, para mim, abriu mão da qualidade. E a qualidade tem a ver com custo. O aumento da qualidade diminui custos.

Então, quando a gente aqui está falando de não ter orçamento para várias situações, é porque a qualidade caiu. Esse é um aspecto que é importantíssimo, mas que não é muito visível isso.

E, de resto, eu quero fazer coro com uma situação que parece, se fosse um personagem humano, a administração, são sonsos com relação à questão do servidor público, porque anos e anos a gente batalha para que entre no orçamento. Sempre se diz: "não vamos reajustar agora, porque o orçamento não permite". "Então, próximo ano pode?". E aí, no próximo ano, não entra no orçamento. Nunca entra no orçamento. Então, a denúncia de que a gestão municipal quer acabar com o servidor público é muito clara, é muito límpida, é muito justa.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELINGTON DIAS) – Senhora Izabel Sonia de Souza, aposentada da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, a senhora dispõe de três minutos.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

A SRA. IZABEL SONIA DE SOUZA – Boa tarde a todos e à Mesa.

Então, a minha fala, senhores e senhoras, é sobre justamente o que eu já ouvi, infelizmente, que o PCCS não sairá. O servidor estatutário da Saúde, ele está desvalorizado, desrespeitado e excluído! É assim que eu me sinto.

Eu trabalhei por 32 anos, tenho pós, e como fica? Não fica! O problema é meu, ninguém está ligando, ninguém está nem aí. E vamos vivendo, vamos tentando, vamos pedindo, implorando.

O Senhor Secretário Rodrigo Prado colocou ali questões de várias metas. Não pensam mais com relação aos servidores estatutários: só pensam nas OSs. Ótimo, excelente! Eu acho que eles realmente têm que trabalhar. Porém, no passado, quando eu entrei, em 1988, havia concurso. E fiz concurso e passei, graças a Deus. Agora quero, mereço e espero ser respeitada e valorizada como todos os colegas da Secretaria Municipal de Saúde.

Boa tarde a todos.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELINGTON DIAS) – Obrigado.

Queria convidar a Excelentíssima Senhora Vereadora Maíra do MST para fazer uso da Tribuna.

A SRA. VEREADORA MAÍRA DO MST – Bom dia, Presidente. Bom dia, Secretário, que está aqui presente.

Quero saudar também, principalmente, essa Audiência Pública que está superlotada, o que mostra a importância do debate sobre a saúde pública no Município do Rio de Janeiro. A gente que é vereador, que é vereadora, que atua nesta Casa, o Presidente e Vereador Welington Dias sabe muito bem, é sempre muito importante que a gente receba o conjunto das categorias para debater sobre os desafios do Município do Rio de Janeiro.

Acho que as falas que me antecederam, Presidente, expõem muito objetivamente como nós precisamos valorizar os servidores públicos municipais da Saúde. Não existe falar sobre saúde, não existe falar sobre orçamento se a gente não incluir no centro do orçamento aqueles e aquelas que estão expostos aos problemas da sociedade, às equipes superlotadas, aos problemas e desigualdades da nossa Cidade e que, por isso, precisam de muita atenção do Município e desta Casa de Leis.

Queria usar um pouco esse espaço para vocalizar, colocar o nosso mandato à disposição da luta da categoria da Saúde, do conjunto dos profissionais da Saúde, e quero fazer aqui um alerta que já foi mencionado aqui, que é em relação à situação do Hospital Maria Amélia. Saúdo aqui o sindicato dos médicos, na figura do Presidente Alexandre. Eu, como uma mulher jovem que percorro a Cidade, que conheço os problemas da saúde da mulher enquanto usuária, enquanto paciente, assim como outras pessoas, nós sabemos a importância que esse hospital tem para as mulheres cariocas, seja no atendimento humanizado de partos, seja no atendimento completo da saúde da mulher. É um absurdo que nós não estejamos olhando para os problemas que levaram a categoria a estar de greve há três meses! Isso é um absurdo! A gente precisa olhar para a contradição que está sendo exposta, para a precarização, olhar para essa contradição de que os salários estão sendo diminuídos em troca da pejotização!

Então, a gente não pode fechar os olhos e permitir que milhares de mulheres cariocas não possam usufruir desse espaço fundamental, e, principalmente, que eles não sigam nessa lógica de precarização das servidoras e dos servidores.

A gente tem dialogado com os meios de comunicação, acompanhado um pouco essa pauta que foi apresentada pelo sindicato dos médicos, e a gente precisa de fato fazer com que a Secretaria Municipal de Saúde assuma a responsabilidade de olhar para essa realidade e valorizar esses servidores.

Por fim, Presidente, queria afirmar que, em nosso entendimento, no entendimento de que o Estado é provedor do bem-estar social, de que o Estado deve ser provedor também dos concursos públicos, a gente precisa afirmar que a lógica de pejotização significa precarização. Não tem como a gente olhar para essa realidade e naturalizar uma realidade que precariza, que flexibiliza o mundo do trabalho enquanto nós estamos aí debatendo o fim da escala 6 x1, o avanço de lutas trabalhistas que são fundamentais, o Município do Rio de Janeiro está seguindo na contramão de uma lógica nacional de valorização do servidor público e do trabalhador.

Por fim, Presidente, gostaria de dizer que, junto com o Sindicato dos Médicos, nós apresentamos a esta Casa de Leis um projeto de lei que permite a participação de trabalhadores e trabalhadoras que estão contratados por OS e que hoje fazem parte do Sistema Municipal de Saúde para participação no Conselho Municipal de Saúde.

Nós entendemos, Secretário, que é muito importante esse projeto de lei porque ele amplia a democratização no Conselho Municipal de Saúde, garantindo a participação social do conjunto da categoria.

Acho que é isso, este debate orçamentário é muito importante e eu sigo afirmando – e sigo apresentando aqui nesta Casa – que não existe como a gente falar principalmente de Saúde e Educação, Assistência Social, de combate à fome, se a gente não valoriza quem está na ponta garantindo a melhoria e a dignidade de vida dos cariocas. Obrigada, Presidente.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELINGTON DIAS) – Obrigado, Vereadora.

Com a palavra a Senhora Débora Batista, massoterapeuta aposentada da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, que dispõe de três minutos.

A SRA. DÉBORA BATISTA – Boa tarde a todas as autoridades presentes. Boa tarde aos meus colegas, que são pessoas fundamentais no que diz respeito ao cuidado com a população carioca e boa tarde especialmente ao Vereador Paulo Pinheiro, que sempre nos representou. Muito obrigada pela sua fala também, Vereadora Maíra, que sempre esteve nos apoiando também.

Eu gostaria de lembrar algumas coisas. "Gasto", a gente viu no orçamento a palavra "gasto" com servidor; servidor não é gasto, servidor é investimento, investimento em quem cuida das pessoas em quem gera todos aqueles dados que foram apresentados como dados exitosos e que vão ser cada vez menos exitosos pelos maus-tratos com que são tratados os servidores que atendem essa ponta.

Essas metas, que foram apresentadas hoje, eu considero que elas são maldades com relação aos servidores, maldades com gente que atendeu, que botou seu suor, que muitas vezes foi trabalhar doente porque a gente trabalha doente, porque a gente tem pena da população. A gente não faz greve porque a gente tem pena da população, porque ela já está muito ferrada, mas a gente está cada dia mais ferrado também.

Então, eu já ouvi do próprio ex-Prefeito Eduardo Paes, ex felizmente: "Continue na luta". Tomei três tapinhas nas costas e ouvi: "Continue na luta". Eu gostaria de dizer ao ex-Prefeito e ao atual Prefeito, ao ex-Secretário de Saúde e ao atual Secretário de Saúde que nós vamos continuar na luta, sim, porque nós merecemos ser valorizados, porque nós queremos um Plano de Cargos, Carreiras e Salário prometido há muitos anos e que continua na gaveta desde 2019. É inadmissível que trabalhadores que cuidam da população sejam tratados de maneira tão vil e tão cruel, lembrando a todos que sem Saúde não se vive.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELINGTON DIAS) – Obrigado. Com a palavra a Senhora Livian Merlino, fundadora do Movimento dos Agentes Comunitários de Saúde, que dispõe de três minutos.

A SRA. LIVIAN MERLINO – Eu sou Livian Merlino, sou fundadora do Movimento dos Agentes Comunitários de Saúde aqui no Rio de Janeiro.

Fui demitida no ano passado pelo Prefeito Eduardo Paes, e eu quero deixar aqui uma denúncia. Quando fui demitida, estava adoecida. Sofri uma convulsão dentro da clínica de tanta carga, de tanta sobrecarga, de tantas metas para bater. Eu quase morri. Fui parar na UPA de uniforme

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

de agente comunitária de saúde. Eu tenho uma filha de 15 anos, sou mãe solteira e preciso pagar minhas contas, e estou desempregada por esse prefeito quase me matou. Foram três dias convulsionando na UPA do Engenho de Dentro.

Eu fundei este movimento junto com o meu colega que está ali, Iago Argolo. O Iago sofreu uma agressão dentro da Clínica da Família, e nada foi feito. A Prefeitura se omitiu, o gerente se omitiu, todo mundo se omitiu. A OSS falou que não tem nada a ver com isso. A OSS tirou o corpo fora. Enquanto isso, a gente está adoecendo, parando nos hospitais.

Diz a Fiocruz que, no Município do Rio de Janeiro, o ACS, o agente comunitário de saúde, tem expectativa de vida de até 59 anos. Foi feita uma pesquisa entre 2010 e 2024. Atenção, galeria! Atenção, povo do Rio de Janeiro, povo brasileiro! A Fiocruz disse que os ACS, agentes comunitários de saúde, têm um número de óbitos gigantesco e que vivem até os 59 anos de idade. A Prefeitura está matando os agentes comunitários de saúde e nada tem sido feito. O nosso movimento foi criado da dor. Ele nasceu da dor, nasceu do desprezo, da negligência e da morte de centenas de agentes comunitários de Saúde que morrem trabalhando, morrem para colocar comida em casa. E nós somos o quê? Celetistas, terceirizados. Não tem concurso, não temos plano de carreira, não temos nada, a não ser as nossas famílias preocupadas com a gente. Então, por favor, olhem pelo agente comunitário de Saúde.

É uma denúncia do meu coração, da minha alma, das minhas entranhas, para que a gente possa continuar lutando. E a minha voz não vai ser calada, porque, quando eu entrei aqui, falaram que a gente não poderia sentar aqui, no Plenário. Falaram que só vocês que são servidores, que lutam junto com a gente – nós estamos juntos nessa luta –, que poderiam. Falaram que só se eu tivesse o crachá de servidora. Eu falei: «Como vou ter o crachá de servidora se o seu patrão me demitiu no ano passado e eu estou desempregada até hoje, procurando emprego aos meus 42 anos de idade, sendo mãe solteira, pagando um trilhão de contas, fazendo sobrancelha para sustentar a minha filha?»

Então é essa a indignação que eu deixo aqui. Fiocruz, por favor, continuem com as suas pesquisas, continuem, porque a gente precisa de vocês. Sobretudo, não posso deixar de falar: as agentes comunitárias de saúde são mulheres pretas, periféricas. São elas que morrem, são elas que estão na pesquisa da Fiocruz entre 2010 e 2024. Como é de domínio público, vocês podem verificar. É uma denúncia que eu deixo aqui. É mais do que um desabafo, porque eu já estou há um tempo desabafando na internet e com a minha família. Hoje, não. Hoje eu vim falar. Hoje eu vim gritar pelos 7.600 agentes comunitários de Saúde do Município do Rio de Janeiro, pelos 16 mil agentes de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

E mais uma coisa: nós oficiamos o Município do Rio de Janeiro, por meio do mandato do Deputado Estadual Josemar, para efetivar os agentes comunitários de Saúde e para pagar também o Incentivo Financeiro Adicional (IFA). Cadê o nosso IFA? Estão roubando o nosso IFA, que é um incentivo financeiro adicional que temos que receber no final do ano. O dinheiro está em caixa, é nosso dinheiro. E mais uma coisa: cuidado, porque, se demitirem agente comunitário de saúde depois da Emenda 140, a gente vai partir para cima.

Muito obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELINGTON DIAS) – Obrigado.

Agora, o Senhor Iago Argolo Borba, fundador do Movimento dos Agentes Comunitários de Saúde pela Atenção Básica, que dispõe de três minutos.

O SR. IAGO ARGOLO BORBA – Bom dia a todos.

Bom, vou ser rápido, pela fala forte da minha companheira e amiga Livian. Primeiramente, quero agradecer e chamar a atenção que um homem branco precisou me dar a vez para entrar na Casa que meus antepassados ajudaram a construir, foi dita a Casa do Povo. E essa pessoa foi o vereador, que agradeço também a ele, que é o Paulo Pinheiro, ao Sindicato dos Médicos também, o Alexandre, quero agradecer, porque foi - não tenho palavras - porque se é a Casa do Povo, a gente tem que estar aqui, a gente tem que estar na luta.

Bom, sou o Iago, sou do movimento dos acessos pela atenção básica, e antes de tudo, a experiência foi bem intensa nesses anos. A gente lutou de todas as formas para o cumprimento das metas, e acabei adoecendo, fui agredido, e fica aqui também a questão sobre a efetivação que após a aprovação da Emenda Constitucional nº 140, como é que vai ser a questão das OSs? Chamo a atenção do Secretário que a partir também do momento em que eu fui agredido, nada foi feito. E como fica o investimento da segurança nessas UBSs se nós somos bem vulneráveis com relação ao funcionamento e também à violência urbana? Enquanto isso, nós ouvimos discursos sobre orçamento escasso, vemos propostas de privatização avançando junto à Maternidade Maria Amélia, como em outras unidades. A gente vem sendo esquecido, salários atrasados.

E agora, como dizia Maria Conceição Tavares, uma grande economista, que a gente não tem tempo para o jantar das sextas-feiras e a gente precisa estar lutando pela democracia sempre. O SUS já avançou muito, mas a gente tem inúmeros desafios de pessoas gananciosas interesse econômico que sobrepõe direito da população e a saúde pública segue sem desfecho, que a gente vê que o orçamento não é uma planilha, é uma decisão política, ela precisa atender os interesses do povo, do servidor, do celetista, como são os agentes comunitários de saúde. A gente não pode deixar só de falar de equilíbrio fiscal e sim de equilíbrio social, equidade. Nós não podemos faltar com a responsabilidade nas contas públicas, mas vocês têm que ter a noção que vocês foram votados por um povo que saiu das suas casas para poder lutar pelos seus direitos.

Da minha parte é só, muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELINGTON DIAS) – Obrigado, Senhor Gustavo Tresistman, médico da Secretaria Municipal de Saúde, Secretário-Geral do Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro, o senhor dispõe de três minutos.

O SR. GUSTAVO TRESISTMAN – Bom dia a todos, meu nome é Gustavo, sou médico de família e comunidade, sou diretor do Sindicato dos Médicos. Queria aqui dizer que, como cidadão e como médico que trabalha aqui dentro das favelas cariocas há 13 anos nessa cidade, que esse orçamento que foi apresentado aqui hoje, isso aqui é uma verdadeira vergonha para o Município do Rio de Janeiro. É uma vergonha para quem mora nessa cidade. Isso aqui é orçamento para quem não conhece ou não se importa com a dor e o sofrimento da nossa população. É isso que está sendo apresentado aqui hoje.

Nosso município, foi falado já aqui, teve um aumento de mortalidade materna de 43% nesse ano. Nosso município teve aumento na mortalidade infantil esse ano. Desde que Eduardo Paes entrou no Município do Rio de Janeiro, nunca conseguiu reduzir a mortalidade infantil. Então, aqui não é uma discussão de cálculos, não é uma discussão de números, não é uma discussão matemática, é uma discussão sobre as nossas vidas, sobre as vidas da população. E é isso que vocês estão ignorando aqui. A saúde da cidade tem uma crise gigantesca. As pessoas perdem a visão nas filas do Sisreg. Vocês perdem a visão nas filas do Sisreg, vereadores, secretário de saúde, prefeito? Vocês perdem o rim na fila do Sisreg? Vocês morrem de câncer na fila do Sisreg? Não passam por isso, então, é fácil apresentar esse orçamento aqui, que é uma vergonha. Isso aqui precisa mudar. Ter esse pequeno incremento, na verdade corte de orçamento em várias áreas importantes, vai agravar essa situação. A resposta a isso é reduzir o orçamento das maternidades? A resposta a isso é reduzir o orçamento da Atenção Primária à Saúde? Vocês vão agravar esses problemas, vocês vão aumentar as filas, vocês vão aumentar o número de pessoas sofrendo, de sequelados, de pessoas que estão morrendo precocemente, mortes aí, como foi falado, tanto da população em geral quanto dos trabalhadores de Saúde. É isso que vocês estão fazendo aqui, não é? Essa discussão não pode se passar dessa maneira. Hoje, a gente está aqui trazendo. Essa discussão não tem divulgação, a população é impedida de entrar aqui, foi muito difícil acessar este Plenário, mas a gente está atento. Vamos sair

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

daqui e vamos convocar todo mundo para estar na porta desta Câmara no dia da votação do orçamento para dizer que a gente não aceita.

A população da cidade não aceita mais isso. Precisa investir em saúde pública. Precisa valorizar o trabalhador, porque você não consegue melhorar os índices de saúde sem valorizar o trabalhador. Os trabalhadores das OSs, por exemplo, já têm seis anos sem reajuste salarial. Isso dá 40% de defasagem. Os trabalhadores não ficam, vocês não conseguem fixar trabalhador, o trabalhador vai embora. E agora a resposta de vocês é piorar, é retirar direito trabalhista, como estão fazendo nas maternidades com a pejotização. O que vocês acham que vai acontecer se você não reajusta salário e você retira direito trabalhista? Vocês estão dando calote nos trabalhadores da Atenção Primária. A gente está sem receber a gratificação de desempenho desde 2024! A gente teve que fazer greve para conseguir receber o de 2023. Trabalhador de saúde não gosta de fazer greve. A gente não quer fazer greve, mas a gente está sendo obrigado por essa gestão. Então, a gente vai seguir brigando. A Maternidade Maria Amélia está em greve há três meses e vai seguir se continuar desse jeito. Outras maternidades infelizmente vão acabar entrando em greve. É esse o caminho que vocês estão fazendo. E votar esse orçamento que foi apresentado é assinar o atestado de óbito de milhares e milhares de trabalhadores desta cidade, e a gente não vai permitir isso.

O SR. PRESIDENTE (WELINGTON DIAS) – Obrigado.

Senhor Douglas Moreno, representando o gabinete do Vereador Felipe Michel, da Comissão do Idoso.

O SR. DOUGLAS MORENO – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos os presentes. Bom dia, Secretário Rodrigo e toda a equipe.

Eu queria fazer uma pergunta que a gente recebeu bastante no nosso gabinete, qual seja, sobre a pessoa idosa, sobre como a gente enxerga a pessoa idosa no orçamento da Secretaria de Saúde. Quero dar alguns dados, por exemplo, o Censo de 2002 do IBGE diz que existem 1.250.000 pessoas idosas, existia à época, e a população de 0 a 18 anos, que tem um programa finalístico, Primeira Infância, por exemplo, 9813, possuía 1.328.000 pessoas.

O PNAD de 2026 disse o seguinte: hoje já existe mais pessoas idosas do que população de 0 a 18 anos. E o Secretário Rodrigo fez uma visita, por exemplo, onde estão acolhidos a maioria das pessoas idosas, que são todas as vagas tipo 3 da Assistência Social na Casa São Luiz, que recebem alta hospitalar e são destinadas para uma unidade de assistência social. E lá, por exemplo, vão ter um milhão e pouco de medicamentos distribuídos, e lá ainda não conseguem receber Farmácia Popular para abrigar os idosos.

A pergunta que eu faço é de forma bem simples. Não consegui achar o Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso (Padi) no orçamento, mas no PPA constava uma meta de atendimento de 5.858 idosos atendidos. Então, essa é uma discussão que eu já tinha levado tanto para a Secretaria de Saúde, para o Secretário Daniel Soranz. Nós, enquanto estávamos na Secretaria Municipal de Envelhecimento Saudável, integramos também com o Secretário Rodrigo, conversamos muito com a Doutora Mônica da Secretaria de Saúde. E é preciso um olhar, porque é uma vergonha quando a gente olha, por exemplo, que o município de Canoas tem 300 mil habitantes. Ele é menor em população do que o bairro de Campo Grande, e lá existe uma UPA da pessoa idosa.

E aí, eu perguntei, pergunto sempre a qualquer médico, pergunto para o Secretário Rodrigo, pergunto para os médicos aqui presentes: quantos geriatras você conhece? Não existe unidade de geriatria, não existe especialidade de gerontologia. E aí, qual é a dificuldade disso? Quem quer cuidar da pessoa idosa não tem um ambiente acolhedor no Município do Rio de Janeiro. É algo que eu acredito, enquanto comissão, refletindo o pensamento do Vereador Felipe Michel, que a cidade precisa olhar, porque vai haver um colapso. A partir de 2030, e eu faço esse alerta aqui, a maioria da população da Cidade do Rio de Janeiro vai ser pessoa idosa, e a gente vai continuar investindo o orçamento na população de 0 a 18 anos.

Finalizo com a pergunta: Como os recursos e os atendimentos das ações 2128 e 2847 são registrados por faixa etária? Quantos médicos geriatras estão lotados na rede municipal? Em quais unidades e quais as jornadas e agenda de atendimento? E quais equipes e leitos de geriatria hoje existem na rede hospitalar?

Se não for possível, quero pedir à Presidência – acredito que não vai ser possível o Secretário responder a todos os questionamentos – que remeta um ofício para a Secretaria de Saúde para que a Secretaria possa responder aos questionamentos que aqui o Secretário não conseguiu responder.

Obrigado, Presidente.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WELINGTON DIAS) – Obrigado. Encerradas, então, as inscrições.

Eu queria fazer uma pergunta, Senhor Rodrigo, eu vim ouvindo a audiência e vi o senhor falando do aumento das equipes de saúde de família no orçamento para 2027. Eu gostaria de saber se esse ano está contemplado aquele pedacinho de Senador Vasconcelos que tem um vácuo sanitário ali, que a gente tem aquelas pessoas que dependem somente lá da unidade do Belisário Pena, que é tão distante, e nem têm condição para passar ali. Se nesse ano vamos conseguir colocar algumas equipes de saúde da família ali para tratar daquelas pessoas que tanto precisam.

Essa é a pergunta que eu gostaria de fazer. Encerradas, então, as falas, eu passo a palavra para a Mesa e para o Secretário para responder às perguntas e fazer suas considerações finais.

O SR. RODRIGO DE SOUSA PRADO – Obrigado, Vereador. Assim, acho que... só para a gente fazer as considerações finais, acho que vale a pena a gente ter uma fala sobre alguns temas que foram, acho que, redundantes.

O primeiro tema, acho que vale a pena esclarecer, em relação à contratação por PJ, a contratação de médico por PJ. A Secretaria de Saúde, historicamente, entende que a contratação por médico PJ é algo que pode ser usado após se esgotar as tratativas para fazer a contratação de médico por CLT. A nossa primeira opção é a contratação de médico por CLT.

Sendo assim, o que aconteceu no CER Leblon a gente já questionou a Organização Social, eles encaminharam para a gente uma resposta, que acho que chegou ontem a resposta. A gente está analisando essa resposta, está vendo com a Procuradoria, a gente vai pedir a reversão dessa ação que foi feita, entendendo que não tenha sido... foge das diretrizes da Secretaria. Por quê? Primeiro, se esgota as contratações do CLT. Se você tinha pessoas contratadas por CLT, por que você fez a contratação por PJ? Estamos consultando a Procuradoria sobre esse modelo adotado, e caso a OS entenda que vai seguir por esse caminho, nós podemos entender que não queremos mais trabalhar com essa OS nessa unidade, porque a gente entende que não tem sentido você mandar pessoas embora que são CLT, que estavam contratadas, não tinha essa necessidade de assistência ali por uma pessoa nova e fazer isso.

Diferente de outros lugares. Quando aqui foi citado o caso da Maternidade Maria Amélia, eu acho que é importante a gente dizer que nós temos sentado algumas vezes com os trabalhadores dessa unidade, assim como o sindicato, e uma das questões que eles trouxeram era a ociosidade do quadro médico, ou seja, que nós não estávamos conseguindo suprir o quadro médico, tinham vagas ociosas, e isso trazia um aumento de trabalho para as pessoas que estavam lá.

A OS falou que o processo seletivo estava aberto há muito tempo e não conseguia contratar, por isso foi feito um processo de contratação de uma empresa para estar suprindo essa assistência, porque, no final das contas, acho que todo mundo está falando aqui que o mais importante é a assistência à população. E, assim, não vai substituir os médicos que estão com CLT, não é este o modelo que a gente está falando, é para suprir vagas ociosas, é um pouco diferente nesse caso específico.

Assim como algumas categorias, não é de agora, já tem tempo, que acaba tentando contratar por PJ, porque é o que o mercado aceita, o mercado entende.

Então, assim, a gente também não concorda com o que aconteceu no CER Leblon, de mandar pessoas embora para contratar por PJ, e já

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

estamos tomando as providências para que isso seja revertido, e, se não for revertido, se for o caso, a gente vai trocar a organização social que estiver lá.

Em relação ao PCCS, acho que cabe esclarecer que, como foi falado, a gente ia voltar a fazer a reunião nesse 2º semestre, a reunião está agendada, de mesa de negociação.

Vamos relembrar, o companheiro ali falou do dia em que ele esteve lá, dia 22/10, em que eu não estava no gabinete e o gabinete foi invadido. Eles invadiram o gabinete, os funcionários que estavam lá foram coagidos pelas pessoas que estavam lá, fizeram uma videochamada comigo para eu provar que eu não estava lá. Eu estava numa agenda em Bangu, eu lembro bem desse dia. Então, estamos voltando com a mesa de negociação, esperamos poder avançar. É uma mesa de negociação, as pessoas têm que estar dispostas a negociar, não é imposição de nenhum dos dois lados – é uma mesa de negociação, como o nome fala –, e o PCCS vai ser um dos temas que vão ser pautados nesse dia.

Em relação à questão do Senador Vasconcelos, a gente sabe que é uma necessidade daquela região, o senhor já trouxe isso para nós, estamos tentando ajustar o desenho para ver se conseguimos realmente, não só nessa região, algumas outras regiões que sabemos que temos que avançar com a cobertura, que têm uma necessidade maior. Como o senhor sabe, temos hoje, em média, 70% de cobertura na cidade, então, óbvio que há áreas que não têm a cobertura. Estamos estudando as áreas que conseguimos avançar com a cobertura. O Subsecretário Renato Cony já está fazendo esse estudo.

No mais, assim, nós sabemos que é um orçamento que está justo para ser trabalhado. Sabemos que o orçamento é uma coisa dinâmica, não necessariamente o orçamento que nós começamos é o orçamento que nós acabamos, é só ver esse ano como foi essa questão. Eu acho que foi uma fala que teve aí, que o valor para o pessoal está pequeno, a diferença. Quem faz essa conta é a Secretaria de Fazenda, e geralmente não falta orçamento para dar a reposição dos trabalhadores da Secretaria de Saúde, os servidores. Quem faz essa conta é realmente a Secretaria de Fazenda, e geralmente, historicamente, não tem essa falta.

Eu acho que basicamente essas considerações finais que tínhamos para fazer. Estamos à disposição dos vereadores. Se alguma coisa não for esclarecida, podemos esclarecer através de RI.

Obrigado a todos pela presença. Obrigado, vereadores.

O SR. PRESIDENTE (WELINGTON DIAS) – Agradeço a presença de todos. Agradeço a todos os setores da Casa: Diretoria de Comunicação, Cerimonial, Segurança, DTI e serviços gerais. Até a próxima.

Dou por encerrada a presente Audiência Pública.

(Encerra-se a Audiência Pública às 12h32)

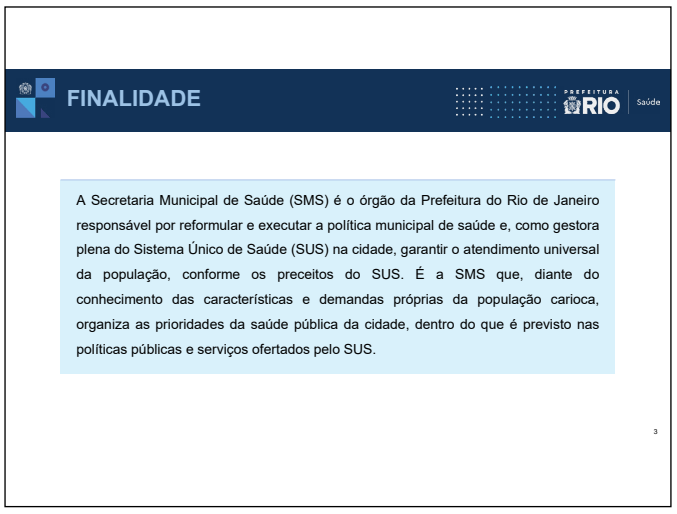
LISTA DE PRESENÇA

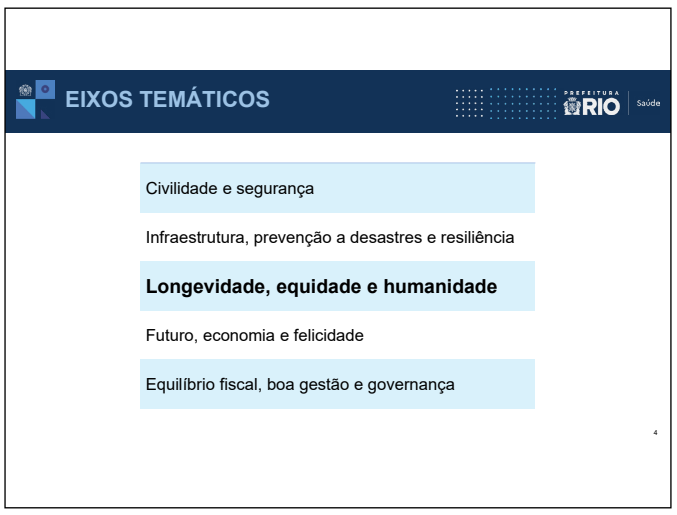
Marcia Regina Torres; Evana Andressa Alvarez; Carla de Assumpção Pereira; Rosane Costa Melo Ferreira; Douglas Moreno; Marcos Thadeu Leite; Marcele Cardoso; Louise Munier; Pedro Palarmo; Deborah Folly; Odivan Betcel Bentes; Luiz Carlos Cassano; Jorge Luis de Mello Flandin; Elaine Travassos; Leonardo Castilho; Deise de Oliveira Lucena; Katia da Costa; Daniela dos Santos Moreira; Larry Botelho; Rycher Juan de Oliveira; Débora Batista; Livian Merlino; Cláudia Ferrari; Roberta Torquato; Vitoria Vellozo; Ginna Ilka; Airton Guerreiro Vidal Filho; Anna Luiza Rocha Mendes; Sidney de Almeida Teixeira Junior; Bruno Pessoa; Rosane Falcão; Elaine Dias de Freitas; Mariland Rodrigues; Tomaz Pinheiro da Costa; Rosana da Silva Marques Simões; Alba Valeria do Vale Silva; Ermi Gabriel Cavalcante; Izabel Sonia de Souza; Eugenia Maria Bento; Lais Pimenta; Aristóteles de Queiroz; Ligia Virginia Dutra; Marco Antonio Pereira Braga da Cunha; Luiz Renato da Silva; Marcelo Coqueijo; Judson Alvarenga; Paula Freitas Sessa; Cintia Agnes Pereira; Robert Grossi Pereira; Iago Argolo Borba; Alexandre Henrique de Sousa; Mônica Testa Morangueira; Gustavo Treistman; Diego Queiroz; Rafael Sampaio; Fabiana Dias; Liliane Leal; Rhubens Almeida; Alefe Dantas Panaro; Tatiana Santos; Grace Mello; Ana Carolina Muniz; Edgar Gazolla; Alexandre Oliveira Telles; Jerry James Azevedo da Silva; Flávia Bueno.

ANEXO









DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DIRETRIZES

PREFEITURA RIO | Saúde

Fortalecer a atenção integral a saúde, com foco na prevenção, no cuidado materno-infantil e na ampliação dos serviços ambulatoriais e hospitalares.

Promover o desenvolvimento integral da criança na primeira infância, com políticas integradas de saúde, educação, assistência e garantia de direitos.

Ampliar a inclusão plena de pessoas com deficiência e com transtornos do espectro autista, assegurando suporte educacional, terapêutico e social adequado.

Promover acolhimento e reinserção da população em situação de rua, com suporte psicossocial e fortalecimento de vínculos.

Promover o bem-estar animal por meio do controle populacional, ampliação dos serviços veterinários e combate aos maus-tratos.

5

PROGRAMAS FINALÍSTICOS

Rio | PREFEITURA RIO

METAS

PREFEITURA RIO | Saúde

Oferecer tratamento com uso de semaglutida para combate a obesidade grave, promovendo a redução do grau de obesidade de 70% dos pacientes inscritos no programa até 2028.

Construir mais 6 Clínicas da Família até 2028.

Aumentar a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial para 85% até 2028.

Reduzir a taxa de mortalidade infantil (TMI) para 10 por 1.000 nascidos vivos até 2028, garantindo que nenhuma Área Programática ultrapasse 12 por 1.000 nascidos vivos.

Reduzir a Razão de Mortalidade Materna (RMM) para 30 por 100.000 até 2028, garantindo que nenhuma Área Programática ultrapasse 50 por 100.000.

Reduzir a taxa de mortalidade na infância para 12 por 1.000 até 2028.

Ter 70% das crianças de 0 a 6 anos em vulnerabilidade atendidas conforme protocolo único intersetorial do Programa Primeira Infância Carioca, até 2028.

Criar dois novos Super Centros Cariocas de Saúde, um na Zona Oeste e outro na Zona Norte, até 2028.

Ter 10 Centros Especializados no Estímulo ao Desenvolvimento do Espectro Autista até 2028.

Acolher, anualmente, pelo menos 7.000 pessoas em situação de rua nas Unidades de Acolhimento e Reinserção Social até 2028.

Realizar pelo menos 250 mil cirurgias de castração animal e alcançar 500 mil cães e gatos microchipados até 2028, para combater o abandono e os maus-tratos.

6

PROGRAMAS, AÇÕES E PRODUTOS

Rio | PREFEITURA RIO

PROGRAMAS

PREFEITURA RIO

PROGRAMAS FINALÍSTICOS	PROGRAMAS DE GESTÃO
0308 – Vigilância em Saúde	**0564** – Regulação e Gestão do SUS
0309 – Vigilância Sanitária	**0700** – Gestão Administrativa e Operacional
0318 – Desenvolvimento, Formação, Avaliação e Monitoramento do SUS	**9000** – Gestão das Operações Especiais
0330 – Atenção Primária à Saúde	
0426 – Atenção Psicossocial	
0600 – Atenção Especializada à Saúde	
0602 – Proteção e Defesa Animal	
9804 – Atenção Hospitalar, Urgência e Emergência	
9813 – Primeira Infância	

8

PROGRAMA FINALÍSTICO
0308
VIGILÂNCIA EM SAÚDE

PREFEITURA RIO | Saúde

OBJETIVO
Proteger a saúde da população por meio da mitigação de riscos, da identificação de determinantes e da redução de danos, articulando ações integradas de vigilância em saúde e garantindo a detecção precoce, a resposta rápida e a interconexão entre a saúde humana, animal e ambiental.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

INDICADORES

Código / Descrição	Fonte	Unidade de Medida	Índice de Referência	Índice Esperado em 2026	Índice Alcançado 2º Quad./2026
0785 - COBERTURA VACINAL MÉDIA DE TODAS AS VACINAS DO CALENDÁRIO	Painel Cobertura Vacinal - Rastreio - GEMAS/DPNI/MS; Sistema de Registro de Vacinação / IBGE ou CGIAE-MS	PERCENTAGEM	78	80	85,7
0787 - TAXA DE MORTALIDADE POR ARBOVIROSES	SIM / IBGE	UNIDADE A CADA 100.000 HABITANTES	0,11	0,10	0,03
0805 - PERCENTUAL DE AMPLIAÇÃO DE TESTES DIAGNÓSTICOS DE HIV, SÍFILIS, HEPATITE, INFLUENZA, COVID, TUBERCULOSE E HANSENÍASE	SISLOG LAB	PERCENTAGEM	Não disponível	10	Em apuração

10

PROGRAMA FINALÍSTICO
0308
VIGILÂNCIA EM SAÚDE

PREFEITURA RIO | Saúde

OBJETIVO
Proteger a saúde da população por meio da mitigação de riscos, da identificação de determinantes e da redução de danos, articulando ações integradas de vigilância em saúde e garantindo a detecção precoce, a resposta rápida e a interconexão entre a saúde humana, animal e ambiental.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

1888 - REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

	Dotação Atual			PLOA 2027	
	R$ 210.000,00			R$ 1.828.000,00	
Metas PPA	**Unidade de Medida**	**Meta 2026**	**Executado 2º Quad./2026**	**Meta PPA 2027**	**Meta PLOA 2027**
3087 - OBRA / ADEQUAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	-	-	1	1
4379 - EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UNIDADE	280	99	96	96

2003 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE INTEGRAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

	Dotação Atual			PLOA 2027	
	R$ 67.194.679,32			R$ 78.978.072,00	
Metas PPA	**Unidade de Medida**	**Meta 2026**	**Executado 2º Quad./2026**	**Meta PPA 2027**	**Meta PLOA 2027**
1374 - AÇÃO DE PREVENÇÃO, PROMOÇÃO E COMBATE A FOCOS DE DENGUE REALIZADA	UNIDADE	320	290	320	320
1376 - ÓBITO INFANTIL E FETAL INVESTIGADO	PERCENTAGEM	80	86,95	80	80
1377 - ÓBITO MATERNO INVESTIGADO	PERCENTAGEM	95	94,59	95	95

11

PROGRAMA FINALÍSTICO
0308
VIGILÂNCIA EM SAÚDE

PREFEITURA RIO | Saúde

OBJETIVO
Proteger a saúde da população por meio da mitigação de riscos, da identificação de determinantes e da redução de danos, articulando ações integradas de vigilância em saúde e garantindo a detecção precoce, a resposta rápida e a interconexão entre a saúde humana, animal e ambiental.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

2962 - FORTALECIMENTO DAS RESPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS DE SAÚDE PÚBLICA

	Dotação Atual			PLOA 2027	
	R$ 1.796.748,11			R$ 1.699.225,00	
Metas PPA	**Unidade de Medida**	**Meta 2026**	**Executado 2º Quad./2026**	**Meta PPA 2027**	**Meta PLOA 2027**
1378 - SURTO OU EVENTO DETECTADO, COMUNICADO E RESPONDIDO EM TEMPO OPORTUNO	PERCENTAGEM	80	94,43	85	85
1379 - CENTRO DE INTELIGÊNCIA EPIDEMIOLÓGICA (CIE) AMPLIADO/MANTIDO	UNIDADE	1	1	1	1
5142 - AMOSTRAS LABORATORIAIS COLETADAS EM UNIDADE SENTINELA NOS CASOS DE SÍNDROME GRIPAL E ARBOVIROSE	PERCENTAGEM	80	100,98	85	85

12

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA FINALÍSTICO
0308
VIGILÂNCIA EM SAÚDE

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Proteger a saúde da população por meio da mitigação de riscos, da identificação de determinantes e da redução de danos, articulando ações integradas de vigilância em saúde e garantindo a detecção precoce, a resposta rápida e a interconexão entre a saúde humana, animal e ambiental.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

2968 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

	Dotação Atual	PLOA 2027
	R$ 3.299.003,97	R$ 4.564.717,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1380 - DOENÇA DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA INVESTIGADA	PERCENTAGEM	99	100	99	99
4614 - CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA (DNCI) ENCERRADOS EM ATÉ 60 DIAS APÓS NOTIFICAÇÃO	PERCENTAGEM	90	99,04	90	90
5148 - CASOS DE VIOLÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO IMEDIATA INSERIDOS OPORTUNAMENTE NO SINAN	PERCENTAGEM	80	95,13	80	80

PROGRAMA FINALÍSTICO
0309
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Desenvolver ações integradas e articuladas visando à mitigação dos riscos sanitários nos ambientes, produtos e serviços utilizados pela população, para proteção à saúde.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

1169 - REESTRUTURAÇÃO DAS UNIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DE CONTROLE DE ZOONOSES

	Dotação Atual	PLOA 2027
	R$ 731.300,00	R$ 1.001.300,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1317 - OBRA REALIZADA	UNIDADE	1	-	2	2
3901 - EQUIPAMENTO / MOBILIÁRIO ADQUIRIDO	UNIDADE	99	-	79	79

2217 - MANUTENÇÃO E CUSTEIO DO LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA

	Dotação Atual	PLOA 2027
	R$ 3.777.272,00	R$ 2.765.619,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1346 - LAUDO PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS ALIMENTOS EMITIDO PELO LASP	UNIDADE	16.000	13.484	17.000	20.000
1347 - LAUDO COM AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO DAS ESCOLAS E UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL EMITIDO PELO LASP	UNIDADE	3.600	3.294	4.000	4.000

PROGRAMA FINALÍSTICO
0308
VIGILÂNCIA EM SAÚDE

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Proteger a saúde da população por meio da mitigação de riscos, da identificação de determinantes e da redução de danos, articulando ações integradas de vigilância em saúde e garantindo a detecção precoce, a resposta rápida e a interconexão entre a saúde humana, animal e ambiental.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

2969 - COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE IMUNIZAÇÃO

	Dotação Atual	PLOA 2027
	R$ 3.100.000,00	R$ 3.287.200,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
4253 - DOSE DE IMUNOBIOLÓGICO APLICADA	UNIDADE	5.000.000	3.555.352	5.000.000	5.000.000

2970 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL

	Dotação Atual	PLOA 2027
	R$ 17.738.376,47	R$ 18.923.046,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
NÃO HÁ	-	-	-	-	-

PROGRAMA FINALÍSTICO
0309
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Desenvolver ações integradas e articuladas visando à mitigação dos riscos sanitários nos ambientes, produtos e serviços utilizados pela população, para proteção à saúde.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

2292 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

	Dotação Atual	PLOA 2027
	R$ 22.056.097,46	R$ 21.708.168,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1348 - VISITA SANITÁRIA REALIZADA	UNIDADE	35.000	11.287	36.000	36.000
1349 - TURMA DE CAPACITAÇÃO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA FORMADA	UNIDADE	400	296	400	400

PROGRAMA FINALÍSTICO
0308
VIGILÂNCIA EM SAÚDE

PREFEITURA RIO Saúde



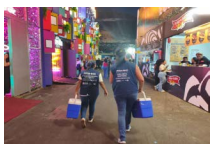







PROGRAMA FINALÍSTICO
0309
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA RIO Saúde









PROGRAMA FINALÍSTICO
0309
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Desenvolver ações integradas e articuladas visando à mitigação dos riscos sanitários nos ambientes, produtos e serviços utilizados pela população, para proteção à saúde.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

INDICADORES

Código / Descrição	Fonte	Unidade de Medida	Índice de Referência	Índice Esperado em 2026	Índice Alcançado 2º Quad./2026
0781 - PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS LICENCIADOS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	SISVISA	PERCENTAGEM	45	45	23,7
0782 - TEMPO MÉDIO DE LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES COM FISCALIZAÇÃO	SISVISA	DIA	211	210	208

PROGRAMA FINALÍSTICO
0318
DESENVOLVIMENTO, FORMAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO SUS

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Garantir a oferta de serviços de saúde de qualidade no Município do Rio de Janeiro por meio do monitoramento, acompanhamento e avaliação da execução e do desempenho das parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Organizações Sociais (OS), bem como promover a capacitação, o desenvolvimento e a formação dos profissionais do SUS e assegurar o acompanhamento e custeio das estruturas de controle social e da Ouvidoria.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

INDICADORES

Código / Descrição	Fonte	Unidade de Medida	Índice de Referência	Índice Esperado em 2026	Índice Alcançado 2º Quad./2026
NÃO HÁ	-	-	-	-	-

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA FINALÍSTICO
0318
DESENVOLVIMENTO, FORMAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO SUS

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Garantir a oferta de serviços de saúde de qualidade no Município do Rio de Janeiro por meio do monitoramento, acompanhamento e avaliação da execução e do desempenho das parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Organizações Sociais (OS), bem como promover a capacitação, o desenvolvimento e a formação dos profissionais do SUS e assegurar o acompanhamento e custeio das estruturas de controle social e da Ouvidoria.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

2088 - GESTÃO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 86.751.040,89	R$ 89.988.917,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1681 - BOLSISTA GRADUANDO E PÓS-GRADUANDO QUALIFICADO	UNIDADE	2.127	1.418	2.127	2.127
1683 - AÇÃO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E CONTINUADA REALIZADA	UNIDADE	4.000	2.791	4.000	4.000

2149 - ATENDIMENTO A DEMANDAS JUDICIAIS

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 9.110.648,02	R$ 9.343.460,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
NÃO HÁ	-	-	-	-	-

PROGRAMA FINALÍSTICO
0330
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Aprimorar a Atenção Primária à Saúde, assegurando o acesso oportuno e qualificado, com fortalecimento dos atributos da integralidade, continuidade e coordenação do cuidado, consolidando a Estratégia Saúde da Família como modelo preferencial de atenção, com ênfase na ampliação da cobertura populacional, promoção da saúde e redução das iniquidades.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

1885 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO PARA A REDE DE UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 4.049.239,57	R$ 400.000,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
3072 - MOBILIÁRIO ADQUIRIDO PARA UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	UNIDADE	50	436	50	50
3073 - EQUIPAMENTO ADQUIRIDO PARA UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	UNIDADE	2.000	122	2.000	2.000

1887 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 45.874.681,37	R$ 18.499.989,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
3074 - OBRA REALIZADA	UNIDADE	10	6	10	10

PROGRAMA FINALÍSTICO
0318
DESENVOLVIMENTO, FORMAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO SUS

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Garantir a oferta de serviços de saúde de qualidade no Município do Rio de Janeiro por meio do monitoramento, acompanhamento e avaliação da execução e do desempenho das parcerias celebradas com Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Organizações Sociais (OS), bem como promover a capacitação, o desenvolvimento e a formação dos profissionais do SUS e assegurar o acompanhamento e custeio das estruturas de controle social e da Ouvidoria.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

2219 - ADMINISTRAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAL E DISTRITAL DE SAÚDE

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 742.950,77	R$ 115.000,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
NÃO HÁ	-	-	-	-	-

2255 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PREDIAL E DE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 49.575.525,34	R$ 44.155.299,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
NÃO HÁ	-	-	-	-	-

4985 - AÇÕES ESTRATÉGICAS DE QUALIFICAÇÃO DO MONITORAMENTO DE PARCERIAS

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ -	R$ 350.000,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
NÃO HÁ	-	-	-	-	-

PROGRAMA FINALÍSTICO
0330
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Aprimorar a Atenção Primária à Saúde, assegurando o acesso oportuno e qualificado, com fortalecimento dos atributos da integralidade, continuidade e coordenação do cuidado, consolidando a Estratégia Saúde da Família como modelo preferencial de atenção, com ênfase na ampliação da cobertura populacional, promoção da saúde e redução das iniquidades.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

2128 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO À SAÚDE ATRAVÉS DAS LINHAS DE CUIDADOS E CICLOS DE VIDA

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 42.573.620,52	R$ 36.030.278,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1375 - AÇÃO DE ESCOVAÇÃO SUPERVISIONADA COM ENTREGA DE KITS DE HIGIENE ORAL REALIZADA	UNIDADE	615.730	29.655	615.730	615.730
1399 – TRATAMENTO RESTAURADOR ATRAUMÁTICO REALIZADO	UNIDADE	160.000	21.516	168.300	168.300
1400 - EXAME DE CITOPATOLÓGICO DE COLO UTERINO REALIZADO	UNIDADE	250.000	96.963	250.000	250.000
1401 - EXAME LABORATORIAL REALIZADO NAS UNIDADES AMBULATORIAIS	UNIDADE	9.930.310	9.420.437	9.930.310	9.930.310

PROGRAMA FINALÍSTICO
0318
DESENVOLVIMENTO, FORMAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO SUS

PREFEITURA RIO Saúde







PROGRAMA FINALÍSTICO
0330
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PREFEITURA RIO Saúde

CONTINUAÇÃO DA AÇÃO 2128:

2128 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO À SAÚDE ATRAVÉS DAS LINHAS DE CUIDADOS E CICLOS DE VIDA

OBJETIVO

Aprimorar a Atenção Primária à Saúde, assegurando o acesso oportuno e qualificado, com fortalecimento dos atributos da integralidade, continuidade e coordenação do cuidado, consolidando a Estratégia Saúde da Família como modelo preferencial de atenção, com ênfase na ampliação da cobertura populacional, promoção da saúde e redução das iniquidades.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 42.573.620,52	R$ 36.030.278,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
4609 - TESTE RÁPIDO MOLECULAR PARA DIAGNÓSTICO DE TUBERCULOSE PULMONAR REALIZADO	UNIDADE	46.000	24.385	48.000	48.000
5271 – UNIDADE DISPENSADORA DE MEDICAMENTOS PARA DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS MANTIDA	UNIDADE	214	220	224	224
5313 - UNIDADE ABASTECIDA COM INSUMOS PARA TRATAMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS E PRÁTICAS INTEGRATIVAS	UNIDADE	243	243	248	248

PROGRAMA FINALÍSTICO
0330
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Aprimorar a Atenção Primária à Saúde, assegurando o acesso oportuno e qualificado, com fortalecimento dos atributos da integralidade, continuidade e coordenação do cuidado, consolidando a Estratégia Saúde da Família como modelo preferencial de atenção, com ênfase na ampliação da cobertura populacional, promoção da saúde e redução das iniquidades.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

INDICADORES

Código / Descrição	Fonte	Unidade de Medida	Índice de Referência	Índice Esperado em 2026	Índice Alcançado 2º Quad./2026
0705 - TAXA ESTIMADA DE COBERTURA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	CNES	PERCENTAGEM	78,65	73,00	71,70
0650 - TAXA DE INTERNAÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO PRIMÁRIA	SISTEMA DE INFORMAÇÃO HOSPITALAR	PERCENTAGEM	9,95	9,71	10,31
0790 - RAZÃO ENTRE TRATAMENTO CONCLUÍDO E PRIMEIRA CONSULTA ODONTOLÓGICA PROGRAMADA	SISAB/SIPAPS	PERCENTAGEM	65	67,5	66,72
0789 - PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR COM CONFIRMAÇÃO LABORATORIAL	SINAN	PERCENTAGEM	72,1	79,00	78,50
0791 - PERCENTUAL DE IDOSOS CADASTRADOS COM REGISTRO DE AVALIAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DO IDOSO REALIZADO	PRONTUÁRIO ELETRÔNICO	PERCENTAGEM	15	31,8	23,35
0793 - PERCENTUAL DE USUÁRIOS CADASTRADOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA QUE CLASSIFICAM O SERVIÇO COMO BOM OU ÓTIMO	FERRAMENTA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO	PERCENTAGEM	Não disponível	50,00	Apuração anual
0887 - PACIENTES INSCRITOS EM PROGRAMA DE REDUÇÃO DA OBESIDADE QUE DEIXARAM A FAIXA DE OBESIDADE GRAU 3 DO IMC	PRONTUÁRIO ELETRÔNICO	PERCENTAGEM	Não há	50,00	Apuração anual

PROGRAMA FINALÍSTICO
0330
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Aprimorar a Atenção Primária à Saúde, assegurando o acesso oportuno e qualificado, com fortalecimento dos atributos da integralidade, continuidade e coordenação do cuidado, consolidando a Estratégia Saúde da Família como modelo preferencial de atenção, com ênfase na ampliação da cobertura populacional, promoção da saúde e redução das iniquidades.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

2218 - FOMENTO ÀS AÇÕES ESTRATÉGICAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E REDUÇÃO DE INIQUIDADES

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 3.575.000,00	R$ 3.575.000,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1413 - PERCENTUAL DE CASOS DE VIOLÊNCIA NOTIFICADOS / ACOMPANHADOS	PERCENTAGEM	80	47	80	80
4637 - AÇÃO DE PROMOÇÃO / PREVENÇÃO EM SAÚDE REALIZADA	UNIDADE	228.711	144.805	233.418	233.418
5188 - UNIDADE COM TRATAMENTO PARA CONTROLE DO TABAGISMO IMPLANTADA / MANTIDA	UNIDADE	243	238	248	248
5294 - UNIDADE ESCOLAR ATENDIDA COM AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	UNIDADE	1.391	1.587	1.391	1.391

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA FINALÍSTICO
0330
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Aprimorar a Atenção Primária à Saúde, assegurando o acesso oportuno e qualificado, com fortalecimento dos atributos da integralidade, continuidade e coordenação do cuidado, consolidando a Estratégia Saúde da Família como modelo preferencial de atenção, com ênfase na ampliação da cobertura populacional, promoção da saúde e redução das iniquidades.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

2849 - GARANTIA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA

	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ 108.096.435,41				R$ 121.752.607,00
Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1415 - SEMAGLUTIDA DISTRIBUÍDA	UNIDADE	36.000	436	36.000	36.000
4272 – UNIDADE FARMACÊUTICA DISTRIBUÍDA A POPULAÇÃO	UNIDADE	1.300.000.000	425.306.105	1.300.000.000	1.300.000.000

PROGRAMA FINALÍSTICO
0426
ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Qualificar a rede de serviços psicossociais para garantir o cuidado em saúde e moradia provisória, promover a inclusão social, inclusive da pessoa com transtorno do espectro autista (TEA), e reduzir os danos para pessoas com sofrimento mental, inclusive quando decorrentes de uso de álcool e outras drogas.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA — Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO — Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES — Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

INDICADORES

Código / Descrição	Fonte	Unidade de Medida	Índice de Referência	Índice Esperado em 2026	Índice Alcançado 2º Quad./2026
0678 - ÍNDICE DE COBERTURA ASSISTENCIAL EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	CNES E IBGE	ÍNDICE	0,83	0,85	0,83
0778 - TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DE USUÁRIOS NOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL TIPO II	PRONTUÁRIO CARIOCA DE SAÚDE MENTAL	DIA	12,56	12,42	10,85
0779 - PERCENTUAL DE PESSOAS QUE ADERIRAM AO TRATAMENTO EM SAÚDE MENTAL EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO CENSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	PRONTUÁRIO CARIOCA DE SAÚDE MENTAL E INSTITUTO PEREIRA PASSOS	PERCENTAGEM	44,49	46,26	28,38

PROGRAMA FINALÍSTICO
0330
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Aprimorar a Atenção Primária à Saúde, assegurando o acesso oportuno e qualificado, com fortalecimento dos atributos da integralidade, continuidade e coordenação do cuidado, consolidando a Estratégia Saúde da Família como modelo preferencial de atenção, com ênfase na ampliação da cobertura populacional, promoção da saúde e redução das iniquidades.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

2854 - MANUTENÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ 1.721.723.027,11				R$ 1.587.716.393,00
Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1417 - EQUIPE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA PRISIONAL IMPLANTADA/MANTIDA	UNIDADE	22	22	22	22
3394 - CAP APOIADA - AÇÕES DE DESCENTRALIZAÇÃO	UNIDADE	10	10	10	10
5195 - EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA IMPLANTADA / MANTIDA - CAP 1.0	UNIDADE	95	93	100	100
5196 - EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA IMPLANTADA / MANTIDA - CAP 2.1	UNIDADE	80	74	80	80
5197 - EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA IMPLANTADA / MANTIDA - CAP 2.2	UNIDADE	75	68	80	80
5198 - EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA IMPLANTADA / MANTIDA - CAP 3.1	UNIDADE	245	239	245	245
5199 - EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA IMPLANTADA / MANTIDA - CAP 3.2	UNIDADE	135	129	135	135
5200 - EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA IMPLANTADA / MANTIDA - CAP 3.3	UNIDADE	225	194	225	225
5201 - EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA IMPLANTADA / MANTIDA - CAP 4.0	UNIDADE	173	146	180	180
5202 - EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA IMPLANTADA / MANTIDA - CAP 5.1	UNIDADE	201	171	201	201
5203 - EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA IMPLANTADA / MANTIDA - CAP 5.2	UNIDADE	200	170	200	200
5204 - EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA IMPLANTADA / MANTIDA - CAP 5.3	UNIDADE	121	113	125	125

PROGRAMA FINALÍSTICO
0426
ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Qualificar a rede de serviços psicossociais para garantir o cuidado em saúde e moradia provisória, promover a inclusão social, inclusive da pessoa com transtorno do espectro autista (TEA), e reduzir os danos para pessoas com sofrimento mental, inclusive quando decorrentes de uso de álcool e outras drogas.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA — Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO — Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES — Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

1766 - IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ 3.392.799,62				R$ 1.000,00
Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
3946 - OBRA REALIZADA	UNIDADE	2	1	2	4
5167 - UNIDADE DE SAÚDE MENTAL COM MOBILIÁRIO RENOVADO	UNIDADE	1	-	2	4
5168 - UNIDADE DE SAÚDE MENTAL EQUIPADA	UNIDADE	1	-	2	4

2746 - MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ 278.984.745,42				R$ 275.374.773,00
Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1414 - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL IMPLANTADO/MANTIDO	UNIDADE	39	38	42	42
1416 - PROFISSIONAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL TREINADO PARA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO	UNIDADE	500	-	1.000	1.000

PROGRAMA FINALÍSTICO
0330
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Aprimorar a Atenção Primária à Saúde, assegurando o acesso oportuno e qualificado, com fortalecimento dos atributos da integralidade, continuidade e coordenação do cuidado, consolidando a Estratégia Saúde da Família como modelo preferencial de atenção, com ênfase na ampliação da cobertura populacional, promoção da saúde e redução das iniquidades.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

2959 - QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E NOVAS TECNOLOGIAS

	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ 13.157.665,00				R$ 13.393.359,00
Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1424 - SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	UNIDADE	6	6	8	8
1425 - UNIDADE COM ACESSO A SERVIÇO DE TELESSAÚDE MANTIDA	UNIDADE	243	243	248	248
5190 - CICLO DE DEBATES / SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO REALIZADO	UNIDADE	280	88	280	280

PROGRAMA FINALÍSTICO
0426
ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Qualificar a rede de serviços psicossociais para garantir o cuidado em saúde e moradia provisória, promover a inclusão social, inclusive da pessoa com transtorno do espectro autista (TEA), e reduzir os danos para pessoas com sofrimento mental, inclusive quando decorrentes de uso de álcool e outras drogas.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA — Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO — Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES — Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

2748 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL

	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ 61.914.322,45				R$ 56.064.495,00
Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
3909 - USUÁRIO RESIDENTE NOS SERVIÇOS RESIDENCIAIS TERAPÊUTICOS E NAS MORADIAS ASSISTIDAS	UNIDADE	570	543	570	570
3925 - USUÁRIO CADASTRADO NAS BOLSAS DE INCENTIVO À DESOSPITALIZAÇÃO E DE RESSOCIALIZAÇÃO	UNIDADE	260	240	260	255

6010 - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE CUIDADO INTEGRAL AOS TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ -				R$ 10.000,00
Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1418 - CENTROS ESPECIALIZADOS NO ESTÍMULO DO DESENVOLVIMENTO IMPLANTADO	UNIDADE	7	8	9	9

PROGRAMA FINALÍSTICO
0330
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PREFEITURA RIO Saúde

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA FINALÍSTICO
0426
ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Prefeitura Rio | Saúde



PROGRAMA FINALÍSTICO
0600
ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

Prefeitura Rio | Saúde

OBJETIVO

Ampliar e fortalecer os serviços de Atenção Especializada, de Atenção Domiciliar e de Reabilitação, estruturando as principais linhas de cuidado em saúde e melhorando a assistência à saúde dos usuários do Município do Rio de Janeiro.

2847 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA

	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ 246.255.085,32				R$ 296.275.994,00
Metas PPA	**Unidade de Medida**	**Meta 2026**	**Executado 2º Quad./2026**	**Meta PPA 2027**	**Meta PLOA 2027**
1430 - SUPER CENTRO CARIOCA DE SAÚDE IMPLANTADO/MANTIDO	UNIDADE	2	2	2	2
1431 - PROCEDIMENTO AMBULATORIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE REALIZADO	UNIDADE	40.708.264	43.691.746	44.779.090	44.779.090

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

41

PROGRAMA FINALÍSTICO
0600
ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

Prefeitura Rio | Saúde

OBJETIVO

Ampliar e fortalecer os serviços de Atenção Especializada, de Atenção Domiciliar e de Reabilitação, estruturando as principais linhas de cuidado em saúde e melhorando a assistência à saúde dos usuários do Município do Rio de Janeiro.

INDICADORES

Código / Descrição	Fonte	Unidade de Medida	Índice de Referência	Índice Esperado em 2026	Índice Alcançado 2º Quad./2026
0788 - AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS NA REDE	SISREG III	PERCENTAGEM	NÃO APLICÁVEL	-	- 4,97%

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

38

PROGRAMA FINALÍSTICO
0600
ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

Prefeitura Rio | Saúde

OBJETIVO

Ampliar e fortalecer os serviços de Atenção Especializada, de Atenção Domiciliar e de Reabilitação, estruturando as principais linhas de cuidado em saúde e melhorando a assistência à saúde dos usuários do Município do Rio de Janeiro.

4990 - AÇÕES ESPECIALIZADAS EM SAÚDE BUCAL

	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ 82.570,51				R$ 192.591,00
Metas PPA	**Unidade de Medida**	**Meta 2026**	**Executado 2º Quad./2026**	**Meta PPA 2027**	**Meta PLOA 2027**
1433 - PRÓTESE DENTÁRIA ENTREGUE	UNIDADE	3.980	1.739	5.240	5.240
1434 - CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA / LABORATÓRIO REGIONAL DE PRÓTESE DENTÁRIA MANTIDO	UNIDADE	23	23	23	23
1435 - PROCEDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO	UNIDADE	352.568	290.003	387.459	387.459

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

42

PROGRAMA FINALÍSTICO
0600
ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

Prefeitura Rio | Saúde

OBJETIVO

Ampliar e fortalecer os serviços de Atenção Especializada, de Atenção Domiciliar e de Reabilitação, estruturando as principais linhas de cuidado em saúde e melhorando a assistência à saúde dos usuários do Município do Rio de Janeiro.

1355 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO PARA A REDE DE UNIDADES DE MÉDIA COMPLEXIDADE

	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ 800.000,00				R$ 1.500.000,00
Metas PPA	**Unidade de Medida**	**Meta 2026**	**Executado 2º Quad./2026**	**Meta PPA 2027**	**Meta PLOA 2027**
5161 - EQUIPAMENTO ADQUIRIDO PARA UNIDADES DE MÉDIA COMPLEXIDADE	UNIDADE	350	-	350	350
5162 - MOBILIÁRIO ADQUIRIDO PARA UNIDADES DE MÉDIA COMPLEXIDADE	UNIDADE	100	-	100	100

1883 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA

	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ 30.061.000,00				R$ 1.000,00
Metas PPA	**Unidade de Medida**	**Meta 2026**	**Executado 2º Quad./2026**	**Meta PPA 2027**	**Meta PLOA 2027**
3047 - UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA CONSTRUÍDA / REFORMADA	UNIDADE	1	1	1	1

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

39

PROGRAMA FINALÍSTICO
0600
ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

Prefeitura Rio | Saúde



PROGRAMA FINALÍSTICO
0600
ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

Prefeitura Rio | Saúde

OBJETIVO

Ampliar e fortalecer os serviços de Atenção Especializada, de Atenção Domiciliar e de Reabilitação, estruturando as principais linhas de cuidado em saúde e melhorando a assistência à saúde dos usuários do Município do Rio de Janeiro.

2223 - PROVIMENTO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ 14.942.986,52				R$ 14.942.987,00
Metas PPA	**Unidade de Medida**	**Meta 2026**	**Executado 2º Quad./2026**	**Meta PPA 2027**	**Meta PLOA 2027**
4611 - PRODUTO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA DISTRIBUÍDO	UNIDADE	550.000	299.579	550.000	550.000

2701 - SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR (SAD)

	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ 37.186.726,96				R$ 32.437.486,00
Metas PPA	**Unidade de Medida**	**Meta 2026**	**Executado 2º Quad./2026**	**Meta PPA 2027**	**Meta PLOA 2027**
5160 - USUÁRIO ATENDIDO PELO SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR (SAD)	UNIDADE	4.466	3.595	5.858	4.248

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

40

PROGRAMA FINALÍSTICO
0602
PROTEÇÃO E DEFESA ANIMAL

Prefeitura Rio | Saúde

OBJETIVO

Ampliar a assistência veterinária pública municipal.

INDICADORES

Código / Descrição	Fonte	Unidade de Medida	Índice de Referência	Índice Esperado em 2026	Índice Alcançado 2º Quad./2026
0672 - NÚMERO DE CASTRAÇÕES REALIZADAS NOS CENTROS DE ATENDIMENTO MÉDICO-VETERINÁRIO DA PREFEITURA.	SMPDA	UNIDADE	50.000	-	3.807*

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

* Valores informados pela SMPDA

44

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA FINALÍSTICO
0602
PROTEÇÃO E DEFESA ANIMAL

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO
Ampliar a assistência veterinária pública municipal.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

2216 - VIGILÂNCIA EM ZOONOSES

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 44.211.555,00	R$ 38.044.378,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1345 - MICROCHIP IMPLANTADO EM ANIMAIS DOMÉSTICOS	UNIDADE	38.400	29.425*	40.000	40.000
1958 - PROCEDIMENTO EM MEDICINA VETERINÁRIA REALIZADO	UNIDADE	94.840	91.560*	104.225	104.225
4628 - EXAME REALIZADO NO LABORATÓRIO DE DIAGNÓSTICO DE ZOONOSES	UNIDADE	95.500	6.606*	105.000	105.000

* Valores informados pela SMPDA

PROGRAMA FINALÍSTICO
9804
ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO
Garantir, de forma permanente, que a população receba atendimento adequado nas unidades hospitalares da rede da SMS.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

4992 - MANUTENÇÃO DO CUSTEIO DAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA)

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 391.730.134,49	R$ 385.959.139,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1353 - ATENDIMENTO REALIZADO NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA)	UNIDADE	1.903.000	1.422.099	1.968.000	1.968.000

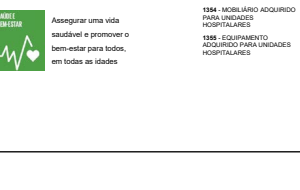
4993 - MANUTENÇÃO DO CUSTEIO DAS COORDENAÇÕES DE EMERGÊNCIA REGIONAIS (CER)

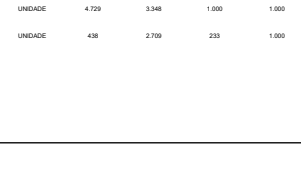
Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 389.968.638,20	R$ 355.667.349,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1352 - ATENDIMENTO REALIZADO NAS COORDENAÇÕES DE EMERGÊNCIA REGIONAIS (CER)	UNIDADE	920.000	761.727	947.000	947.000

PROGRAMA FINALÍSTICO
0602
PROTEÇÃO E DEFESA ANIMAL

PREFEITURA RIO Saúde







PROGRAMA FINALÍSTICO
9804
ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO
Garantir, de forma permanente, que a população receba atendimento adequado nas unidades hospitalares da rede da SMS.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

4995 - MANUTENÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 116.960.319,67	R$ 101.520.325,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1351 - PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA MANTIDA EM UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE	UNIDADE	1	1	1	1

4996 - MANUTENÇÃO DO CUSTEIO DA REDE HOSPITALAR

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 2.015.479.489,33	R$ 2.044.344.874,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
NÃO HÁ	-	-	-	-	-

PROGRAMA FINALÍSTICO
9804
ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO
Garantir, de forma permanente, que a população receba atendimento adequado nas unidades hospitalares da rede da SMS.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

INDICADORES

Código / Descrição	Fonte	Unidade de Medida	Índice de Referência	Índice Esperado em 2026	Índice Alcançado 2º Quad./2026
0784 - TEMPO MÉDIO DE ESPERA ENTRE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E O ATENDIMENTO MÉDICO NAS UPAS E CERS	BASE DE DADOS TI MED (CENTRALIZADOR VITAI)	MINUTO	26,00	30,00	29,75
0783 - TAXA DE OCUPAÇÃO DE LEITOS	CENSO HOSPITALAR (UNIDADES HOSPITALARES DA SMS)	PERCENTAGEM	78,30	80,00	80,54
0773 - TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA HOSPITALAR	CENSO HOSPITALAR (UNIDADES HOSPITALARES DA SMS)	DIA	7,70	7,70	7,3

PROGRAMA FINALÍSTICO
9804
ATENÇÃO HOSPITALAR, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

PREFEITURA RIO Saúde













PROGRAMA FINALÍSTICO
0602
PROTEÇÃO E DEFESA ANIMAL

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO
Garantir, de forma permanente, que a população receba atendimento adequado nas unidades hospitalares da rede da SMS.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

1974 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HOSPITALARES E DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 229.388,63	R$ 1.000,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1360 - OBRA DE CONSTRUÇÃO / REFORMA / AMPLIAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	3	8	_	_

1975 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA A REDE DE UNIDADES HOSPITALARES E DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 15.322.353,05	R$ 11.600.000,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1354 - MOBILIÁRIO ADQUIRIDO PARA UNIDADES HOSPITALARES	UNIDADE	4.729	3.348	1.000	1.000
1355 - EQUIPAMENTO ADQUIRIDO PARA UNIDADES HOSPITALARES	UNIDADE	438	2.709	233	1.000

PROGRAMA FINALÍSTICO
9813
PRIMEIRA INFÂNCIA

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO
Promover o cuidado integral às crianças na primeira infância, desde a gestação até os 6 anos, por meio de ações intersetoriais nas áreas de saúde, educação, assistência social e outros, visando prevenir vulnerabilidades, fortalecer vínculos de proteção e bem-estar para garantir uma infância plena, segura e com equidade no desenvolvimento.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA — Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

5 IGUALDADE DE GÊNERO — Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES — Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

INDICADORES

Código / Descrição	Fonte	Unidade de Medida	Índice de Referência	Índice Esperado em 2026	Índice Alcançado 2º Quad./2026
0813 - TAXA DE PARTOS NORMAIS REALIZADOS	RELATÓRIO GERENCIAL DAS MATERNIDADES	PERCENTAGEM	60,00	62,00	56,12
0814 - RAZÃO DE MORTALIDADE MATERNA	SIM/SINASC	UNIDADE A CADA 100 MIL	48,7/100 MIL	42/100 MIL	78,9
0818 - CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS COM AVALIAÇÃO DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO REALIZADO	PLATAFORMA DE MONITORAMENTO PIC	PERCENTAGEM	Não disponível	48,75	60,90
0812 - PERCENTUAL DE GESTANTES COM 7 OU MAIS CONSULTAS PRÉ-NATAL (PN) REALIZADAS	SISAB/SIAPS	PERCENTAGEM	60,00	66,45	77,29
0815 - TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	SIM/SINASC	UNIDADE A CADA 1.000	12,4	11,5	13,1
0816 - CRIANÇAS DO PRIMEIRA INFÂNCIA CARIOCA ATENDIDAS CONSIDERANDO PROTOCOLO ÚNICO INTERSETORIAL	PLATAFORMA DE MONITORAMENTO PIC	PERCENTAGEM	Não disponível	20	77,29

O Programa Primeira Infância agora denomina-se "Pequenos Cariocas".

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA FINALÍSTICO
9813
PRIMEIRA INFÂNCIA

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Promover o cuidado integral às crianças na primeira infância, desde a gestação até os 6 anos, por meio de ações intersetoriais nas áreas de saúde, educação, assistência social e outros, visando prevenir vulnerabilidades, fortalecer vínculos de proteção e bem-estar para garantir uma infância plena, segura e com equidade no desenvolvimento.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA — Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

5 IGUALDADE DE GÊNERO — Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES — Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

INDICADORES

Código / Descrição	Fonte	Unidade de Medida	Índice de Referência	Índice Esperado em 2026	Índice Alcançado 2º Quad./2026
0817 - CRIANÇAS DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA CARIOCA COM VACINAÇÃO EM DIA	PLATAFORMA DE MONITORAMENTO PIC	PERCENTAGEM	85	90	93,70
0077 - TAXA DE MORTALIDADE NA INFÂNCIA	SIM E SINASC	UNIDADE A CADA 1.000	14,2	13,9	15,5
0889 - GESTANTES DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA CARIOCA QUE REALIZARAM ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL COMPLETO	PLATAFORMA DE MONITORAMENTO DO PIC	PERCENTAGEM	Não há	70	89,80

O Programa Primeira Infância agora denomina-se "Pequenos Cariocas".

53

PROGRAMA FINALÍSTICO
9813
PRIMEIRA INFÂNCIA

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Promover o cuidado integral às crianças na primeira infância, desde a gestação até os 6 anos, por meio de ações intersetoriais nas áreas de saúde, educação, assistência social e outros, visando prevenir vulnerabilidades, fortalecer vínculos de proteção e bem-estar para garantir uma infância plena, segura e com equidade no desenvolvimento.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA — Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

5 IGUALDADE DE GÊNERO — Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES — Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

0053 - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA À GESTANTE NAS MATERNIDADES DA REDE MUNICIPAL

	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ 28.982.214,80				R$ 25.260.600,00
Metas PPA	**Unidade de Medida**	**Meta 2026**	**Executado 2º Quad./2026**	**Meta PPA 2027**	**Meta PLOA 2027**
1459 - GESTANTE ACOMPANHADA PELO PROGRAMA CEGONHA CARIOCA	UNIDADE	39.600	20.505	39.600	39.600

0055 - QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE CUIDADO AO CICLO GRAVÍDICO PUERPERAL

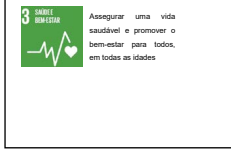
	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ -				R$ 100.000,00
Metas PPA	**Unidade de Medida**	**Meta 2026**	**Executado 2º Quad./2026**	**Meta PPA 2027**	**Meta PLOA 2027**
1460 - TECNOLOGIA PARA O CUIDADO À GESTANTE E PUÉRPERA IMPLANTADA / MANTIDA	UNIDADE	3	1	3	3
1461 - APARELHO DIGITAL DE AFERIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL ENTREGUE	UNIDADE	5.000	1.949	5.000	5.000

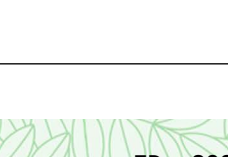
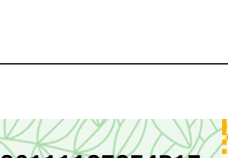
O Programa Primeira Infância agora denomina-se "Pequenos Cariocas".

54

PROGRAMA FINALÍSTICO
9813
PRIMEIRA INFÂNCIA

PREFEITURA RIO Saúde




PROGRAMA FINALÍSTICO
9813
PRIMEIRA INFÂNCIA

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Promover o cuidado integral às crianças na primeira infância, desde a gestação até os 6 anos, por meio de ações intersetoriais nas áreas de saúde, educação, assistência social e outros, visando prevenir vulnerabilidades, fortalecer vínculos de proteção e bem-estar para garantir uma infância plena, segura e com equidade no desenvolvimento.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA — Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

5 IGUALDADE DE GÊNERO — Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES — Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

0057 - PROMOÇÃO DAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO SEXUAL E REPRODUTIVO

	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ -				R$ 500.000,00
Metas PPA	**Unidade de Medida**	**Meta 2026**	**Executado 2º Quad./2026**	**Meta PPA 2027**	**Meta PLOA 2027**
1462 - INSERÇÃO DE MÉTODO CONTRACEPTIVO DE LONGA DURAÇÃO EVERSÍVEL REALIZADA	UNIDADE	30.000	19.452	32.000	32.000
1464 - PROCEDIMENTO CONTRACEPTIVO IRREVERSÍVEL REALIZADO	UNIDADE	8.000	3.092	7.200	7.200

0058 - ATENDIMENTO PRÉ-NATAL À GESTANTE COM ALTO RISCO GESTACIONAL

	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ 1.000.000,00				R$ 1.000.000,00
Metas PPA	**Unidade de Medida**	**Meta 2026**	**Executado 2º Quad./2026**	**Meta PPA 2027**	**Meta PLOA 2027**
1466 - CONSULTA DE PRÉ-NATAL DE ALTO RISCO REALIZADA	UNIDADE	34.600	20.328	34.600	34.600

O Programa Primeira Infância agora denomina-se "Pequenos Cariocas".

55

PROGRAMAS
DE GESTÃO

Rio

PREFEITURA RIO

PROGRAMA FINALÍSTICO
9813
PRIMEIRA INFÂNCIA

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Promover o cuidado integral às crianças na primeira infância, desde a gestação até os 6 anos, por meio de ações intersetoriais nas áreas de saúde, educação, assistência social e outros, visando prevenir vulnerabilidades, fortalecer vínculos de proteção e bem-estar para garantir uma infância plena, segura e com equidade no desenvolvimento.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA — Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

5 IGUALDADE DE GÊNERO — Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES — Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

0059 - DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

	Dotação Atual				PLOA 2027
	R$ 300.000,00				R$ 300.000,00
Metas PPA	**Unidade de Medida**	**Meta 2026**	**Executado 2º Quad./2026**	**Meta PPA 2027**	**Meta PLOA 2027**
1463 - INSUMO PARA REDUÇÃO DE COMPLICAÇÕES EM CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS COM SINTOMAS RESPIRATÓRIOS DISTRIBUÍDO	UNIDADE	59.000	-	58.000	58.000
1465 - KIT DE MATERIAIS PARA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL DISTRIBUÍDO AS UNIDADES DE SAÚDE	UNIDADE	1.437	-	1.495	1.495
1467 - MATERIAIS LÚDICOS PARA ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL DISTRIBUÍDOS ÀS CRIANÇAS INSCRITAS NO PRIMEIRA INFÂNCIA CARIOCA	UNIDADE	59.000	-	58.000	58.000

O Programa Primeira Infância agora denomina-se "Pequenos Cariocas".

56

PROGRAMA DE GESTÃO
0564
REGULAÇÃO E GESTÃO DO SUS

PREFEITURA RIO Saúde

OBJETIVO

Ampliar o acesso aos serviços de saúde, aprimorando a gestão do SUS por meio da qualificação dos processos e fluxos de regulação para os diversos pontos de atenção à saúde, utilizando sistemas informatizados para garantir acesso equitativo, integral, qualificado e em tempo oportuno.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

INDICADORES

Código / Descrição	Fonte	Unidade de Medida	Índice de Referência	Índice Esperado em 2026	Índice Alcançado 2º Quad./2026
0676 - TEMPO MÉDIO DE ESPERA DOS PROCEDIMENTOS AUTORIZADOS NO SISREG	SISREG III	DIA	89	85	121

60

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA DE GESTÃO
0564
REGULAÇÃO E GESTÃO DO SUS

PREFEITURA RIO | Saúde

OBJETIVO
Ampliar o acesso aos serviços de saúde, aprimorando a gestão do SUS por meio da qualificação dos processos e fluxos de regulação para os diversos pontos de atenção à saúde, utilizando sistemas informatizados para garantir acesso equitativo, integral, qualificado e em tempo oportuno.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

2150 - ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 57.315.611,54	R$ 40.699.165,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
NÃO HÁ	-	-	-	-	-

2220 - REGULAÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 53.414.350,89	R$ 34.418.418,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
4668 – CONSULTA / EXAME MARCADO PARA ATÉ 90 DIAS DA DATA DE SOLICITAÇÃO	PERCENTAGEM	73	71	75	75

61

PROGRAMA DE GESTÃO
9000
GESTÃO DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS

PREFEITURA RIO | Saúde

OBJETIVO
Efetuar o pagamento de despesas que não geram produtos nem contraprestação direta na forma de bens ou serviços.

INDICADORES

Código / Descrição	Fonte	Unidade de Medida	Índice de Referência	Índice Esperado em 2026	Índice Alcançado 2º Quad./2026
NÃO HÁ	-	-	-	-	-

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

65

PROGRAMA DE GESTÃO
0564
REGULAÇÃO E GESTÃO DO SUS

PREFEITURA RIO | Saúde

OBJETIVO
Ampliar o acesso aos serviços de saúde, aprimorando a gestão do SUS por meio da qualificação dos processos e fluxos de regulação para os diversos pontos de atenção à saúde, utilizando sistemas informatizados para garantir acesso equitativo, integral, qualificado e em tempo oportuno.

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

2224 - QUALIFICAÇÃO DA AUDITORIA DAS UNIDADES DO SUS

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 340.000,00	R$ 340.000,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
1373 – SUPERVISÃO / AUDITORIA EM UNIDADES DE SAÚDE SOB GESTÃO MUNICIPAL REALIZADA	UNIDADE	250	207	260	260

5709 - CONTRATAÇÃO DA REDE CREDENCIADA

Dotação Atual	PLOA 2027
R$ 171.007.679,51	R$ 169.739.287,00

Metas PPA	Unidade de Medida	Meta 2026	Executado 2º Quad./2026	Meta PPA 2027	Meta PLOA 2027
NÃO HÁ	-	-	-	-	-

62

PROGRAMA DE GESTÃO
9000
GESTÃO DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS

PREFEITURA RIO | Saúde

OBJETIVO
Efetuar o pagamento de despesas que não geram produtos nem contraprestação direta na forma de bens ou serviços.

AÇÕES	Dotação Atual	PLOA 2027
5025 – DÍVIDA RENEGOCIADA	R$ 26.492.297,09	R$ 19.645.125,00
TOTAL DO PROGRAMA		

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

66

PROGRAMA DE GESTÃO
0700
GESTÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

PREFEITURA RIO | Saúde

OBJETIVO
Prover os recursos humanos e os meios administrativos, operacionais e infraestruturais necessários a realização das atribuições do governo.

INDICADORES

Código / Descrição	Fonte	Unidade de Medida	Índice de Referência	Índice Esperado em 2026	Índice Alcançado 2º Quad./2026
NÃO HÁ	-	-	-	-	-

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

63

OBRIGADO

Rio | PREFEITURA RIO

PROGRAMA DE GESTÃO
0700
GESTÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

PREFEITURA RIO | Saúde

OBJETIVO
Prover os recursos humanos e os meios administrativos, operacionais e infraestruturais necessários a realização das atribuições do governo.

AÇÕES	Dotação Atual	PLOA 2027
0153 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9.408.368,52	16.753.262,00
2990 – DESPESAS OBRIGATÓRIAS E OUTROS CUSTEIOS	42.401.856,00	42.945.040,00
2991 – APOIO ADMINISTRATIVO	119.848.769,60	128.201.546,00
2992 – CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS	44.100.820,39	43.336.936,00
2993 – CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA ELÉTRICA	104.192.982,64	101.994.739,00
2994 – PROVISÃO DE GASTOS COM PESSOAL	1.163.702.232,44	1.192.602.000,00
2995 – APOIO OPERACIONAL	71.295.591,97	75.495.940,00
4920 – GASTOS COM PESSOAL – OBRIGAÇÕES PATRONAIS E OUTROS BENEFÍCIOS – PESSOAL DA SAÚDE	509.110.726,04	654.607.604,00
4929 – PESSOAL DAS UNIDADES FEDERAIS DE SAÚDE	1.444.000,00	1.369.000,00
4932 – PESSOAL DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	11.875.000,00	11.654.000,00
TOTAL DO PROGRAMA	**2.077.380.347,60**	**2.268.960.067,00**

Eixo Temático: LONGEVIDADE, EQUIDADE E HUMANIDADE

Vinculação Agenda 2030

3 SAÚDE E BEM-ESTAR — Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

64



DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

ATOS E DESPACHOS

Mesa Diretora

RESOLUÇÃO "P" Nº 4280 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE: EXONERAR A PEDIDO THALITA MARQUES MARTINS DA ROCHA, matrícula nº 60/819.807-9, do Cargo em Comissão de Assistente I C, símbolo DAS-6 C, do Gabinete Parlamentar Nº 03 (Vereadora ALANA PASSOS), com validade a partir de 1º de novembro de 2026. (Processo CMRJ nº 8694/2026).

RESOLUÇÃO "P" Nº 4281 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE: EXONERAR GESSICA SANTOS LEÃO, matrícula nº 60/819.655-2, do Cargo em Comissão de Assistente I D, símbolo DAS-6 D, do Gabinete Parlamentar Nº 15 (Vereadora GIGI CASTILHO), com validade a partir de 1º de novembro de 2026. (Processo CMRJ nº 8676/2026).

RESOLUÇÃO "P" Nº 4282 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE: NOMEAR FERNANDA DA ROSA PERDONATI, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente I D, símbolo DAS-6 D, no Gabinete Parlamentar Nº 15 (Vereadora GIGI CASTILHO), com validade a partir de 1º de novembro de 2026, em vaga decorrente da exoneração de Gessica Santos Leão, matrícula nº 60/819.655-2. (Processo CMRJ nº 8676/2026).

RESOLUÇÃO "P" Nº 4283 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE: EXONERAR YASMIN BROCHADO DOS SANTOS, matrícula nº 60/819.754-3, do Cargo em Comissão de Assessor D, símbolo DAS-7 D, do Gabinete Parlamentar Nº 06 (Vereadora JOYCE TRINDADE), com validade a partir de 1º de novembro de 2026. (Processo CMRJ nº 8630/2026)

RESOLUÇÃO "P" Nº 4284 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE: EXONERAR FRANCYNE DA COSTA BASTOS DE OLIVEIRA, matrícula nº 60/819.833-5, do Cargo em Comissão de Auxiliar de Gabinete, símbolo DAI-5, do Gabinete Parlamentar Nº 24 (Vereador LUIZ RAMOS FILHO), com validade a partir de 1º de novembro de 2026. (Processo CMRJ nº 8636/2026).

RESOLUÇÃO "P" Nº 4285 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE: NOMEAR COSME JOSE SANTANA, para exercer o Cargo em Comissão de Auxiliar de Gabinete, símbolo DAI-5, no Gabinete Parlamentar Nº 24 (Vereador LUIZ RAMOS FILHO), com validade a partir de 1º de novembro de 2026, em vaga decorrente da exoneração de Francyne da Costa Bastos de Oliveira, matrícula nº 60/819.833-5. (Processo CMRJ nº 8634/2026).

RESOLUÇÃO "P" Nº 4286 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE: EXONERAR MARIA CLARA BANDEIRA ORTIZ DE CARVALHO, matrícula nº 60/819.434-2, do Cargo em Comissão de Assistente I D, símbolo DAS-6 D, do Gabinete Parlamentar Nº 27 (Vereador MARCIO RIBEIRO), com validade a partir de 1º de novembro de 2026. (Processo CMRJ nº 8629/2026).

RESOLUÇÃO "P" Nº 4287 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE: NOMEAR MAGNUM ESCORZA SODRE, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente I D, símbolo DAS-6 D, no Gabinete Parlamentar Nº 27 (Vereador MARCIO RIBEIRO) com validade a partir de 1º de novembro de 2026, em vaga decorrente da exoneração de Maria Clara Bandeira Ortiz de Carvalho, matrícula nº 60/819.434-2. (Processo CMRJ nº 8629/2026).

RESOLUÇÃO "P" Nº 4288 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE: EXONERAR BRUNA COSTA PERES DE BARROS, matrícula nº 60/819.764-2, do Cargo em Comissão de Assistente I C, símbolo DAS-6 C, do Gabinete Parlamentar Nº 39 (Vereadora ROSA FERNANDES), com validade a partir de 09 de novembro de 2026. (Processo CMRJ nº 8687/2026).

RESOLUÇÃO "P" Nº 4289 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

RESOLVE: EXONERAR MARCOS VINICIUS ROCHA DAS NEVES BARROSO, matrícula nº 60/818.448-3, do Cargo em Comissão de Oficial de Gabinete, símbolo DAI-6, do Gabinete Parlamentar Nº 26 (Vereador MARCELO DINIZ), com validade a partir de 1º de novembro de 2026.

RESOLUÇÃO "P" Nº 4290 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE: NOMEAR MARIANE LEMOS KARMOUCHE, para exercer o Cargo em Comissão de Oficial de Gabinete, símbolo DAI-6, no Gabinete Parlamentar Nº 26 (Vereador MARCELO DINIZ), com validade a partir de 1º de novembro de 2026, em vaga decorrente da exoneração de Marcos Vinicius Rocha das Neves Barroso, matrícula nº 60/818.448-3.

RESOLUÇÃO "P" Nº 4291 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE: EXONERAR OTON PAULO MOURA RODRIGUES, matrícula nº 60/810.094-3, do Cargo em Comissão de Oficial de Gabinete, símbolo DAI-6, do Gabinete Parlamentar Nº 26 (Vereador MARCELO DINIZ), com validade a partir de 1º de novembro de 2026.

RESOLUÇÃO "P" Nº 4292 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE: NOMEAR LEONARDO PEREIRA DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Oficial de Gabinete, símbolo DAI-6, no Gabinete Parlamentar Nº 26 (Vereador MARCELO DINIZ), com validade a partir de 1º de novembro de 2026, em vaga decorrente da exoneração de Oton Paulo Moura Rodrigues, matrícula nº 60/810.094-3.

RESOLUÇÃO "P" Nº. 4293 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE: EXONERAR FELIPE MAURICIO MOURÃO DE ARAUJO MONTENEGRO, matrícula 60/819.459-9, do Cargo em Comissão de Assessor D, símbolo DAS-7 D, do Gabinete do Parlamentar Nº 22 (Vereador LENIEL BOREL), com validade a partir de 1º de novembro de 2026. (Processo CMRJ nº 8730/2026).

RESOLUÇÃO "P" Nº. 4294 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, de acordo com as atribuições que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 2, de 08/06/77 e o que dispõe o art. 27, § 2º, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno.

RESOLVE: NOMEAR BEATRIZ DUARTE LOPES CASTRO, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor D, símbolo DAS-7 D, no Gabinete Parlamentar Nº 22 (Vereador LENIEL BOREL), com validade a partir de 1º de novembro de 2026, em vaga decorrente da exoneração de Felipe Mauricio Mourão de Araujo Montenegro, matrícula nº 60/819.459-9. (Processo CMRJ nº 8730/2026).

Secretário

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
EXPEDIENTE DE 09/11/2026

Proc. CMRJ nº 4694/2026
À Diretoria de Pessoal,
AUTORIZO o pagamento da Gratificação por Substituição Eventual da Diretora de Controle Judicial ao servidor MATEUS XIMENES LIMA, matrícula nº 10/819.644-6, conforme disposto no ATO DO PROCURADOR-GERAL N° 02/2026 à fl. 04 e valor apurado pela DIVISÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL à fl. 68.
Publique-se.

Proc. CMRJ nº 8212/2026
À Diretoria de Pessoal,
DEFIRO o pedido de concessão de Licença-Maternidade, pelo período de 06 (seis) meses, à servidora DÉBORA MARTINS GRIMALDI, matrícula nº 10/815.272-0, lotada na Diretoria de Saúde, contados a partir do dia 18 de setembro de 2026, nos termos dos Arts. 7º, XVIII, e 39, § 3º, da Constituição Federal c/c art. 101 do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei nº 94/1979), fundamentado no PARECER DJU/IMM Nº 09-11/2026 às fls. 26-30.
Publique-se.

Proc. CMRJ nº 8699/2026
À Diretoria de Pessoal,
AUTORIZO a mudança de enquadramento nos respectivos níveis dos servidores relacionados à fl. 03, conforme disposto na *Lei n° 8.058/2023* e alterações da *Lei n° 8.214/2023*.
Após, encaminhe-se à DIVISÃO DE PAGAMENTOS DE PESSOAL para providências.
Publique-se.

EXPEDIENTE DE 10/11/2026

Proc. CMRJ nº 9061/2025
À Diretoria de Pessoal,
Considerando o entendimento da DIRETORIA JURÍDICA no despacho, às fls. 50-53, embasado pelo PARECER Nº 01/95 - EAF, INDEFIRO o solicitado na inicial pela servidora IZABEL CRISTINA DOS SANTOS SILVA, matrícula 10/815.270-4, lotada no Serviço de Taquigrafia na Diretoria de Apoio Legislativo.
Adotem-se as providências necessárias e dê ciência à servidora.
Publique-se.

Proc. CMRJ nº 8107/2026
À Diretoria de Pessoal,
AUTORIZO o pagamento da indenização de férias e respectivo abono de férias à servidora aposentada SIMONE DE PAULA AZEVEDO, matrícula nº 15/801.899-6, à época lotada na Divisão de Almoxarifado, conforme valores informados pela DIVISÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL à fl. 23, fundamentado no *Parecer n° 005/2026 – CRTS*, contido no proc. CMRJ n° 7310/2026 e nas *Resoluções da Mesa Diretora nº 13.205/2025 e 13.369/2026,* publicadas no DCM de 17 de outubro de 2025 e 18 de março de 2026 respectivamente.
Publique-se.

Proc. CMRJ nº 8500/2026
À Diretoria de Pessoal,
AUTORIZO o pagamento da indenização de férias e respectivo abono de férias à servidora aposentada JACQUELINE ROCHEL DE CAMARGO,

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

matrícula nº 15/802.041-4, à época lotada no Divisão de Orçamento, conforme valores informados pela DIVISÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL à fl. 22, fundamentado no *Parecer n° 005/2026 – CRTS*, contido no proc. CMRJ n° 7310/2026 e nas *Resoluções da Mesa Diretora nº 13.205/2025 e 13.369/2026,* publicadas no DCM de 17 de outubro de 2025 e 18 de março de 2026 respectivamente.
Publique-se.

Proc. CMRJ nº 8510/2026
À Diretoria de Pessoal,
AUTORIZO o pagamento da Gratificação por Substituição Eventual do Chefe do Serviço de Plenário da Diretoria de Tecnologia da Informação, ao servidor TIAGO DE ALMEIDA CARIDADE, matrícula nº 10/816.300-8, conforme disposto na PORTARIA "P" DGA Nº 029/2021, da DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, à fl. 12 e valor apurado pela DIVISÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL à fl. 24.
Publique-se.

Proc. CMRJ nº 8515/2026
À Diretoria de Pessoal,
AUTORIZO o pagamento da indenização de férias e respectivo abono de férias à servidora aposentada FLAVIA DIAS TAVARES, matrícula nº 15/804.059-4, à época lotada na Comissão de Prevenção às Drogas, conforme valores informados pela DIVISÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL à fl. 23, fundamentado no *Parecer n° 005/2026 – CRTS*, contido no proc. CMRJ n° 7310/2026 e nas *Resoluções da Mesa Diretora nº 13.205/2025 e 13.369/2026,* publicadas no DCM de 17 de outubro de 2025 e 18 de março de 2026 respectivamente.
Publique-se.

Proc. CMRJ nº 8558/2026
À Diretoria de Pessoal,
AUTORIZO o pagamento da indenização de férias e respectivo abono de férias ao servidor aposentado IVAN PINTO, matrícula nº 15/801.169-4, à época lotado na Divisão de Manutenção, conforme valores informados pela DIVISÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL à fl. 24, fundamentado no *Parecer n° 005/2026 – CRTS*, contido no proc. CMRJ n° 7310/2026 e nas *Resoluções da Mesa Diretora nº 13.205/2025 e 13.369/2026,* publicadas no DCM de 17 de outubro de 2025 e 18 de março de 2026 respectivamente.
Publique-se.

Proc. CMRJ nº 8675/2026
À Diretoria de Pessoal,
AUTORIZO o pagamento da Gratificação por Substituição Eventual do Chefe do Serviço de Pagamento, da Divisão de Execução Financeira, ao servidor VAGNER DELGADO DE ABREU, matrícula nº 10/816.322-2, conforme disposto na PORTARIA "P" DGA Nº 022/2022, da DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, à fl. 04 e valor apurado pela DIVISÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL à fl. 25.
Publique-se.

Diretoria-Geral de Administração

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
EXPEDIENTE DE 10/11/2026
PROCESSOS DEFERIDOS

INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS
7261/2026, 8579/2026

LICENÇA ESPECIAL – CONCESSÃO
8326/2026

LICENÇA ESPECIAL – REVISÃO
8663/2026

Diretor de Pessoal

DESPACHOS DO DIRETOR DE PESSOAL

EXPEDIENTE DE 10/11//2026

PROCESSOS DEFERIDOS

FÉRIAS
8660/2026; 8698/2026; e 8705/2026



VOCÊ SABIA QUE AGORA A CÂMARA RIO TAMBÉM TEM PODCAST?

Acesse: https://soundcloud.com/camarario

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

EDITAIS, CONTRATOS E BALANCETES

COMUNICADO DO SENHOR PRESIDENTE

Nos termos do § 1º do art. 137 do Regimento Interno desta Casa de Leis, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL comunica aos Senhores Vereadores a CONVOCAÇÃO de Sessão Ordinária para o dia 12 de novembro (quinta-feira), às 10h, para continuação da pauta da Ordem do Dia Semanal publicada no DCM de segunda-feira passada.

Gabinete do Presidente, 10 de novembro de 2026.

Vereador CARLO CAIADO
Presidente

● ● ● ● ●

COMUNICADO
COMPROVANTE DE VOTAÇÃO

A DIRETORIA DE PESSOAL informa aos servidores e às unidades administrativas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro:

1. Os servidores deverão apresentar aos respectivos Encarregados de Núcleo ou, na falta destes, às suas chefias imediatas, até o dia **28 de dezembro de 2026**, comprovante de votação, de justificativa eleitoral ou de pagamento de multa, ou certidão de quitação eleitoral emitida pela Justiça Eleitoral, referentes ao primeiro e ao segundo turno das eleições de 2026. Ficam excetuados os servidores que contavam mais de 70 anos na data do primeiro turno das eleições.

2. As unidades administrativas da CMRJ deverão encaminhar à Diretoria de Pessoal, por meio de processo eletrônico, até o dia **4 de janeiro de 2027**, ofício com os nomes e as matrículas dos servidores que não tiverem cumprido o disposto no item 1. O pagamento desses servidores será suspenso nos termos do inciso II do § 1º do art. 7º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

3. O pagamento suspenso na forma do item 2 será restabelecido mediante apresentação, à Diretoria de Pessoal, de comprovante de votação, de justificativa eleitoral ou de pagamento de multa, ou de certidão de quitação eleitoral, e os valores retidos serão pagos em folha suplementar ou no pagamento seguinte.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2026.

FRANCISCO JOSÉ ZANGANELLI
Diretor de Pessoal

● ● ● ● ●

TERMO ADITIVO Nº 01/2026

INSTRUMENTO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2025

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

CONTRATADO: A H DA S MORAES - ME

OBJETO/PRAZO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2025, POR 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DE 17/12/2026.

DATA DA CELEBRAÇÃO: 10 DE NOVEMBRO DE 2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 3193/2025



DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

COMISSÕES ESPECIAIS

RESOLUÇÃO Nº 1.679/2026

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a publicidade e as mídias exteriores na Cidade do Rio de Janeiro

Presidente:
Relator: Rafael Aloisio Freitas
Membro: Rosa Fernandes — INÍCIO: 10/03/2026
Proponente: Jorge Felippe — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.680/2026

Comissão Especial com a finalidade de apoiar e acompanhar assuntos referentes aos evangélicos e à comunidade cristã.

Presidente: Gigi Castilho
Relatora: Helena Vieira — INÍCIO: 13/03/2026
Membro: Rafael Satiê — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.681/2026

Comissão Especial ccom a finalidade de acompanhar e estudar as políticas públicas voltadas à assistência das pessoas com transtorno do espectro autista, neurodivergentes e seus familiares..

Presidente: Paulo Messina
Relatora: Tânia Bastos — INÍCIO: 17/03/2026
Membro: Marcio Ribeiro — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.682/2026

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar a continuidade, avaliar os resultados e aperfeiçoar as políticas de desenvolvimento rural do Município do Rio de Janeiro.

Presidente: Rafael Aloisio Freitas
Relator: Zico — INÍCIO: 13/03/2026
Membro: Pedro Duarte — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.683/2026

Comissão Especial com a finalidade de combater a violência infantil.

Presidente: Leniel Borel
Relatora: Gigi Castilho — INÍCIO: 19/03/2026
Membro: Talita Galhardo — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.684/2026

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar as ações de drenagem urbana e mitigação dos impactos das chuvas na Área de Planejamento 3.2 – Grande Méier.

Presidente: Rafael Aloisio Freitas
Relatora: Helena Vieira — INÍCIO: 17/03/2026
Membro: Átila Nunes — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.685/2026

Comissão Especial com a finalidade de analisar, discutir, apurar e acompanhar o reajuste do pedágio do Corredor Presidente Tancredo Neves – Transolímpica

Presidente: Felipe Boró
Relatora: Rosa Fernandes
Membros: Dr. Gilberto, Paulo Messina, Pedro Duarte — INÍCIO: 19/03/2026
STATUS: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.686/2026

Comissão Especial de combate à intolerância religiosa

Presidente: Átila Nunes
Relator: Flavio Valle — INÍCIO: 25/03/2026
Membro: Rafael Aloisio Freitas — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.687/2026

Comissão Especial com a finalidade de estudar e acompanhar a evolução dos resultados do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Município.

Presidente: Paulo Messina
Relator: Renato Moura — INÍCIO: 17/03/2026
Membro: Fernando Armelau — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.688/2026

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar o funcionamento do Parque Piedade, as obras promovidas pela Fecomércio e os desdobramentos da massa falida do Grupo Galileo.

Presidente: Rafael Aloisio Freitas
Relator: Zico
Membros: Helena Vieira, Inaldo Silva (suplente) — INÍCIO: 17/03/2026
STATUS: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.689/2026

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços de conservação urbana na Área de Planejamento 3 (AP.3).

Presidente: Jair da Mendes Gomes
Relator: Leniel Borel — INÍCIO: 16/03/2026
Membros: Rosa Fernandes — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.690/2026

Comissão Especial das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PICS e das Terapias Integrativas em Saúde no Município

Presidente: Átila Nunes
Relatora: Helena Vieria — INÍCIO: 25/03/2026
Membro: Junior da Lucinha — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.691/2026

Comissão Especial com a finalidade de tratar especificamente de políticas públicas voltadas para a juventude.

Presidente:
Relator: Leniel Borel
Membro: Marcelo Diniz — INÍCIO: 19/03/2026
Proponente: Marcio Santos — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.692/2026

Comissão Especial com a finalidade de analisar, debater e propor políticas públicas nas favelas.

Presidente: Leonel de Esquerda
Relator: Deangeles Percy — INÍCIO: 17/03/2026
Membro: Joyce Trindade — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.693/2026

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar os serviços das concessionárias vencedoras dos leilões da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae).

Presidente: Fernando Armelau
Relator: Marcio Ribeiro — INÍCIO: 18/03/2026
Membro: Junior da Lucinha — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.694/2026

Comissão Especial Rio Artesão.

Presidente: Átila Nunes
Relator: Junior da Lucinha — INÍCIO: 25/03/2026
Membro: Rafael Aloisio Freitas — **STATUS**: Em andamento

DCM Digital Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17 CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

COMISSÕES ESPECIAIS

RESOLUÇÃO Nº 1.695/2026

Comissão Especial For(MEI).

Presidente: Átila Nunes
Relator: Pedro Duarte — INÍCIO: 25/03/2026
Membro: Marcelo Diniz — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.696/2026

Comissão Especial com a finalidade de avaliar e acompanhar a situação da legalização e fiscalização do trabalho informal na Cidade do Rio de Janeiro.

Presidente: Leonel de Esquerda
Relator: Deangeles Percy — INÍCIO: 17/03/2026
Membro: Joyce Trindade — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.697/2026

Comissão Especial Rio + Economia com a finalidade de acompanhar, debater e analisar as políticas públicas voltadas para a economia popular, solidária e criativa.

Presidente:Átila Nunes
Relator: Rafael Aloisio Freitas — INÍCIO: 25/03/2026
Membro: Junior da Lucinha — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.698/2026

Comissão Especial Vida Além do Trabalho com a finalidade de estudar, discutir e promover políticas públicas para os trabalhadores cariocas.

Presidente:Rick Azevedo
Relator: Leonel de Esquerda — INÍCIO: 24/03/2026
Membro: Marcelo Diniz — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.699/2026

Comissão Especial com a finalidade de analisar, estudar e acompanhar os impactos da reforma tributária sobre o setor de cultura, eventos e entretenimento no Município do Rio de Janeiro. .

Presidente:Rafael Aloisio Freitas
Relator: Pedro Duarte — INÍCIO: 23/03/2026
Membro: Monica Benicio — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.700/2026

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar as obras do BRT Transoeste no Município do Rio de Janeiro.

Presidente: Willian Coelho
Relator: Zico — INÍCIO: 24/03/2026
Membro: Marcelo Diniz — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.701/2026

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão, manutenção, oferta de atividades e resultados sociais das Vilas Olímpicas e demais projetos esportivos da Secretaria Municipal de Esportes.

Presidente: Marcio Ribeiro
Relator: Felipe Boró — INÍCIO: 24/03/2026
Membro: Inaldo Silva — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.702/2026

Comissão Especial com a finalidade de fiscalizar as condições da Rede Pública Municipal de Saúde na Área de Planejamento 5 (AP 5)

Presidente: Gigi Castilho
Relator: Poubel — INÍCIO: 31/03/2026
Membro: Marcelo Diniz — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.703/2026

Comissão Especial com a finalidade de monitorar as políticas e serviços públicos que impactam a vida das mulheres da Cidade

Presidente: Monica Benicio
Relatora: Rosa Fernandes — INÍCIO: 30/03/2026
Membro: Helena Vieira — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.704/2026

Comissão Especial com a finalidade de revisar os critérios de cálculo, alíquotas, atualização e limites da tributação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU no Município do Rio de Janeiro.

Presidente: Willian Coelho
Relator: Rafael Aloisio Freitas
Membro: Pedro Duarte — INÍCIO: 31/03/2026
Suplente: Dr Rogerio Amorim — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.705/2026

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar e avaliar as parcerias público-privadas entre o Poder Executivo e empresas privadas no âmbito do Município.

Presidente: Átila Nunes
Relator: Pedro Duarte — INÍCIO: 09/04/2026
Membro: Rafael Aloisio Freitas — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.707/2026

Comissão Especial com a finalidade de discutir a revitalização e o planejamento viário no centro de Santa Cruz.

Presidente: Willian Coelho
Relator: Marcos Dias — INÍCIO: 08/04/2026
Membro: Zico — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.708/2026

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar e fiscalizar os impactos ambientais e propor medidas de despoluição da Baía de Sepetiba.

Presidente: Gigi Castilho
Relatora: Alana Passos — INÍCIO: 10/04/2026
Membro: Rafael Satiê — **STATUS**: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.709/2026

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços de conservação urbana na Área de Planejamento 5 (AP-5).

Presidente: Gigi Castilho
Relatora: Alana Passos — INÍCIO: 10/04/2026
Membro: Marcelo Diniz — **STATUS**: Em andamento

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

COMISSÕES ESPECIAIS

RESOLUÇÃO Nº 1.710/2026

Comissão Especial com a finalidade de fiscalizar o cumprimento das leis (Cumpra-se) já existentes no Município do Rio de Janeiro.

Presidente: Rosa Fernandes
Relator: Flávio Valle
Membro: Gigi Castilho, Pedro Duarte

INÍCIO: 05/05/2026
STATUS: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.711/2026

Comissão Especial com a finalidade de promover estudos, debates, seminários, diligências e todos os meios necessários à formulação de políticas para o Carnaval de rua.

Presidente: Tatiana Roque
Relator: Salvino Oliveira
Membro: Pedro Duarte

INÍCIO: 05/05/2026
STATUS: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.712/2026

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar as políticas de enfrentamento às mudanças climáticas e os consequentes impactos socioambientais na cidade do Rio de Janeiro.

Presidente: William Siri
Relator: Zico
Membro: Marcelo Diniz

INÍCIO: 06/05/2026
STATUS: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.715/2026

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar e discutir políticas públicas de inclusão produtiva e autonomia econômica de grupos prioritários no Município do Rio de Janeiro.

Presidente: Joyce Trindade
Relatora: Joyce Trindade
Membros: Rosa Fernandes, Helena Vieira

INÍCIO: 11/06/2026
STATUS: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.716/2026

Comissão Especial de Acompanhamento Urbanístico da Praça Onze Maravilha

Presidente: Tainá de Paula
Relator: Pedro Duarte
Membros: Maíra do MST, Marcio Ribeiro, Salvino Oliveira

INÍCIO: 16/06/2026
STATUS: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.717/2026

Comissão Especial de Acompanhamento do PAC Favelas

Presidente: Tainá de Paula
Relator: Salvino Oliveira
Membros: Flávio Valle, Leonel de Esquerda, Thais Ferreira

INÍCIO: 19/06/2026
STATUS: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.718/2026

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar, analisar e propor medidas relativas aos hospitais veterinários e aos postos de atendimento veterinário no Município

Presidente: Rosa Fernandes
Relator: Felipe Boró
Membro: Deangeles Percy

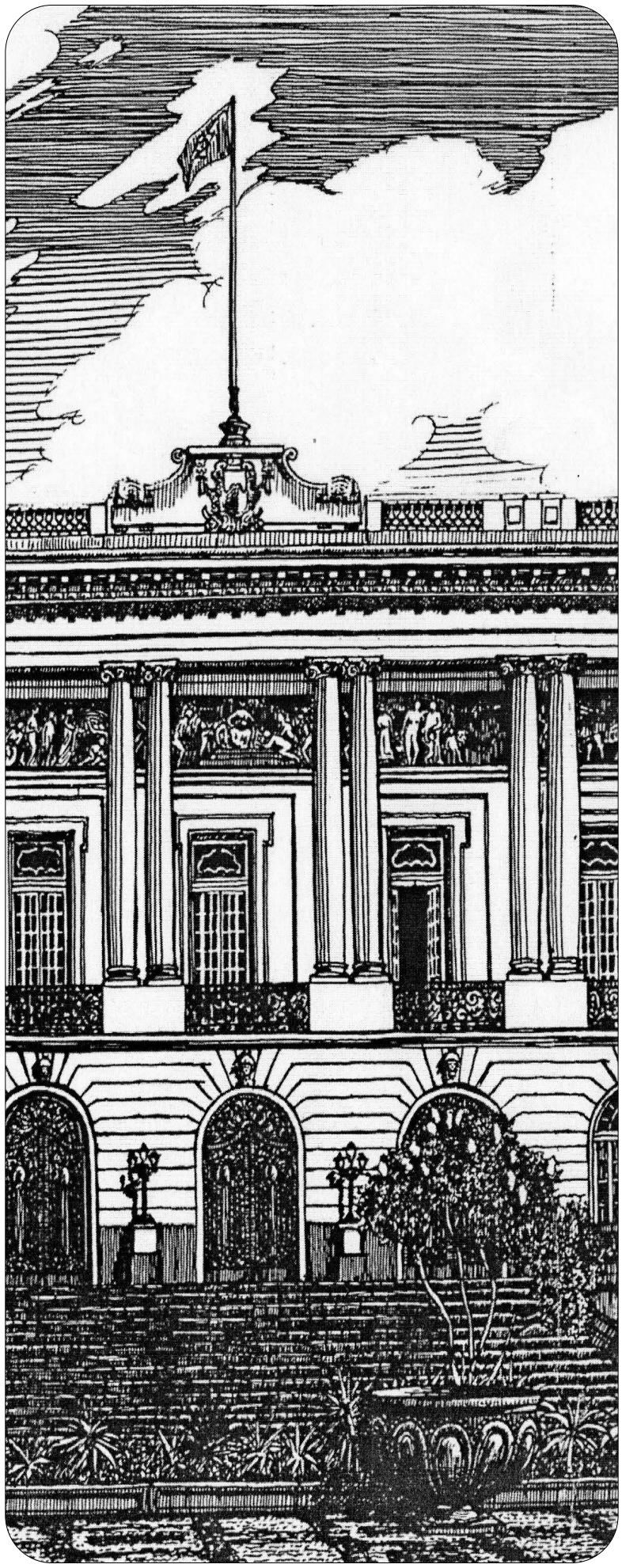
INÍCIO: 23/06/2026
STATUS: Em andamento

RESOLUÇÃO Nº 1.719/2026

Comissão Especial com finalidade de estudar, acompanhar e propor medidas voltadas à mobilidade urbana e à segurança das mulheres no Município do Rio de Janeiro.

Presidente: Joyce Trindade
Relatora: Talita Galhardo
Membro: Tainá de Paula

INÍCIO: 12/08/2026
STATUS: Em andamento



DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.309 DE 2026

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO para Acompanhar as Estratégias de Implementação e Execução da Lei Complementar nº 270/2024. (Plano Diretor)

Presidente: Rafael Aloisio Freitas
Relatora: Tânia Bastos
Membros: Maíra do MST, Pedro Duarte, Rafael Satiê, Rosa Fernandes, Thaís Ferreira

INÍCIO: 27/03/2025
STATUS: Em andamento

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.412 DE 2026

Comissão de Representação com a finalidade de acompanhar os processos de revisão quinquenal dos contratos de concessão dos serviços de saneamento básico.

Presidente: Rosa Fernandes
Relatora: Tânia Bastos
Membros: Paulo Messina, Rafael Aloisio Freitas, Zico

INÍCIO: 14/04/2026
STATUS: Em andamento

FRENTES PARLAMENTARES

FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO ANTISSEMITISMO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.799 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: FLAVIO VALLE

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CESAR MAIA, DEANGELES PERCY, DR. ROGERIO AMORIM, FELIPE BORÓ, FERNANDO ARMELAU, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JORGE CANELLA, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MARCELO DINIZ, MARCIO RIBEIRO, MARCOS DIAS, PEDRO DUARTE, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, SALVINO OLIVEIRA, TALITA GALHARDO, TÂNIA BASTOS, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA IMPLANTAÇÃO DE UM NOVO AUTÓDROMO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.840 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: CARLO CAIADO

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CESAR MAIA, DR. GILBERTO, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MARCELO DINIZ, MARCIO SANTOS, MARCOS DIAS, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, POUBEL, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, TÂNIA BASTOS, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA LIBERDADE RELIGIOSA E DO COMBATE À INTOLERÂNCIA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.837 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: ÁTILA NUNES

MEMBROS: DEANGELES PERCY, FELIPE BORÓ, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, TALITA GALHARDO, TÂNIA BASTOS, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.841 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: CARLO CAIADO

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CESAR MAIA, DEANGELES PERCY, DR. GILBERTO, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, HELENA VIEIRA, JAIR DA MENDES GOMES, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MARCELO DINIZ, MARCIO SANTOS, MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, POUBEL, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RENATO MOURA, ROSA FERNANDES, TÂNIA BASTOS, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR RIO SAÚDE INTEGRATIVA: VALORIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE (PICS)

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.838 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: ÁTILA NUNES

MEMBROS: DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, TALITA GALHARDO, TÂNIA BASTOS, WELINGTON DIAS, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ARBORIZAÇÃO URBANA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.842 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: CARLO CAIADO

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CESAR MAIA, DEANGELES PERCY, DR. GILBERTO, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, POUBEL, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RENATO MOURA, ROSA FERNANDES, TÂNIA BASTOS, TATIANA ROQUE, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA CONTINUIDADE DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO E CONCLUSÃO DA LINHA 4 DO METRÔ E RAMIFICAÇÕES

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.839 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: CARLO CAIADO

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CESAR MAIA, DEANGELES PERCY, DR. GILBERTO, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, POUBEL, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, TALITA GALHARDO, TÂNIA BASTOS, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR COM A FINALIDADE DE ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS AÇÕES DE CONSTRUÇÃO DO ESTÁDIO DO CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO NA REGIÃO DO GASÔMETRO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.843 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: MARCELO DINIZ

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CARLO CAIADO, DR. ROGERIO AMORIM, FELIPE BORÓ, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MARCOS DIAS, POUBEL, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, TALITA GALHARDO, TÂNIA BASTOS, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAN COELHO, ZICO.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

FRENTES PARLAMENTARES

FRENTE PARLAMENTAR PARA COMBATER O SERVIÇO IRREGULAR DOS FLANELINHAS

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.844 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: FERNANDO ARMELAU

MEMBROS: FELIPE PIRES, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JUNIOR DA LUCINHA, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, POUBEL, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, TÂNIA BASTOS, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA E PELA VALORIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ATÍPICAS

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.851 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: PAULO MESSINA

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CESAR MAIA, DIEGO FARO, DR. GILBERTO, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FERNANDO ARMELAU, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JORGE CANELLA, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, LUIZ RAMOS FILHO, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MARCIO RIBEIRO, MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, POUBEL, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RAFAEL SATIÊ, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, TALITA GALHARDO, TÂNIA BASTOS, THAIS FERREIRA, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA VIDA E DA FAMÍLIA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.845 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: LENIEL BOREL

MEMBROS: CARLO CAIADO, DEANGELES PERCY, DIEGO FARO, DR. ROGERIO AMORIM, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, LEONEL DE ESQUERDA, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, PAULO MESSINA, POUBEL, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, SALVINO OLIVEIRA, TÂNIA BASTOS, VITOR HUGO, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR RIO - CAPITAL DO ARTESANATO: VALORIZAÇÃO E INCENTIVO AO ARTESANATO CARIOCA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.868 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: ÁTILA NUNES

MEMBROS: FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JORGE CANELLA, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LUIZ RAMOS FILHO, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, TALITA GALHARDO, TÂNIA BASTOS, VERA LINS, WELINGTON DIAS, WILLIAM SIRI, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE À FOME E À POBREZA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.848 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: THAIS FERREIRA

MEMBROS: DEANGELES PERCY, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JOYCE TRINDADE, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, PAULO MESSINA, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RAFAEL SATIÊ, RICK AZEVEDO, RODRIGO VIZEU, TÂNIA BASTOS, WILLIAM SIRI.

FRENTE PARLAMENTAR EMPREENDE RIO - EM DEFESA DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.869 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: ÁTILA NUNES

MEMBROS: DR. GILBERTO, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JORGE CANELLA, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RAFAEL SATIÊ, RENATO MOURA, RICK AZEVEDO, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, TALITA GALHARDO, TÂNIA BASTOS, VERA LINS, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAM SIRI, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO CARNAVAL CARIOCA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.849 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: FELIPE PIRES

MEMBROS: FELIPE BORÓ, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, TÂNIA BASTOS, WELINGTON DIAS, WILLIAN COELHO.

FRENTE PARLAMENTAR RIO INVESTE - PELA IMPLEMENTAÇÃO E PROMOÇÃO DA BOLSA DE VALORES DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.870 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: ÁTILA NUNES

MEMBROS: CARLO CAIADO, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JORGE CANELLA, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, LUIZ RAMOS FILHO, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, PEDRO DUARTE, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RAFAEL SATIÊ, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, TALITA GALHARDO, TÂNIA BASTOS, VERA LINS, WELINGTON DIAS, WILLIAM SIRI, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR PLURIPARTIDÁRIA EM DEFESA DO ACESSO UNIVERSAL À ÀGUA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.850 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: MONICA BENICIO

MEMBROS: ÁTILA NUNES, DR. GILBERTO, DR. ROGERIO AMORIM, FELIPE BORÓ, INALDO SILVA, JUNIOR DA LUCINHA, LEONEL DE ESQUERDA, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, PAULO MESSINA, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, TALITA GALHARDO, TÂNIA BASTOS, THAIS FERREIRA, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAM SIRI, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR RIO + ECONOMIA: FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA ECONOMIA POPULAR, SOLIDÁRIA E CRIATIVA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.871 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: ÁTILA NUNES

MEMBROS: DEANGELES PERCY , DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JORGE CANELLA, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, MARCELO DINIZ, MARCIO SANTOS, MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, TALITA GALHARDO, TÂNIA BASTOS, VERA LINS, WELINGTON DIAS, WILLIAM SIRI, WILLIAN COELHO, ZICO.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

FRENTES PARLAMENTARES

FRENTE PARLAMENTAR VISANDO BUSCAR AS MELHORES CONDIÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DE CÓDIGOS DE ENDEREÇAMENTO POSTAL - CEP, NAS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.872 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: DEANGELES PERCY
VICE-PRESIDENTE : TANIA BASTOS

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CARLO CAIADO, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FELIPE PIRES, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MARCELO DINIZ, MARCIO SANTOS, MARCOS DIAS, PAULO MESSINA, POUBEL, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RENATO MOURA, RICK AZEVEDO, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, THAIS FERREIRA, VERA LINS, VITOR HUGO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS CRECHES CONVENIADAS

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.873 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: CARLO CAIADO

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CESAR MAIA, DEANGELES PERCY , DR. GILBERTO, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MARCELO DINIZ, MARCIO SANTOS, MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, POUBEL, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RAFAEL SATIÊ, RENATO MOURA, SALVINO OLIVEIRA, TÂNIA BASTOS, THAIS FERREIRA, VERA LINS, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS BARES E RESTAURANTES NO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.874 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: RAFAEL ALOISIO FREITAS

MEMBROS: CARLO CAIADO, DEANGELES PERCY , DR. GILBERTO, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FERNANDO ARMELAU, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, LEONEL DE ESQUERDA, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, PAULO MESSINA, POUBEL, RENATO MOURA, TÂNIA BASTOS, VERA LINS, VITOR HUGO, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR DA NEURODIVERSIDADE E DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.875 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: TÂNIA BASTOS

MEMBROS: DEANGELES PERCY , DR. GILBERTO, FLÁVIO VALLE, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JUNIOR DA LUCINHA, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MARCIO RIBEIRO, MARCOS DIAS, PEDRO DUARTE, POUBEL, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RICK AZEVEDO, RODRIGO VIZEU, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAM SIRI, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR DESTINADA À PREVENÇÃO DA SÍNDROME ALCOÓLICA FETAL (SAF)

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.876 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: DR. ROGERIO AMORIM

MEMBROS: CARLO CAIADO, DIEGO FARO, DR. GILBERTO, FERNANDO ARMELAU, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JORGE CANELLA, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, PAULO MESSINA, POUBEL, RAFAEL SATIÊ, RENATO MOURA, THAIS FERREIRA, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO MERCADO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - CADEG

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.877 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: PEDRO DUARTE

MEMBROS: DEANGELES PERCY, DR. GILBERTO, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FERNANDO ARMELAU, FLAVIO VALLE, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, POUBEL, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RAFAEL SATIÊ, RICK AZEVEDO, TÂNIA BASTOS, THAIS FERREIRA, VITOR HUGO, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER E DO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.890 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: GIGI CASTILHO

MEMBROS: DEANGELES PERCY , DR. GILBERTO, DR. ROGERIO AMORIM, FELIPE BORÓ, FELIPE PIRES, FLÁVIO VALLE, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MONICA BENICIO, PAULO MESSINA, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RICK AZEVEDO, ROSA FERNANDES, TÂNIA BASTOS, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAM SIRI.

FRENTE PARLAMENTAR PELO ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO CAMPUS DA UERJ ZONA OESTE

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.901 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: WILLIAM SIRI

MEMBROS: FELIPE BORÓ, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, NIQUINHO, PAULO MESSINA, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RICK AZEVEDO, RODRIGO VIZEU, TÂNIA BASTOS, THAIS FERREIRA, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR DE PROTEÇÃO E ATIVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.902 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: WILLIAM SIRI

MEMBROS: FELIPE BORÓ, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, NIQUINHO, PAULO MESSINA, POUBEL, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RICK AZEVEDO, RODRIGO VIZEU, TÂNIA BASTOS, THAIS FERREIRA, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR PELA DEFESA DA SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR CARIOCA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.903 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: RICK AZEVEDO

MEMBROS: CESAR MAIA, DEANGELES PERCY , DR. GILBERTO, FELIPE PIRES, FLÁVIO VALLE, INALDO SILVA, JUNIOR DA LUCINHA, LEONEL DE ESQUERDA, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, ROSA FERNANDES, TÂNIA BASTOS, THAIS FERREIRA, VITOR HUGO, WILLIAM SIRI, ZICO.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

FRENTES PARLAMENTARES

FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO HIV/AIDS, O PRECONCEITO E O ESTIGMA - FRENTE "ATHIVA"

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.904 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: MONICA BENICIO

MEMBROS: ÁTILA NUNES, DEANGELES PERCY , DR. GILBERTO, DR. ROGERIO AMORIM, FLÁVIO VALLE, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JUNIOR DA LUCINHA, LEONEL DE ESQUERDA, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RICK AZEVEDO, ROSA FERNANDES, TALITA GALHARDO, THAIS FERREIRA, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAM SIRI, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR PARA ACOMPANHAR A CONCESSÃO DO ESTÁDIO NILTON SANTOS E O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.905 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: FERNANDO ARMELAU

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CARLO CAIADO, CESAR MAIA, DEANGELES PERCY , FLÁVIO VALLE, INALDO SILVA, JUNIOR DA LUCINHA, LEONEL DE ESQUERDA, MARCELO DINIZ, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, POUBEL, RAFAEL SATIÊ, ROSA FERNANDES, VERA LINS, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR PARA ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES URBANAS E OS IMPACTOS DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR DO ESTÁDIO DE SÃO JANUÁRIO NO BAIRRO VASCO DA GAMA E OS IMPACTOS NO ENTORNO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.906 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: FERNANDO ARMELAU

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CARLO CAIADO, CESAR MAIA, DEANGELES PERCY , DIEGO FARO, FLÁVIO VALLE, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JUNIOR DA LUCINHA, MARCELO DINIZ, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, POUBEL, RAFAEL SATIÊ, ROSA FERNANDES, VERA LINS, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR PARA PROMOVER INTEGRAÇÃO ESPORTIVA E URBANA DO MARACANÃ E ENTORNO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.907 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: FERNANDO ARMELAU

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CARLO CAIADO, CESAR MAIA, DEANGELES PERCY , DIEGO FARO, FLÁVIO VALLE, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JUNIOR DA LUCINHA, MARCELO DINIZ, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, POUBEL, RAFAEL SATIÊ, ROSA FERNANDES, VERA LINS, WILLIAN COELHO, ZICO

FRENTE PARLAMENTAR PLURIPARTIDÁRIA EM DEFESA DO DIREITO À MORADIA DIGNA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.908 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: MONICA BENICIO

MEMBROS: ÁTILA NUNES, DEANGELES PERCY , DR. GILBERTO, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JUNIOR DA LUCINHA, LEONEL DE ESQUERDA, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RICK AZEVEDO, ROSA FERNANDES, TALITA GALHARDO, TÂNIA BASTOS, THAIS FERREIRA, VERA LINS, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAM SIRI, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR DO TURISMO GASTRONÔMICO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.920 DE 2025

PROPONENTE: WAGNER TAVARES

MEMBROS: CESAR MAIA, DEANGELES PERCY , FABIO SILVA, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, GIGI CASTILHO, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MARCELO DINIZ, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, POUBEL, ROSA FERNANDES, VERA LINS

FRENTE PARLAMENTAR COM A FINALIDADE DE COMBATER E FISCALIZAR A PRECARIZAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.921 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: RICK AZEVEDO

MEMBROS: DEANGELES PERCY , FELIPE PIRES, INALDO SILVA, JUNIOR DA LUCINHA, LEONEL DE ESQUERDA, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MONICA BENICIO, PAULO MESSINA, ROSA FERNANDES, TÂNIA BASTOS, THAIS FERREIRA, VERA LINS, VITOR HUGO, WILLIAM SIRI, ZICO

FRENTE PARLAMENTAR PARA ACOMPANHAR A GESTÃO E DESTINAÇÃO DO LEGADO OLÍMPICO E PARALÍMPICO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.922 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: FERNANDO ARMELAU

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CARLO CAIADO, DEANGELES PERCY , DIEGO FARO, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, PAULO MESSINA, POUBEL, RAFAEL SATIÊ, ROSA FERNANDES, TALITA GALHARDO, VERA LINS, WILLIAN COELHO, ZICO

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA PEQUENA ÁFRICA E DA CULTURA NEGRA CARIOCA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.923 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: THAIS FERREIRA

MEMBROS: FELIPE PIRES, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MONICA BENICIO, NIQUINHO, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, RICK AZEVEDO, ROSA FERNANDES, VERA LINS

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA POPULAÇÃO DE ACARI E DEMAIS VÍTIMAS DE TRAGÉDIAS CLIMÁTICAS, BEM COMO EM CARÊNCIA DE DIGNIDADE HABITACIONAL

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.924 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: LEONEL DE ESQUERDA

MEMBROS: ÁTILA NUNES, DEANGELES PERCY , DIEGO FARO, DR. ROGERIO AMORIM, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, MAÍRA DO MST, MARCOS DIAS, NIQUINHO, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, RICK AZEVEDO, ROSA FERNANDES, TALITA GALHARDO, THAIS FERREIRA, WILLIAN COELHO, ZICO

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

FRENTES PARLAMENTARES

FRENTE PARLAMENTAR PARA ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA FIRMADOS COM A LIGHT S.A., DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.955 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: FERNANDO ARMELAU

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CARLO CAIADO, DEANGELES PERCY , INALDO SILVA, JUNIOR DA LUCINHA, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, PAULO MESSINA, POUBEL, RAFAEL SATIÊ, RICK AZEVEDO, ROSA FERNANDES, TÂNIA BASTOS, VERA LINS, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.956 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: SALVINO OLIVEIRA

MEMBROS: CARLO CAIADO, DEANGELES PERCY , FERNANDO ARMELAU, GIGI CASTILHO, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JUNIOR DA LUCINHA, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, NIQUINHO, PAULO MESSINA, RENATO MOURA, ROSA FERNANDES, TÂNIA BASTOS, VERA LINS, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR PARA DEBATER SOBRE O DESENVOLVIMENTO E O FOMENTO DO EMPREENDEDORISMO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.957 DE 2025

PROPONENTE: DIEGO FARO

MEMBROS: DIEGO FARO, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FERNANDO ARMELAU, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JORGE CANELLA, JUNIOR DA LUCINHA, LEONEL DE ESQUERDA, MARCOS DIAS, PAULO MESSINA, POUBEL, RAFAEL SATIÊ, RENATO MOURA, ROSA FERNANDES, VERA LINS, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR DE RELAÇÕES COM OS PAÍSES LUSÓFONOS

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 12.982 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: MARCOS DIAS

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CARLO CAIADO, CESAR MAIA, DEANGELES PERCY , DIEGO FARO, DR. GILBERTO, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FELIPE PIRES, FLÁVIO VALLE, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, MAÍRA DO MST, MARCIO RIBEIRO, MONICA BENICIO, NIQUINHO, PEDRO DUARTE, POUBEL, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, SALVINO OLIVEIRA, VERA LINS, VITOR HUGO, WILLIAM SIRI, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA CULTURA HIP-HOP

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.003 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: MAÍRA DO MST

MEMBROS: ÁTILA NUNES, DEANGELES PERCY , DR. GILBERTO, GIGI CASTILHO, INALDO SILVA, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MARCIO RIBEIRO, MONICA BENICIO, PEDRO DUARTE, RENATO MOURA, RICK AZEVEDO, RODRIGO VIZEU, SALVINO OLIVEIRA, THAIS FERREIRA, VERA LINS, WILLIAN COELHO.

FRENTE PARLAMENTAR DOS CATÓLICOS

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.021 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: MARCIO SANTOS

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CARLO CAIADO, DEANGELES PERCY , DIEGO FARO, DR. GILBERTO, DR. ROGERIO AMORIM, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, MARCOS DIAS, PEDRO DUARTE, RAFAEL ALOISIO FREITAS, SALVINO OLIVEIRA, TALITA GALHARDO, TÂNIA BASTOS, VERA LINS, VITOR HUGO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.025 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: THAIS FERREIRA

MEMBROS: ÁTILA NUNES, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, GIGI CASTILHO, INALDO SILVA, JORGE CANELLA, LEONEL DE ESQUERDA, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, PAULO MESSINA, RICK AZEVEDO, ROSA FERNANDES, VERA LINS, WILLIAM SIRI, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS PESCADORES DE SEPETIBA/RJ

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.026 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: GIGI CASTILHO

MEMBROS: DEANGELES PERCY , DIEGO FARO, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE PIRES, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JORGE CANELLA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, PEDRO DUARTE, RAFAEL SATIÊ, RENATO MOURA, RICK AZEVEDO, RODRIGO VIZEU, TALITA GALHARDO, TÂNIA BASTOS, THAIS FERREIRA, VERA LINS, WILLIAM SIRI, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR DAS MULHERES CRISTÃS, PASTORAS, ESPOSAS DE MINISTROS DO EVANGELHO, MISSIONÁRIAS, OBREIRAS, DIACONISAS, LÍDERES E CAPELÃES

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.037 DE 2025

PROPONENTE: WAGNER TAVARES

MEMBROS: DEANGELES PERCY , DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FELIPE PIRES, FERNANDO ARMELAU, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JORGE CANELLA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MAÍRA DO MST, MARCOS DIAS, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU.

FRENTE PARLAMENTAR RIO-BRICS PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A INTEGRAÇÃO GLOBAL

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.055 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: MAÍRA DO MST

MEMBROS: CARLO CAIADO, CESAR MAIA, DEANGELES PERCY , DIEGO FARO, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE PIRES, GIGI CASTILHO, INALDO SILVA, JORGE CANELLA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, NIQUINHO, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, POUBEL, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RAFAEL SATIÊ, RENATO MOURA, RICK AZEVEDO, ROSA FERNANDES, TÂNIA BASTOS, THAIS FERREIRA, VERA LINS, WELINGTON DIAS, ZICO.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

FRENTES PARLAMENTARES

FRENTE PARLAMENTAR VOLTADA À ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROPOSIÇÕES QUE VIABILIZEM O PROCESSO DE ELETRIFICAÇÃO DA FROTA DE TÁXIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - ECOTAXI.RIO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.160 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: RAFAEL ALOISIO FREITAS

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CARLO CAIADO, CESAR MAIA, DIEGO FARO, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FERNANDO ARMELAU, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, LENIEL BOREL, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU, ROSA FERNANDES, VERA LINS, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO TURISMO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.189 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: DIEGO FARO

MEMBROS: DEANGELES PERCY , DR. GILBERTO, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, GIGI CASTILHO, HELENA VIEIRA, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JORGE CANELLA, MAÍRA DO MST, MARCOS DIAS, PAULO MESSINA, POUBEL, RAFAEL SATIÊ, RENATO MOURA, RODRIGO VIZEU, SALVINO OLIVEIRA, TÂNIA BASTOS, VERA LINS, VITOR HUGO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ECONOMIA DO MAR NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.194 DE 2025

PROPONENTE: WAGNER TAVARES

MEMBROS: DEANGELES PERCY, DIEGO FARO, FABIO SILVA, FELIPE PIRES, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, GIGI CASTILHO, JAIR DA MENDES GOMES, JORGE CANELLA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MARCELO DINIZ, RAFAEL SATIÊ, RICK AZEVEDO, RODRIGO VIZEU, SALVINO OLIVEIRA, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR BRASIL-CHINA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.282 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: DEANGELES PERCY

MEMBROS: CESAR MAIA, DIEGO FARO, DR. GILBERTO, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FLÁVIO VALLE, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, JORGE CANELLA, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, MONICA BENICIO, NIQUINHO, PAULO MESSINA, POUBEL, RAFAEL SATIÊ, RICK AZEVEDO, ROSA FERNANDES, SALVINO OLIVEIRA, TALITA GALHARDO, TÂNIA BASTOS, VERA LINS, VITOR HUGO, WELINGTON DIAS, WILLIAN COELHO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS FAVELAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.283 DE 2025

PRESIDENTE / PROPONENTE: VITOR HUGO

MEMBROS: DEANGELES PERCY , DIEGO FARO, DR. GILBERTO, FABIO SILVA, FELIPE PIRES, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, LENIEL BOREL, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, NIQUINHO, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, RAFAEL SATIÊ, RENATO MOURA, RICK AZEVEDO, ROSA FERNANDES, THAIS FERREIRA, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA BAÍA DE SEPETIBA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.405 DE 2026

PRESIDENTE / PROPONENTE: WILLIAN COELHO

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CARLO CAIADO, DR. GILBERTO, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FELIPE PIRES, FLÁVIO VALLE, INALDO SILVA, JAIR DA MENDES GOMES, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, LUIZ RAMOS FILHO, MARCIO RIBEIRO, MARCIO SANTOS, MARCOS DIAS, PAULO MESSINA, POUBEL, RENATO MOURA, RICK AZEVEDO, RODRIGO VIZEU, VERA LINS, VITOR HUGO, WAGNER TAVARES, WILLIAM SIRI, ZICO

FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO CRACK E DE ACOLHIMENTO A DEPENDENTES QUÍMICOS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.457 DE 2026

PROPONENTE: CHAGAS BOLA

MEMBROS: ALANA PASSOS, DR. GILBERTO, DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FERNANDO ARMELAU, GIGI CASTILHO, JAIR DA MENDES GOMES, JORGE CANELLA, LENIEL BOREL, MARCELO DINIZ, PAULO MESSINA, POUBEL, RAFAEL ALOISIO FREITAS, RAFAEL SATIÊ, VITOR HUGO, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO ORDENAMENTO DA CIRCULAÇÃO DE BICICLETAS ELÉTRICAS NAS CICLOVIAS E CICLOFAIXAS

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.458 DE 2026

PRESIDENTE / PROPONENTE: DR. GILBERTO

MEMBROS: ÁTILA NUNES, CARLO CAIADO, CESAR MAIA, FABIO SILVA, FELIPE BORÓ, FERNANDO ARMELAU, FLÁVIO VALLE, INALDO SILVA, JOYCE TRINDADE, JUNIOR DA LUCINHA, MARCELO DINIZ, MARCIO RIBEIRO, MARCOS DIAS, RENATO MOURA, ROSA FERNANDES, TATIANA ROQUE, WELINGTON DIAS, WILLIAM SIRI, WILLIAN COELHO, ZICO.

FRENTE PARLAMENTAR INTERMUNICIPAL DE PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.524 DE 2026

PRESIDENTE / PROPONENTE: FELIPE MICHEL

MEMBROS: ALANA PASSOS, DEANGELES PERCY , DIEGO FARO, DR. ROGERIO AMORIM, FELIPE BORÓ, FELIPE PIRES, FERNANDO ARMELAU, HELENA VIEIRA, JAIR DA MENDES GOMES, JORGE CANELLA, JOYCE TRINDADE, JUNIOR DA LUCINHA, LEONEL DE ESQUERDA, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MONICA BENICIO, NIQUINHO, PEDRO DUARTE, RAFAEL SATIÊ, RENATO MOURA, RICK AZEVEDO, TALITA GALHARDO, TATIANA ROQUE, VERA LINS, VITOR HUGO, WILLIAM SIRI.

FRENTE PARLAMENTAR DO LIVRO, LITERATURA, ORALIDADE E MEMÓRIA

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.583 DE 2026

PRESIDENTE / PROPONENTE: TATIANA ROQUE

MEMBROS: DEANGELES PERCY , FELIPE BORÓ, JAIR DA MENDES GOMES, JOYCE TRINDADE, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, LUIZ RAMOS FILHO, MAÍRA DO MST, MARCELO DINIZ, MONICA BENICIO, NIQUINHO, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, RENATO MOURA, RICK AZEVEDO, TÂNIA BASTOS, WILLIAM SIRI.

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

FRENTES PARLAMENTARES

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA TARIFA ZERO NO ENEM E NOS VESTIBULARES

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.615 DE 2026

PRESIDENTE / PROPONENTE: MAÍRA DO MST

MEMBROS: DEANGELES PERCY , DR. ROGERIO AMORIM, FABIO SILVA, FELIPE PIRES, GIGI CASTILHO, JOYCE TRINDADE, JUNIOR DA LUCINHA, LENIEL BOREL, LEONEL DE ESQUERDA, MARCELO DINIZ, MARCIO RIBEIRO, NIQUINHO, POUBEL, RAFAEL SATIÊ, RICK AZEVEDO, ROSA FERNANDES, SALVINO OLIVEIRA, TAINÁ DE PAULA, THAIS FERREIRA, WILLIAM SIRI.

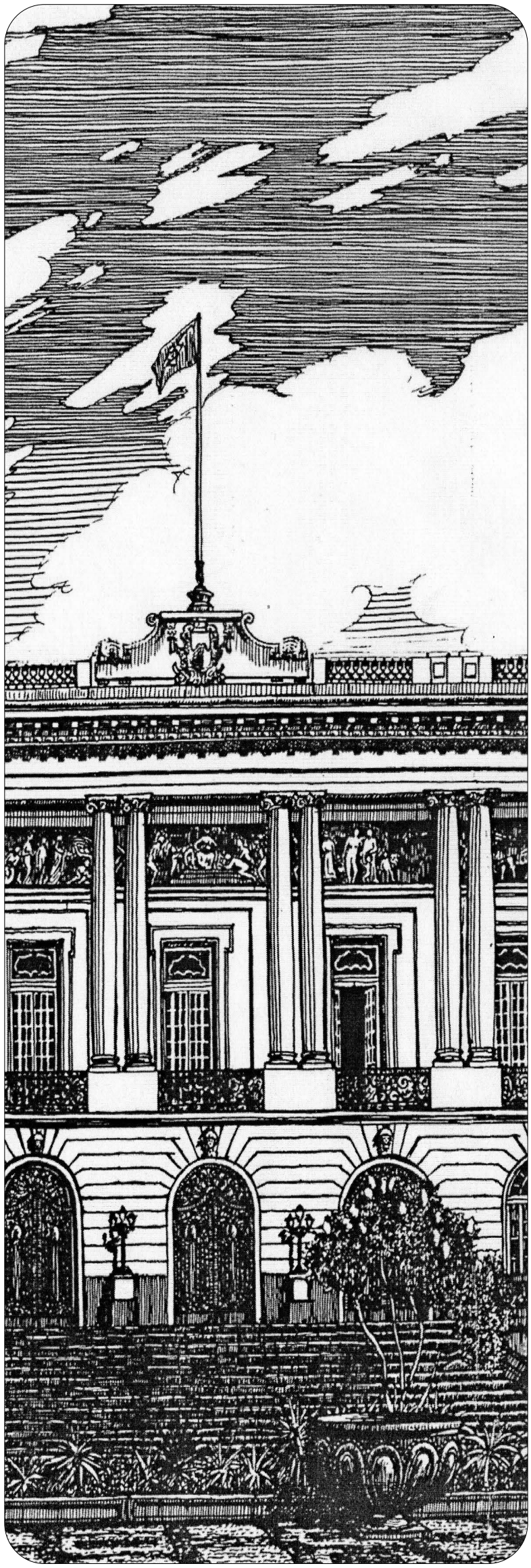
FRENTE PARLAMENTAR DE PETRÓLEO, GÁS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 13.616 DE 2026

PRESIDENTE / PROPONENTE: DR ROGERIO AMORIM

MEMBROS: ALANA PASSOS, DIEGO FARO, FABIO SILVA, FELIPE MICHEL, FLÁVIO VALLE, GIGI CASTILHO, JAIR DA MENDES GOMES, LENIEL BOREL, MARCELO DINIZ, MARCOS DIAS, NIQUINHO, PAULO MESSINA, PEDRO DUARTE, POUBEL, RAFAEL SATIÊ, RENATO MOURA, RICK AZEVEDO, ROSA FERNANDES, TÂNIA BASTOS, VERA LINS, ZICO.





DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

ÁTILA NUNES	**DR. GILBERTO**	**INALDO SILVA**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

ABASTECIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA

JAIR DA MENDES GOMES	**FABIO SILVA**	**RENATO MOURA**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO

JUNIOR DA LUCINHA	**INALDO SILVA**	**FELIPE MICHEL**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

ASSISTÊNCIA SOCIAL

FELIPE PIRES	**FABIO SILVA**	**GIGI CASTILHO**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

ASSUNTOS URBANOS

PEDRO DUARTE	**ZICO**	**ÁTILA NUNES**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ALANA PASSOS	**TATIANA ROQUE**	**VITOR HUGO**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

COMBATE AO RACISMO

RAFAEL SATIÊ	**LEONEL DE ESQUERDA**	**THAIS FERREIRA**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

CULTURA

MONICA BENICIO	**MAÍRA DO MST**	**RENATO MOURA**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

DEFESA DA MULHER

HELENA VIEIRA	**GIGI CASTILHO**	**MONICA BENICIO**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

MARCOS DIAS	**RAFAEL SATIÊ**	**JOYCE TRINDADE**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

LENIEL BOREL	**THAIS FERREIRA**	**SALVINO OLIVEIRA**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

MARCIO RIBEIRO	**TAINÁ DE PAULA**	**TATIANA ROQUE**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

DIREITOS DOS ANIMAIS

RODRIGO VIZEU	**LUIZ RAMOS FILHO**	**VERA LINS**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

EDUCAÇÃO

SALVINO OLIVEIRA	**WILLIAM SIRI**	**NIQUINHO**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL INTERINO

ESPORTES, LAZER E EVENTOS

FELIPE BORÓ	**ZICO**	**FERNANDO ARMELAU**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇAO FINANCEIRA

ROSA FERNANDES	**WELINGTON DIAS**	**FLÁVIO VALLE**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

HIGIENE, SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL

DR. GILBERTO	**DR. ROGERIO AMORIM**	**MARCOS DIAS**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

IDOSO

FELIPE MICHEL	**DEANGELES PERCY**	**DIEGO FARO**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE INTERINO	VOGAL

MEIO AMBIENTE

VITOR HUGO	**DIEGO FARO**	**ZICO**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

VERA LINS	**POUBEL**	**RODRIGO VIZEU**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURA

WELINGTON DIAS	**MARCELO DINIZ**	**MARCOS DIAS**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

PREVENÇÃO ÀS DROGAS

FERNANDO ARMELAU	**LENIEL BOREL**	**DEANGELES PERCY**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL INTERINO

PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

TALITA GALHARDO	**HELENA VIEIRA**	**JORGE CANELLA**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CESAR MAIA	**ALANA PASSOS**	**PEDRO DUARTE**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

MAÍRA DO MST	**FLÁVIO VALLE**	**JAIR DA MENDES GOMES**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

DR. ROGERIO AMORIM	**FELIPE BORÓ**	**TALITA GALHARDO**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

TRABALHO E EMPREGO

RICK AZEVEDO	**WILLIAM SIRI**	**ROSA FERNANDES**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

TRANSPORTES E TRÂNSITO

MARCELO DINIZ	**JOYCE TRINDADE**	**POUBEL**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

TURISMO

FLÁVIO VALLE	**JORGE CANELLA**	**LUIZ RAMOS FILHO**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

MÉRITO

JAIR DA MENDES GOMES	**DEANGELES PERCY**	**CESAR MAIA**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	VOGAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

ROSA FERNANDES	**DR. GILBERTO**	**ZICO**	**DR. ROGERIO AMORIM**	**MONICA BENICIO**
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	SECRETÁRIO	MEMBRO	MEMBRO
FELIPE PIRES	**WELINGTON DIAS**	**MARCOS DIAS**	**JAIR DA MENDES GOMES**	**ÁTILA NUNES**
MEMBRO	MEMBRO	SUPLENTE 1	SUPLENTE 2	SUPLENTE 3

DCM Digital
Documento assinado digitalmente
ASSINADO POR: ID: 20261111CECF4B17
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO